



Iniciando nosso 11o ano de atividades, nesta edição publicamos treze artigos subdivididos nas seções ENSAIO, CRITICA, TEORIA E CONCEITO, ENSINO e PESQUISA.



Revista PROJETAR – Projeto e Percepção do Ambiente

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Reitor: José Daniel Diniz Melo

Pró-Reitora de Pesquisa: Sibele Berenice Castellã Pergher

Pró-Reitor de Pós-graduação: Rubens Maribondo do Nascimento

Centro de Tecnologia - Diretora: Carla Wilza Souza de Paula Maitelli

Grupo de Pesquisa PROJETAR - Coordenadora: Maísa Veloso

Conselho Editorial e Científico

Gleice Azambuja Elali – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal, Brasil)

Maísa Veloso – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal, Brasil)

Membros:

Angélica Benatti Alvim – Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo, Brasil)

Cristiane Rose de Siqueira Duarte – Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil)

Edson da Cunha Mahfuz – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil)

Fernando Lara – University of Texas at Austin (Austin, Estados Unidos)

Flávio Carsalade – Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, Brasil)

Hugo Farias – Universidade de Lisboa (Lisboa, Portugal)

Jorge Cruz Pinto – Universidade de Lisboa (Lisboa, Portugal)

Luiz do Eirado Amorim – Universidade Federal de Pernambuco (Recife, Brasil)

Lucas Peries – Universidade Nacional de Córdoba (Argentina)

Márcio Cotrim Cunha – Universidade Federal da Bahia (Salvador, Brasil)

Naia Alban – Universidade Federal da Bahia (Salvador, Brasil)

Nivaldo V Andrade Junior – Universidade Federal da Bahia (Salvador, Brasil)

Paulo Afonso Rheingantz – Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil)

Pareceristas *ad hoc* desta edição

Antônio Baptista Coelho – Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa (Lisboa, Portugal)

Camila C. Resende – Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa, Brasil)

Cibele Haddad Taralli – Universidade de São Paulo (São Paulo, Brasil)

Claudia M. Lyra Pato – Universidade de Brasília (Brasília, Brasil)

Denise Alcantara – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Seropédica, Brasil)

Edja F. Trigueiro – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal, Brasil)

Edna Moura Pinto – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal, Brasil)

Eduardo Taborda de Jesus – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Belo Horizonte, Brasil)

Gisele Reinado – Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro Brasil)

Glauco Coelho – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil)

Guilherme M. Paim – Universidade Federal do Amazonas (Manaus, Brasil)

Juliana Valverde – Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil)

Juliana V. Giese – Universidade Federal de Juiz de Fora (Juiz de Fora, Brasil)

Lourival Costa Filho – Universidade Federal de Pernambuco (Recife, Brasil)

Luiza H. Ferraro – Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis, Brasil)

Maria Dulce Bentes – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal, Brasil)

Monique Lessa – Universidade Federal Rural do Semi Árido (Pau dos Ferros, Brasil)

Nébora Lazzarotto Modler – Universidade Federal da Fronteira Sul (Erechim Brasil)

Rodrigo Baeta – Universidade Federal da Bahia (Salvador, Brasil)

Rosamônica Lamounier – Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, Brasil)

Rosaria Ono – Universidade de São Paulo (São Paulo, Brasil)

Rubenilson B. Teixeira – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal, Brasil)

Solange Goulart – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal, Brasil)

Thyana Galvão – Universidade Federal de Pernambuco (Recife, Brasil)

Virgínia M. Queiroz – Centro Universitário Salesiano (Vitória, Brasil)

Capa e contracapa dessa edição: colagem artística de autoria de Juliana Valverde, trabalhada por Maria Safira Sinésio

ISSN: 2448-296X Periodicidade: Quadrimestral Idioma: Português

* O conteúdo dos artigos e as imagens neles publicadas são de responsabilidade dos autores.

Endereços: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar>

Centro de Tecnologia, Campus Central da UFRN. CEP: 59072-970. Natal/RN. Brasil.



REVISTA
PROJETAR
Projeto e Percepção do Ambiente
v.11, n.1, janeiro de 2026

EDITORIAL

Mais um ciclo de vida se inicia. Como em anos anteriores, 2026 nos oferece inúmeras oportunidades para crescermos e evoluirmos juntos em busca de bem-estar e de qualidade de vida para todos. No entanto, e contraditoriamente, esse começo de ano também nos tem forçado a encarar a incoerência e a vulnerabilidade da condição humana, que reverberam em nossos contatos interpessoais, em nossas cidades, na relação entre países, no modo como tratamos a natureza que nos nutre e o planeta que nos abriga.

Diante deste cenário difuso – que, ao mesmo tempo, se faz incitante e imprevisível, otimista e temeroso, paciente e questionador –, o campo da Arquitetura e do Urbanismo precisa reinventar continuamente suas práticas, reafirmar seu compromisso social e definir posicionamentos éticos e resilientes frente à cada nova questão que surge. Na nossa condição de profissionais que lidam diretamente com o espaço, é fundamental desenvolvermos um olhar que contemple as profundas transformações, a crescente complexidade e a acentuada fragilidade experienciadas pela humanidade e pelo ambiente construído. Assim, a fim de colaborarmos para a promoção do equilíbrio ambiental essencial à nossa própria sobrevivência como espécie, mais do que apenas técnico, nosso desafio é existencial, ou seja, como alerta Ailton Krenak (2020)¹, nossas práticas cotidianas devem criar oportunidades para que *o sonho e a vida possam caminhar juntos*.

É sob essa ótica que publicamos nossa 31ª edição (v. 11, n. 1, janeiro/2026), iniciando o 11º ano de atividades da '**Revista PROJETAR – Projeto e Percepção do Ambiente**'. Já na capa, a colagem de Juliana Valverde² desafia nossa percepção ao nos defrontar com cortes, recortes, ângulos, cheios e vazios que privilegiam algumas facetas da realidade, porém limitam a compreensão de tantas outras. Tal multiplicidade de perspectivas também se faz presente nos treze (13) artigos que, agrupados nas seções ENSAIO, CRÍTICA, TEORIA E CONCEITO, ENSINO e PESQUISA, compõem esse número do periódico.

A Seção **ENSAIO** é constituída por dois artigos. O primeiro, '**Pilares, Pilões e Pétalas...**', de autoria de Daniel Mellado Paz, analisa três tipos de edifícios do Centro Administrativo da Bahia, projetados pelo arquiteto João Filgueiras Lima (Lelé), enfocando sobretudo o emprego do pilotis, não como elemento arquitetônico em si, mas como parte de determinadas estratégias de projeto. O segundo ensaio '**Cidade, Arquitetura e as Pessoas**' foi escrito por Adilson Macedo. Neste texto, o autor lança mão de duas situações de projeto - uma área localizada em Burlington na América do Norte e outra na cidade de Franca, Brasil - para demonstrar que *o espaço pode se revelar um lugar pela ação do projeto urbano*.

Na Seção **CRÍTICA**, apresentamos o artigo de Juliana Cavallini-Lendimuth, intitulado '**O maldito conjunto habitacional: a produção da habitação social à margem do Direito à Cidade**', que busca uma avaliação crítica sobre a produção habitacional de interesse social no período que compreende da ditadura militar até o processo de redemocratização do Brasil, destacando uma lógica de planejamento que *produz habitação em massa, de forma precária e excludente, e destina ao pobre as áreas periféricas das cidades, caracterizadas por uma urbanidade incompleta*.

A Seção **TEORIA E CONCEITO** contém dois textos. O artigo '**Neuroarquitetura, ambientes enriquecidos e cohousing: uma abordagem inovadora para o envelhecimento saudável em comunidade**', escrito por Ciro Férrer Albuquerque e Zilsa Santiago, destaca a relevância dos vínculos sociais, respaldada por evidências das *Blue Zones* e do estudo *LatAm-FINGERS*, incorporando o conceito neurocientífico de ambientes enriquecidos para qualificação desses espaços de moradia e convivência de pessoas idosas. Além de análise qualitativa de casos exemplares, são formuladas diretrizes de projeto para ambientes *que fomentem saúde e qualidade de vida em comunidade, promovendo sociabilidade, estímulos cognitivos, sensoriais e motores*. No segundo texto da seção, '**Sementes renascentistas do moderno**', Luis Fernando Seba examina *como a funcionalização se desenvolveu ao longo dos séculos, influenciada por mudanças sociais, tecnológicas e culturais*, distinguindo-a da noção de *funcionalidade, relacionada ao uso prático imediato dos espaços*. Ressalta, também, como essas mudanças refletem e moldam os modos de vida do moderno, *evidenciando um contínuo imbricamento entre arquitetura, espacialidade e cultura*.

A Seção **ENSINO** traz o texto de Bruna Sarmiento, '**Reflexões sobre o Design Universal para a formação em Arquitetura e Urbanismo**'. Nele a autora apresenta um levantamento teórico reflexivo sobre o conceito, trajetória e curricularização do Design Universal (DU) no ensino superior e, mais especificamente, na Arquitetura e Urbanismo, destacando que *o foco do DU são as pessoas em toda sua diversidade, devendo o profissional arquiteto e urbanista estar apto a atender a todos*.

A Seção **PESQUISA** é formada por sete artigos que dialogam a partir do seu interesse pela vida cotidiana em espaços urbanos e pelos sentidos/significados da produção arquitetônica e urbanística contemporânea. Esse enfoque é claramente expresso no texto, '[Convivialidade em Arquitetura e Design: Revisão Sistemática da Literatura](#)', escrito por Carolina Mello, Paula Acosta e Fabiane Romano. Detectando crescente uso acadêmico do termo, as autoras constataam que ele tem sido associado a práticas colaborativas e que visam promover a convivência social e a sustentabilidade ambiental. Assim, se aproxima de iniciativas ligadas à participação das pessoas no processo de planejamento/projeto do ambiente construído, à apropriação dos espaços por diferentes grupos e ao fortalecimento de vínculos sociais mediados por questões espaciais.

Em continuidade, Juliana Santiago da Franca, Eunice Abascal e Raquel Cymrot nos trazem '[A dimensão lúdica: Desigualdades do direito a brincar em espaços públicos - Freguesia do Ó e Brasilândia \(São Paulo\)](#)', texto em que ressaltam o potencial transformador das práticas que privilegiam atividades socioculturais e inclusivas, sobretudo se elas forem incorporadas a programas, políticas e planos urbanos. Ainda no campo do uso de espaços livres pela infância, o artigo '[Apropriação das crianças com deficiência no Parque Santana Ariano Suassuna, em Recife/PE](#)', elaborado por Raul Oliveira, Joelmir Marques da Silva e Dayse Martins, mostra que barreiras físico-espaciais, limitações sensoriais e aspectos sociais dificultam a plena participação deste grupo, sendo essencial que, para acolhê-lo, as novas intervenções disponibilizem infraestrutura e sinalização condizentes, além de garantirem segurança e adequada manutenção aos equipamentos.

Também preocupadas com espaços livres urbanos, Ana Paula Begrow e Maíra L. Felipe refletem criticamente sobre o '[Parque Jardim Botânico de Florianópolis: Apropriação do espaço e Agenda 2030](#)', com ênfase para as metas II, III e VII relativas ao 11º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (associadas a transporte, planejamento participativo e segurança, respectivamente). O texto lista propostas dos participantes da pesquisa para a gestão sustentável dos espaços verdes públicos que priorizam o diálogo entre moradores e gestores e podem orientar políticas públicas para a área.

Na sequência, o artigo '[Rotas percebidas: Atributos ambientais e a atividade de corrida](#)', de Viviane Guariente e Milena Kanashiro, analisa atributos ambientais que, segundo a percepção individual de corredores, influenciam sua escolha dos locais para correr. Fornecendo informações essenciais para intervenções urbanas na escala do pedestre, as pesquisadoras ressaltam pavimentação, trânsito de pessoas, iluminação e declividade como fatores decisivos, os quais se aliam à preferência dos esportistas por rotas atrativas e que proporcionam segurança e conforto.

Visando ampliar a compreensão das relações estabelecidas entre a população e setores urbanos de valor cultural e patrimonial, Glenda Diniz Daltro nos oferece o texto '[História e memória: uma questão de identidade no centro histórico de Cuiabá - Mato Grosso, Brasil](#)', por meio do qual analisa criticamente a evolução daquela área. Finalizando a sessão e a presente edição da revista, o artigo escrito por Guilah Naslavsky e Rafaela Silva Lins, traz a temática '[Gênero, espaço e subjetividade na Igreja do Bom Samaritano em Recife-PE](#)', projetada pela equipe feminina que formava o escritório Arquitetura 4. Além de comentar e documentar a concepção da obra e pontuar sua demolição, em 2024, o texto ainda resalta duas importantes vertentes para continuidade dos estudos neste campo: averiguar a subjetividade inerente à arquitetura religiosa elaborada por mulheres, e dar maior atenção às questões de gênero que atravessam nossa produção arquitetônica.

Diante das muitas reflexões que este panorama colorido e diverso pode nos proporcionar, desejamos a todos/todas/todxs uma boa leitura, reiterando ser essencial abriremos canais de comunicação, vibrarmos positivamente e trabalharmos em conjunto a fim de tornar 2026 um ano produtivo porém leve, alicerçado pela tolerância e pela paz.

Natal, janeiro de 2026.

Gleice Azambuja Elali

Maísa Veloso

Editoras

NOTAS

¹ KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

² Arquiteta, artista plástica, mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU/UFRN.

ENSAIO

- PILARES, PILÕES E PÉTALAS:
o piloti em três tempos na obra de João Filgueiras Lima “Lelé”** 08
PAZ, Daniel M.

- CIDADE, ARQUITETURA E AS PESSOA** 26
MACEDO, Adilson.

CRÍTICA

- O MALDITO CONJUNTO HABITACIONAL:
a produção de habitação social às margens do Direito à Cidade** 44
CAVALINI-LENDIMUTH, Juliana

TEORIA E CONCEITO

- NEUROARQUITETURA, AMBIENTES ENRIQUECIDOS E COHOUSING:
uma abordagem inovadora para o envelhecimento saudável em comunidade** 57
ALBUQUERQUE, Ciro Ferrer H.; SANTIAGO, Zílsa M. Pinto

- SEMENTES RENASCENTISTAS DO MODERNO** 74
SEBA, Luiz Fernando de Biazzi

ENSINO

- REFLEXÕES SOBRE O DESIGN UNIVERSAL PARA A FORMAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO** 86
SARMENTO, Bruna Ramalho

PESQUISA

- CONVIVIALIDADE EM ARQUITETURA E DESIGN:
Revisão Sistemática da Literatura** 101
MELLO, Carolina Iuva de; ACOSTA, Paula Agnes; ROMANO, Fabiane Vieira

- A DIMENSÃO LÚDICA:
Desigualdades do direito a brincar em espaços públicos - Freguesia do Ó e Brasilândia (SP)** 111
FRANCA, Juliana Santiago da; ABASCAL, Eunice Helena Sguizzardi; CYMROT, Raquel

APROPRIAÇÃO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO PARQUE SANTANA ARIANO SUASSUNA, EM RECIFE/PE	131
OLIVEIRA , Raul Pimentel de; SILVA , Joelmir Marques da; MARTINS , Dayse Luckwü	
PARQUE JARDIM BOTÂNICO DE FLORIANÓPOLIS: Apropriação do espaço e Agenda 2030	151
BEGROW , Ana Paula; FELIPPE , Máira L.	
ROTAS PERCEBIDAS: Atributos ambientais e a atividade de corrida	169
GUARIENTE , Viviane; KANASHIRO , Milena	
HISTÓRIA E MEMÓRIA: Uma questão de identidade no centro histórico de Cuiabá - Mato Grosso, Brasil	186
DALTRO , Glenda Diniz	
GÊNERO, ESPAÇO E SUBJETIVIDADE NA IGREJA DO BOM SAMARITANO EM RECIFE-PE	196
NASLAVSKY , Guilah ; LINS , Rafaela Silva	

ENSAIO



PILARES, PILÕES E PÉTALAS: o piloti em três tempos na obra de João Filgueiras Lima “Lelé”

PILARES, PILARES Y PÉTALOS: el piloti en tres tiempos en la obra de João Filgueiras Lima “Lelé”

PILLARS, PYLONS AND PETALS: the piloti in three stages in the work of João Filgueiras Lima “Lelé”

PAZ, DANIEL J. MELLADO

Arquiteto, Professor Doutor, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia

Email: danielmelladopaz@gmail.com

RESUMO

João Filgueiras Lima (1932-2014) foi arquiteto fundamental na história recente da Arquitetura brasileira, pioneiro na pré-fabricação na arquitetura, em especial na tecnologia da argamassa armada. O Centro Administrativo da Bahia foi local privilegiado de seus experimentos. Entre 1973 e 1974 realizou três tipos de edifício, que podemos estudar como variações no tema dos pilotis, e parte da recorrência de temas relacionados ao mesmo, em termos da relação indissociável entre arquitetura, estrutura portante e infraestrutura. São os edifícios as Secretarias em plataformas (1973-74), o Centro de Exposições (1974) e a Igreja Ascensão do Senhor (1975), com uma coda na sua última obra no local, o edifício do Tribunal Regional do Trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: João Filgueiras Lima; Lelé; pilotis.

RESUMEN

João Filgueiras Lima (1932-2014) fue un arquitecto fundamental en la historia reciente de la arquitectura brasileña, pionero de la prefabricación, en particular de la tecnología de ferrocemento. El Centro Administrativo de Bahía fue un escenario privilegiado para sus experimentos. Entre 1973 y 1974, creó tres tipos de edificios, que pueden considerarse variaciones sobre el tema de los pilotis y parte de la recurrencia de temas relacionados, en términos de la relación inseparable entre arquitectura, estructura e infraestructura. Estos edificios incluyen las Secretarías sobre plataformas (1973-74), el Centro de Exposiciones (1974) y la Iglesia de la Ascensión del Señor (1975), con una coda en su última obra en el lugar, el edificio del Tribunal Regional del Trabajo.

PALABRAS-CLAVES: João Filgueiras Lima; Lelé; pilotis

ABSTRACT

João Filgueiras Lima (1932-2014) was a fundamental architect in the recent history of Brazilian architecture, a pioneer in prefabrication, particularly in ferrocement technology. The Bahia Administrative Center was a privileged site for his experiments. Between 1973 and 1974, he created three types of buildings, which can be seen as variations on the pilotis theme and part of the recurrence of related themes, in terms of the inseparable relationship between architecture, structure and infrastructure. These buildings include the Secretariats (1973-74), the Exhibition Center (1974), and the Ascension of the Lord Church (1975), with a coda in his last work at the site, the Regional Labor Court building.

KEYWORDS: João Filgueiras Lima; Lelé; pilotis

Recebido em: 28/09/2025

Aceito em: 05/01/2026

INTRODUÇÃO

Talvez o que distinga mais claramente o modernismo corbusiano de seus contemporâneos franceses, e linhas como a do racionalismo italiano, é a suspensão do prédio em relação ao solo, assumido e desejado. A tecnologia não era obra de sua lavra: estava à disposição. O que faltava eram as razões para fazê-lo, de modo articulado e explícito, e uma nova formulação plástica que lidasse com o contrassensual, insólito, da massa suspensa. O análogo arquitetônico da luta de Kandinsky contra o arranjo triangular das pinturas, herança da imposição da gravidade no mundo real, totalmente ausente na superfície pictórica. Pois bem: apesar da gravidade, o prédio podia suspender-se pois, de fato, já não dependia mais da transferência das cargas ao solo pelo contato de toda sua massa.

Le Corbusier propiciou os argumentos, as palavras-chaves, os exemplos – ideais e realizados – e um vocabulário de fácil reprodução – os Cinco Pontos da Nova Arquitetura –, e mesmo um estilo gráfico de desenho, prontamente assimilado e reelaborado no Brasil por todos os arquitetos ligados a essa renovação. Já sua maneira muito particular de lidar com as formas, esta não se replicava. Ao contrário, coube aos arquitetos brasileiros elaborarem suas próprias estratégias, da técnica à forma, passando pelos motivos. Não se repetia aqui, por exemplo, a procura ansiosa pelo sol, das preocupações helioterápicas e quase como um heliotropismo, em especial no clima europeu e no disputado solo parisiense, tornando local benfazejo o que eram as insalubres mansardas. Outros foram os motivos, outras as maneiras, em especial vindo de arquitetos criadores.

Nesse sentido, vejamos algo dos pilotis, não como elemento arquitetônico em si, mas como parte de certas estratégias de projeto, na obra de João Filgueiras Lima “Lelé” (1932-2014).

Este ensaio é uma versão completa de um texto mais resumido apresentado no 16º Seminário Docomomo Brasil, realizado em dezembro de 2025, em Porto Alegre.

1 O PILOTI NA OBRA DE LELÉ: UMA INTRODUÇÃO

João Filgueiras Lima foi arquiteto fundamental na história recente da Arquitetura brasileira, pioneiro na pré-fabricação na arquitetura, em especial na tecnologia da argamassa armada, com desenvolvimento singular da metalurgia leve e pesada aplicada na arquitetura pré-fabricada (Latorraca, 2000; Lima, 2004; Risselada, Latorraca, 2010). Nessa trajetória, Salvador foi laboratório para tais experimentos, a exemplo de mobiliário urbano, sistema de mobilidade urbana, e serviços como escolas públicas, na Companhia de Renovação Urbana – RENURB (1979-82) e Fábrica de Equipamentos Comunitários – FAEC (1986-89). E depois do Hospital Sarah Salvador (1991) e edifícios para o Judiciário, feitos através do Centro de Tecnologia da Rede Sarah – CTRS, com maquinário e técnicas mais sofisticadas.¹ Em cada um desses momentos, e com as tecnologias à sua disposição, Lelé empregou invariavelmente o expediente de suspender o prédio por meio de pilotis, pelos motivos mais diversos.

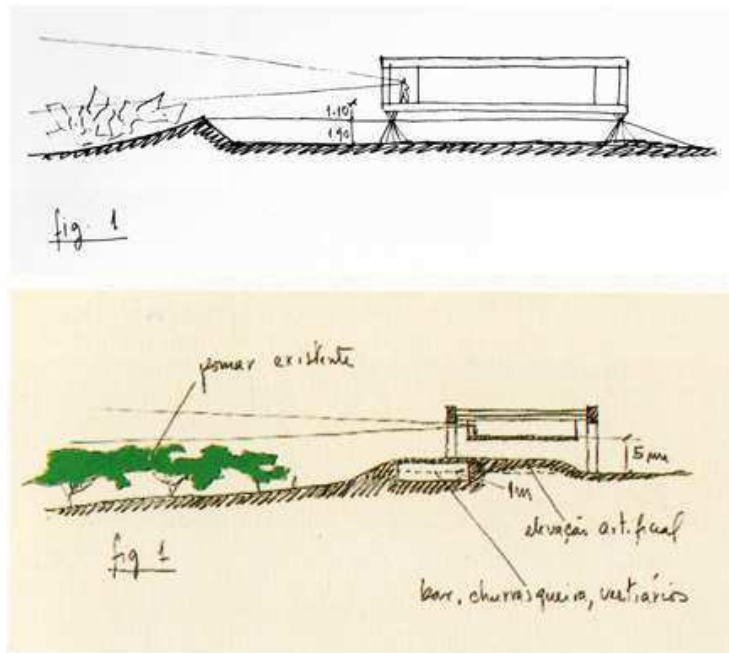
Um dos pretextos foi o imperativo visual. Em alguns casos, para criar um mirante elevado – é o caso das Residências para o chefe do SNI (1965) e para José da Silva Netto (1974), em Brasília (DF), dentro daquilo que Ana Elísia da Costa, Márcio Cotrim e Célia Gonsales (2017) intitularam *esquema base/ pilotis/ mirante*. Neles vemos um manejo particular do térreo. Por um lado, da movimentação de terra e criação de taludes e falsos taludes, ocultando-se, e mesmo enterrando-se, uma parte do edifício. Assim, ele divide-se, camuflando no solo um setor, e reduzindo as exigências em termos de área da parte que estará acima.

Em outros casos, Lelé argumenta que o intento era liberar a vista ao rés-do-chão de eventuais passantes – como no Palácio Thomé de Souza (1986), em Salvador (BA).² Contudo há uma diferença fundamental quando o artifício serve para criar um mirante, suspendendo o edifício, e e o da abertura de pretensas visuais ao rés-do-chão para um eventual observador abaixo, e *atrás*, do edifício. No primeiro caso, o resultado tende a ser eficiente. No segundo, é duvidoso, pela própria constituição do campo visual, isto é, a participação do que está “liberado” pela elevação da construção no cone de visão.

Outro motivo mais prosaico é o de ter vagas de estacionamento, em lotes pequenos como nas sedes estaduais dos Tribunais de Contas da União (TCU) – em Salvador/ BA (1995), Maceió/ AL (1997) e Belo Horizonte/ MG (1997). Esse ganho do solo não era um dos motivos primordiais na obra corbusiana – embora sua *Villa Savoye* (1928-31) exibisse na base um volume recuado e semicircular, onde estava a garagem e desenhava-se, ao menos retoricamente, para a circulação do veículo na projeção do edifício acima, ainda que houvesse um terreno amplo ao redor. E, ironicamente, foi um dos usos mais constantes para os edifícios urbanos, cada vez mais ciosos das vagas dos veículos.

Em alguns casos, argumentava que obtinha uma “praça”, área aberta com jardins que davam continuidade ao espaço público – tal como no Edif. Portobrás (1974) e no projeto da Sede da Eletrobrás (1981), em Brasília e Rio de Janeiro, respectivamente.

Figuras 1 e 2: Acima, croqui de corte da Residência pra Chefe do SNI (1965). Abaixo, o mesmo para a Residência José da Silva Netto (1974).



Fonte: Latorraca, 2000.

E, por último, por certas características do relevo. Como no declive acentuado do local para onde se projetou a sede da Secretaria de Turismo de Salvador (1998), infelizmente não executado. Neste caso, aliava-se explicitamente a ideia de brindar um espaço público, ampliando o adro da Igreja dos Aflitos. Porém como este se situa na falésia de Salvador, que cai rumo à Baía de Todos os Santos, se o projeto estava sobre o terreno íngreme, para o pedestre, tornava-se invisível, e constituiria um solo ganho, desenvolvendo-se para baixo.

Figura 3: Edifício para a Secretaria do Turismo no Largo dos Aflitos (1988).



Fonte: Latorraca, 2000.

Na grande maioria dos casos, a redução dos apoios fundava-se em um recurso estrutural particular: o aumento do porte das vigas laterais. Via de regra, fazendo com que tomasse a altura de um pavimento ou mais, vazando-as, como as vigas vierendeel da Residência para o Chefe do SNI e as treliças metálicas para a Secretaria do Turismo. Em alguns casos, criava uma expressiva viga de transição, que recebia as cargas do prédio e as distribuía para um pequeno número de pilares, tal como no Edf. Portobrás. Ou seja, a tônica não era apenas o *piloti* em si, mas um conjunto estrutural mais ousado, evitando um conjunto maior de pilares e fundações, limpando visualmente o rés-do-chão.

Dito isto, vejamos o caso de alguns dos edifícios projetos e realizados de João Filgueiras Lima no Centro Administrativo da Bahia.

2 O PILOTI NO CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA

O Centro Administrativo da Bahia foi construído na então recém-aberta Av. Luís Viana Filho (mais conhecida como Paralela), reunindo as funções administrativas do Governo do Estado, retirando-as do que se acreditava ser um centro tradicional congestionado e, na prática, sendo decisivo na decadência econômica do mesmo (Cordiviola, 2005). A iniciativa segue o paradigma de Brasília, com urbanismo de acento rodoviarista, onde os edifícios estão dispersos nas áreas verdes, instalados nas cotas mais altas e preservando os fundos de vale e lagos, e ainda na concepção dos edifícios, inclusive com emprego extenso do concreto armado e ensaios de pré-fabricação. Ali, e com obras de porte, se inicia a presença de Lelé em Salvador.

Por meio do redesenho e modelagem digital a partir da árdua interpretação das peças gráficas – projetos de arquitetura, estruturas e reformas – do acervo da Superintendência de Patrimônio (SUPAT) da Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SAEB), estudados nos últimos anos as obras de Lelé dos anos 1970. Então ele concebeu três tipos de edifício, que podemos entender como variações sobre a ideia corbusiana do “*piloti*”.

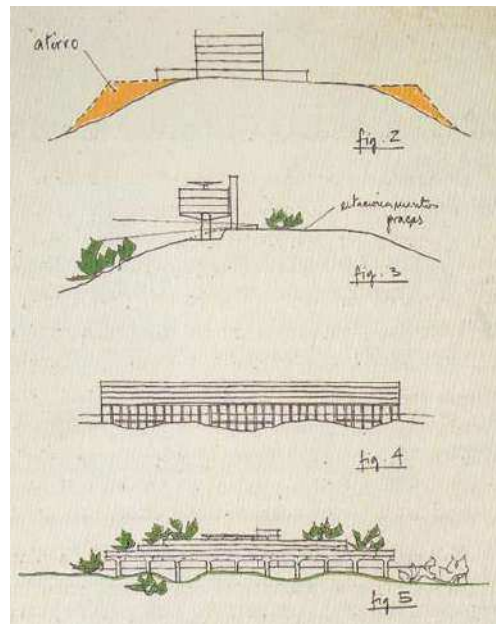
As Plataformas/ Secretarias

O primeiro é um modelo repetido nos edifícios das Secretarias de Estado (1973-1974). Grande barra horizontal, estreita e sinuosa, acomodando-se às curvas de nível, recebeu um mínimo de pilares para não deformar o terreno e impedir a visual aos bosques dos vales profundos adjacentes. Os edifícios foram concebidos como *plataformas*, e assim denominadas, dotadas de infraestrutura para abrigar um programa aberto e dinâmico.

Das seis plataformas idealizadas, justamente a primeira, a Plataforma 1, não foi construída. Mais ambiciosa, serviu como protótipo para as demais. Especulamos que as limitações de prazo e orçamento foram responsáveis pela redução do tamanho do conjunto. Se compararmos a Plataforma 1 com as demais, vemos que estas são pouco mais da metade da extensão linear do protótipo não-realizado. Foram suprimidos elementos como a circulação vertical por rampas e o auditório, concebidos para o conjunto dos prédios, e abandonados. Manteve-se o desenho geral das ondulações, com 2 arcos de aproximadamente 40° e 80°. Porém, menores, parecem mais discretos na sinuosidade do que o protótipo. Reduziram-se também as unidades de elevadores, inclusive proporcionalmente.

A tônica foi a busca pela extensibilidade e flexibilidade. A primeira se estabelece com uma estrutura geral robusta. Lelé imaginava que o prédio poderia ser expandido para cima, com mais alguns andares, o que nunca se fez. A flexibilidade se obtém com cada andar sendo um grande vão indeterminado, suprido pela infraestrutura. Pois, de fato, o edifício é composto por plataformas elevadas afins ao debate da “megaestrutura” do período (Banham, 2001), composta por grandes suportes e peças pré-fabricadas pequenas e leves para fachada, laje e fechamento lateral. As pranchas gráficas mostram esse curioso binômio de verdadeiras obras d’arte de engenharia, complementada com peças prefabricadas, mais próprias do design industrial, sem propriamente um projeto arquitetônico, no sentido usual de espaços compartimentados por paredes.

Figura 4: Croquis onde o arquiteto ilustra sua concepção para as Secretarias. Em corte, a alternativa dos pilotis evita a modificação mais intensa do terreno. Nas elevações, a maior limpidez visual.

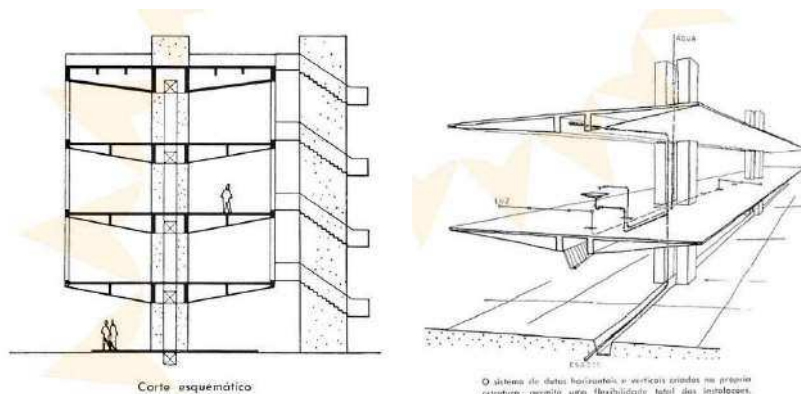


Fonte: Latorraca, 2000.

O projeto converge com as megaestruturas também pelas estratégias projetuais e sua expressão formal. De imediato, temos a lógica dos suportes e a busca por flexibilidade e extensibilidade. Essa procura e os meios para sua realização – “bandejas massivas” e portando as instalações de infraestrutura – estavam potencialmente na obra corbusiana, no desenho visionário para o Plan Obus de Argel, em especial tal como visto no Projeto A (1930) e nos seus projetos de habitação coletiva. A expressão visual converge, pela massividade dos pilares e das vigas em balanço, e a composição das fachadas com as caixas, que evocam os alvéolos, como uma “colmeia”, tão afim da ideia megaestrutural de um suporte que recebe módulos, à maneira de uma adega recebendo as garrafas.

Podemos comparar as Secretarias com edifício onde se tomou decisão análoga: a Escola de Engenharia de São Carlos (1954-57). Projeto de Hélio de Queiroz Duarte (1906-1989) e o engenheiro, Ernest de Carvalho Mange (1922-2005), foi uma obra pioneira na pré-fabricação no Brasil, que optou por uma modulação 70cm, racionalizando o processo projetual e construtivo, e integrando todas as partes. Com largura de 11,2m, seus balanços têm 4,55, e instalações hidrossanitárias e escadas no corpo do prédio, ainda que tivesse uma torre de escadas exterior. As instalações se concentram em uma canaleta visitável, ao longo do eixo longitudinal central do edifício, descendo pelos pilares.

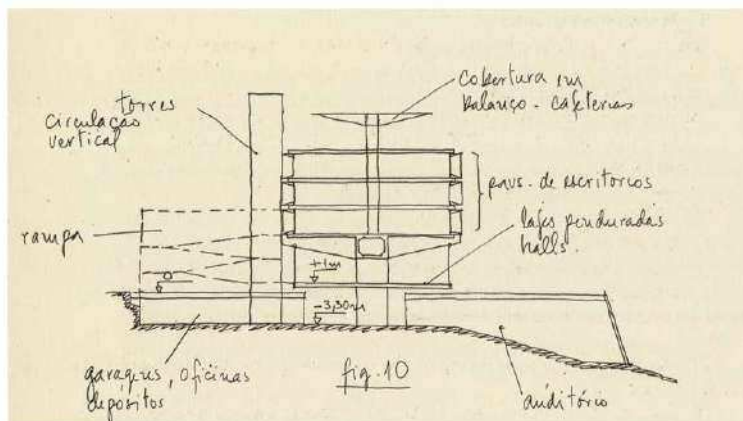
Figuras 5 e 6: Corte e esquema ilustram a lógica construtiva da Escola de Engenharia. Não está claro se são pilares em U, com a haste que une os extremos mais delgada, ou se dois pilares apenas unidos pontualmente. Esse formato permite a viga dupla, e cria o nicho contínuo, vertical e horizontal, pra a concentração conduítes.



Fonte: Escola de Engenharia..., 1959.

Aquele sistema estrutural era mais “puro”, concentrando-se na linha de pilares centrais, com pisos em balanço, e fachada-cortina mais leve, do que o das Plataformas. Nestas existe um notável *tour de force* estrutural, de difícil descrição.

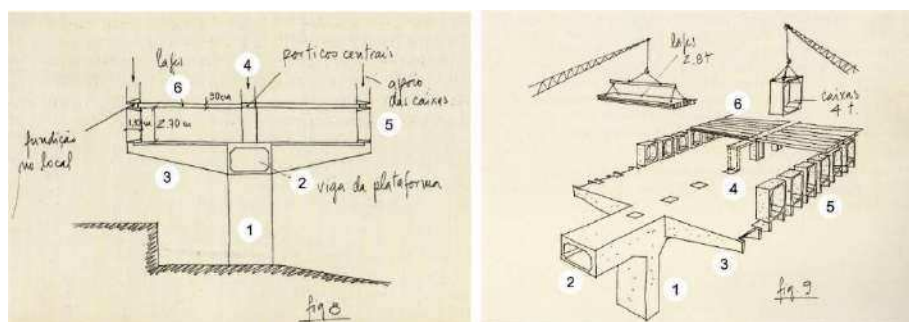
Figura 7: Croqui do arquiteto com um corte esquemático da concepção geral do edifício. Note-se a caixa de rampas, não executada, e presente apenas no projeto da Plataforma 1. Assim como do auditório, prédio independente, implantado em suave declividade, o que não coaduna com os projetos arquitetônicos.



Fonte: Latorraca, 2000.

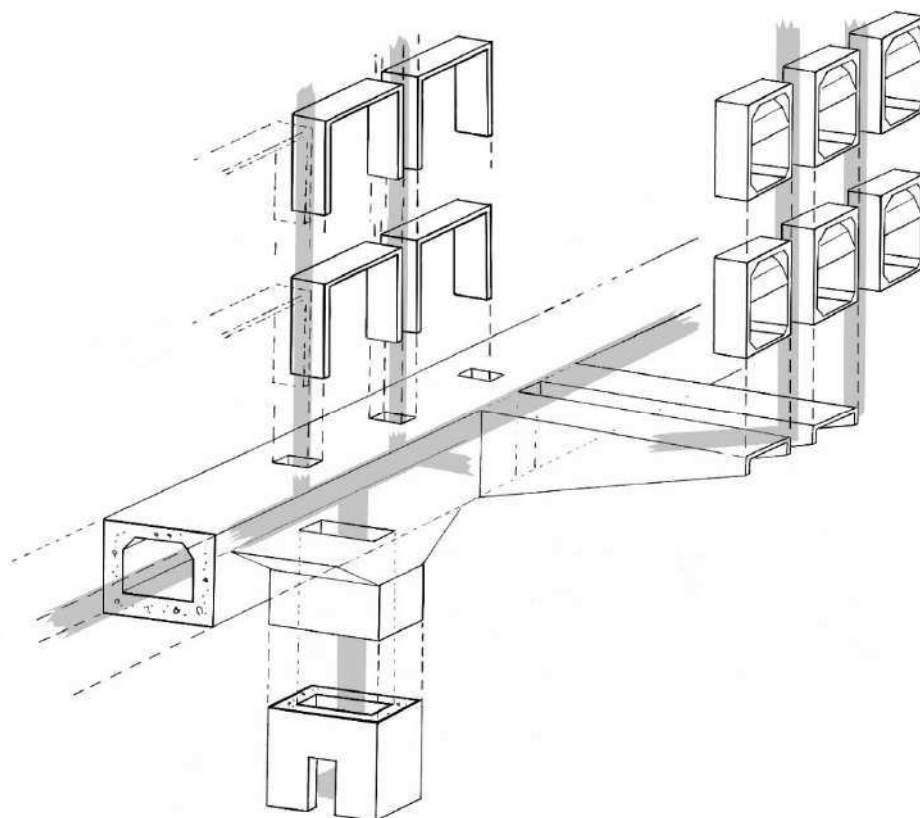
Os poucos pilares não são meros “pilotis”. São grandes tubos ocos, de seção quadrada, visitáveis ao nível do subsolo, de aproximadamente 3,30 x 2,50 m (com variações), espaçados a cada 16,50 m, que apoiam uma expressiva viga-caixão, de 3,30 x 2,50 m (praticamente um pavimento), que serve de viga de transição³ e atua maneira de espinha dorsal, longitudinal ao edifício. Desta partem expressivas vigas em balanço, como costelas, espaçadas alternadamente 1,10 e 2,20 m, que também conformam conduítes em seus menores intervalos. O piso térreo, concretado *in loco*, é atirantado a tais vigas. A partir do primeiro andar, o sistema estrutural muda de orientação, apoiando-se no eixo central em uma série de pórticos que correm longitudinalmente, com 4,40 m de vão (de eixo a eixo), descontínuos entre si, afastados 1,10 m. Este afastamento torna-se um shaft, repetido assim a intervalos de 4,40, redundantes como megaestruturas exigem. Por sua vez, a fachada é composta por alvéolos portantes, chamados caixas. Pórticos e caixas suportam uma série de lajes pré-moldadas, e este conjunto sustenta o piso seguinte, que repete a mecânica. Nesse arranjo, a fachada não é uma “cortina”, apenas segurada por consoles. As caixas servem como janelas, mas também participam da estrutura. As lajes de cada piso, com 7,70 m de extensão – que vencem esse vão porque são tubadas, longitudinalmente, ou por tubos de aço ou de papelão⁴ –, são bi-apoiadas nos pórticos intermediários e caixas das fachadas. As caixas, apesar de serem ostensivos elemento de fachada, e dispositivos dessa interface, controlando luz e ventilação, com seus brises, amarrados com as cintas fundidas *in loco*, tendem a comportar-se como uma grelha maior, a parte reticulada de uma grande gaiola portante. As instalações ponto a ponto seguem pelos vãos deixados pelas caixas e nervuras, o espaço de 1,10 m, tanto na fachada, como no piso e no tubo de queda.

Figura 8: 1) Pilares. 2) Viga central de transição. 3) Vigas em balanço. 4) Pórticos centrais. 5) Caixas. 6) Lajes pré-moldadas. Edição a partir de desenho do arquiteto.



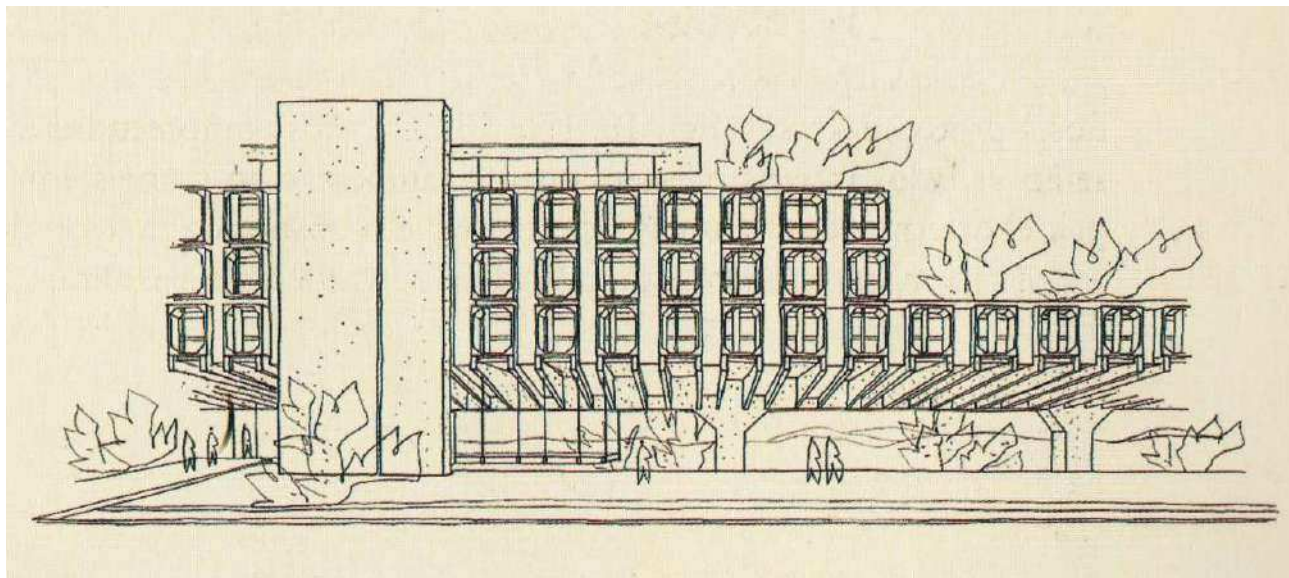
Fonte: Latorraca, 2000.

Figura 9: Perspectiva esquemática, com ênfase nos dutos criados pelo conjunto de vigas, pilares, pórticos e caixas.



Fonte: Desenho do autor a partir de modelo digital elaborado por Gabriella Barbosa.

Figura 10: Na perspectiva do arquiteto, vemos que o espaço intermediário entre as caixas e as vigas, de largura 1,10 m, serve para as instalações, de fácil visitação. Com cores saturadas por prédio – azul, vermelho, verde, amarelo – dão-lhes feição geral elegante e permitem a identificação pública das Secretarias.



Fonte: Latorraca, 2000.

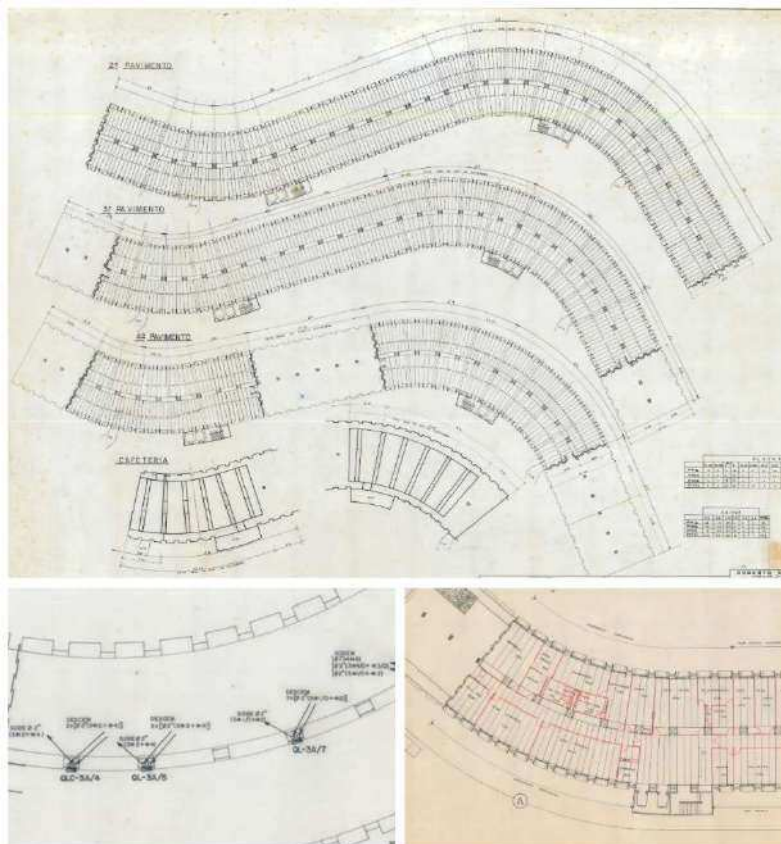
Figuras 11 e 12: Subsolo de edifício atual. Entre as “vértebras” que sustentam o edifício, marcado em vermelho, os dutos que trazem as instalações para a viga central e pilares ocios, com portas de acesso. O espaço residual do subsolo foi ocupado por repartições do órgão. A laje atirantada da recepção perdeu seu papel de belvedere, e também foi ocupada com mais repartições.



Fonte: Fotos do autor.

Neste tipo de edifício, os sanitários costumam exigir um espaço próprio, ou situado no core do edifício, ou como um corpo adjacente ao perímetro. Mas nas plataformas não se contempla instalações hidrossanitárias nos andares superiores, apenas no subsolo. Assume claramente sua posição de megaestrutura aberta, em que caberia – como ocorreu – a um projeto subsequente definir a localização precisa dos sanitários, aproveitando-se dos *shafts* redundantes.

Figura 13: Acima, planta de locação das placas, lajes e caixas. Nelas, vemos os pavimentos-tipo das secretarias executadas, e como são, de fato, vãos livres. Abaixo, à esquerda, detalhe do projeto de instalações elétricas da Plataforma 6, de 1974, lançando mão de alguns dos shafts redundantes. Abaixo, à direita, planta de 1978 mostra os sanitários a construir no terceiro pavimento da Plataforma 6.



Fonte: Acervo da SUPAT.

As torres de circulação vertical são também edifícios em si, inteiramente feitas de concreto em suas empenas. Poderiam ser reforços estruturais, pilares em si mesmos, ajudando a estabilizar o conjunto – que já possui certa rigidez dada a sua forma curva –, contudo não encontramos elemento unindo torres e barra ondulada a realizar esse papel. Ou seja, é como se as torres fossem outros edifícios à parte.

O edifício principal está profundamente relacionado às decisões estruturais e, como dito, de infraestrutura. Existem, de certa maneira, três modalidades de espaço, com suas escalas. Os espaços servidos – para usar o termo de Louis Kahn – de maior porte, que são os vãos de cada andar. Há o espaço servente da circulação vertical, pontual, e que exige um edifício próprio, inclusive superdimensionado, adjacente, que são as torres de circulação vertical: a caixa de escada e dos elevadores, e teria ainda uma de rampas. E um outro, igualmente servente, por onde correm as instalações, pela fachada e desvão dos pórticos, reunidos na grande viga oca longitudinal, e descendo pelos pilares visitáveis.

As Secretarias são aparentadas a outros edifícios de Lelé do período. As caixas, como elemento modular de uma fachada “colmeia” e ao mesmo tempo estrutura portante, foram antes experimentados no Hospital de Taguatinga (DF) (1968), embora sem o arranjo complexo das vigas e pilares da fileira interior. Aplicaram-se no Edf. Camargo Corrêa e o da Portobrás, ambas no Distrito Federal e de 1974, as caixas como componentes portantes de fachada, os shafts, o vão livre conquistado por meio da separação da circulação vertical em torre próprio, entre outros. No entanto, se no Edf. Portobrás as vigas de transição estavam nas laterais longitudinais do prédio, na Secretaria concentravam-se em uma só, central.

Inclusive, João Filgueiras Lima concebe os dutos no sentido contrário, como conduítes possíveis para uma ventilação cruzada, induzida pelo efeito chaminé, precursor de mecanismos mais elaborados empregados nos hospitais da Rede Sarah. Nada nos apontou que essa ideia, presente em croquis, tenha se instrumentado com mais detalhes, e muito menos se realizado.

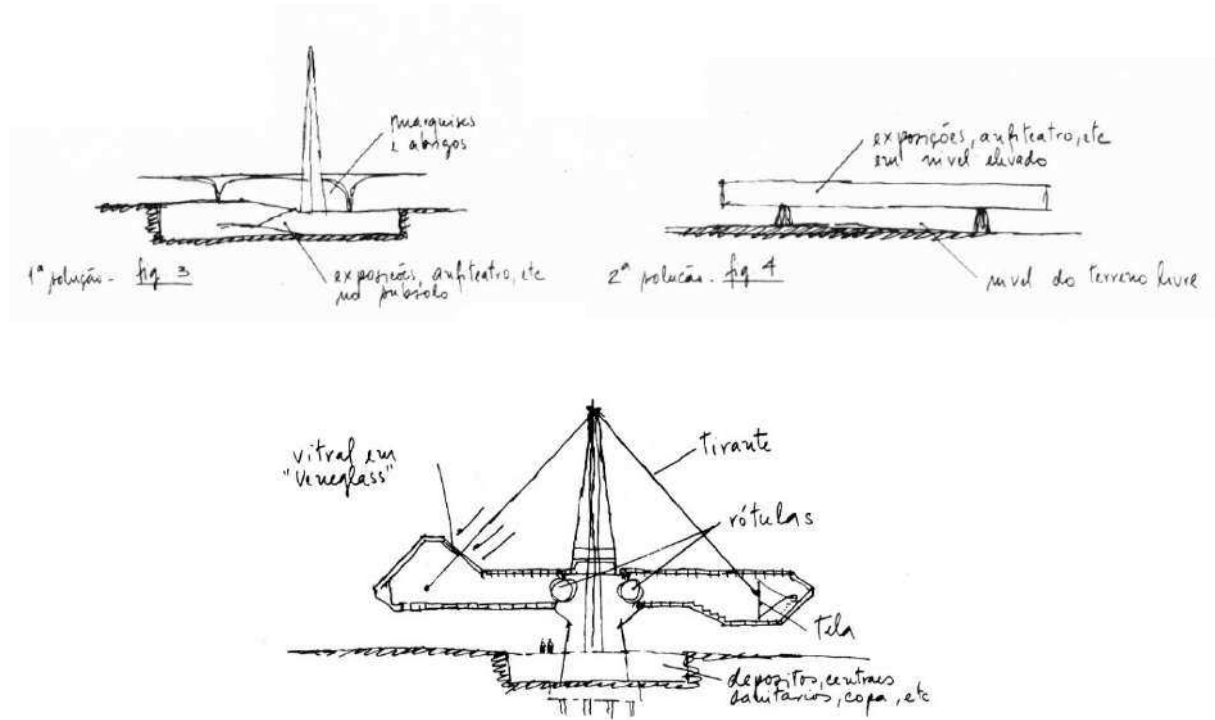
Como dito, o subsolo tem certa independência. É quase que outro prédio, de um pavimento apenas, invisível desde a chegada, mas com fundações próprias, e que seria local genérico de equipamentos, oficinas e mais sanitários. Na prática, tornou-se local de mais setores da administração estatal, tão ciosa de espaço. Da mesma maneira, os auditórios previstos também eram edifícios “independentes”. O projeto onde aparece o auditório é o da Secretaria 1, mais ambiciosa, onde é apenas esboçado, e locado onde o terreno cai abruptamente. Uma rápida análise da planta de situação mostra um declive de 15 metros, mais inclinadas do que seria a plateia de um auditório. O mesmo se repete nos demais sítios das Secretarias. O jogo de fundações e contenções seria contraproducente, por onde quer que se analise. Sem um corte nesse sentido – exceto o corte esquemático, que escamoteia a situação real –, não temos como saber qual seria a solução do arquiteto, e mesmo porquê escolheu a pior localização para esse bloco.

O Centro de Exposições

O Centro de Exposições (1974) que marca a entrada principal do CAB, é um edifício com um programa pequeno, e certa importância simbólica.

Lelé explica que, para liberar a visual do rés-do-chão e área para estacionamento, o prédio foi suspenso, atirantando o andar superior, com auditório e salão de exposição, em um par de pilares, escultóricos, que realizavam a tarefa por engenhoso sistema de circulação de serviço e vigas de borda.

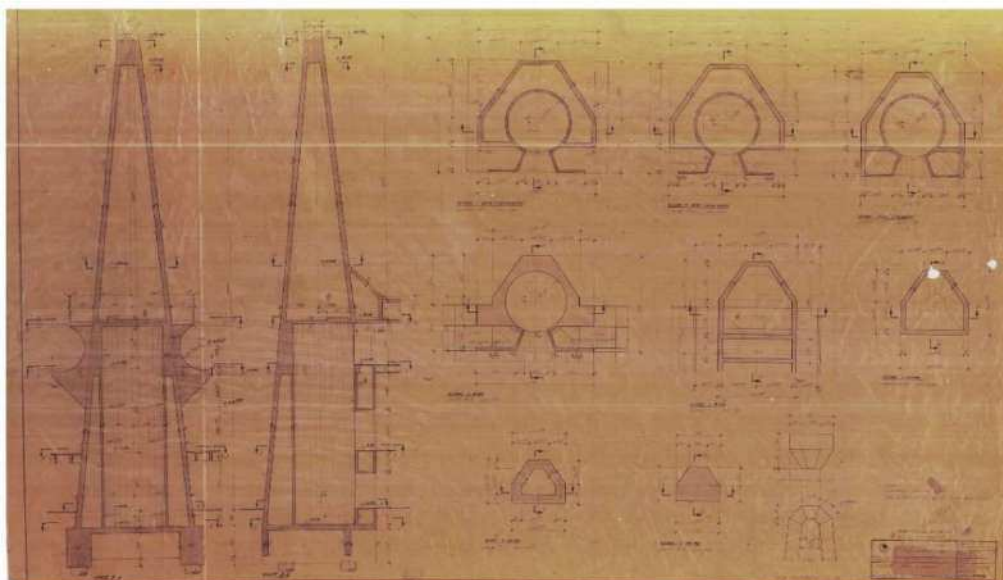
Figura 14: Croquis da concepção do Centro de Exposições.



Fonte: Latorraca, 2000.

De entrada, os dois motivos expostos são muito pouco convincentes. A área ganha é irrisória, e terreno não faltava para as escassas vagas de estacionamento. E não há exatamente o que liberar-se em termos de perspectivas. No entanto, a expressão formal do edifício é óbvia, embora a analogia mais evidente com a balança, e a balança da Justiça – uma espécie de reinterpretação do tema formal do edifício do Congresso Nacional, com seus dois plenários – não pareça corresponder tão propriamente a um centro administrativo.

Figura 15: Fôrma dos pilares do Centro de Exposições.



Fonte: Acervo da SUPAT.

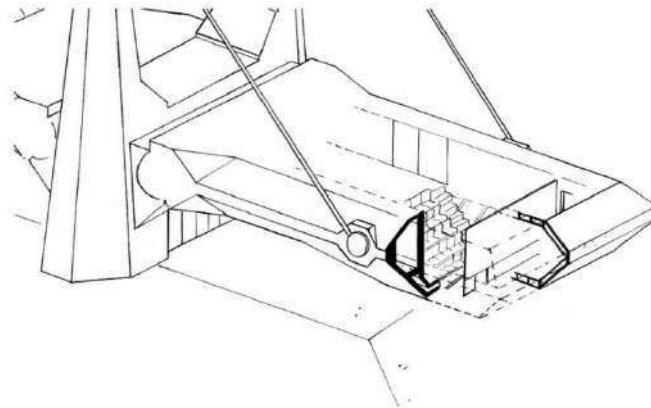
O croqui do arquiteto revela que teria sondado algum elemento, à maneira de obelisco, que servisse como marco à distância. A sua solução, portanto, funde o obelisco com o pilar, dando-lhe uma razão de ser.



Maximizando o papel dos pilares, com a carga e sua redução em número, estes podem modelar-se como obeliscos. Se os grandes pilões suportam o conjunto, servem como contrapeso visual para as partes horizontais, absorvem o papel de marco visual do obelisco antes conjecturado, além de guardar as escadas e as instalações.

Aqui cabe pensar novamente em termos de espaços servidos e serventes. Neste caso, os pilões são, ao mesmo tempo, os shafts e as torres de circulação vertical – um para a escada helicoidal, outro para o elevador –, assim como as vigas de bordos, que escondem um corredor de serviço nas duas laterais. E, no caso do pequeno auditório, conduzindo aos bastidores do telão.

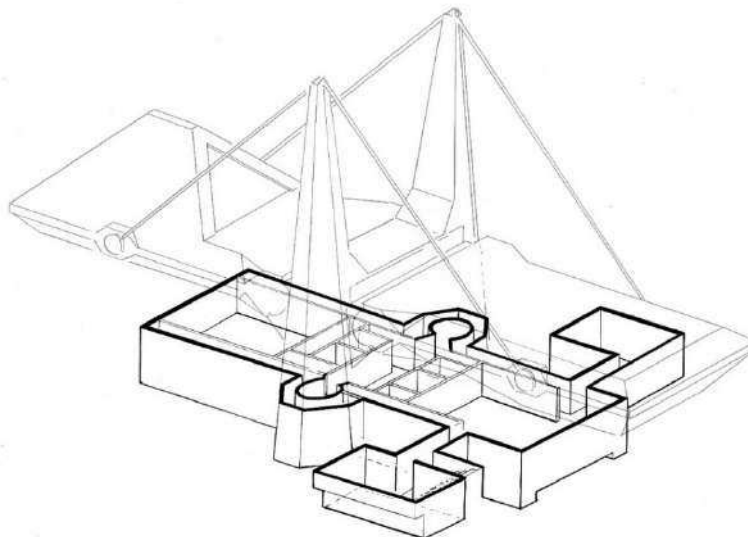
Figura 16: Perspectiva mostrando as vigas de borda na área do auditório. As que seguem no sentido longitudinal abrigam um corredor de serviços, que vai ao bastidor da tela de projeção, por porta e escada.



Fonte: Desenho do autor a partir de modelo digital de Talita Kremers.

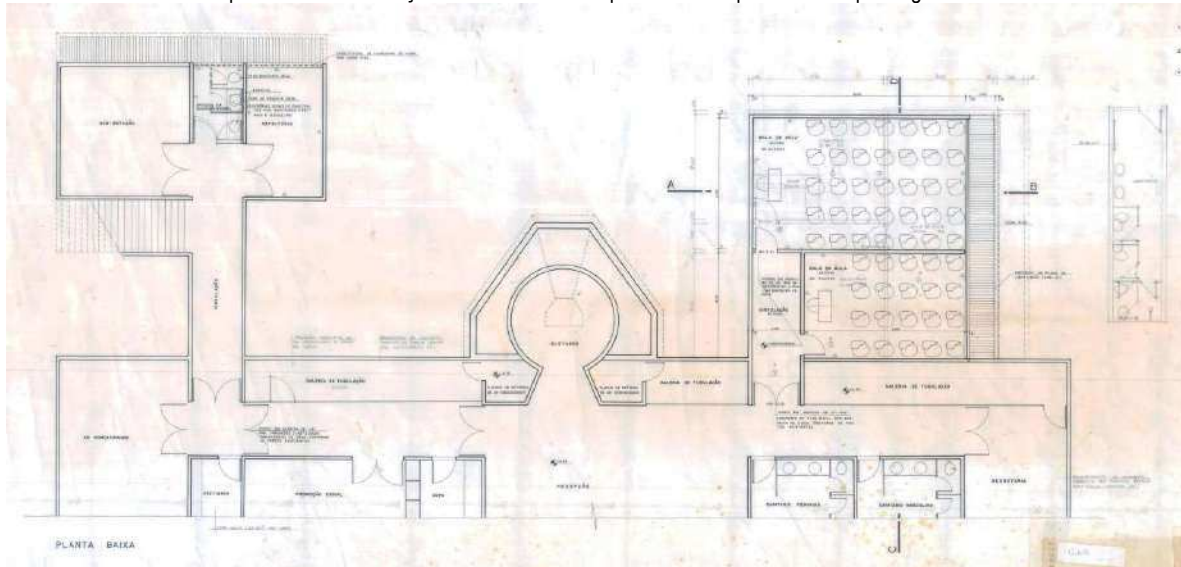
Voltamos à uma composição bipartida onde, ao contrário do que os croquis indicam, o subsolo tem um peso considerável em termos de área construída. Este subsolo tem informações contraditórias. A planta que publica em Latorraca (2000) não corresponde ao executado, sendo mais enxuta, e sem os problemas decorrentes do acesso pelo exterior e da necessidade de aberturas para o maquinário no subsolo. Esse subsolo receberá, depois de construído e inaugurado o prédio, propostas diferentes para seu uso, já não mais do arquiteto e sua equipe.

Figura 17: Perspectiva esquemática do subsolo. A divisão interna é apenas uma indicação, dado que não temos peças confiáveis a respeito. O perímetro construído foi inferido a partir das pranchas estruturais, na ausência do projeto arquitetônico final.



Desenho do autor a partir de modelo digital de Talita Kremers.

Figura 18: Projeto de reforma de abril de 1985. Aponta para um uso insólito de área construída totalmente enterrada, obrigando a expedientes precários de iluminação natural e exaustão para áreas de permanência prolongada.



Fonte: Acervo da SUPAT.

A Igreja Ascensão do Senhor

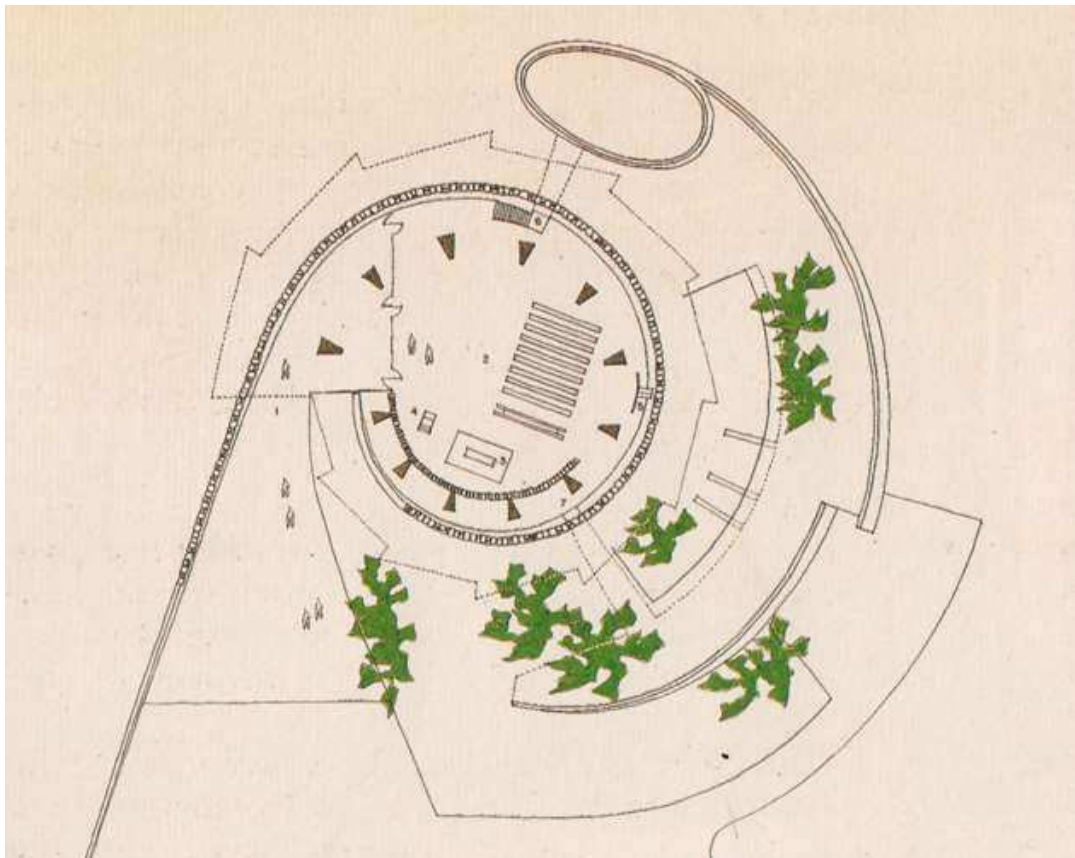
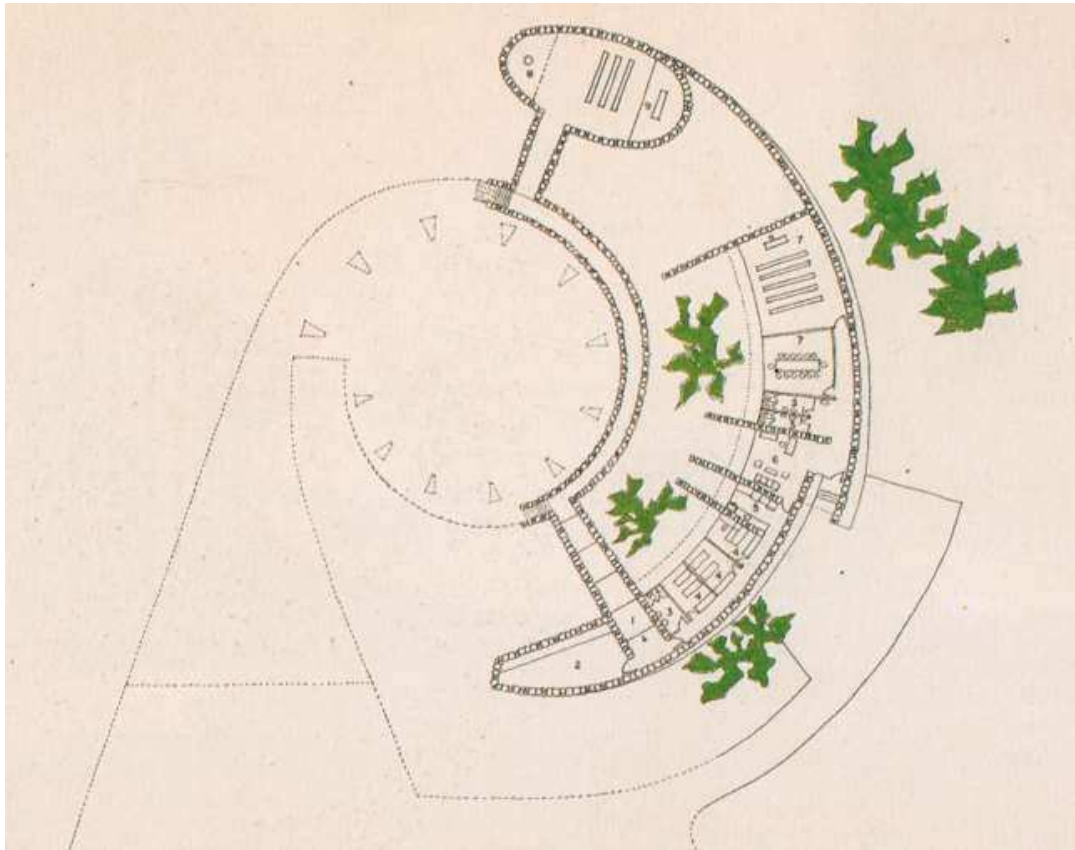
E, por último, a Igreja Ascensão do Senhor (1975) (doravante, Igreja do CAB), manifestação lírica de um programa particularmente sensível.

Figura 19: Igreja Ascensão do Senhor.



Foto do autor.

Figuras 20 e 21: Plantas simplificadas da Igreja.

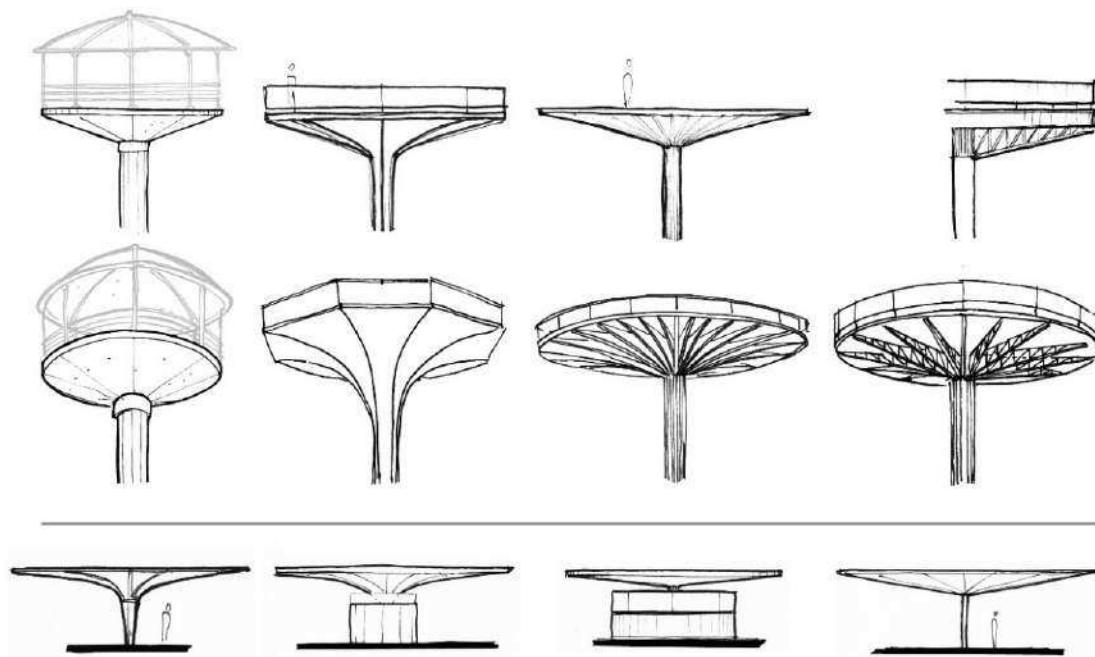


Fonte: Latorraca, 2000.

Parece estranho compreendê-la à luz dos pilotis, visto seu aspecto telúrico, como que emergindo do solo, misto de caverna e floração, o que esconde a *recorrência* – termo caro a Lelé – de um elemento relacionado com os pilotis. No caso, o conjunto formado por uma cobertura suportado por um pilar central, elemento do vocabulário de Lelé, que se prestou a funções diversas (Paz, 2017). Essa obra pareceria fugir, e muito, ao escopo do tema dos “pilotis”. Mas nos parece ser fecundo tratar de entendê-la a partir dos pilares. O que defendemos é ser esta não exatamente uma peça estrutural, mas uma lógica recorrente.

Primeiro, para realizar pisos, abertos ou cobertos. O exemplo mais óbvio são as plataformas que articulavam os tramos das passarelas, primeiro empregadas em Salvador (1986-88). Nestas, eram de uma extrema engenhosidade: um apoio pontual e a possibilidade de ser uma rótula, alterando direção e declividade dos segmentos retos. Em solários dos hospitais da Rede Sarah, era um pequeno prodígio, na medida em que precisavam vencer os problemas decorrentes da esbeltez e propiciar uma área considerável a partir de um único suporte. Note-se que podem ser executadas de diferentes maneiras: lajes-cogumelo concretadas em peças monolíticas, rosáceas montadas com pré-moldados menores, nervuras em concreto ou treliças metálicas. Importa o princípio. A solução destas plataformas se entrelaça com os abrigos de pilar central que realiza ao longo de sua carreira. Essa peça horizontal e seu solitário suporte central serão empregados como cobertura e plataforma (e, em alguns casos, a mesma peça será ambas as coisas); confeccionada em concreto ou aço; de planta retangular, octogonal e circular; peça monolítica ou pré-fabricada em seções radiais.

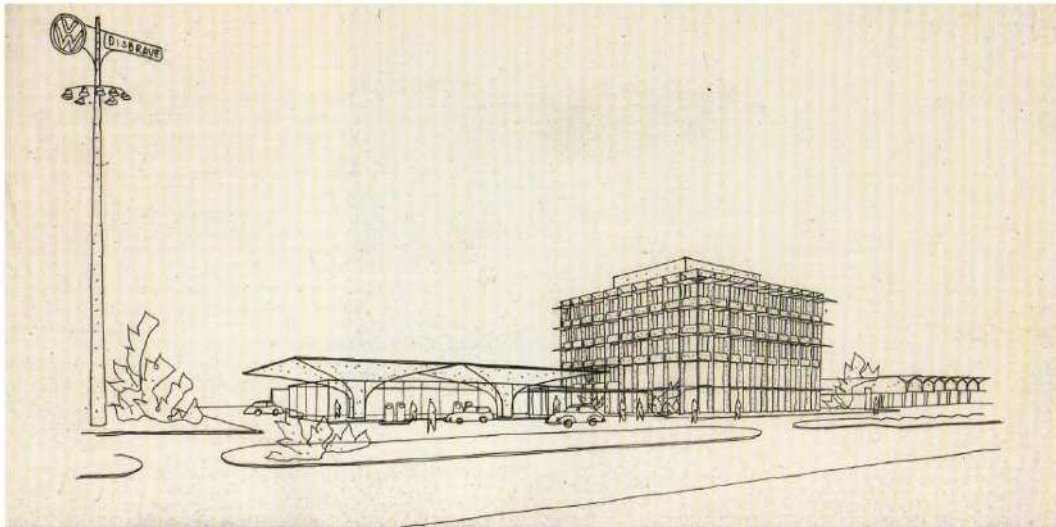
Figura 22: Acima, da esquerda para a direita: plataformas das passarelas padronizadas da Fábrica de Equipamentos Comunitários - FAEC (1986-88); solários do Hospital Sarah Belo Horizonte (1992-97), do Sarah Fortaleza (1992-2001) e do Hospital-Escola Municipal de São Carlos – SP (2004). Desenho do autor. Na linha abaixo da esquerda para a direita: abrigo no Hospital Sarah Lago Norte em Brasília – DF (1996-2003); abrigo no Posto Avançado de Belém – PA (2001-2007); portaria de acesso do Hospital-Escola Municipal de São Carlos – SP (2004); e abrigo de entrada da Residência Roberto Pinho, no Distrito Federal (2008). Todos medindo entre 8 e 10 metros de diâmetro.



Fonte: Desenhos do autor.

Os abrigos de ônibus produzidos pela RENURB, entre 1979 e 1982, também se prestavam para posto policial, banca de jornal e banca de trovadores de cordel. Além de abrigos vastos, sustentado por robustos pilares, de seção variada. Foi assim no primeiro anexo da Sede da Distribuidora Brasileira de Veículos – DISBRAVE, em Brasília (1975) com dois módulos, de 24m de lado cada, abrigando escritório para venda de veículos, bar, salão de exposições, entre outras atividades. Repete o procedimento no projeto para o Belvedere da Sé em Salvador (1979) e no heliponto para a Sede da Eletrobrás no Rio de Janeiro (1981). A partir da tecnologia do CTRS, e do emprego do aço, fará abrigos mais leves, de peças metálicas.

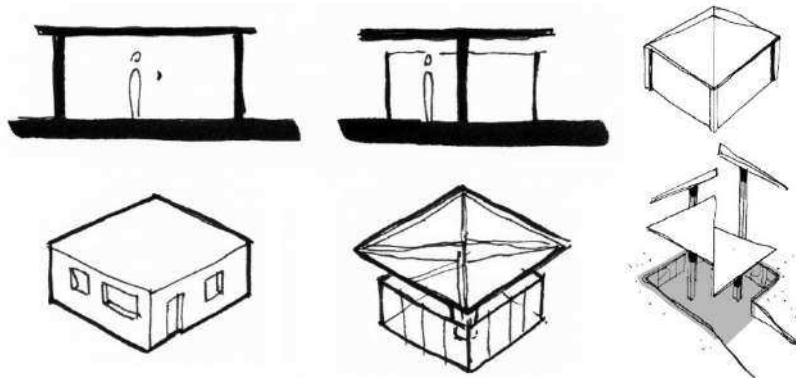
Figura 23: Perspectiva do anexo da DISBRAVE. Notar como o espaço é composto pelos pilares com suas lajes em balanço, e o perímetro recebe uma vedação diáfana de vidro.



Fonte: Latorraca, 2000.

O importante é que Lelé repetidamente realiza uma curiosa inversão: em vez de pilares perimetrais, muitas vezes escolhe um pilar central, em alguns casos oco para conduzir as águas pluviais e a infraestrutura. A operação é feita tanto com construções menores – como os módulos policiais ou guaritas e receptivos – como orientou prédios maiores, como veremos adiante.

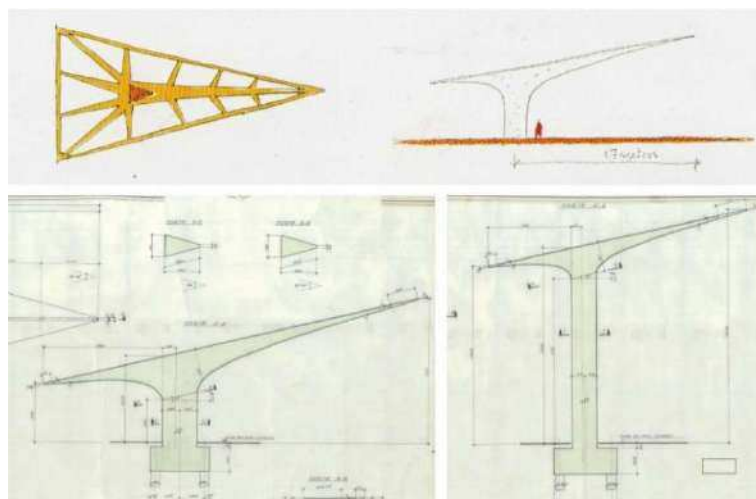
Figura 24: Inversão no procedimento construtivo adotado por Lelé. À direita, esquema demonstrativo da inversão presente na Igreja do CAB (1975).



Fonte: Desenhos do autor.

Ora, a Igreja do CAB é um prédio dessa natureza. É formada por uma somatória destes elementos, adaptados para “pétalas”, lajes assimétricas. As 12 peças rotacionam, ao redor de um centro, sobrepondo-se, e possuem um formato geral idêntico, mas diferente nos detalhes, para compensar sua posição no arranjo global e os esforços a vencer, à medida que os fustes se tornam mais esbeltos. As grandes coberturas da DISBRAVE são próximas cronológica e conceitualmente das pétalas da Igreja do CAB. Imaginemos que aquelas coberturas são “distorcidas”: da forma retangular, recortada para um triângulo isósceles, com seu ângulo mais agudo elevado, e o pilar deslocado para seu centro de massa com uma laje inclinada e com direção. Parte das regras do jogo é que cada pétala tenha autonomia, sem se tocar, funcionando como um misto de caverna com espaço mágico formado pela sombra dos nenúfares de concreto. Daí o prodígio de um edifício aparentemente sem paredes, aninhado num arrimo recortado suavemente no terreno – o que é uma ilusão astutamente construída.

Figura 25: Acima, croqui das lajes/ pétalas (Latorraca, 2000) Abaixo, pranchas das pétalas 12 (a mais baixa) e 1 (a mais alta – a contagem se dá no sentido descendente), os extremos do conjunto, e sua diferença específica.



Fonte da figura superior: Latorraca, 2000. Fonte das figuras abaixo: Acervo da SUPAT.

CONCLUSÃO

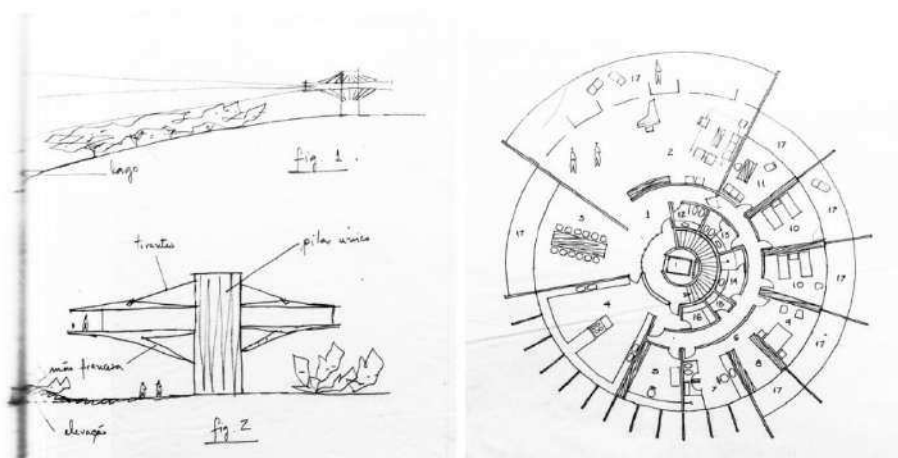
Os três projetos pautam-se em uma profunda correspondência entre uma lógica estrutural, a arquitetura e o espaço obtido. Ou melhor, no que seriam os espaços servidos, aqueles de maior visibilidade e importância.

Pois neles, embora em grau diferente, para além do espaço mais exposto (em dois deles, suspensos com certa acrobacia estrutural), se necessita de um apoio no solo, e no subsolo. A contraparte do suspenso e da ascensão é o enterrado e semienterrado. Nas Secretarias e no Centro de Exposição, o térreo é uma chegada do visitante, em ambos um solo criado, que oculta seu caráter artificial. Na Igreja, a operação é horizontal, com os espaços enterrados, semienterrados e mesmo emulando o solo (com contenções falsas e teto-jardim) nas laterais.

Aqui parecemos fugir, e muito, do tema dos pilotis. Se o último edifício que João Filgueiras Lima realizou no CAB – e que foge à nossa pesquisa mais detalhada, por ser de um outro momento – não retornasse de maneira estentórea ao tema do pilar central e planta circular, em uma escala mais audaciosa.

Lelé ensaiou alguns projetos circulares, como a Central de Delegacias (1979), em Salvador, construída, e o Hospital de Base de Brasília (1969), na torre cilíndrica dedicada à internação, projeto não realizado. Mas notável para nosso caso específico é a Residência R. Bougleux (1971), não realizada, onde se concentram operações aqui já descritas: o edifício erguido, como um mirante, apoiado em um pilar central único e central, que abrigava a circulação vertical (elevador e escada helicoidal)

Figura 26: Croquis da Residência R. Bougleux.



Fonte: Vilela, 2017.

O projeto em questão, o último de Lelé no CAB e não inteiramente realizado, era do conjunto arquitetônico do Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Exigia-se um total de 90.000 m² de área construída, em terreno boscoso com 27 m de desnível, a partir de um platô estreito onde estava o acesso. A solução foi separar os pisos construídos do terreno, com 6 torres cilíndricas, apoiadas em grandes pilares ocultos singulares, conectados por passarelas. Ao fim construiu-se apenas a torre correspondente ao arquivo da instituição.

Figura 27: Torre em construção.



Fonte: Acervo de Fernando Minho.

Figura 28: Edifício atual, ainda que incompleto, visto do acesso.



Fonte: Acervo de Fernando Minho.

Embora nem todos os projetos no CAB fossem empregos, ainda que indiretos, sobre o tema do piloto, ou do pilar centralizado suportando cargas em balanço – pensamos no projeto da sede do Tribunal Regional

Eleitoral (TRE) em Salvador (1997-98), que adota outra linha de trabalho –, foi aquela região local privilegiado para sucessivos experimentos a respeito, dentro da linha da recorrência, sempre estreitamente atrelados com o sistema construtivo e seus materiais, também em contínua exploração e desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

Às estudantes Jacy Fernandes Correia Bisneta, Talita Jaqueline Kremers e Gabriella Estefane Ribeiro Barbosa, e também aos órgãos financiadores das etapas desta pesquisa: à UFBA, por meio do Programa de Apoio a Jovens Pesquisadores Doutores – JOVEMPESQ, em 2022-23, e das Bolsas UFBA e CNPQ em 2024-25.

REFERÊNCIAS

- BANHAM, Reyner. **Megaestructuras: futuro urbano del pasado reciente**. 2ed. Barcelona: Ed. Gustavo Gili. 2001.
- CORDIVIOLA, Alberto Rafael. **Bahia; tempo, cidade, arquitetura**. Tese. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU-UFBA. Salvador, 2005.
- COSTA, Ana Elísia da; COTRIM, Marcio; GONSALES, Célia Castro. Transformações no Esquema Base/ Pilotis/ Mirante: narrativas sobre casas contemporâneas brasileiras. **Revista Thesis**, v.2, pp.221-245, 2017. <https://thesis.anparq.org.br/revista-thesis/article/view/151>
- “Escola de Engenharia de São Carlos.”. **Acrópole**, n. 249, jul-ago (1959): pp. 324- 329. <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/249>
- LATORRACA, Giancarlo. **João Filgueiras Lima Lelé**. Lisboa/ São Paulo: Editorial Blau/ Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 2000.
- LIMA, João Filgueiras. **O Que é Ser Arquiteto. Memórias Profissionais de Lelé (João Filgueiras Lima)**. Em depoimento a Cynara Menezes. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- PAZ, Daniel J. Mellado. Luz, Espaço e Verde: alguns temas modernistas na obra de João Filgueiras Lima, o Lelé. In **Anais do 11º Seminário Docomomo Brasil – O Campo Ampliado do Movimento Moderno**. Recife: DOCOMOMO-BR/ Universidade Federal de Pernambuco, 2017. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32749>, acesso em 15/07/2025.
- RISSELADA, Max; LATORRACA, Giancarlo (eds.). **A Arquitetura de Lelé: Fábrica e Invenção**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Museu da Casa Brasileira, 2010.
- VILELA, Adalberto. **A Casa na Obra de João Filgueiras Lima, Lelé**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

NOTAS

- ¹ Esse intervalo de tempo corresponde à permanência de João Filgueiras Lima nas instituições. As datas têm como fonte o arquiteto Fernando Minho, colaborador de Lelé, corrigindo as informações presentes em Latorraca (2000).
- ² Neste caso, um motivo adicional é que a praça onde se situa é a cobertura de um subsolo preexistente e ocupado; os pilares do edifício estão alinhados com os pilares anteriores, descarregando neles a carga, que é relativamente leve.
- ³ Não encontramos as dimensões precisas dos pilares. Nos trechos curvos do prédio, sua largura aparece curvada, côncava de um lado e convexa do outro. Nos trechos retilíneos, os pilares parecem ter as mesmas dimensões exteriores das vigas, sem que possamos determinar precisão, pelos problemas de passagem das informações gráficas da prancha para a geometria da modelagem. Porém os pilares são mais robustos do que as vigas porque suas paredes são mais espessas internamente.
- ⁴ O que hoje chamam de *laje alveolar*, e está retornando à construção civil usual.

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do autor.

CIDADE, ARQUITETURA E AS PESSOAS

CIUDAD, ARQUITECTURE Y GENTE

CITY, ARCHITECTURE AND PEOPLE

MACEDO, ADILSON C.

Arquiteto, Professor Doutor, Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Email: adilsoncm2@gmail.com

RESUMO

Projeto urbano é um segmento de trabalho situado no campo do Urbanismo. Resulta do planejamento e se caracteriza por atender programas com começo, meio e prazo para finalizar. Trata da invenção do espaço físico das pessoas com boa qualidade para serem referenciados como lugares. Sua implantação decorre do aporte de dinheiro privado e público. Depende de cidadãos dispostos a levar frente ideias e da inspiração do arquiteto para apresentar boas propostas. Procuro mostrar que o espaço pode se revelar um lugar pela ação do projeto urbano, em duas situações de projeto, o caso de uma área em Burlington na América do Norte e outra localizada na cidade de Franca, no Brasil. Primeiro Burlington, que em tempos diferentes desenvolveu uma maneira de implementar própria do *urban design*. Depois, Franca que exemplifica um fazer por iniciativa estrita do 'poder público'. Utilizo o tecido urbano desta cidade para mostrar maneira de "revelar um espaço para projeto urbano", usando o princípio dos corredores e subáreas. Ao final pondero com a afirmação que no Brasil será difícil, porém indispensável implantar projetos urbanos (começo, meio e fim, privado/público). Esperançoso, faço lembrar tentativas anteriores acontecidas em São Paulo entre 1975 e 1979 e o exemplo, da cidade de Curitiba, reconhecida internacionalmente pelo planejamento, os planos e projetos de subáreas distribuídas pela cidade e município.

PALAVRAS-CHAVE: projeto urbano, espaço público, arquiteto-deseñador, implementação.

RESUMEN

El diseño urbano es un segmento de trabajo ubicado en el campo del Urbanismo. Es el resultado de una planificación y se caracteriza por servir programas con un inicio, un intermedio y un plazo para finalizar. Se trata de la invención de espacios físicos de las personas con calidad para ser referenciados como lugares. Su implementación es resultado del aporte de dinero privado y público. Depende de la voluntad de los ciudadanos de llevar adelante sus ideas y de la inspiración del arquitecto para presentar buenas propuestas. Intento mostrar que el espacio puede revelarse como lugar a través de la acción del diseño urbano, en dos situaciones de diseño, el caso de una zona de Burlington en América del Norte y otra ubicada en la ciudad de Franca, en Brasil. Primero Burlington, que en diferentes momentos desarrolló su propia forma de implementar el diseño urbano. Luego, Franca, que ejemplifica una acción iniciada estrictamente por las "autoridades públicas". Utilizo el tejido urbano de esta ciudad para mostrar cómo "revelar un espacio para el diseño urbano", utilizando el principio de corredores y subáreas. Al final, considero la afirmación de que en Brasil será difícil, pero imprescindible, implementar proyectos urbanos (inicio, medio y final, privados/públicos). Con suerte, recuerdo los intentos anteriores que tuvieron lugar en São Paulo entre 1975 y 1979 y el ejemplo de la ciudad de Curitiba, reconocida internacionalmente por su planificación, planes y proyectos de subáreas distribuidas por toda la ciudad y el municipio

PALABRAS CLAVE: diseño urbano, espacio público, arquitecto-diseñador, implementación.

ABSTRACT

Urban design is a segment of work found in the field of Urbanism. It results from planning and is characterized by meeting programs with a beginning, middle and deadline to finish. It deals with the invention of people's physical space with superior quality to be referenced as places. Its implementation results from the contribution of private and public money. It depends on citizens willing to conduct ideas and on the inspiration of the architect to present good proposals. I try to show that space can reveal itself as a place through the action of urban design, in two project situations, the case of an area in Burlington in North America and another found in the city of Franca, in Brazil. First, Burlington, which at various times developed a way of implementing urban design. Then, Franca, which exemplifies work done strictly by the initiative of 'public power'. I use the urban fabric of this city to show a way of 'revealing a space for urban design', using the principle of corridors and subareas. In the end, I ponder with the statement that in Brazil it will be difficult, but essential to implement urban projects (beginning, middle and end, private/public). Hopefully, I recall earlier attempts that took place in São Paulo between 1975 and 1979 and the example of the city of Curitiba, internationally recognized for its planning, plans and projects for subareas distributed throughout the city and municipality.

KEYWORDS: urban design, public space, architect-designer, implementation.

Recebido em: 05/05/2025

Aceito em: 24/11/2025

1 INTRODUÇÃO

Projeto urbano é matéria candente no Brasil com assento dentre as competências abrangidas pelo urbanismo. Trata da invenção de espaços cujo objetivo é se tornarem lugares para as pessoas. Os procedimentos para espaço existente realizá-lo se relacionam a interesses privados e públicos. A base é o espaço que receberá a adição de contributos melhores para a qualidade de vida. Envolve parcerias privado-público e no Brasil há dificuldades para isto. Elas decorrem da centralização do 'poder público' na capital federal que por gradiente chega aos governos estaduais, as prefeituras das grandes e pequenas cidades, ao gabinete dos dirigentes e dos técnicos responsáveis pelo urbanismo municipal. De onde nascem regras para o uso e ocupação do solo, município e cidade, instâncias que o projeto deverá atender até ser aprovado. O projeto urbano deve ou poderia propor alteração de dispositivos legais para melhorar o espaço a ser transformado; dar cor local às diretrizes oficiais. Assim, decorrem conflitos de interesse que implicam em haver flexibilidade e bom senso quanto a legislação oficial. O projeto urbano se aproxima ao que Aldo Rossi chamou 'arquitetura da cidade' (Rossi, 2018).

Planejar é um dos primeiros passos das atividades humanas. Organizar o espaço físico como um todo é desígnio da disciplina de planejamento regional e urbano. Dela vem as regras gerais para ordenamento e a identificação de possíveis planos setoriais. Segundo a setorização fornecida pelo planejamento se encaixa o projeto urbano para áreas delimitadas. Disciplina que fornece ideias para criar ou reconfigurar espaços e desenvolver projetos a partir de entendimentos compartilhados entre empreendedores privados e representantes oficiais. Projeto urbano nos países adiantados são gerenciados por uma empresa privada, controladora dos aportes financeiros e do cronograma de obras. Compreendo as dificuldades para isto acontecer no Brasil, mas, insisto como arquiteto-desenhador-professor ser preciso melhorar as práticas do ensino de planejamento e criar a disciplina de projeto de arquitetura da cidade (projeto urbano). Sobre este assunto se encontram subsídios interessantes no texto 'A pesquisa como elo entre teoria e prática do projeto: alguns caminhos possíveis' (Veloso, M.; Marques, S., 2007).

Surgir conflitos de interesse aparecem quando da aplicação dos procedimentos para projeto urbano, pois eles implicam em haver flexibilidade e bom senso ao aplicar a legislação urbanística vigente. No Brasil isto não é nada fácil, aqui os vilões costumam ser colocados do lado privado. Comentei sobre este assunto em outros escritos, e acabo por voltar a eles. Pensando para frente, vou procurar 'revelar espaços para projetos urbanos' como um arquiteto-cidadão-professor. Apontar ideias para configurar espaços, lembrando o conceito introduzido pelo professor Christian Norberg-Schulz sobre o 'espírito do lugar' (Norberg-Schulz, 1980). Em São Paulo uma tentativa para realizar projetos urbanos aconteceu na gestão do prefeito Olavo Setúbal (Figura 1-A), industrial, banqueiro e político, período de 1975-1979, pela EMURB, Empresa Municipal de Urbanização. No tempo de Setúbal houve independência para realizar projetos, depois se transformou em SP Urbanismo - 2009 – com a missão de revisar o plano diretor municipal. O presidente da EMURB, durante a gestão de Setúbal foi o arquiteto Ernest Robert de Carvalho Mange (1B). Vieram as iniciativas tipo privado-público, como a transformação de uma quadra no bairro de Santana e apoio a diferentes empreendimentos distribuídos pela cidade. A inspiração veio do que se fazia em New York, cidade onde o prefeito John Lindsay entre 1966 e 1973 deu cobertura para intervenções do tipo *urban design*. Modalidade introduzida pelo arquiteto Jonathan Barnett (1-C), professor da Universidade da Pennsylvania, que após a experiência com Lindsay em Nova York publicou dois livros, 'Urban design as public policy', oito anos depois 'An introduction to urban design' (Barnett, 1974 e 1982).

Figura 1: os mentores da ideia de Projeto Urbano em São Paulo:
A-Olavo Setúbal; B-Ernest Mange; C-Jonathan Barnett



Fonte: Commons Wikipedia.

Nos USA aplicar os procedimentos para '*urban design*' tiveram boa repercussão e passaram a ser programa de universidades importantes. Posso isto afiançar por ter sido discente de mestrado na Graduate School of Design, Harvard University, Urban Design Program (1975-1977). No Brasil a dificuldade para estabelecer um programa acadêmico para o projeto urbano é grande, não há interesse, na prática é difícil acontecer projetos que envolvam a cooperação privado-público, quanto mais implantar curso neste formato. Apresentarei um caso positivo.

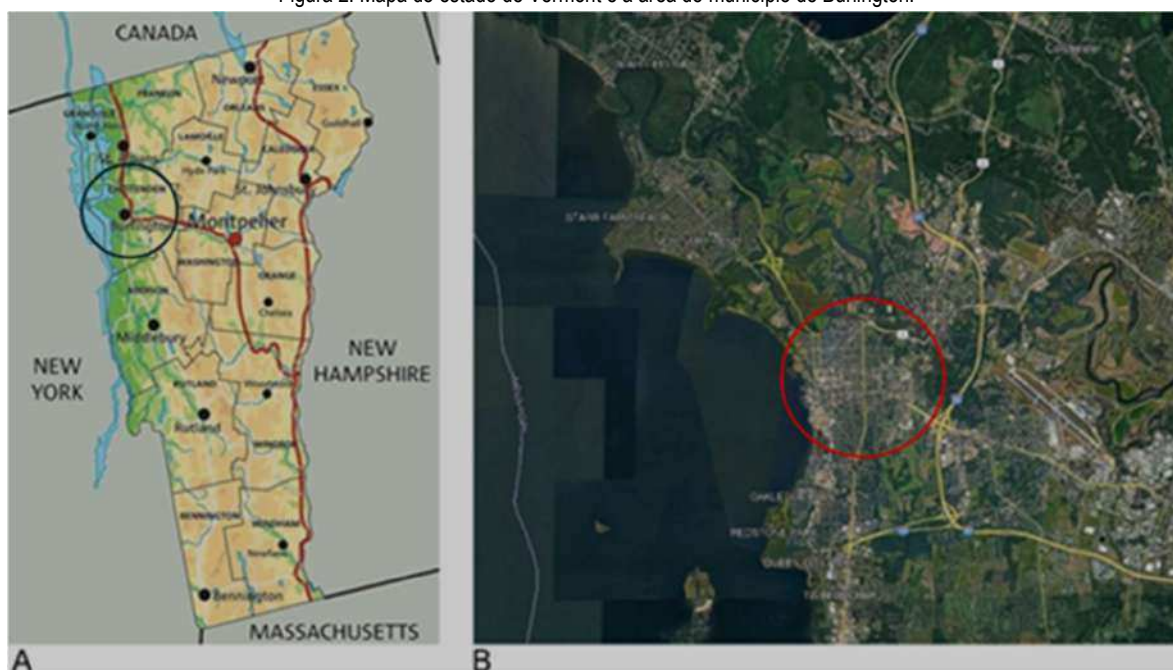
Foi no mês de junho ano 2024 que comecei a escrever este ensaio, ao voltar de viagem pelos Estados Unidos da América, EUA. Minha esposa Ana Maria e eu, aposentados, a cada ano passamos uma temporada em Lake Worth e Weston, no estado da Florida, para estar com dois de nossos três filhos e quatro netos; há dez anos moradores. Desta vez, saindo de São Paulo fomos direto a Burlington estado de Vermont, para visitar um casal de amigos norte-americanos que residem em Fairfield, município próximo. Burlington se localiza a leste do Lago Champlin e a 72km da fronteira com o Canadá. Revisitando a cidade senti a pujança de seu espaço central e veio a ideia de apresentá-lo como exemplo de um projeto urbano de boa qualidade, inspirador para mim, talvez, para quem se interessar por esta leitura. Doutra parte comentarei sobre o espaço central da minha conhecida cidade de Franca, no estado de São Paulo, BR. Duas situações socioculturais e expectativas diferentes quanto a qualidade ambiental que estimulam o olhar do arquiteto-deseñador, cidadão comum, inquieto com a qualidade do espaço para as pessoas. Por meio de ensaios publicados na Revista Projetar venho procurando mostrar ser possível 'revelar áreas para projeto urbano'. O ensaio de hoje está organizado pelos tópicos: 1. 'Introdução', sendo apresentada, 2. 'Espaço central da cidade de Burlington' lugar revelado para mostrar um projeto urbano desenvolvido com atenção às pessoas 3. 'Sobre o espaço central de Franca, São Paulo', preliminares de um projeto para ser desenvolvido não só por especialistas, mas, com a colaboração de pessoas da comunidade francana. 4 'Reflexões', o arquiteto-cidadão e a consciência coletiva, para o projeto urbano como empreendimento privado-público de alta qualidade. A cidade Curitiba, referência para sustentabilidade. 5. Bibliografia, lembrança de escritos que foram significativos para o autor. 6. Agradecimento às pessoas que contribuíram na produção e para a publicação deste ensaio.

2 ESPAÇO CENTRAL DA CIDADE DE BURLINGTON

Nos Estados Unidos da América, o estado de Vermont, 643.077 habitantes (censo 2020) possui superfície de 24 906,26 km². Sua capital é Montpelier de apenas 8.075 habitantes) sítio histórico com prédios tombados de alta qualidade, pequena com o *status* de cidade-capital. A maior cidade do estado é Burlington, cuja área metropolitana equivale a 40,13 km² e população de 225,562 (2020). Vermont se localiza na região do país denominada New England, sua fronteira Norte é com o município de Quebec, Canadá, a Leste com New Hampshire, ao Sul com Massachussets e a Oeste com o estado de New York. Sua economia é de origem agrícola, sendo Vermont considerado o maior produtor de *maple syrup* do país - produto vegetal cuja aparência lembra o mel de abelha. É extraído da árvore que lhe empresta o nome. Passando a fronteira, os canadenses têm orgulho de ver o desenho da folha desta árvore estampada na bandeira do país. Na estação de outono o chão se torna coberto pelas folhas de '*maple trees*', que chegam a quarenta e cinco metros de altura. A tonalidade das folhas muda do amarelo, passando pelos tons sépia, marrom, amarelo e vermelho, o conjunto das árvores e o piso coberto no outono criam uma linda e inspiradora paisagem. Estas árvores campeiam por New England, USA e o Canadá, as conheci quando morei em Cambridge, Massachussets. O município de Burlington fica longe do oceano, mas, recebe benefícios da água a Leste, marcado pelo Lago Champlain. A Oeste Vermont existe uma a região é montanhosa, se descortina um panorama aberto, espetacular, paraíso dos esquiadores, figura 2, em 2A, situei a região do estado de Vermont em relação aos seus vizinhos, em 2B a cidade de Burlington.

Chamo atenção sobre como um projeto urbano evolui a partir do lugar 'The Church Street Marketplace', localizado na porção central da cidade. Exemplo muito positivo para mostrar como acontece o desenvolvimento de um projeto urbano - *urban design* - quando acontece o indispensável equilíbrio das relações público-privado. Os itens relacionados são: o planejamento (organizar), o projeto e a implementação, relacionados com o objetivo de buscar conforto para as pessoas; esperar para que em certo momento elas façam referência ao espaço que foi idealizado como um 'lugar' bom para ser vivenciado.

Figura 2: Mapa do estado de Vermont e a área do município de Burlington.



Fonte Wikipedia Commons.

Então poderá se dizer que o projeto obteve sucesso. Procure mostrar como tal afirmação se aplica ao espaço estudado em Burlington! Teve início em 1958, aceito pela comunidade e implantado durante os anos 1980-81, com base no projeto final desenvolvido por Carr, Lynch Associates, de Cambridge, Massachusetts. Note-se que o 'Lynch' da empresa remete ao arquiteto-professor Kevin Lynch, autor do livro, 'A imagem da cidade' (Lynch, 1960). Gerenciar coube a Church Street Marketplace Commission. Ajustar partes intervenientes desde 1970 foi atribuição de Patrick Robins, presidente da Downtown Burlington Development Association e do arquiteto Bill Truex, coordenador da City's Planning Commission, posições importantes para desenvolver a implementação do empreendimento. Nos dois primeiros anos do projeto se organizaram semanas, quando foram fechadas quatro quadras da Church Street, explorando o visual para a majestosa igreja católica, as frentes comerciais abertas para a rua da igreja, onde existiam prédios antigos de boa qualidade tombados pelo órgão de patrimônio histórico. Tratava-se do desenvolvimento de um trecho da cidade destacado para o encontro de pessoas. Inicialmente o título atribuído ao projeto foi 'auto-restrict mall', com regras para construir próprias deste trecho da cidade. O tráfego foi transferido para vias paralelas e aos poucos foi assimilada coletivamente a ideia do mall. Em 1977, Robins e Truex visitaram 'projetos urbanos' semelhantes em fase final de implantação nas cidades de Portland, Minneapolis e Providence. Portland, hoje é considerada padrão para sustentabilidade urbana. Note-se que a American Planning Association, renomada instituição, relacionou o lugar entre os 'Great Public Spaces - 2008'. Há bom material disponível sobre o local, penso ser pelo interesse histórico, associado a quantidade de edificações tombadas existentes e bem reformuladas para os novos usos; talvez pela proximidade da capital do estado, a pequena Montpelier; existe uma segura rodovia permitindo fácil ligação entre elas e ligação ferroviária.

Existe boa documentação sobre Burlington e referencias aos aspectos relacionados com os episódios associados a implantação do 'The Church Street Marketplace'. Pelos relatos sobre a história, observei aspectos que fizeram-me sentir o que é o processo de implementação colaborativa, entre os lados público e privado. Acabo pensando sobre os entraves para implantação de projetos que poderiam ser melhores no Brasil se houvesse participação efetiva da comunidade. Para o caso de Burlington há um resumo dos episódios históricos, onde se pode verificar momentos importantes do processo de implementação, em um texto publicado pela Wikipedia Commons versão atualizada que consultei durante o desenvolvimento deste ensaio (Wikipedia, 2024).

Para visualizar a Church Street no passado mostro duas imagens, na figura 3, em 3A foto tomada por volta de 1915, em 3B nos anos 1930, na área do projeto urbano onde chamo atenção para o número de carros estacionados. Este espaço mostrava-se bom para desenvolver um projeto urbano, espaço inspirador ser desenhado para ser um 'lugar'. A quantidade de veículos demonstra a pujança econômica da cidade e o desenvolvimento industrial do país. Fato reforçado pelos tipos construídos e acabamento esmerado dos prédios. Na época já eram usados os toldos de lona colorida para proteger as vitrines e a entrada das lojas. Imagine-se a vida neste lugar que exala clima de qualidade, com pessoas circulando pela Church Street, definida pela frente dos edifícios e a vista dominante da igreja (Figura 3).

Figura 3: Church Street cerca de 1930.



Fonte: Wikipedia Commons.

O texto da Wikipedia é interessante pois chega a temas recentes, por exemplo, mostra como o espaço comercial deste lugar 'foi ancorado' pela Macy's, uma grande loja de departamentos e outras que se instalaram desde o início dos anos 2.000. A seguir mostro exemplos de prédios na Church Street que formam o recinto (*mall ou precinct*,) cujo ponto focal é a igreja. Na figura 4, destaca-se em A, a Howard Opera House; em B, edifício para lojas, escritórios e residências. Na imagem C, uma casa unifamiliar, todos com lojas no térreo. A partir de 2010 foi regularizado a implantação das marquises em vidro transparente, como proteção extra para o acesso as lojas, devido a frio, chuva e neve. A inclinação grande destas marquises é devido a quantidade de neve que ocorre no inverno, pois, a temperatura chega a menos trinta graus centígrados (Figura 4).

Figura 4: O 'calçadão' Church Street Mall.



Fonte: Wikipedia Commons, enciclopédia livre, consulta julho 2024.

A permissão para construir as marquises de vidro, resultou da discussão pela comunidade sobre a questão estética (Figuras 4B e C). Processo de decisão que se torna enriquecedor para o projeto urbano, pois aponta

para um tipo de espaço que se constrói aos poucos, segundo a evolução do lugar e acabam por se integrar organicamente ao conjunto existente. Aproveito da discussão sobre as marquises em Burlington para lembrar que no Brasil seria bem difícil chegar a uma discussão comunitária sobre elementos da paisagem urbana que poderiam ser considerados detalhes. Veja e reflita sobre o que pode se tornar qualidade do ambiente urbano, elementos repetitivos que complementam o todo dos espaços. Observem tudo isto pelas imagens da figura 5.

Figura 5: Em 5A, o passeio de pedestres. 5B, estudantes descansando, 5C. o prolongamento do “mall”.



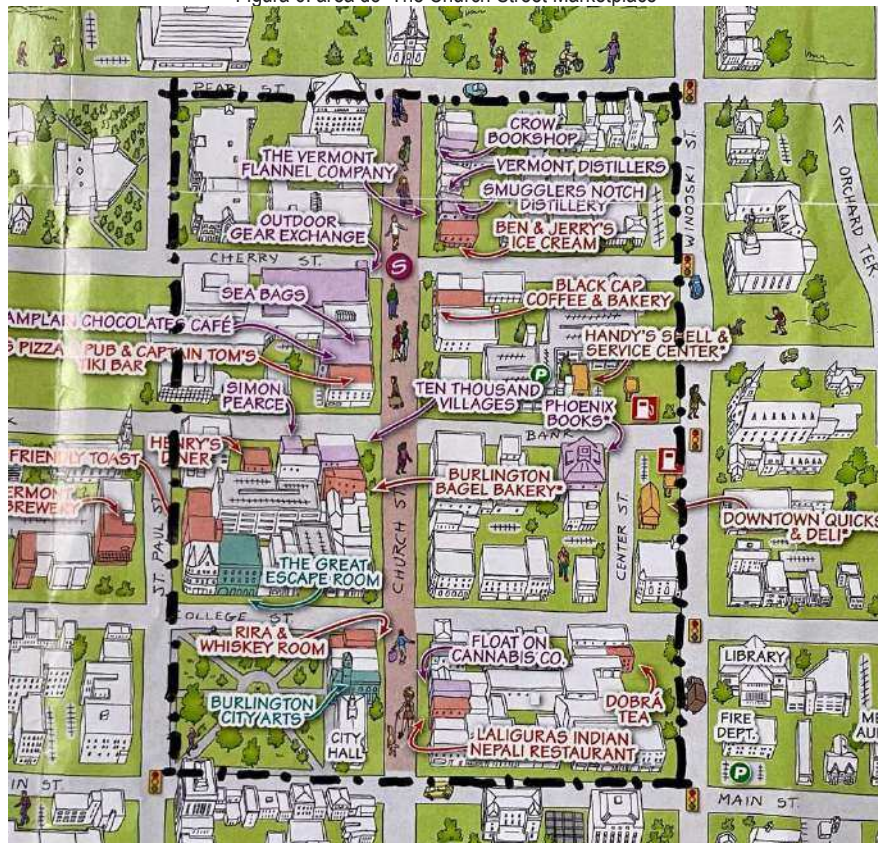
Fonte: fotos do autor. Junho 2024.

O projeto de 1970 reuniu quatro quadras próximas da igreja e hoje, andando por lá sente-se a diversidade e a continuidade que existe os tipos de espaços e que o número de quadras passou para oito, o recinto foi ampliado. Não consegui saber ao certo, mas, pela facilidade de relacionamento privado-público observada, a extensão do projeto deve ter sido incorporada ao empreendimento inicial. Sente-se a fluidez do espaço físico e a continuidade dos elementos urbanos. Observe na planta a seguir que parece faltar um trecho de rua para completar as quadras por inteiro, mas, talvez seja desejo de todos não interromper o parque para favorecer a passagem de veículos cortando o jardim. Por este exemplo quero chegar ao pensamento de que o bom procedimento para implementação de projetos pode chegar a detalhes como este. Não consegui saber se o tipo de ocupação ampliado para mais quatro quadras foi incorporado ao empreendimento oficial. A realidade mostra a continuidade do espaço físico na extensão do recinto comercial incorporando um trecho de jardim (tipo *courtyard*).

O tipo de espaço como este do ‘The Church Street Marketplace’ assentado em uma área onde existem muito próximo uma a outra edificações de interesse histórico e hoje em dia sua vocação passo ao tipo de uso para comércio e serviços, somado ao que desperta para o interesse turístico, pode ou deveria ser tratado como uma subárea da cidade (Figura 6). Mundo afora encontram-se exemplos significativos como este de Burlington, mas, destaca-se neste caso a sistemática da implementação do projeto, equilibrada, levada por interesses privados e públicos. O tempo para implantação do projeto iniciado nos anos setenta e que chegou a sua consolidação ao final século XX. Depois, foram as extensões naturais que lugares como este acabam por receber, quatro quadras à mais como no caso apresentado. Este é um fato notável que os profissionais que tratam da legislação

urbanística devem ter em mente e o arquiteto-deseñador, no sentido de que seu projeto não será conservado como um intocável monumento listado como de interesse público. O tempo mostrará mudanças e extensões conforme explica melhor o livro *'The Oregon Experiment'* (Alexander, 1975).

Figura 6: área do 'The Church Street Marketplace'



Fonte: Mapa turístico 2024, as oito quadras do mall atual.

Há outros segmentos do tecido urbano bem interessantes, além do espaço defronte a igreja. No mês de junho 2024 quando visitei Burlington, por coincidência era época em que os estudantes da Universidade de Vermont fundada em 1798, mantida por fundos privados, estavam se preparando para as solenidades de formatura. Observe na figura 5B dois estudantes lagartando, na *Church Street Mall*. Popularmente as pessoas chamam a universidade pelos nomes de Universidade das Montanhas, às vezes UVM, proveniente de seu nome latino *Universitās Viridis Montis*. Ela possui cerca de dezesseis mil estudantes e se localiza a Sudoeste da cidade. Campus aberto de prevalência das atividades universitárias e formado por quarteirões que se mesclam na trama de Burlington. Um projeto urbano enriquecedor cujo contexto que se espalha por um espaço maior. Desde os prédios acadêmicos até os setores para esportes, moradia para professores e alunos, os edifícios da medicina, hospitais, locais para comércio e serviços, estacionamentos, entremeados por espaços vegetados que propiciam paisagem de ótima qualidade. O campus universitário é um outro exemplo de projeto urbano de sucesso apoiado por iniciativa privada e pública.

Arrisco dizer que o território do município de Burlington foi pensado, estudado e realizado com a característica de implantar os espaços por partes, respeitando as estratégias do plano diretor e realizando projetos de subáreas com boa qualidade. Certamente, fruto da vontade dos cidadãos para imaginar, pensar e realizar em conjunto no sentido de atender as necessidades e possibilidades para construir espaços e valorizar a vegetação natural, profícua na região. Valorizo os elementos urbanos que influem no projeto, para quando bem resolvidos e

construídos, proporcionarem um lugar para as pessoas. É preciso considerar o projeto urbano como resultado do pensar, por todos e amistosidade, para assim gerar bons resultados. Isto ajuda o arquiteto na concepção dos elementos urbanos (Amado, 2014).

Apresentei o projeto *Church Street Mall* e comentei sobre a universidade, todavia em Burlington há outros bons recortes como: o Píer que se faz atrativo, toda a borda do Lago Champlain, o percurso das montanhas com seus pontos de parada, vistas interessantes e práticas esportivas. Lembro o conceito da cidade feita por partes, que motivou-me desenvolver os conceitos e procedimentos sob o título 'corredores e subáreas' que aplico em trabalhos profissionais e serve para orientar alunos, sobre em como estudar a forma e projetar a cidade. No próximo tópico faço observações sobre o tecido urbanizado de Franca para mostrar exemplo de trabalhar os tecidos comuns no Brasil, ou seja, como pinçar certo projeto de renovação desde um contexto tradicional. Assim, explorar os elementos urbanos existentes tendo em mente 'atitude projetual'. Tipo de comportamento relativo a escarafunchar o tecido da cidade, como atitude relativa ao desenvolvimento de projetos segundo os procedimentos de 'corredores e subáreas'.

3 SOBRE O ESPAÇO CENTRAL DA CIDADE, FRANCA, SÃO PAULO, BR

Tratarei da área central da cidade de Franca, sem a finalidade de comparação com Burlington e sim, para prosseguir no pensar sobre projeto urbano como *urban design*. Devo lembrar que a Geografia e História auxiliam o arquiteto-deseñador 'meio por cima' que seja, também a Morfologia Urbana (sítio natural x construções); são instrumentos importantes para a fundamentação de projetos urbanos. Para facilitar afirmo que conheço mais ou menos Franca e seus arredores, o suficiente para o escopo deste ensaio. O município está situado à nordeste do estado de São Paulo; cerca de quatrocentos quilômetros da capital e a setecentos de Brasília. De São Paulo o percurso passa por Campinas e Ribeirão Preto até Franca, situada a quase mil metros acima do mar, sua população perfaz 364 331 (IBGE, 2024) e, sua fundação data 1805. É uma cidade de médio porte cujo avanço aconteceu nos anos 1960 e 70, durante a expansão da indústria coureiro-calçadista. Com orgulho se dizia a 'Capital Nacional do Calçado Masculino de Couro', mas, desde o final do século XX devido a concorrência com a China a cidade perdeu as grandes fábricas de sapatos e algumas continuaram com uma produção bem menor; como o caso da indústria Samello, para lembrar uma marca resiliente. Franca, seguindo a tradição de centro de negócios, continuou com pequenas indústrias coureiras e mantém-se como bom local para negócios resultantes do setor rural e imobiliário. Destaque internacional para a cidade se faz pelo seu ótimo time de basquetebol. Consulte o texto 'A origem da indústria de calçados de couro em Franca, SP' (Navarro, 1999). Quanto às transformações políticas, socioeconômicas, paisagem natural e construída, sustentabilidade relativa ao desenvolvimento urbano, há estudiosos que tratam dos temas. Pesquisas que constituem indispensável pano de fundo com respeito ao projeto da área central de Franca. Com respeito ao planejamento urbano do município de Franca, existe boa matéria investigativa no trabalho de (Bertelli, Lopes, Faleiros, Bertelli, 2019).

Franca se desenvolveu como um lugar bom para morar, em parte devido ao clima proporcionado pela altitude, a oferta de trabalho e imóveis residenciais oferecidos. A cidade espalha-se pelos bairros e como arquiteto penso nas avenidas abertas no fundo dos vales, destaco o caso do Ribeirão dos Bagres e do Ribeirão Cubatão. Eles fazem parte dos corredores que atravessam a cidade. Um corredor compreende os elementos de origem, neste caso o curso de água, o sistema viário e a faixa de lotes fronteiros. Modo geral o correr dos lotes lindeiros são ocupados por variado uso do solo. O corredor compreende os elementos de origem, neste caso o curso de água, o sistema viário e a faixa de lotes fronteiros. Modo geral o correr dos lotes lindeiros são ocupados por variado uso do solo. Todas as considerações que faço se originam de leituras, ampliar o conhecimento sobre o objeto de estudo e dar apoio para as observações empíricas que acompanham o idealizar de um projeto na fase inicial do invento de espaços, circulação, acessos, espaços livres e a volumetria arquitetura da cidade.

Como exemplo da fase inicial da industrialização francana, uma vista de olhos sobre a indústria Jaguar 1970, e a Modelo 1975, permite imaginar como foi a localização das primeiras fábricas e seu padrão construtivo. A fábrica Samello, dentre elas cresceu bastante e se localizou em ponto periférico da cidade, mais tarde teve suas instalações reduzidas e hoje ocupa trecho do terreno da empresa, onde há galpões desocupados e outros destinados para usos diversos, figura 7. Em 7A, Jaguar a primeira fábrica de sapatos; em 7B a fábrica Modelo, em 7C a portaria e um dos galpões hoje utilizado que ontem fizeram parte do conjunto maior da Samello.

Figura 7: fabricas de sapato em Franca, Jaguar e Modelo, ~2060 e Samello ~1970.



Fonte: 7A e 7B, Wikipedia Commons; 6C, arquivo L.C.M Andrade, agosto 2024.

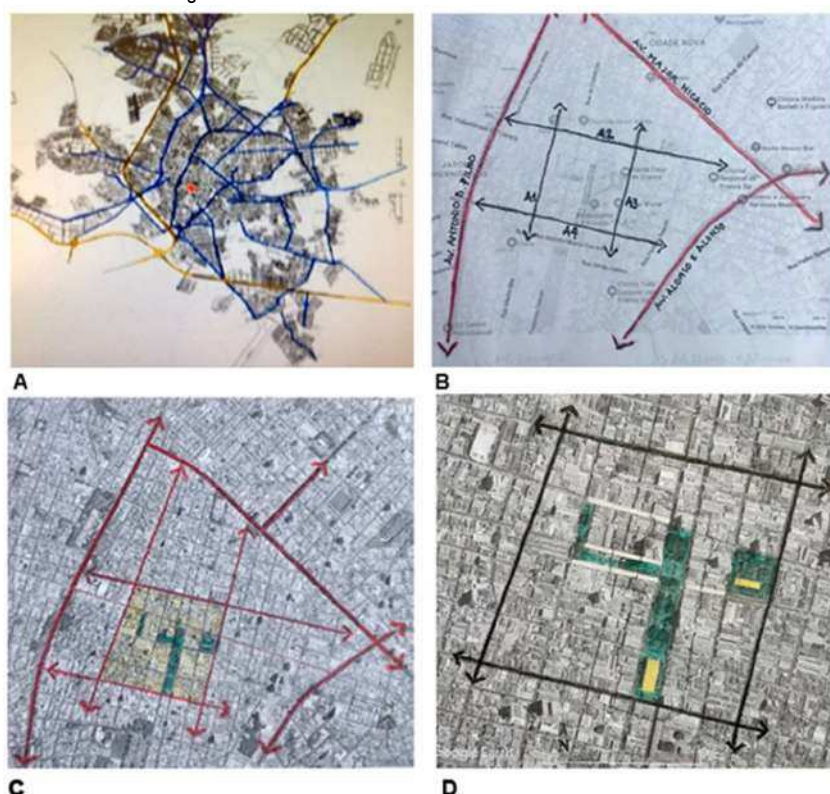
Franca e demais cidades brasileiras possuem o sistema viário em conformidade com as normas usuais de trânsito de autos, mas, as faixas destinadas para as calçadas são muito estreitas, o paisagismo das ruas precário e as áreas verdes exíguas. Tudo a favor dos leitos carroçáveis, pois o trânsito de veículos à motor parece ser a preferência das autoridades em nosso país. Prevalência das pistas de rolamento sobre os faixas verdes, tão importantes para a absorção de água e puro desencanto quanto a pensar a paisagem bonita que é possível criar por larga faixa reservada para vegetação, calçadas amplas, bicicletas e pontos de encontro. A realidade mostra a maioria das calçadas estreitas, ainda mais quando se torna 'necessário' alargar as faixas de rolamento, o recuo obrigatório dos prédios modesto ou nulo nas partes mais antigas das cidades. Valorizar o espaço das vias públicas (as calçadas da cidade modo geral) é assunto candente para o arquiteto no projeto urbano. Com a expansão do uso de veículos como o automóvel, ônibus e camionetes para serviços, foi 'necessário' alargar as faixas de rolamento de nossas cidades; aconteceu na vizinhança imediata da principal igreja de Franca e por isso, entre outros argumentos, apresento algumas ideias para o 'Espaço Igreja Matriz'. Subárea da área central da cidade. Tomo por base os princípios que apresentei no e-book 'Corredores e subáreas, como estudar a forma e projetar a cidade' e tratarei de realçar a importância de o arquiteto-deseñador assumir princípios de foro próprio quanto as ideias primeiras do desenvolvimento de projetos. No exemplo, projeto urbano 'Espaço Igreja Matriz', o primeiro passo será assumir qual será a base de trabalho, para a boa simulação (Macedo, 2021).

O início é a ideia para valorizar o centro da cidade, organizar os espaços para as pessoas e os espaços livres, do trecho, que tradicionalmente se faz atrativo para as pessoas e tem potencial para receber melhorias. Tudo difere de Burlington, no sentido que o traçado de Franca segue o padrão das cidades de origem portuguesa, com quadras segmentadas por vias estreitas, lotes com frente de pouca largura, nos tecidos mais antigos sem recuos de frente e laterais e quase sempre calçadas modestas. Na minha cidade - São Paulo - vias de largura grande foram implantadas segmentando quadras, as vezes vizinhanças estruturadas e espremendo faixas de domínio de cursos de água e reservas verdes. Concluo por ser este o tipo de estrutura física que o arquiteto-deseñador deve enfrentar no Brasil e sobre questões correlatas recomendo consultar o livro 'A forma da cidade de origem portuguesa' escrito por Teixeira (2012).

Por motivos de família de vez em quando vou a Franca (364.331 habitantes), estive lá pouco tempo após o retorno de Burlington (225.562 habitantes) - censos de 2024. Daí veio a ideia para olhar com maior atenção a área central da cidade paulista, porte médio, especular sobre seus espaços. Com o meu sobrinho Luís Claudio Menezes de Andrade, engenheiro civil, percorri de automóvel o município, depois a área central a pé, onde detectamos desconforto para o movimento de pedestres. Procuramos entender a estrutura física e até onde vai o centro da cidade; apoiados por um mapa oficial, fotos do Google Earth e usando o telefone celular nas visitas de campo. Veja a figura 7, em 7A, o círculo vermelho sobre o mapa do município mostra o centro da cidade. Em 7B, aparece o setor onde se delineou por linhas vermelhas os limites do distrito e por linhas pretas A1, A2, A3 e A4 o Centro da Cidade. A figura 7C é o diagrama sobre uma foto aérea que mostra o setor central. Em 7D, maior escala, destaca-se em verde áreas significativas de vegetação, elementos importantes para eventual revisão dos espaços centrais de Franca; em amarelo a Catedral da Imaculada Conceição e o prédio do banco Itaú; antigo hotel rodeado por vegetação que ocupa quadra inteira. Na figura 7D, os calçadões estão nas tiras de cor branco.

Com o meu sobrinho Luís Claudio Menezes de Andrade, engenheiro civil, percorri de automóvel o município e, depois, a área central a pé, onde detectamos desconforto para o movimento de pedestres. Procuramos entender a estrutura física e até onde vai o centro da cidade; apoiados por um mapa oficial, fotos do Google Earth e uso do telefone celular nas visitas de campo. Na figura 8, em 8A, o círculo vermelho sobre o mapa do município mostra o centro da cidade. Em 8B, aparece o setor onde se delineou por linhas vermelhas os limites do distrito e por linhas pretas A1, A2, A3 e A4 o Centro da Cidade. Na figura 8C, o diagrama sobre uma foto aérea que mostra o setor central. Em 8D, maior escala, destaca-se em verde áreas significativas de vegetação, elementos importantes para eventual revisão dos espaços centrais de Franca; em amarelo a Catedral da Imaculada Conceição e o prédio do banco Itaú; antigo hotel rodeado por vegetação que ocupa quadra inteira. Na figura 8D os calçadões estão nas tiras de cor branco. Assim se concluiu o registro de referência para o projeto e pensei: Burlington um caso excepcional e Franca, a minha realidade!

Figura 8: Elementos básicos da estrutura urbana de Franca.



Fonte: Prefeitura do Município, mapa oficial e diagramas do autor.

Penso sobre os tipos de tecidos urbanos, em particular quando inspiram o arquiteto para a possibilidade de tratá-lo como um projeto (*urban design*). De início estudar uma superfície maior que aquela destinada ao projeto, como no exemplo de Franca. Ter as primeiras ideias, refletir sobre elas até se consolidar um estudo preliminar, como se faz no projeto de edificações. Organizar desenhos esquemáticos que representem à ideia do projeto, discutir com todos, ajustá-las a realidade material e as necessidades demonstradas pela comunidade para chegar a bom resultado (o que parecer, mas não é fácil!).

No mapa do município (Figura 8), mostro estrutura base dos movimentos que separam partes da cidade, as 'vias que atravessam' (escala do município). Resultado do primeiro olhar e registro do arquiteto-deseñador para entender a estrutura urbana. Depois, marcar as 'vias que atravessam' o setor central da cidade; que o configure como um todo, em seguida, identificar a área destinada ao projeto, figura 8B. A localização de espaços pontuais relativos aos empreendimentos para o Centro tem destaque no diagrama da figura 8C. Em 8D aparece o conjunto da área central. Como ideia inicial de projeto pensar em como se poderia alargar as calçadas, atualizar os calçadões e dar um caráter o próprio para as quadras através de canteiros para o verde, rede de eletrificação no subsolo, bom mobiliário urbano e organizar os letreiros das lojas. Através destas medidas elevar o 'projeto urbano' ao padrão de qualidade entendido internacionalmente por *urban design*.

Em casos de áreas centrais como Burlington, Franca ou cidade outra, o projeto tem início por mostrar as primeiras ideias para os comerciantes, associações de bairro, técnicos da prefeitura, políticos, jornalistas e o público interessado. Buscar maneira para encorajar e fazer com que interajam os participantes privados e os representantes do 'poder público', através de redobrados encontros, do tipo oficina, '*workshop* ou *charrete*'. Deste modo os responsáveis pelo projeto poderão sentir e explorar impressões vindas dos cidadãos. Juntos fazer brotar as primeiras ideias e desenvolver possibilidades para o redesenho do centro urbano. No caso que apresento apenas a área relativa à Igreja matriz! Eu e o Luís Claudio caminhamos com o olhar voltado para o Centro, com a observação que os 'calçadões' atuais podem ter sido uma iniciativa positiva da prefeitura. Mas, bem distante do conceito de projeto urbano como *urban design*. Na figura 9, aparecem espaços que marcam a paisagem urbana e que poderiam ser atualizados com facilidade. Por exemplo a entrada junto as ruas Saldanha Marinho e a rua do Comércio, figura 9A. Não é um calçadão, mas, uma pré-existência interessante, fato a explorar: observem o prédio avermelhado na esquina e a torre da Igreja lá no fundo! Há cruzamentos de pedestres aguardando melhorias, ter maior significado. Exemplo: rua Marechal Deodoro x rua do Comércio (praça Barão), apresentada na figura 9B.

Figura 9: em 9A confluência rua Saldanha Marinho x rua do Comercio. 9B rua Marechal Deodoro x rua do Comercio (praça Barão).



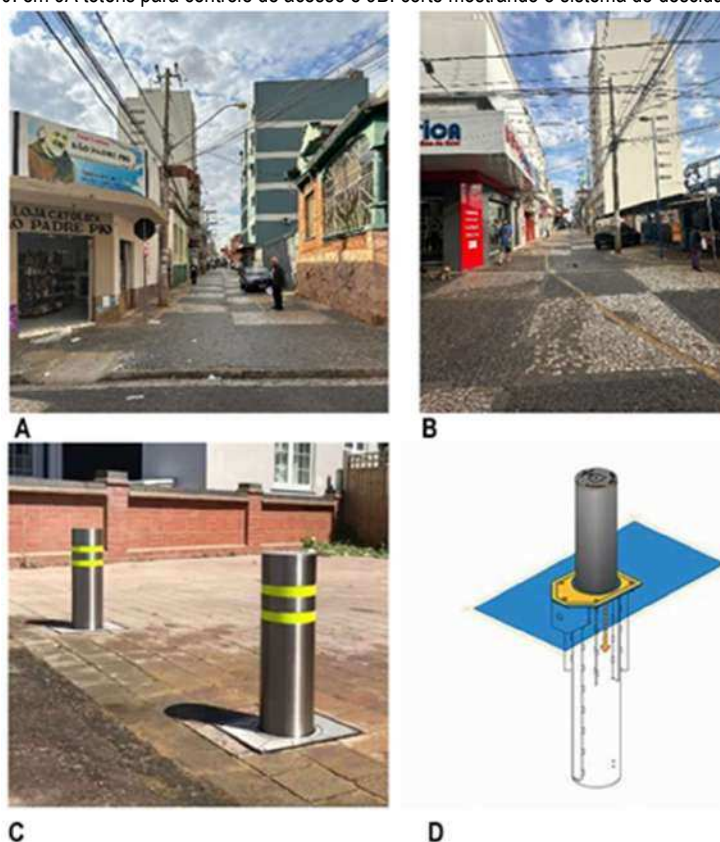
A

B

Fonte: fotos, arquivo do autor.

Nos diversos calçadões da cidade se observa a falta de elementos que realcem a entrada do ambiente pensado para pedestres e que restrinjam o acesso de veículos intrusos. Pintar linha amarela no chão é maneira primária de anunciar o acesso para um recinto de passagem para pedestres. Observamos a frequente invasão destes recintos por veículos piratas; certos cidadãos estacionam veículos a bel prazer e nem são multados! O certo seria haver uma forma de controlar o acesso, restrito para os residentes e lojistas, como acontece em outros lugares de nosso planeta. Existem diferentes tipos de controle eletrônico que facilitam adentrar apenas os veículos cadastrados. Os moradores, comerciantes e pessoal dos escritórios deveriam sentir estar chegando a um recinto seu, com acesso controlado. Dispositivos próprios, através de um portal do logradouro, ou, simplesmente utilizar os 'bollards' que torres baixas de acionamento eletrônico. Na figura 10 aparecem situações de acesso ao calçadão e um sistema eletrônico que aciona a barreira com a finalidade de estabelecer acesso apenas para pessoas cadastradas; cujo destino seja entrar na garagem de algum dos imóveis voltados para o calçadão. As figuras 10A e 10B exemplificam o caso de vias que poderiam ter acesso controlado por dispositivos, segundo os exemplos das figuras 10C e 10D, ou, provavelmente viável, construir o espaço de transição por elementos da arquitetura, paisagismo, comunicação visual e mobiliário urbano.

Figura 10: em 9A totens para controle de acesso e 9B. corte mostrando o sistema de descida do totem.



Fonte: Arquivo do autor e Wikimedia Commons.

Franca possui bons locais para vivência no centro da cidade, existem espaços reformados recentemente que carecem da integração do todo. Necessário se faz desenvolver alguns procedimentos de projeto urbano para a parte central da cidade. Integrar trechos do tecido urbano hoje desarticulados, repensar os calçadões de acordo com um projeto completo para o Centro. A primeira vista relocar o estacionamento de taxis hoje 'grudado' defronte a Igreja Nossa Senhora da Conceição, afinal trata-se da Matriz do município. Pensar os espaços da praça (fonte luminosa, coreto e jardins) como o 'mall' francano, articulado à Oeste com a praça existente e faz-lo ir até a rodoviária. Para Leste o mall poderá se integrar com a quadra do antigo Hotel Francano hoje ocupado pelo banco

Itaú. Este projeto dependerá de haver interesse e esforço coletivo com vista aos 'benefícios para as gerações futuras' – sustentabilidade- ou seja, pensar Franca como um centro regional de negócios. Existem trechos agradáveis, prontos para serem alinhados a um projeto maior. Outros não, por exemplo, observem na praça da Matriz o espaço onde fica a fonte luminosa e sintam como no seu entorno o paisagismo e o piso interrompem o percurso longitudinal sem integra-lo ao conjunto e portanto os considero sujeito a revisão. Outro fato ou espaço para ser repensado, são as calçadas de pequena largura, pouco funcionais, sem graça, perigosas, particularmente para as crianças e pessoas idosas. Elas foram reduzidas em favor de aumentar a caixa da via para os veículos motorizados. Usual a partir dos anos mil novecentos e sessenta quando se dava prioridade aos automóveis e hoje são transformações difíceis para corrigir. Em Franca, isto acontece no espaço da praça da Matriz - ruas Monsenhor Rosa e Major Claudiano. Mostrarei possibilidade para amenização, menos evidentes que alargar faixas de rolamento, mas, capazes de trazer melhorias para o centro da cidade, coração da municipalidade. Escrevo, penso alto com o objetivo de gerar subsídios para transformar espaços desconexos em um conjunto melhor articulado usando os princípios da disciplina Projeto Urbano (Macedo, 2022).

Depois dos calçadões na cidade de São Paulo a iniciativa se espalhou para diversas cidades do interior do estado. Isto foi interessante no sentido de trazer a baila o conceito de pedestrinização. Diversas cidades trataram de fomentar a ideia e se atualizar. Iniciativas do 'poder público', sem parceria com o setor privado, aplicando muito dinheiro na ansia de inaugurar e mostrar cuidados com a cidade. Em Franca, cidade de porte médio, os calçadões estão fora da área da Igreja Matriz, mas, provocam problemas de tráfego de automóveis no seu entorno. Assim, a praça mais representativa da cidade ganhou maior trânsito para passagem de veículos no seu redor, em detrimento da circulação dos pedestres. Observem com atenção, pois não será preciso um arquiteto para acusar problemas ou, serem apontadas ideias interessantes para a melhoria de um espaço público. Peço rever a figura 8 e sintam como não é difícil observar trechos característicos do Centro. Caso você queira melhorar sua cidade será preciso reunir concidadãos para alardear sobre anomalias que a todos prejudicam.

Na figura 11, em 11A aparece a Igreja Matriz como ponto focal de interesse e o cuidadoso piso de mosaico português que empresta caráter ao espaço para eventos à céu aberto; o que representa bom uso da praça! Em 11B, a diminuta calçada que resultou da prioridade para a circulação dos veículos ao redor da praça espelha como o passeio de pedestres foi considerado algo secundário. Observe o poste para energia elétrica ao longo do trajeto de dois metros de largura, da cidade que possui até calçadões; cuidem-se as pessoas que precisam e as que sentem prazer por caminhar pela cidade!

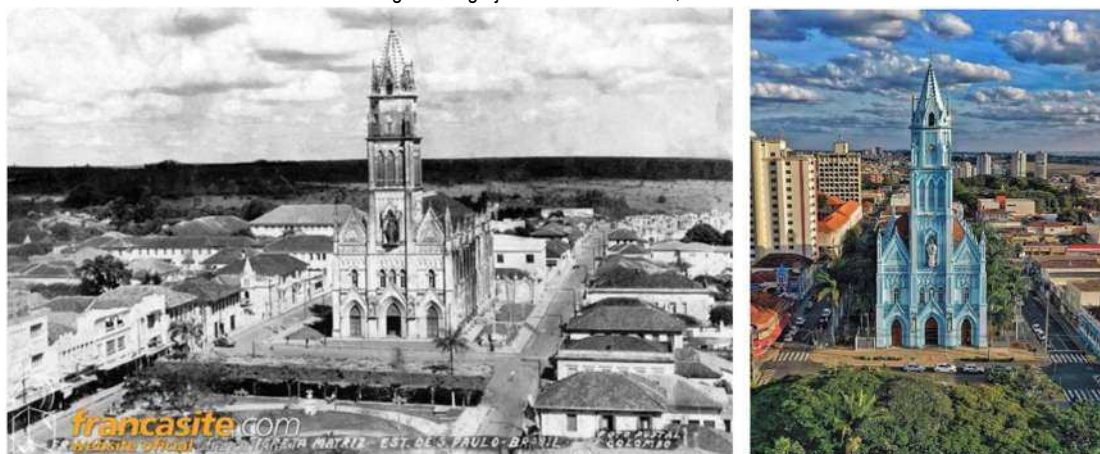
Figura 11: Praça, referencia a igreja e o padrão das calçadas das vias de contorno.



Fonte: arquivo de LCMA

Eventos significativos e o encontro informal das pessoas acontecem; moças fazem *footing* ao redor da praça; rapazes 'paqueram' à pé ou devagarzinho de carro, famílias passeiam e crianças costumam brincar. Há dificuldades com respeito ao sistema viário no entorno da praça e para ajudar pensar sobre isto acrescento duas imagens históricas que destacam a implantação que foi escolhida para a Igreja Matriz. Mantem-se o foco de atenção na praça principal para mostrar o processo de trabalho do arquiteto-deseñador. Isto vai desde entender como a área escolhida para intervenção se transforma ao longo do tempo, se aproveitando o conhecimento de colegas especialistas nas matérias técnicas da construção até se consolidar uma ideia final. Trabalho conjunto incluindo o social, político e o economico financeiro capaz dar realidade a implementação do projeto urbano. Na figura 12 mostra-se dois momentos de como vem evoluindo a ocupação ao redor da Igreja Matriz. Cerca-se todo tipo de informação disponível!

Figura12: Igreja Matriz vista do alto, 1999



Fonte:Cartão postal de 1930 e foto aérea da década de1990 / Wikipedia Commons, acesso novembro 2024.

O centro de Franca é relativamente grande e além da Praça da Matriz há mais à pensar quanto a subdivisões do espaço como um todo. Existem outros espaços possíveis de serem detectados para projetos urbanos (melhoramentos) que acabariam por abranger o todo indicado como área central de Franca, figura 9, em especial 9D. São recortes baseados no conceito para determinar subáreas de um setor maior para efeito de projeto, segundo a linha de pensamento dos 'corredores e subáreas' como suporte de conceitos para o projeto urbano. Por exemplo, pode-se considerar um outro projeto a quadra do banco Itaú e sua ligação viária com o projeto Praça da Matriz, figura 13. Um outro desde o projeto da Praça Matriz até a rodoviária. Observar a figura 13, porção à oeste, indicada em verde.

Pela boa articulação de cada projeto desenvolvido para a área central da cidade se chegará ao todo, revigorado e bonito. Isto apoia a ideia de 'revelar', ou seja, integrar os espaços do entorno da Matriz segundo a ótica do projeto urbano. Buscar o arcabouço físico que propocione vida nova e significado para espaço tão significativo, o Centro da Cidade. A linha pontilhada no diagrama representa o contorno de fundo dos lotes, ela é uma linha descontínua estabelecida dependendo da profundidade de cada um dos lotes vizinhos. Assim fica determinada a área do projeto urbano pela poligonal resultante da linha de contorno. Note-se que no arcabouço definido como a área de projeto se incorporam lotes com frente também para a rua detrás, que modos o geral correspondem a largura de um ou poucos lotes residenciais. Situação boa para os estabelecimentos comerciais de grande porte, por exemplo um supermercado.

Na figura 13, lado esquerdo, na cor verde e fora da linha pontilhada se representa um espaço parcialmente ocupado que permite a ligação da praça Barão de Franca que faz parte do projeto 'Espaço Igreja Matriz'. Ao lado direito da figura 13 quadrante leste, outro projeto seria a ligação com a quadra do banco Itaú (antigo Hotel Francano). Poderia se pensar em um *boulevard*, de chegada a quadra onde esta o prédio. Estes projetos uma vez implantados com certeza apresentarão o Centro da cidade com uma bonita configuração, em outras palavras irão 'revelar a verdadeira identidade da progressista cidade!

Figura 13: Delimitação da área - Espaço Matriz de Franca.



Fonte: Google Earth, diagrama do autor.

Na figura 13 destaca-se em amarelo a Igreja, em vermelho o pátio para taxis, em azul a área da fonte luminosa, em laranja o Itaú (hotel antigo), em branco os calçadões, em verde os espaços abertos aguardando melhor agenciamento. O primeiro projeto seria o Espaço Igreja Matriz cujo contorno está pontilhado em preto. A praça em si é definida pelas vias que determinam seu perímetro. Olhem a figura e pensem se vocês precisam ir a Franca para absorver as ideias gerais de projeto urbano que apresentei. Nem ser um arquiteto para deixar transparecer boas ideias! Tente imaginar o seu bairro, em sua cidade. Qual limite físico você adotaria para ele? Qual o trecho mais significativo, quais seriam os limites? Escrever assim, faz-me lembrar Léon Krier, conhecido arquiteto e teórico britânico, que no prólogo de seu livro *'The architecture of community'*, afirma que "irá fazer um diagnóstico e sugerir cura, crítica e projeto". Segundo ele, projetar espaços não é apenas distribuir as atividades, e sim, gerar um produto à partir de intenções e arte. Logo, o projeto não pode ser restrito apenas à invenção dos especialistas; ele deve responder ao desejo do cidadão como indivíduo e parte de uma comunidade (Krier, 2009).

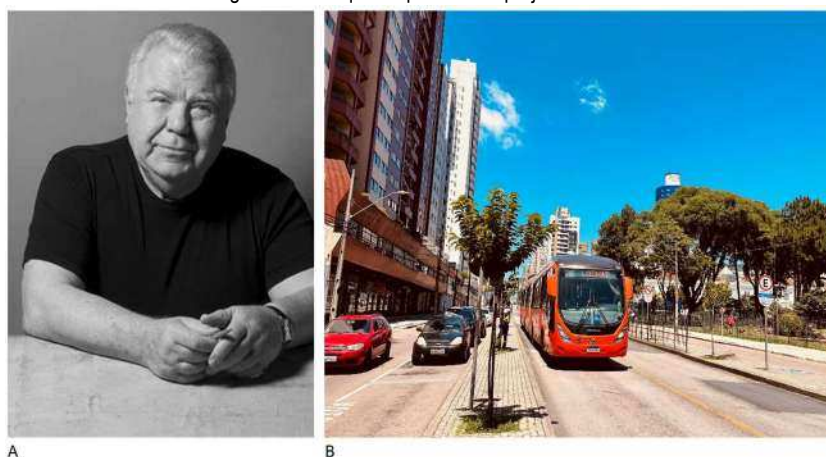
REFLEXÕES

Estudei na Universidade em São Paulo de 1960 a 1964 e aprendi Arquitetura ao modo da 'escola paulista', representada pelo arquiteto-professor Vilanova Artigas. Na faculdade aprendi sobre Le Corbusier, a *'ville radieuse'*, conheci o projeto e a cidade de Brasília, onde depois morei treze anos. Passei a considerar o pensamento, projetos e obras do arquiteto Alvar Aalto, que deu cor local a arquitetura do movimento moderno, atendendo o conforto das pessoas e a integração com o entorno. Foram de grande ajuda os conceitos expressos por Georges Candilis, Alexis Josic e Shadrach Woods ao tratarem da articulação de limites dos espaços em seus projetos construídos através da empresa 'Candilis, Josic & Woods arquitetos associados' na Europa e no continente africano.

(Joedicke, 1968). Diplomado, tive oportunidade de participar em projetos com programas de necessidades complexos, conheci cidades, pessoas e coisas, percorri diversos tipos de ruas e paisagens urbanas. Escutava o que os colegas diziam sobre arquitetura e respeitei todos com perfil de planejadores urbanos. Participei de projetos em contextos de tecido urbano tradicional em São Paulo e cidades do interior do estado. Fui levado a pensar sobre o tecido urbano tradicional, apoiado na morfologia urbana. Apreciei o conceito de cidade-jardim e outros sistemas orgânicos, passei pelo Novo Urbanismo norte americano e o europeu, chegando às preocupações atuais com as pessoas e o meio ambiente. Hoje penso com liberdade sobre a interação dos elementos que compõem o tecido urbano, rico ou pobre, e procuro compartilhar minha experiência. Observo tipos e organizei procedimentos para facilitar a invenção de outros, reunidos no já citado e-book “Corredores e subáreas, como estudar a forma e projetar a cidade”.

Devido à vontade política de governantes que influíram no planejamento do município, no mandato desdobrado do arquiteto, engenheiro civil e político Jaime Lerner, prefeito em três mandatos, dois governador do estado, desde 1970, o município transformou o tipo de seu espaço físico para melhor para melhor, devido boas ações de planejamento, planos e projetos urbanos. Com modestia a figura 14 faz lembrar estas pessoas pela figura do político arquiteto-urbanista referenciado mundo afora, em 14A e em 14B por imagem de uma das vias urbanas. Lerner foi reconhecido como um grande urbanista (são inúmeras citações). E, em 2024, Curitiba foi nominada como *Intelligent Community of the Year* por um fórum sediado no Canadá.

Figura 14: O arquiteto-político e o projeto urbano.



Fonte: 14A, Wikipedia Commons; 14B, foto do autor.

Observe-se que Lerner e sua equipe trabalharam cerca de vinte anos para reestruturar a cidade. Lerner é criticado por planejadores urbanos devotos do pensamento tradicional da esquerda em São Paulo. Paciência, considero a repercussão da inegável qualidade do trabalho de sua equipe. Encaixa-se como um plano de urbanístico de sucesso implantado por diferentes projetos urbanos localizados em subáreas do município. E isto, por acaso, aconteceu no Brasil!

Outro plano de sucesso foi Brasília, projeto de Lúcio Costa e Oscar Niemayer, construída com o dinheiro do país, teve grande impacto internacional, mas, seus procedimentos do fazer não se encaixam como projeto urbano. Participei na UnB, Universidade de Brasília, de um encontro com Lucio Costa que relembrou o dito do presidente Juscelino Kubistcheck, algo assim ‘minha estratégia foi implantar o arruamento e a iluminação da cidade inteira, pois, após meu mandato é capaz que não deem prosseguimento nas obras’. Brincou sobre, à noite Brasília ficar iluminada para quem chegar por transporte aéreo ver a forma de avião’. Isto me traz a lembrança do arquiteto-professor Kevin Lynch, pioneiro sobre ‘a imagem da cidade’ e de Jonathan Barnett pioneiro do ‘projeto urbano como política pública’. Ambos conscientes de que a tarefa do arquiteto-desenhador associa-se ao espaço físico. Burlington mostra o caso exemplar de como conduzir um projeto e hoje percebo ela ter sido pioneira da disciplina projeto urbano contemporâneo ‘as public policy’ como diria o Barnett. projeto e implementação (por em prática).

Isto poderia acontecer em Franca, quando o vazio entre os setores privado e público se torne ameno, por exemplo, implantar o projeto da subárea Igreja Matriz e outros como em Curitiba. Sobre isto trago a lembrança de haver interesse político (pessoal?) do mandatário local, a boa escolha do urbanista e do arquiteto, como já aconteceram no Brasil, ou seja, implementar projetos a partir de ideias para um novo tempo.

Para finalizar reafirmo que o projeto em Burlington e a sugestão para Franca compreendem um trecho pequeno da cidade, devem se juntar a outros. Brasília e Curitiba são relevantes porque o projeto foi desenvolvido para o espaço inteiro de acordo com a triade 'planejamento, projeto, implementação'.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que apoiaram a publicação deste ensaio. Em particular: à minha esposa Ana Maria; ao sobrinho Luís Claudio Menezes de Andrade (pelo conhecimento sobre a cidade de Franca, SP); ao arquiteto-professor Gastão S. Sales (pelas discussões sobre planejamento e projeto que vêm de tempos atrás e sua ajuda com os desenhos); aos colegas da Revista Projetar por garantirem elevado nível de qualidade às suas publicações.

BIBLIORAFIA

ALEXANDER, C.; SILVERSTEIN, M.; ANGEL, S.; ISHIGAWA, S.; ABRAMS, D. **The Oregon Experiment**. New York. Oxford University Press, 1975.

AMADO, A. M. O tecido de sobreposição. In. **O tempo e a forma. Cadernos MURB Morfologia Urbana**. Lisboa, Editora Argumentum, 2014.

BARNETT, J. **Urban design as public policy**. New York. McGraw-Hill. 1974.

BARNETT, J. **An introduction to urban design**. Philadelphia. Harper & Row Publishers. 1982.

BERTELLI, C.; LOPES, L. F.; FALEIROS, R. Evolução, impactos e a mitigação da drenagem urbana de Franca-SP. In: III SEMINÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICAS DO SAPUCAÍ-MIRIM E GRANDE. **Anais do.....** Franca, São Paulo: Ecoplans, 2019. pp.2-20

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo, Martins Fontes, 2006 (original publicado em inglês, em 1960).

JOEDICKE, J. **Candilis, Josic, Woods, una década de arquitectura y urbanismo**. Barcelona, Editorial Gustavo Gili.1968.

KRIER, L. **The Architecture of Community**. London: Island Press, 2009.

MACEDO, A. C. **Corredores e Subáreas, como estudar a forma e projetar a cidade** (E-book). Tupã, SP: Associação dos Amigos da Natureza da Alta Paulista (ANAP), 2020 / 2ª edição 2021.

MACEDO, A. C. Espaço para o projeto urbano. **Revista Projetar - Projeto e percepção do ambiente**, n. 03, v. 6, n.3. pp. 24-37, setembro 2022. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/28307>. Acesso em: 5 jul. 2025.

MACEDO, A. C. Praça do Boqueirão: sessenta anos. São Paulo: **Arquitetismo** n.117.01: Portal Vitruvius, 2016.

NAVARRO, V. L. A origem da indústria de calçados de couro em Franca, SP. **Estudos de História**, v. 6, n.1, pp. 37-53, 1999.

NORBERG-SCHULTZ, T.C. **Genius Loci, Towards a Phenomenology of Architecture**, Rizzoli, New York. 1980.

ROSSI, A. **Arquitetura da cidade**, Edições 70, Lisboa, 2018 (original publicado em inglês, em 1966).

TEIXEIRA, M. A. C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2012.

VELOSO, M.; MARQUES, S. A pesquisa como elo entre teoria e prática do projeto: alguns caminhos possíveis. **Arquitextos - Vitruvius**, ano 08, n. 088.8, São Paulo, set. 2007.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Pesquisa sobre a cidade de Franca**, SP, 2024.

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do autor.

CRÍTICA



O MALDITO CONJUNTO HABITACIONAL: a produção de habitação social às margens do Direito à Cidade

EL MALDITO COMPLEJO DE VIVIENDA: la producción de vivienda social en los márgenes del derecho a la ciudad

THE DAMN HOUSING COMPLEX: the production of social housing at the margins of the right to the city

CAVALINI-LENDIMUTH, JULIANA

Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo (IAUUSP), E-mail: arq.julianacavalini@hotmail.com

RESUMO

Este artigo busca contribuir com a crítica sobre a produção habitacional de interesse social no período que compreende a ditadura militar até o processo de redemocratização do Brasil. Parte-se da compreensão de que sempre existiu, ao longo da produção habitacional popular no país, uma lógica de planejamento que produz habitação em massa, de forma precária e excludente, e destina ao pobre as áreas periféricas das cidades, caracterizadas por uma urbanidade incompleta. O trabalho se apoia na historiografia, na história urbana e na análise de fontes documentais da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP), a partir de processos administrativos de projetos e observação do uso social em conjuntos habitacionais localizados em áreas distintas da cidade – periferia e centro urbano –, como estratégia para discutir a produção do espaço, via habitação social. Como resultado, tem-se que os conjuntos habitacionais se desintegram ao longo do tempo, de forma desigual; e existe uma impossibilidade de integração entre diferentes classes sociais na apropriação do espaço urbano, acentuada pela aliança entre Estado e capital ao promoverem desigualdades entre áreas distintas do espaço urbano e empecilhos à plena efetivação do direito à cidade.

PALAVRAS-CHAVE: conjunto habitacional; direito à cidade; produção do espaço.

RESUMEN

Este artículo contribuye con la crítica de la producción de vivienda social en el período comprendido entre la dictadura militar y el proceso de redemocratización en Brasil. Parte del entendimiento de que siempre existió - a lo largo de la producción de vivienda popular en el país - una lógica de planificación que produce vivienda masiva de manera precaria y excluyente y asigna (a los pobres) las áreas periféricas de las ciudades, caracterizadas por una urbanidad incompleta. El trabajo se basa en historiografía, historia urbana y análisis de fuentes documentales de la Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP), a partir de procesos administrativos de proyectos y observación del uso social en complejos habitacionales ubicados en diferentes áreas de la ciudad – periferia y centro urbano - como estrategia para discutir la producción del espacio, a través de la vivienda social. Como resultado, los complejos habitacionales se desintegran con el tiempo, de manera desigual; y existe una imposibilidad de integración entre diferentes clases sociales en la apropiación del espacio urbano, acentuada por la alianza entre Estado y capital al promover desigualdades entre diferentes áreas del espacio urbano y obstáculos a la plena realización del derecho a la ciudad.

PALABRAS-CLAVES: vivienda social; derecho a la ciudad; producción del espacio.

ABSTRACT

This article seeks to contribute to the critique of social housing production in the period from the military dictatorship to the redemocratization process in Brazil. We start from the understanding that it has always existed - throughout the production of popular housing in the country - a planning logic that produces housing on a large scale in a precarious and exclusionary way and allocates (to the poor) the peripheral areas of cities, characterized by incomplete urbanity. The research is based on historiography, in urban history and analysis of documentary sources from the Companhia Metropolitana de São Paulo (COHAB-SP) from project administrative processes, and observation of social use in housing complexes located in different areas of the city - periphery and urban center - as a strategy to discuss the production of space, from social housing. As a result, housing complexes disintegrate over time, unevenly; and there is an impossibility of integration between different social classes in the appropriation of urban space, accentuated by the alliance between State and capital by promoting inequalities between different areas of urban space and obstacles to the full realization of the right to the city.

KEYWORDS: housing complex; direct to the city; production of space.

Recebido em: 16/01/2025
Aceito em: 05/01/2026

1 INTRODUÇÃO

O artigo apresentado se insere no quadro de estudos sobre a produção da habitação social, entendida como de promoção pública, enfrentando a lógica da produção do espaço urbano no Brasil que se estabelece a partir de um modo de produção capitalista e da dicotomia centro-periferia, onde aos pobres estão quase sempre destinadas (para a construção legal dos conjuntos habitacionais populares) as áreas periféricas das cidades que, por constituir-se de uma urbanidade incompleta, a terra torna-se mais barata.

Trata-se de uma análise crítica sobre a produção habitacional, especificamente de conjuntos habitacionais produzidos pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB-SP, entre os anos de 1965 a 1986, que compreende o maior período de produção habitacional popular brasileiro, financiado em grande parte pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e, em seguida, inicia-se a construção de um quadro de lutas sociais no período de redemocratização do Brasil, com uma ampliação das conquistas populares produzindo reflexos significativos e positivos na ocupação mais democrática dos espaços públicos e na livre circulação de pessoas pelas cidades. Nota-se que, nesse segundo período, a possibilidade de expansão das liberdades democráticas foram, para além dos direitos meramente políticos, uma expansão das liberdades para direitos civis e minorias sociológicas (Neder, 2019), onde a emergência de movimentos sociais, com ênfase nos movimentos por moradia, introduziu a discussão sobre alternativas de produção habitacional com participação social no momento do projeto e também na produção habitacional localizada em áreas centrais e não mais apenas em áreas periféricas. Trata-se de um período efetivo de luta popular pelo direito à habitação e também pelo direito à cidade.

O ponto nevrálgico da crítica apresentada recai sobre os problemas físicos e sociais presentes nos conjuntos habitacionais, sobre uma produção em massa precária, periférica e excludente. CAVALINI-Lendimuth (2023) defende que não houve até hoje no Brasil uma política habitacional que tenha incorporado, de fato, o direito à cidade como prioridade e como centro das discussões de planejamento urbano e habitacional, promovendo um divórcio entre o projeto e a prática. Para a autora, o que sempre existiu foi uma lógica socialmente excludente, estabelecida por uma aliança entre Estado e um conjunto de atores privados que promoveram e, ainda promovem, uma urbanização desigual.

Será discutida a produção do espaço urbano e a produção dos conjuntos da COHAB-SP, a partir de uma pesquisa historiográfica. Para tanto, foi necessária a apropriação de um corpo teórico da filosofia, da teoria urbana e da urbanização. O trabalho também se sustenta sobre a análise de processos administrativos de projetos dos conjuntos habitacionais “Brás IX”, localizado na área central da cidade de São Paulo e “José Bonifácio”, localizado na zona Leste da cidade, para a discussão dicotômica da urbanidade entre áreas centrais versus periferia, além de observação *in loco* do uso social dos moradores nos dois conjuntos; a fim de interpretar e compreender a urbanidade a partir das experiências, da realidade promovida pelo lugar e que estão relacionadas com o morador, conforme propõe o método fenomenológico hermenêutico de Paul Ricoeur (1990 e 2002).

O método hermenêutico se aproxima do materialismo histórico-dialético, proposto por Marx (2008), baseado na ideia de contradição, que busca descobrir as leis fundamentais que definem a forma com que os homens se organizam cotidianamente, traçando relações entre o consumo e a finalidade para cada consumo. É a partir de Marx que Lefebvre (2006) passa a formular sua teoria sobre a produção do espaço e sobre as formas de consumo do espaço que vai além de um viés estritamente econômico, mas é também político e social.

Marx (1996) também nos conduz nesta discussão, ao tratar o tema da moradia e sua relação com a produção da cidade, da vida urbana e dos desafios que ela representa, pois, na sociedade de classes em que vivemos, verificam-se diferenças no que se refere ao acesso à habitação e também aos serviços que são indispensáveis à sua adequada fruição, onde um grupo social com maior renda pode adquirir um imóvel em localizações específicas da cidade, enquanto outro grupo, desprovido¹ de renda necessária para a compra deste produto é obrigado a viver nas franjas periféricas, sem os serviços urbanos adequados ou com acesso restrito a eles, refletindo as disparidades sociais materializadas no espaço urbano sob o enfoque de políticas habitacionais, levantando questionamentos sobre o tipo de espaço que essa política produz.

O espaço, compreendido a partir das ideias de Lefebvre (2006), é condição necessária para a produção da cidade e para a reprodução da sociedade. Tal produção está inserida no processo de desenvolvimento capitalista no qual a terra, assim como a habitação, torna-se mercadoria, e ambos são frutos da dinâmica de valorização e desvalorização dentro do perímetro urbano, resultado da interdependência das decisões de localização predefinidas pela aliança entre Mercado e Estado. Tal aliança faz com que as contradições sociais

(no Brasil) se revelem de forma aguda, e o direito à moradia e à cidade para uma grande parcela da população se desintegre.

2 O MALDITO CONJUNTO: O DIREITO À HABITAÇÃO ÀS MARGENS DO DIREITO À CIDADE

Internacionalmente, a habitação passou a ser defendida como um direito pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. No Brasil, a habitação passou a ser garantida legalmente como um dos direitos sociais fundamentais, após a Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, que alterou o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, passando a defender o seguinte: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia (grifo da autora), o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. No entanto, a habitação ao longo da história se configurou, de fato, como um bem de troca, cujo acesso é limitado e seletivo, pois uma grande parcela da população vive em situações socioeconômicas limitadas e a política habitacional¹, de certa forma, sempre esteve subordinada aos interesses da reprodução das relações sociais capitalistas, levando o Estado brasileiro, nos cerca de cem anos de produção habitacional estatal, como bem discorre Bonduki (2014), a produzir habitação (quando produziu) como alojamento. Tal compreensão nos indica que o habitar², no modo de produção capitalista do espaço, não é um direito, mas um privilégio.

Tem-se aqui o que Keller (2019) chama de “precificação dos direitos”, pois ainda que haja a previsão legal acerca dos direitos que integram o direito à cidade, instituído no art. 2º, I, da Lei nº 10.257/2001, sua efetivação depende da disponibilidade por parte do poder público. Dessa forma, a garantia do direito pela via do mercado pode repercutir (e grande parte das vezes repercute) na própria negação do direito, à medida que fica condicionado ao custeio privado. Tem-se, portanto, que a não aplicabilidade de normas ou efetividade de produção habitacional social, não deriva da ausência de recursos públicos, mas do caráter do Estado sob a ordem capitalista que possui uma dinâmica própria de interesses, com predominância ao interesse privado da classe dominante. Para Keller, seria um engano pensar que há um antagonismo entre o Estado e o mercado, ideia corroborada com a tese de Autor (ano) quando defende que a função do Estado é garantir a segurança para que os agentes do mercado possam atuar livremente.

A produção do espaço urbano, diferenciado pela habitação popular, cujos agentes são o Estado e o mercado imobiliário, encontra simultaneamente na dupla -produção de mercadoria e de espaço - condições especiais de reprodução do capital. Dessa forma, o que se observa ao longo do século XX é que o direito à moradia, como um direito social fundamental para a manutenção da vida, tem se deslocado cada vez mais frente à acumulação do capital (Santos, 2017), resultando em diferentes áreas da cidade que se impõem economicamente e socialmente umas às outras; estão separadas entre áreas pobres e ricas, “seguras” e “perigosas”, caras e baratas, com infraestrutura, comércios e serviços variados.

A partir de sua precificação, o direito à habitação e o direito à cidade sofrem com as contradições do capital. No caso da habitação, ela é tratada por Marx (1996) como uma mercadoria (cara) e, embora tratada na Constituição como um direito fundamental, não é acessível a todos, apenas a quem possa pagar por ela.

Embora “os direitos sociais têm imperatividade direta e devem ser reconhecidos com imposição aos órgãos públicos para sua realização” (Ferraresi, 2010, p. 37), quando não é possível o acesso à habitação pelas vias comuns do mercado, a população (de baixa renda) fica à mercê das políticas, programas e projetos públicos de habitação social que, em sua maioria, oferecem (aos pobres) a opção de morar em Conjuntos que, em sua prática, são projetados mais sob um conceito de alojamento do que sob o conceito de habitar.

Associando os conjuntos habitacionais de promoção pública sob a forma de alojamento, tem-se que habitar e alojamento não coincidem, são paradigmas histórico-sociais diferentes. Para Illich (1989, p. 469) “o alojamento veio se instalar às margens do habitar”, dessa forma, a descrição de alojamento é antagônica à arte de habitar, pois é feita de maneira técnica, em série e em espaços geometricamente estabelecidos, sem intervenção de quem será alojado, são espaços homogêneos que se constroem iguais em qualquer lugar, com as mesmas características. O domínio do alojado está apenas no espaço privado da sua habitação. O alojamento é classificado como tal, porque busca a destruição das esferas comunitárias para desenvolver, não tem tradição, não tem comunidade, não tem história, não tem progressão, é apenas um espaço desconectado, minimizado e, tudo isso, por sua principal característica: “ser uma mera mercadoria em radical

oposição à arte de habitar". "O alojado não habita, é um consumidor contemporâneo do espaço do alojamento com relação à mercadoria que adquire". Seu espaço consiste nas grandes urbes que vão se replicando, segundo aumentam suas dimensões em função da mercantilização que promovem.

A padronização e a homogeneização não são características recentes; são estudadas e praticadas desde a Revolução Industrial e ganhou força no Movimento Moderno, tanto no campo da arquitetura quanto do urbanismo. A busca por um padrão recai, desde sua origem, sobre a abreviação do tempo de produção para garantir a rentabilidade de um empreendimento, seja ele de produção privada ou pública. A padronização e homogeneização implicam colocar em segundo plano os projetos arquitetônicos e urbanísticos. Esse método de produção, associado à periferização, reforça o conceito de espoliação urbana adotado por Kowarick (1979, p.22), compreendido como "as extorsões que se operam pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que, juntamente com o acesso à terra e à moradia, apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores".

Refletindo sobre as origens da produção do espaço urbano e do planejamento funcionalista moderno, as características de sua implementação no Brasil chamam a atenção, porque mesmo sob regulações urbanísticas, uma significativa parte das grandes cidades cresceu à margem da Lei 6.766/79 e das Leis de Uso e Ocupação do Solo, principalmente no que tange à produção habitacional. No caso da cidade de São Paulo, observa-se nos espaços dos Conjuntos produzidos pela COHAB-SP, tanto da moradia quanto das áreas coletivas (que deveriam promover espaços de sociabilidade), uma urbanidade e um habitar incompletos.

Cacciari (2010, p.35), ao correlacionar o habitar com o espaço urbano, entende que uma cidade pode (e deve) ser habitada. "Mas não é possível habitar a cidade se ela não se dispuser a ser habitada, ou seja, se não der lugares". O lugar é a "pausa", é onde paramos, onde nos recolhemos. Não é possível habitar sem os lugares de recolhimento, de descanso e de lazer. O autor nos leva a refletir sobre o espaço público, considerando que os espaços de urbanidade estão cada vez mais encolhidos e com menos intensidade de uso, recebendo características de simples lugares de passagens. Nos conjuntos da COHAB-SP, conforme verificado nos processos de projeto executivo, os espaços de promoção de lazer e urbanidade foram propostos no momento do projeto arquitetônico e urbanístico, no entanto, não foram construídos juntamente com as moradias, evidenciando que os programas públicos entendem a provisão de habitação dissociada da necessidade de equipamentos e serviços que são essenciais ao bom funcionamento e qualidade da habitação e bem-estar dos moradores. É o que chamamos de divórcio entre o projeto e a prática.

Ferraresi (2010, p. 63 e 95) nos auxilia na compreensão dessa prática, ao expor que o lazer é visto como "uma atividade de segunda categoria", verificando-se apenas o lazer como um instrumento do sistema capitalista para que o trabalhador recupere suas forças e enfrente as jornadas de trabalho, corroborando com a ideia de espoliação de Kowarick (1979). Ferraresi defende ainda que o lazer é um "direito fundamental social indispensável ao desenvolvimento humano [...] a fim de assegurar qualidade de vida e garantia do direito à vida plena; no entanto, o que chama a atenção é a degradação e/ou ausência dos espaços de lazer e convívio nos Conjuntos da COHAB-SP, não garantido tal direito aos seus moradores.

A não garantia seria pelo fato de que não é pelo simples fato de estar elencado no Art. 6º da Constituição, que o lazer é considerado direito social, pois, "os direitos sociais, em regra, são prestações positivas do Estado, visando à melhoria da qualidade de vida da sociedade e protegendo a dignidade humana em todas as suas vertentes" (Silva, 1997, p. 138) mas, é importante ressaltar que existe uma omissão dos Poderes Públicos na efetivação dos direitos sociais.

O caput do Art. 5º da Constituição de 1988 trata, *in verbis* que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e a propriedade [...]", mas, é possível inferir que morar no Conjunto, não é o mesmo que morar fora dele. Existe uma desigualdade física e social evidente na produção do conjunto habitacional, que vai na contramão da Constituição, quando trata sobre as questões de igualdade.

Em São Paulo, a produção dos conjuntos habitacionais pela COHAB-SP funcionou como estímulo à construção civil e necessidade de legitimação do governo militar junto às camadas populares. A infraestrutura urbana não acompanhou a quantidade de unidades habitacionais produzidas e as intenções eleitorais complicaram ainda mais a situação. Reportagem no Jornal Folha de São Paulo de 1982, obtida em arquivo disponibilizado pela COHAB-SP, relatava que muitas vezes "*foram entregues as chaves de vários prédios de apartamentos antes da instalação da luz elétrica*". Com o passar dos anos, a oferta de infraestrutura e

equipamentos foi chegando nos Conjuntos e as desigualdades entre as áreas mais consolidadas e a periferia diminuíram, mas esse processo foi lento e nunca igualitário, fato que revela que o direito à cidade, como direito à liberdade, individualização, ao habitat, ao habitar, à vida urbana renovada e de qualidade, direito à participação na construção da cidade, no sentido de apropriação do espaço urbano pelos cidadãos, tal como indica Lefebvre (2001) não se efetiva.

A produção dos conjuntos nos direciona a pensar de forma crítica sobre o modelo de produção do espaço que vem sendo executado; aquele que não é, segundo Ferraresi (2021, p. 72) “equitativo, é antidemocrático, excludente e amplificador de desigualdades”, ou seja, não garante o direito à cidade, conceito que, para o autor, não pode se tornar uma mera declaração programática sem eficácia social. Para Ferraresi, é preciso uma ressignificação do direito à cidade no Brasil, para atender às inúmeras emergências de uma urbanização não planejada que exclui os indivíduos das potencialidades da vida urbana e não permite aos moradores experimentar todas as suas potencialidades de existência. É o exemplo do que se encontra no conjunto de habitação social, ou seja, a formação legal de cidades excludentes.

O Estado não quer e não pode eliminar a miséria habitacional, pois o Estado nada mais é que a totalidade do poder organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em confronto com as classes espoliadas, e vai além, a escassez de moradia é um produto necessário da forma burguesa da sociedade, ela não é um acaso, é uma instituição necessária, rentável (Engels, 2015, p. 17).

A razão pela qual não se investe em habitação social mais do que de fato ocorre é que moradias mais caras são ainda mais rentáveis para o proprietário, por isso, restam apenas dois recursos: a ajuda mútua dos trabalhadores e o auxílio do Estado, classificado por Engels (2015, p. 100) como “capitalista global”, que toma apenas providências superficiais sobre o problema.

É interessante pensar que a própria palavra “conjunto” significa, literalmente, “estar junto com”, ou seja, favorece um agrupamento, convivência, mas quando nos deparamos - no espaço dos conjuntos habitacionais - com uma urbanidade incompleta, o que temos é justamente o oposto, o que se apresenta é uma separação, desigualdade, uma desintegração física e social do lugar, onde a noção de conjunto se desintegra e, para entender o que é o conjunto habitacional, é importante refletir sobre o que é a casa.

Parte-se aqui da compreensão de que a casa vai além do sentido de abrigo, ela é uma extensão do espaço onde se repousa. Se está inserida na cidade, tal como indicava em seu tempo Alberti (2012), as casas são como cidades e cidades são como casas. Ambas coexistem e não podem ser compreendidas uma sem a outra. Nessa compreensão, infere-se que a noção de direito à cidade parte de um sentir-se em casa, estando na cidade e o conjunto habitacional pode ser interpretado como sendo a casa que se multiplica. Sendo “bons ou ruins”, são hoje vestígios da arquitetura, da política e da história urbana, além de componentes estruturantes da produção do espaço; no entanto, a forma como os discursos de sua produção são construídos e publicados possui impacto na forma como a população os compreende.

Autor (data) notam que, grande parte dos registros historiográficos relata uma memória da produção habitacional da COHAB-SP já com a marca de seu desprezo como componentes da arquitetura e do urbanismo, contudo, a generalização oferece riscos para a compreensão do processo social e merece ser tratada como um problema a enfrentar, buscando precisar as razões e as consequências das escolhas programáticas, políticas, econômicas e sociais que se pode evidenciar no período de sua produção.

Os conjuntos habitacionais analisados neste trabalho, foram projetados e construídos no período da ditadura militar. Dessa forma, buscou-se tratar o período militar e sua produção urbano-habitacional com um necessário distanciamento em relação às atrocidades praticadas, às fragilidades no que tange às liberdades individuais, direitos humanos, silenciamento de vozes e ao autoritarismo empregado contra os que se opunham ao regime. Ao estudar os Conjuntos produzidos nesse período, observou-se uma espécie de “memória proibida”, nos termos de Ricoeur (2007), regendo uma cultura historiográfica que reforça o abismo existente entre a compreensão da realidade através da ideologia, mas, como aponta Jelin (2002, p. 6) “é preciso recordar para não repetir os mesmos erros” e, para isso, Arendt (2010) recomenda que é imperativo compreender.

Buscando compreender o Conjunto, conforme nos orienta Arendt (2010), existe um conflito entre o projeto concebido e o vivido, por isso os conjuntos habitacionais são, na maioria das vezes, *malditos*. Essa é uma provocação, tratando-se de uma imagem conceitual para ilustrar os edifícios produzidos pela COHAB-SP,

modelo habitacional que se reproduziu por todo o país e por toda a América Latina, conforme relatam Quijano (2014), Gorelik (1999) e Galeano (2004). A urbanidade desses conjuntos seria mesmo maldita³, ou seria ela apenas [mal] dita? A narrativa comum é que os projetos são sempre desprovidos de arquitetura, urbanidade incompleta, negligência sobre as questões de sustentabilidade, elementos que contribuem para a imagem negativa desse “tipo” habitacional.

Não é que não exista urbanidade nos conjuntos da COHAB-SP (entendendo a urbanidade como habitar para além do edifício), mas ela sofre variações, pois o direito à habitação encontra-se às margens do direito à cidade; por isso, é preciso admitir que, aos moldes da crítica historiográfica, o conjunto habitacional não ocupa o posto de bendito, ao contrário; muitas vezes ele se apresenta perigoso, antissocial, provocante, rejeitado, desintegrado e incompreendido.

O urbanismo moderno e a desintegração do conjunto habitacional

Para entender a desintegração dos conjuntos habitacionais, partimos da compreensão do que vem a ser o conceito de integração, que pressupõe maneiras de articulação estrutural entre atores e ambiente construído diversificados. É resultante da construção de espaços mais equilibrados, menos divergentes, mas que não deixa de ser um desafio à sua construção, considerando que as nossas cidades são profundamente desiguais (Autor, data).

A desintegração, portanto, é entendida aqui como sendo o oposto da urbanidade. Enquanto a urbanidade integra os diferentes, é pluralidade dos lugares e só pode acontecer a partir das pessoas, especificamente das pessoas reunidas; a desintegração anda lado a lado com a degradação e a segregação socioespacial (Autor, data).

Na cidade capitalista, a noção de urbanidade se desintegra constantemente. Essa desintegração não acontece apenas no ambiente físico, mas também no âmbito pessoal, uma espécie de desintegração de identidade. Existe o problema das tensões da diferenciação e desprezo social, da exclusão que definem grupos, e a questão da exclusão torna-se ainda mais problemática quando se entende que os desprezados são necessários para a manutenção desse sistema. Embora essas tensões sejam intensificadas em contextos de desigualdade econômica e social, tal como acontece nos conjuntos habitacionais da COHAB-SP, a desintegração ocorre também na vida coletiva, em lugares desconectados, degradados, “perigosos”, legalmente impermeáveis; segundo Netto (2012), a partir da não copresença de grupos sociais.

Toda forma de convívio gera inúmeros confrontos entre ações e espaços, e essa compreensão é fundamental quando tratamos essa urbanidade no conjunto habitacional de promoção pública, onde o morador muitas vezes não deseja viver ali, mas foi destinado pela oferta do órgão público, onde o Conjunto é a única alternativa de acesso à habitação; esse lugar pode integrar ou desintegrar em diferentes escalas (física, social, psicológica), dependendo de muitos fatores da vida cotidiana. A produção em massa do conjunto habitacional nos leva a refletir sobre o processo de desintegração, a partir da precariedade do espaço público. Tschumi (1994, p. 121) classifica a precariedade dos espaços como uma “hostilidade” que é sentida pelo corpo das pessoas como uma “violência”, onde o corpo sofre.

Jacobs (2011), defensora da dinâmica do cotidiano, defende a unidade de vizinhança, a manutenção da vitalidade, o movimento dos espaços urbanos, a diversidade de pessoas interagindo no espaço público, juntamente com a diversidade de tipologias arquitetônicas, diferentes atividades, diversidade social, étnica e econômica. A partir de Jacobs, é possível realizarmos duras críticas à perda da diversidade nas cidades conformadas a partir da urbanização moderna, meramente funcional, que desintegra seus bairros, produzida de forma estendida no território e, aos grandes conjuntos habitacionais por sua reduzida diversidade arquitetônica.

Solà-Morales (2008) também questiona o urbanismo moderno, afirmando que a integração entre os habitantes da cidade tem desaparecido e justifica, entendendo ser em função da prática urbanística extremamente técnica ou puramente estética. Para o autor, o núcleo, a essência da urbanidade, descansa no equilíbrio adequado entre construções e atividades (edifícios e pessoas), a possibilidade de encontrar-se com o outro, possibilidades abertas de encontros. Nesse contexto, é possível chamar a atenção para a análise de como a cidade pode dificultar ou encorajar as atividades humanas e, conseqüentemente, pode afetar o *habitus*⁴ do residente urbano. Quando o Movimento moderno separa as funções da cidade no planejamento urbano, ele dissocia os espaços públicos das representações sociais, o espaço público perde sua qualidade intrínseca que é a de uso intensivo. Esse fenômeno repercutiu com profundidade nas áreas residenciais mais

homogêneas, como é o caso dos conjuntos habitacionais da COHAB-SP, áreas habitacionais extensas e dependentes de articulação com as áreas públicas centrais, cuja característica tende a ser mais heterogênea e plural.

O conjunto habitacional, cujo conteúdo se dá como alojamento, contribui com a desintegração do lugar porque “o alojamento busca a destruição das esferas comunitárias para se desenvolver; não tem tradição, não tem comunidade, não tem história, não tem progressão, é apenas um espaço desconectado, minimizado” (Illich, 1989, p. 469). Fazendo um paralelo com o conceito de urbanidade, entendendo que urbanidade é habitar a cidade, seria possível pensar que a desintegração dos espaços dos Conjuntos ou qualquer outro espaço urbano se revelaria como a perda da capacidade do morador de habitar? Pode ser que a resposta não se encontre nos extremos (sim ou não), mas que a desintegração acarreta prejuízos ao habitar - habita-se mal (é o habitat para Lefebvre), que aliena o cotidiano, que é contrário à ideia de vitalidade e vivência plena do espaço construído.

O conceito integrador que a palavra “conjunto” carrega, aplica-se parcialmente aos conjuntos habitacionais produzidos pela COHAB-SP, sobretudo os localizados nas regiões mais extremas da cidade, pois ele é idealizado (desde a sua concepção) com incompletudes e ausências. As áreas públicas foram inadequadas à ocupação ou inaproveitáveis para o uso de lazer, contribuindo com a ilegalidade e clandestinidade de ocupações dessas áreas. Com o passar do tempo, a ausência de integração dos Conjuntos com o tecido da cidade prejudicou a mobilidade urbana.

A ideologia dominante do planejamento urbano, destinado às áreas de menor renda, evidencia uma baixa prioridade ao papel do espaço público como local de encontro e oferta de lazer aos moradores, mirando apenas no projeto dos edifícios individuais que, embora recebam o nome de Conjunto, tornam-se evidentemente isolados e indiferentes ao espaço urbano, como se, segundo Gehl (2015), o programa de morar estivesse limitado apenas ao ambiente da casa. Os espaços coletivos dos conjuntos são constituídos de simples espaços vazios que não convergem para a possibilidade de socialidades amistosas, apresentam restrições de encontros provenientes das características físicas do lugar, baixa ou nenhuma manutenção, segregando, não apenas os moradores do próprio Conjunto, mas o Conjunto da cidade.

A cidade sempre foi imaginada como espaço de integração social, mas com a intensificação das políticas voltadas para a ideologia de mercado em um processo de produção do espaço cada vez mais desigual, a cidade tem se tornado, de acordo com Secchi (2013), uma máquina de suspensão dos direitos individuais e da coletividade, levando e elevando as contradições entre espaços integradores e desintegradores, articulados às demandas do capital.

Infere-se que é possível identificar a contradição na qual o Conjunto (produzido em grande escala e pensado como alternativa para reunir as pessoas que a sociedade separa) acaba inviabilizando a forma integradora que o próprio conceito de conjunto apresenta. A idealização do controle físico, moral, social e político no seio do Conjunto promove justamente sua desintegração social e física, seja pela rigidez espacial imposta no momento do projeto, seja pelo próprio tamanho do Conjunto; além disso, sua desintegração também acontece quando lhe é cerceado o direito à cidade.

O Direito à Cidade na dicotomia centro-periferia

Existe uma situação sócio espacial comum nas metrópoles brasileiras, onde de um lado tem-se os centros urbanos consolidados com infraestrutura completa e concentração de comércios e serviços e, no final do espaço urbano está um espaço não urbanizado caracterizado, ora como espaço agrícola, ora como área de preservação ambiental ou ainda simplesmente como um espaço sem qualquer uso, à espera de ser parcelado e incorporado à cidade ou abrigando em grandes conjuntos habitacionais milhares de pessoas concentradas em dezenas de edifícios “emparelhados” (Prado, 2014). Essa cidade incompleta e desigual, trata de um processo de urbanização que é formal em termos técnicos, legais e financeiros (já que é elaborada com projetos e assessoria técnica especializada, respeita a legislação vigente em termos edilícios e urbanos e ainda conta com o apoio de um sistema financeiro para a sua viabilização) porém, na prática, após a sua ocupação, esse tipo de urbanização oferece aos moradores um padrão de infraestrutura, comércio, serviços, transporte e espaços de sociabilidade abaixo daqueles encontrados nas áreas centrais ou em loteamentos fechados, destinados às camadas mais favorecidas da sociedade.

Dessa lógica configuradora da cidade capitalista decorre a condição de injustiça espacial imposta aos moradores das periferias, uma vez que não usufruem dos mesmos direitos e facilidades dos moradores das

áreas mais centrais, lembrando que, dentre os direitos que alçam o indivíduo à condição de cidadão está o direito à cidade, ou seja, o direito ao que a cidade oferece: as liberdades individuais e o acesso às infraestruturas urbanas e serviços de forma integral, o direito a uma vida urbana renovada e transformada, o direito de acesso às centralidades, locais de encontros e trocas com seus ritmos e tempos próprios (Lefebvre, 2001). Mas, para operar essas transformações e renovações na cidade, é preciso que as pessoas tenham controle sobre a cidade, portanto, o direito à cidade está diretamente ligado ao direito a um maior controle e domínio sobre como os espaços sociais são produzidos, o direito de participar dos processos que transformam a cidade, o direito de participar das decisões que definem os rumos da cidade.

Para a adequada compreensão do direito à cidade no direito brasileiro e a possibilidade de ressignificação de modo a se colocar como potência de produção de sentidos para a realização de uma vida digna nos conjuntos habitacionais, Silva (2019) nos lembra que as cidades são expressões mais bem acabadas da complexidade que a sociedade contemporânea atingiu e concentram uma parte expressiva dos serviços que somos capazes de oferecer, dos bens que socialmente produzimos e desigualmente consumimos. É o local onde o direito à cidade deve ser exercido e aplicado e, contraditoriamente, como bem afirma Ferraresi (2021), esse e outros direitos são negados.

O direito à cidade tem como fonte constitucional, o art. 182 da Constituição de 1988. Com a regulação da Política Urbana pelo Estatuto da cidade (Lei 10.257/01), art. 2º, como norma jurídica infraconstitucional; o direito à cidade ampliou sua abrangência, incorporando o direito à terra urbana, entre outros serviços públicos que se deram com a participação efetiva de movimentos sociais reivindicando moradia, transporte e saneamento urbano. A busca pela institucionalização do direito à cidade foi interrompida na década de 1960 (durante o período da ditadura militar) e retomado durante o processo de redemocratização do país, na década de 1980 (Ferraresi, 2021; Bonduki, 2014).

Entendendo que a questão da habitação não se resolve apenas com financiamento, mas também com o acesso à terra e controle sobre os processos de valorização fundiária; a aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de emenda à Constituição por uma reforma urbana, em 1987, estabeleceu o princípio da função social da propriedade, colocando-a sob a tutela dos municípios e, em 2001, o Estatuto da Cidade detalhou e reiterou os princípios constitucionais, criando instrumentos que permitissem aos governos locais atuarem de forma mais eficaz na questão habitacional (Cardoso, 2012; Bonduki, 2014).

Ao longo da história da habitação social no Brasil, é possível entender que a produção habitacional do regime militar, a partir das COHAB's, embora muito criticada, foi um modo de produção possível, a partir do acesso à terra barata. O que se apresentou foi uma lógica de padrão periférico da expansão urbana, promovendo um modelo urbano especulativo e excludente. O problema também se consolidou pela falta de diversidade dos projetos, tanto na localização quanto nas soluções tipológicas, ou seja, a produção dos grandes conjuntos nas áreas de expansão urbana foi uma alternativa necessária, mas poderia ter sido adotada ao lado de outras alternativas e não funcionar absoluta e desarticulada em relação à política urbana, além disso, seria importante estar inserida em um planejamento de expansão equilibrado da cidade.

Esse modelo de produção encontrou solo fértil na cidade de São Paulo e sua região metropolitana, gerando tecidos urbanos que superaram os assentamentos informais. Com o fim do regime militar e a extinção do BNH em 1986, concomitantemente à reconstrução da democracia no país, a emergência de novos movimentos sociais urbanos, partidos políticos e experimentações de elaborações de projetos participativos foram apoiados e fomentados por administrações municipais (Negrelos, 2021; Bonduki, 2014), no entanto, as políticas neoliberais que incidiram sobre São Paulo após esse período agravaram a crise habitacional em função da redução de gastos em políticas sociais. Com a ausência de subsídios e uma população de baixa renda sem condições financeiras para comprar uma moradia, intensificou-se a ocupação de áreas inadequadas (ocorreu neste período um aumento no número de favelas e assentamentos precários), seguido da autoconstrução como estratégia para viabilizar uma moradia e foi também um momento em que o processo de organização de movimentos sociais, em torno da luta por moradia, vinculada à luta pelo direito à cidade e da participação social nos processos de formulação e gestão de políticas urbanas ganharam força (Ferreira, 2012).

Para Ferraresi (2021, p. 76) é importante ressaltar a participação dos movimentos sociais no processo de reconhecimento jurídico do direito à cidade, pois “todo o novo paradigma legislativo de redefinição do processo social de produção do espaço urbano é fruto de mobilização social e lutas” que foram fundamentais para juridicizar o direito à cidade, com a participação de novos atores nos processos de construção de decisões jurídicas além do Estado, ampliando a cidadania.

A prefeitura de São Paulo, nesse período, implantou componentes de uma política habitacional alternativa, diferentemente do que se desenvolveu com os governos militares, onde a política de produção em larga escala e de bairros massivos foi duramente criticada no campo da arquitetura e do urbanismo brasileiro. De 1989 a 1992, o direito à cidade e à arquitetura foram bandeiras que orientaram uma política estrutural para o país. Viabilizar habitação social nas áreas centrais foi uma inovação nesse período, sobretudo destinando-a à população de baixa renda, invertendo a lógica de produção que sempre destinou (ao pobre) a periferia, a exemplo do conjunto habitacional Brás IX, localizado no centro da cidade, no Bairro do Brás.

Sempre que se fala em produzir habitação social nas áreas centrais, aparecem questionamentos apressados e preconceituosos, do tipo *“os terrenos são muito caros”*, *“não é possível construir habitação em massa na área consolidada da cidade”*, *“os pobres não podem morar junto dos mais ricos”*, *“vai desvalorizar toda a região”*. Fato é que sempre existiu uma demanda no mercado popular por moradia localizada nas áreas centrais, mas que não era atendida pela produção pública que, desde a criação do BNH sempre privilegiou uma localização periférica, estendendo as cidades horizontalmente, a custos muitíssimo elevados (Bonduki, 2000).

Dessa forma, colocar em prática um programa de habitação social em áreas centrais significou democratizar o acesso da população de baixa renda aos benefícios da cidade, com toda a potencialidade cultural, de recreação e serviços que essa região oferece.

3 CONCLUSÃO

Neste trabalho, foi possível discutir a produção do espaço urbano no município de São Paulo, a partir da produção dos conjuntos habitacionais da COHAB-SP, partindo de uma análise de processos administrativos de projetos, especificamente dos conjuntos habitacionais “Brás IX”, localizado na área central da cidade de São Paulo e “José Bonifácio”, localizado na zona Leste da cidade, para a discussão dicotômica da urbanidade entre área central versus periferia e observação *in loco* do uso social dos moradores nesses dois conjuntos.

A partir das análises dos projetos e da observação dos conjuntos, foi possível levantar a hipótese de que uma integração entre diferentes classes sociais na apropriação do espaço urbano é dificultada no modo de produção do espaço que se apresenta até hoje (o modo de produção capitalista). A pesquisa mostrou, principalmente com a localização periférica do Conjunto José Bonifácio e seus meios de acesso, que as desigualdades entre as diferentes áreas da cidade (que são produzidas e reforçadas pelo capital) favorecem, alimentam e promovem desigualdades de todos os tipos, além de dificultar e reduzir a plena efetivação do direito à cidade.

Projetar um conjunto exige uma atividade complexa, pois consiste em configurar a sobreposição de diversos pensamentos técnicos e não técnicos, para atingir diferentes modelos de relações sociais que são transformados em forma urbanística e arquitetônica. Quando o resultado não é equilibrado, com o passar do tempo esses Conjuntos se desarticulam com o entorno e desintegram. Por se tratar de um projeto para uma “massa”, para uma demanda anônima, identificar-se nesse lugar revela-se também como uma impossibilidade.

Observou-se também que, com o tempo, os espaços públicos dos Conjuntos se degradam porque não ocorre uma apropriação por parte dos moradores nesses lugares. Os moradores não se identificam com os espaços coletivos oferecidos, não se sentem acolhidos, não são atraídos às práticas sociais, talvez porque no momento do planejamento e do projeto, a dimensão humana tenha sido negligenciada, quando deveria ter sido colocada em posição de absoluto destaque, considerando as carências, as expectativas dos indivíduos, a possibilidade de uma prática social e coletiva realizável no cotidiano.

Observou-se nos Conjuntos, que os moradores estão apenas de passagem, não permanecem mais nos espaços coletivos. Levantou-se o questionamento: Onde estão os moradores dos Conjuntos? Não estão *com*, não estão *juntos*, não existe mais o *conjunto*. Neste momento, é possível recordar Sennett (2021) quando relata que os usos dos espaços públicos na cidade moderna só serão possíveis de serem intensificados à medida que as relações desenvolvidas nos espaços privados diminuam. É um tempo de declínio do homem público.

Como conjunto, o conjunto habitacional é mal estruturado. As possibilidades de alterações que aconteceram ao longo do tempo no conjunto José Bonifácio não foram articuladas no momento do projeto, nem mesmo depois, e o conjunto Brás IX foi projetado de forma que não é possível uma flexibilidade de usos.

Concordo com Lefebvre quando ressalta a boa intenção dos urbanistas e arquitetos que trabalham para formar e/ou reorganizar o espaço urbano, no entanto, trabalham com fragmentos de uma realidade e de uma sociedade pré-concebida. E, sobre o urbanismo, os promotores concebem a cidade para o mercado, visando o lucro, e vendem não apenas o solo urbano e a moradia, mas vendem também uma forma de viver, um estilo de vida que muitas vezes não condiz com as expectativas dos consumidores que não têm condições de decidir onde e como desejam morar. A partir daí, o espaço se transforma, vai além do projeto. Existe, portanto, um conflito entre o projeto concebido e o vivido, por isso os conjuntos habitacionais são, na maioria das vezes, *malditos*.

A produção habitacional estatal no Brasil, em aliança com o setor privado, desenvolveu-se como forma de legitimação de poder e alimentação do capital. A urbanidade ocupa o centro das discussões de produção para a elite, ao pobre está relegada a terra urbana pouco urbanizada, a moradia padronizada e multiplicada aos milhares, milhares de pessoas precisando de uma habitação, de investimentos públicos favorecendo as empresas de construção civil e de problemas físicos e sociais gerados com o conjunto desintegrado.

Mesmo que a iniciativa privada prevaleça sobre o Estado, a produção de moradias para a população de baixa renda não acontece sem a autorização das instâncias públicas de controle urbano. Pode-se dizer, então, que a criação das precariedades, tanto sociais quanto espaciais e ambientais, geradas pela presença dos adensamentos populacionais sociais é fruto, além das dinâmicas de mercado, de um modelo de planejamento econômico e urbano de Estado instituído há décadas e dominante no desenvolvimento brasileiro. Como modelo, tem-se o processo de construção de conjuntos habitacionais em grande escala; processo esse consentido pelo Estado, que se insere num planejamento econômico e em programas de governo amparados pela legislação urbana, tem apoio financeiro de bancos estatais e suporte técnico das áreas de conhecimento, tanto na iniciativa privada como em órgãos públicos.

Em suma, a produção do Conjunto é uma garantia do direito à habitação, mas ela tem sido utilizada como manutenção de acesso ao poder político, é insuficiente (propositalmente) e não garante o direito à cidade. É um exitoso fracasso, cuja ideia de fracasso está atribuída i) à desigualdade e exclusão socioespacial, promovida pela localização periférica dos conjuntos e pelo estigma social que se coloca sobre a população que ali reside; ii) ao modelo arquitetônico selecionado na forma de Conjunto que se multiplica, homogeneiza o espaço e, muitas vezes, apresenta baixa qualidade física-material e estética; iii) às soluções urbanísticas adotadas para adensar o máximo possível os moradores, na desintegração e na incompletude dos projetos, nas obras e na infraestrutura; iv) à insuficiência de investimentos e unidades habitacionais produzidas, gerando permanente carência habitacional e contribuindo com o aumento e consolidação das favelas e assentamentos ilegais, uma vez que essas são alternativas de morar para a população que não tem condições de pagar por uma habitação; v) por não considerar a urbanidade como prioridade no centro das discussões das políticas habitacionais e vi) pelo fato das propostas urbanísticas e arquitetônicas não partirem de uma política “de baixo para cima”, ou seja, são concebidas sem participação popular, além da complexidade econômica e cultural envolvida nos projetos, o que faz todas essas questões determinantes para a produção e uso do espaço.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Leon Battista. **Da Arte de Construir**. Tratado de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Hedra, 2012.
- ALFONSIN, Betânia. Repercussões da nova agenda urbana no direito público e provado no Brasil e na América Latina: o papel do direito à cidade. In: BELLO, Enzo; Keller, Rene José (org). **Curso de direito à cidade**: teoria e prática. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. p. 217-230.
- ARENDT. H. **Lo que quiero es comprender**. Sobre mi vida y mi obra. Editorial Trotta, S.A. Madrid, 2010.
- BONDUKI, Nabil. **Habitar São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana**/ Nabil Bonduki – São Paulo: Estação Liberdade, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 2010.
- _____. **Os pioneiros da habitação social no Brasil**: cem anos de construção de política pública no Brasil. São Paulo: UNESP: SESC, Volume 1, 2014.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 16 out. 2024.

_____. **Lei nº 6.766** de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6766.htm. Acesso em 20 out. 2024.

_____. **Estatuto da Cidade** (Lei nº 10.257/2001). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em 16 out. 2024.

CACCIARI, Massimo. **A Cidade**. Barcelona: Gustavo Gili, SL, 2010.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **Desafios da Habitação**: a realidade da moradia no Brasil. **Observatório das Metrópoles**. 2012. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/desafios-da-habitacao-realidade-da-moradia-no-brasil/>. Acesso em: 16 out. 2024.

CAVALINI-Lendimuth, Juliana. **Habitar Grandes Conjuntos**: em busca da urbanidade na produção da COHAB-SP de 1965 a 1992. Tese (Doutorado). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2023.

ENGELS, Friederich. **Sobre a questão da moradia**. Tradução Nélio Schneider. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

FERRARESI, Camilo Stangherlim. **O direito ao lazer da pessoa portadora de necessidades especiais na Constituição Federal**. São Paulo: Porto de Ideias, 2010.

_____. **A resignificação do Direito à Cidade a partir dos Direitos Humanos**: As smart cities como um espaço para garantir a qualidade de vida das pessoas com deficiência. Blumenau/SC: Editora Dom Modesto, 2021.

FERREIRA, Regina Fátima. Movimentos populares e política habitacional no Brasil. **Observatório das Metrópoles**. 2012. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/movimentos-populares-e-politica-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 16 out. 2024.

GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de America Latina**. Siglo Veintiuno Editores, S.A de C.V, México, 2004.

GEHL, Jean [1936]. **Cidades Para Pessoas**. Tradução Anita Di Marco. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GORELIK, Adrian. O moderno em debate: cidade, modernidade e modernização. In: MIRANDA, Wander Melo (org). **Narrativas da modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, pp.55-80.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: HEIDEGGER, M. **Ensaio e Conferências**. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão; Gilvan Fogel e Márcia Sá Cavalcante Schuback. 8 ed. Coleção Pensamento Humano. Petrópolis: Vozes, 2002.

ILLICH, I. [1985]. **La Reivindicación de la Casa**. Alternativas II, ed. Joaquín Mortiz/Planeta, México, 1989.

JACOBS, Jane. **Vida e Morte de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JELIN, E. **Los Trabajos de la memoria**. Siglo XXI DE España Editores, S. A. Madrid, 2002.

KELLER, Rene José. Economia Política: Direito estado e Relações Econômicas: a Mercantilização Jurídica como Forma de Priva(tiza)ção do Direito à Cidade. In: BELLO, Enzo; Keller, Rene José (org). **Curso de direito à cidade**: teoria e prática. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade** [1968]. Tradução de T. C. Netto. Editora Documentos LTDA, São Paulo, 2001.

_____. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira & Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000), 2006.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da economia política [1867-1894] v.1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDES, Alexandre Fabiano. Ciências política: o conceito de direito à cidade entre o estável e o efêmero. In: BELLO, Enzo; Keller, Rene José (org). **Curso de direito à cidade**: teoria e prática. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019

NEDER, Gizlene. História: O direito à cidade na perspectiva da História. In: BELLO, Enzo; Keller, Rene José (org). **Curso de direito à cidade**: teoria e prática. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

NEGRELOS, Eulalia P. **Estado, planejamento e habitação no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980**. A forma urbana conjunto habitacional no quadro da crítica ao movimento moderno. São Carlos: IAU-USP, 2021. Tese de Livre Docência.

NETTO, Vinicius, M. A urbanidade como devir do urbano. In: **Urbanidades**. Rio de Janeiro, Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

ONU-HABITAT. Programa das Nações Unidas para os assentamentos humanos. **World Cities Report 2022. Envisaging the Future of Cities**. Disponível em: <https://unhabitat.org/wcr/>. Acesso em: 16 out. 2024.

- PALLASMAA, Juhani. **Habitar**. Tradução Alexandre Salvaterra. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.
- PRADO, André Luiz. **Ao fim da cidade**: Conjuntos habitacionais nas bordas urbanas. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte / MG, 2014.
- QUIJANO, A. Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamérica. En Quijano, A. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014.
- RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro, F. Alves, 1990.
- _____. Arquitectura y narratividad. En: **Arquitectonics**. Arquitectura y Hermenéutica. n. 4. Barcelona. 2002.
- _____. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ROZESTRATEN, Artur. Habitar para além da habitação - Ensaio sobre a mobilidade das imagens do habitar: continuidade, rupturas e experimentações. Imaginário: construir e habitar a Terra; deformações, deslocamentos e devaneios. **Atas do 3º Colóquio Internacional ICHT**, 16 a 18 de abril, 2019, São Paulo, SP, Brasil.
- SANTOS, Danilo Brich. **O papel da COHAB-RP na produção do espaço urbano em Ribeirão Preto / SP**. Dissertação (Mestrado). IAUUSP-São Carlos, 2017.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, categorias de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social de mercado**: A confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 1997.
- SOLÀ-MORALES, Manuel de. **De cosas urbanas**. Editora Gustavo Gili, SL, Barcelona, 2008.
- TSCHUMI, Bernard. **Architecture and Disjunction**. Cambridge: MIT Press, 1994.

NOTAS

¹ Adotamos a noção de política habitacional tratada por Shimbo (2012) como resultado de uma articulação de interesses políticos e econômicos e de um jogo de poder, no qual o Estado desempenha papel fundamental como legitimador dos interesses do capital. Política supõe o dissenso quanto à entrada e quanto à reivindicação da fala e da parcela daqueles que não têm parcela, na comunidade política, não entendida apenas como um terreno institucional. Nesse sentido, a noção de política habitacional estaria próxima da ideia que delimita a cena política dos atores já constituídos que determinam, inclusive, o local e o modo como aqueles “sem parcela” podem entrar no terreno institucional, e esse espaço é claro, como público-alvo dos programas habitacionais.

² Uma reflexão sobre o verbo habitar faz aflorar sentidos literais e poéticos que gravitam em torno da perpetuação e/ou da continuidade do ser na duração do tempo como condição vital essencial do haver como ter (ser senhor de, trazer consigo), estabelecendo uma interação relacional entre o ser e o mundo “para si”; da concepção pelo fazer por meio de ações, construções, imagens e objetos no mundo que, em síntese, nos leva a entender que o campo simbólico do habitar transita por uma tríade que envolve: duração, relação e ação (Rozestraten, 2019). O ato de habitar é o modo básico de alguém se relacionar com o mundo. É fundamentalmente uma extensão; por um lado o habitante se acomoda no espaço e o espaço se acomoda na consciência do habitante, por outro, esse lugar se converte em uma exteriorização e uma extensão de seu ser, tanto do ponto de vista físico quanto mental (Pallasmaa, 2017). Habitar é o modo como as pessoas são e estão sobre o território (Heidegger, 2002). São aspectos experienciais que acontecem no lugar, requer um acolhimento, segurança e capacidade de adaptação. Nesse entendimento, comunica-se aqui uma ideia de convívio, um convívio espontâneo, um espaço que faça sentido.

³ Quem primeiro utilizou a expressão “maldito”, em uma publicação, foi o poeta francês Romântico, Alfred Victor de Vigny, em sua peça “Stello”, em 1832. No entanto, o termo se popularizou em 1884, com o poeta francês Paul Verlaine, inspirado por Charles Baudelaire, quando publica uma obra de esboços bibliográficos de um grupo de poetas Simbolistas, do qual o próprio Verlaine fazia parte, os quais criticavam a sociedade burguesa industrial da época, defendiam temas com elevado cunho social, inspirados na realidade, dando ao grupo, e à obra, o nome de “*Les Poètes Maudits*” – “Os poetas malditos” <https://portal.bu.ufsc.br/files/2015/05/cartazes-para-o-painel-exposi%C3%A7%C3%A3o-malditos.pdf>.

⁴ Tentativa de relacionar nossas ações individuais com os condicionamentos que recebemos da sociedade (BOURDIEU, 2010). Bourdieu entende que a partir da nossa história, do lugar que ocupamos na sociedade, herdamos certo conjunto de disposições para agir.

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade da autora.

TEORIA E CONCEITO



NEUROARQUITETURA, AMBIENTES ENRIQUECIDOS E COHOUSING: uma abordagem inovadora para o envelhecimento saudável em comunidade

NEUROARQUITECTURA, ENTORNOS ENRIQUECIDOS Y COHOUSING: un enfoque innovador del envejecimiento saludable en la comunidad

NEUROARCHITECTURE, ENRICHED ENVIRONMENTS AND COHOUSING: an innovative approach to healthy aging in community

ALBUQUERQUE, CIRO FÉRRER HERBSTER

Mestre em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAUD) / UFC, Docente do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia na Universidade de Fortaleza (UNIFOR).
E-mail: ciro.ferrer@hotmail.com

SANTIAGO, ZILSA MARIA PINTO

Doutora em Educação/UFC, Docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAUD) / UFC. E-mail: zilsa@arquitetura.ufc.br

RESUMO

Este estudo investiga a convergência entre neuroarquitetura, ambientes enriquecidos e *cohousing* para oferecer uma abordagem inovadora ao envelhecimento saudável no contexto brasileiro. O modelo *cohousing*, originado na Dinamarca nos anos 70, emerge como uma solução que harmoniza privacidade e comunidade, atendendo às crescentes demandas da população idosa em meio ao adensamento urbano e isolamento social. A pesquisa destaca a relevância dos vínculos sociais, respaldada por evidências das *Blue Zones* e do estudo *LatAm-FINGERS*, incorporando o conceito neurocientífico de Ambientes Enriquecidos. A metodologia exploratória abrange revisão bibliográfica, análise qualitativa de estudos de caso, incluindo a *Vila Envelhecer* em Campinas e a *New Ground Cohousing* em Londres, além da formulação de diretrizes de projeto fundamentadas cientificamente. Objetiva-se compreender e delinear a sistemática habitacional do *cohousing* no Brasil, considerando o conceito experimental de Ambientes Enriquecidos aplicado ao planejamento residencial. Essas diretrizes visam criar espaços que fomentem saúde e qualidade de vida em comunidade, promovendo sociabilidade, estímulos cognitivos, sensoriais e motores. A pesquisa justifica-se pelo aumento gradual do número de pessoas idosas, estimado em mais de 25% em 2060. Esse panorama impulsiona modificações socioeconômicas, incluindo a tipologia das moradias, tomando o *cohousing* uma proposta relevante e necessária para enfrentar os desafios do envelhecimento populacional de maneira inovadora e sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: neuroarquitetura; envelhecimento saudável; ambientes enriquecidos.

RESUMEN

Este estudio investiga la convergencia de la neuroarquitectura, los entornos enriquecidos y el *cohousing* para ofrecer un enfoque innovador del envejecimiento saludable en el contexto brasileño. El modelo de *cohousing*, que se originó en Dinamarca en la década de 1970, ha surgido como una solución que armoniza la privacidad y la comunidad, satisfaciendo las crecientes demandas de la población de edad avanzada en medio de la densificación urbana y el aislamiento social. La investigación destaca la importancia de los vínculos sociales, respaldada por las pruebas de las Zonas Azules y el estudio *LatAm-FINGERS*, incorporando el concepto neurocientífico de Entornos Enriquecidos. La metodología exploratoria incluye una revisión bibliográfica, el análisis cualitativo de estudios de casos, como *Vila Envelhecer* en Campinas y *New Ground Cohousing* en Londres, así como la formulación de directrices de diseño con base científica. El objetivo es comprender y perfilar el sistema de vivienda de *cohousing* en Brasil, considerando el concepto experimental de Entornos Enriquecidos aplicado a la planificación residencial. Estas directrices pretenden crear espacios que fomenten la salud y la calidad de vida en comunidad, promoviendo la sociabilidad y los estímulos cognitivos, sensoriales y motores. La investigación se justifica por el aumento progresivo del número de personas mayores, estimado en más del 25% para 2060. Este panorama está impulsando cambios socioeconómicos, incluyendo la tipología de vivienda, haciendo del *cohousing* una propuesta relevante y necesaria para afrontar los retos del envejecimiento de la población de forma innovadora y sostenible.

PALABRAS CLAVE: neuroarquitectura; envejecimiento saludable; entornos enriquecidos..

ABSTRACT

This study investigates the convergence between neuroarchitecture, enriched environments and *cohousing* to offer an innovative approach to healthy ageing in the Brazilian context. The *cohousing* model, which originated in Denmark in the 1970s, has emerged as a solution that harmonizes privacy and community, meeting the growing demands of the elderly population in the midst of urban densification and social isolation. The research highlights the importance of social bonds, supported by evidence from *Blue Zones* and the *LatAm-FINGERS* study, incorporating the neuroscientific concept of Enriched Environments. The exploratory methodology includes a literature review, qualitative analysis of case studies, including *Vila Envelhecer* in Campinas and *New Ground Cohousing* in London, as well as the formulation of scientifically-based design guidelines. The aim is to understand and outline the housing system of *cohousing* in Brazil, considering the experimental concept of Enriched Environments applied to residential planning. These guidelines aim to create spaces that foster health and quality of life in a community, promoting sociability, cognitive, sensory and motor stimuli. The research is justified by the gradual increase in the number of elderly people, estimated at more than 25% by 2060. This panorama is driving socio-economic changes, including housing typology, making *cohousing* a relevant and necessary proposal to meet the challenges of population aging in an innovative and sustainable way.

KEYWORDS: neuroarchitecture; healthy ageing; enriched environments.

Recebido em: 03/02/2025

Aceito em: 25/10/2025

1 INTRODUÇÃO

A neuroarquitetura, uma área de estudo interdisciplinar que conecta neurociência, psicologia e arquitetura, visa aprimorar os ambientes construídos para promover efeitos positivos na saúde física e mental. Esta linha de pesquisa torna-se crucial, considerando que as pessoas dedicam entre 80% a 90% do seu tempo em ambientes internos, muitas vezes inadequados para o seu bem-estar (Graudenz *et al.*, 2004; Fajardo, 2018). A neurociência tem a capacidade de mapear o cérebro, proporcionando uma compreensão de como, quando e por que ele é estimulado. Assim, a neuroarquitetura oferece estratégias de design para fomentar a criatividade, produtividade, bem-estar e colaboração, entre outros benefícios ao envelhecimento saudável (Villarouco *et al.*, 2021).

O envelhecimento é tido como inerente à humanidade, trazendo consigo aspectos biopsicossociais¹ que, caso não levados em consideração, podem comprometer a manutenção do bem-estar físico e social da pessoa idosa. O envelhecimento apresenta desafios na interação com os espaços devido às modificações fisiológicas e cognitivas, especialmente para pessoas idosas com sintomas demenciais. Compreender essas mudanças pode fornecer contribuições valiosas para que arquitetos planejem espaços mais adequados e responsivos às necessidades desses usuários (Dorneles, 2006). No âmbito residencial, o Estudo SABE (Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento) evidenciou que 13% das pessoas idosas moram sozinhas e 24% moram somente com o cônjuge. Já 72,1% deste público, com mais de 80 anos, tendem a morar sozinhos (Lebrão *et al.*, 2018). Outras pesquisas recentes corroboram com esses dados — cerca de 18,5% das pessoas idosas residiam sozinhas em 2020 — o que contribui para o isolamento, precariedade na realização das atividades diárias, falta de acessibilidade domiciliar e dificuldade de acesso à cidade (Bolina *et al.*, 2021; Dorneles, 2006).

No contexto do envelhecer na cidade, a sensação de isolamento e solidão pode exacerbar não apenas os fatores físicos, como aumento da pressão arterial e níveis de colesterol, mas também contribuir para a diminuição da capacidade cognitiva e agravamento de quadros depressivos. O estudo envolvendo cinco pesquisas longitudinais apontou uma associação significativa entre solidão e isolamento social ao aumento do risco de doenças cardíacas em 29% e de acidentes vasculares em até 32% (Cole *et al.*, 2015). Além disso, a pesquisa da Universidade de Chicago revelou que o isolamento nas faixas etárias mais avançadas pode aumentar o risco de morte em 14%. O estudo indica que o estresse induzido pelo isolamento residencial desencadeia respostas inflamatórias que diminuem a produção de leucócitos, responsáveis pela defesa do organismo contra infecções (Suragarn; Hain; Pfaff, 2021).

A cidade, mesmo passando por transformações urbanas, mantém características identitárias dos habitantes brasileiros longevos, sendo o modelo de *cohousing*, que estabelece a participação ativa dos moradores na concepção integral do projeto, envolvendo-os em todas as fases de construção e gestão, inclusive na elaboração dos acordos de convivência, uma forma de preservar esses hábitos de vida em comunidade (Hagbert *et al.*, 2019). O *cohousing* surge como proposta de mitigar três vertentes dos desafios sociais contemporâneos: criar conexões positivas na vivência em comunidades; sustentabilidade nas tecnologias construtivas; e propiciar novas dinâmicas sociais (Durrett, 2009). Dessa forma, a pesquisa proposta visa integrar neurociência e gerontologia ao planejamento de ambientes destinados à habitação compartilhada para pessoas idosas, proporcionando uma interação mais amigável e qualitativa no cotidiano desses residentes. O objetivo é compreender (i) como o planejamento residencial pode influenciar o envelhecimento, (ii) como os Ambientes Enriquecidos podem contribuir para a qualidade de vida do longo e (iii) como viabilizar o funcionamento sistêmico de projetos de *cohousing* adaptados às necessidades específicas das pessoas idosas no contexto brasileiro.

Nos últimos anos, profissionais de arquitetura, urbanismo e design têm redefinido o paradigma do ambiente construído para pessoas idosas, impulsionando pesquisas científicas e debates que abrangem as necessidades contemporâneas desse grupo, tanto internacionalmente quanto no contexto brasileiro (Sabater; Maldonado, 2009). Essa abordagem inovadora reflete uma visão mais flexível, sensível e adaptável na busca por soluções arquitetônicas que transcendam a rigidez tradicional dos espaços construídos, focando na concepção de habitações que atendam às aspirações dos próprios moradores (Lewis; Buffel, 2020).

A geriatra Iecovich (2014) introduz o conceito de *aging-in-place* ou "envelhecer em casa", destacando a importância de habitar o próprio lar com algum grau de independência, possibilitando a continuidade da vida em comunidade. Esse conceito emergiu como resposta à sociedade longeva, buscando preservar a capacidade de decisão, individualidade e autonomia das pessoas idosas. Contudo, Van Hoof *et al.* (2010) ressalta que questões de saúde física ou cognitiva podem interferir nessa escolha, levando o indivíduo a buscar novas residências, seja na casa de familiares próximos ou em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs).

Essa transição de moradia, embora visando a melhoria da saúde da pessoa idosa, pode comprometer sua individualidade e autonomia, deixando-o à mercê de um novo ambiente que se tornará seu lar. É inegável que permanecer em ambientes que refletem a identidade pessoal do morador, onde os sentidos são estimulados por cores, texturas, aromas, sons e tato, proporciona relaxamento, estimula a criatividade e promove clareza mental. Benefícios físicos e emocionais são construídos quando o projeto arquitetônico é fundamentado em evidências científicas relacionadas à neurociência e ao envelhecimento humano.

Conforme o estudo das *Blue Zones* (“Zonas Azuis”, em português), cerca de 90% dos centenários moram a menos de 8 quilômetros dos serviços básicos disponíveis no ambiente urbano, como farmácias, supermercados, restaurantes e bancos. O curto deslocamento junto à acessibilidade urbana contribui para um estilo de vida mais ativo, contemplado pelo: aprendizado, sociabilidade, segurança e saúde física e mental, conforme a política da “Década do Envelhecimento Saudável nas Américas 2021-2030”, proposta pela OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde) em 2021 (OPAS, 2021). O estudo culminou na identificação de cinco localidades² no mundo, denominadas *Blue Zones*, onde a população consistentemente ultrapassa os 100 anos de idade (Buettner, 2010; 2015). Posteriormente, esses princípios foram aplicados em comunidades nos Estados Unidos, resultando em mudanças significativas nas esferas política e ambiental. Os impactos incluíram o aumento da expectativa de vida, a redução da obesidade e a facilitação de escolhas saudáveis para milhões de americanos, demonstrando a eficácia das diretrizes do projeto *Blue Zones* (Buettner, 2010; 2015).

Ademais, alinhado com tais diretrizes, o estudo longitudinal *LatAm-FINGERS* caracteriza-se por uma iniciativa latino-americana para desenvolver um ensaio multicêntrico, randomizado e controlado para a prevenção da deterioração cognitiva e da demência e para compartilhar, comparar e harmonizar os dados. O estudo conduzido com 1.400 pessoas idosas da América Latina propõe a incorporação de mudanças nos hábitos de vida por meio do monitoramento de quatro domínios fundamentais: prática de atividade física, alimentação, estimulação cognitiva e promoção da saúde cardiovascular e mental (Crivelli, 2020).

Plasticidade Sináptica, Neurogênese e Ambientes Enriquecidos

A plasticidade sináptica, fenômeno crucial na neurociência, desempenha papel fundamental na formação, manutenção e adaptação do cérebro ao longo da vida (Lent, 2010). Ela compreende a capacidade das sinapses neurais de se fortalecerem ou enfraquecerem em resposta a estímulos e experiências, essencial para aprendizagem, memória e adaptação do cérebro a lesões ou mudanças ambientais (Irwin *et al.*, 2018). Existem dois tipos principais: Plasticidade Sináptica de Longo Prazo (LTP) e Plasticidade Sináptica de Longo Prazo (LTD), ambos desempenhando funções complementares na otimização da função cerebral (Irwin *et al.*, 2018).

Lent (2010) amplia esse conceito para a neuroplasticidade, englobando a capacidade do cérebro de reorganizar sua estrutura e função em resposta a mudanças ambientais. Dois processos fundamentais são a Sinaptogênese e a Neurogênese, essenciais para aprendizagem, memória e recuperação após lesões cerebrais. A compreensão desses fenômenos tem implicações significativas na medicina regenerativa e no tratamento de distúrbios neurológicos.

O termo “Ambiente Enriquecido” (AE) surgiu como resultado de estudos que mostraram melhorias no comportamento de animais em ambientes complexos (Hebb, 1947). Ambientes com baixa complexidade são denominados “Ambientes Empobrecidos” e associados a declínios cognitivos mais acentuados (Vive *et al.*, 2020). Mandolesi *et al.* (2017) definem “AE” como ambientes que incluem estímulos motores, cognitivos, sensoriais e interação social.

Pesquisas indicam que “AE” pode induzir mudanças físicas mensuráveis no cérebro, melhorando a qualidade de vida, estimulando a atividade cerebral e proporcionando tratamentos promissores para distúrbios neuropsiquiátricos e doenças neurodegenerativas, como a Doença de Alzheimer (Vive *et al.*, 2020). A pesquisa científica, realizada por Vaquero-Rodríguez e colaboradores (2023), demonstra que um estilo de vida saudável está associado a um declínio mais lento da memória, ressaltando a importância do “AE” em ambientes residenciais para pessoas idosas (Vaquero-Rodríguez *et al.*, 2023).

Essa interconexão entre arquitetura, neurociência e gerontologia destaca a necessidade de abordagens integradas no planejamento de espaços construídos para pessoas idosas, considerando não apenas aspectos físicos, mas também os impactos cognitivos e emocionais. O desenho de ambientes enriquecidos, baseado em fundamentos científicos, emerge como uma estratégia promissora para promover um envelhecimento saudável e melhorar a qualidade de vida da população idosa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo, de abordagem exploratória, objetiva compreender de maneira holística a organização espacial de residenciais, analisando a interação das pessoas idosas nesses espaços sob a perspectiva da "neuroarquitetura" e do envelhecimento saudável. Inicialmente, a pesquisa realizou uma revisão bibliográfica nos campos da gerontologia, neurociência, ambientes enriquecidos e projetos de *cohousing* sênior, integrando esses conhecimentos em projetos de moradias compartilhadas.

Para a pesquisa, foi selecionada uma amostra de dezessete publicações representativas de abordagens distintas, mas complementares, sobre o tema, com o objetivo de identificar assuntos convergentes. As contribuições de Antonovsky (1996), Scotthanson e Scotthanson (2004), Maguire, Woollett e Spiers (2006), Fouts e Gabay (2008), Kellert, Heerwagen e Mador (2008), Durrett (2009), Buettner (2010; 2015), Lent (2010), Van Hoof *et al.* (2010), Fajardo (2018), Crivelli (2020), Villarouco *et al.* (2021), Schoentgen, Gagliardi e Défontaines (2020), Freitas e Py (2022) e Jia *et al.* (2023) foram fundamentais para estruturar a análise inicial do estudo. O Quadro 1 apresenta a correlação entre essas obras, destacando os principais eixos temáticos relacionados ao envelhecimento saudável e à vivência em comunidade, agrupados nas seguintes categorias: (a) Espaço Construído e Saúde Habitacional; (b) Neurociência e Ambientes Enriquecidos; (c) *Cohousing* e Funcionalidade; e (d) Contribuições da Gerontologia. Esses agrupamentos permitem uma abordagem integrada, conectando perspectivas teóricas e práticas para o desenvolvimento de ambientes mais inclusivos e saudáveis.

Quadro 1: Revisão de literatura acerca do envelhecimento saudável e a vivência em comunidade.

Bases Acadêmicas			
Espaço Construído e Saúde Habitacional	Neurociência e Ambientes Enriquecidos	<i>Cohousing</i> e Funcionalidade	Contribuições da Gerontologia
"Design Salutogênico" (Antonovsky, 1996)	"Cognitive Reserve and Alzheimer Disease". (Stern, 2006)	"The Cohousing Handbook" (Scotthanson; Scotthanson, 2004)	"The blue zones : lessons for living longer from the people who've lived the longest" (Buettner, 2010)
"Healing through Evidence-Based Design" (Fouts; Gabay, 2008)	"London Taxi Drivers and Bus drivers" (Maguire; Woollett; Spiers, 2006)	"The Senior Cohousing Handbook" (Durrett, 2009)	"The Blue Zones Solution" (Buettner, 2015)
"Design Biofílico" (Kellert; Heerwagen; Mador, 2008)	"Cem Bilhões de Neurônios?" (Lent, 2010)	" <i>Cohousing</i> , uma alternativa de Habitat Coletivo" (Bezerra, 2018)	"Tratado de Geriatria e Gerontologia" (Freitas; Py, 2013)
"Environmental Interventions and the Design of Homes for Older Adults With Dementia: An Overview" (Van Hoof <i>et al.</i> , 2010)	"Reserva Cognitiva e Ambiente Enriquecido" (Schoentgen; Gagliardi; Défontaines, 2020)	—	" <i>LatAm-FINGERS: Latin America</i> " (Crivelli, 2020)
"Arquitetura e Inteligência Emocional" (Fajardo, 2018)	"When Brains Meet Buildings" (Arbib, 2021)	—	"Association Between Healthy Lifestyle and Memory Decline in Older Adults" (Jia <i>et al.</i> , 2023)
"Neuroarquitetura" (Villarouco <i>et al.</i> , 2021)	—	—	—

Fonte: Acervo da pesquisa, com base na revisão de literatura (2024).

A revisão incorporou contribuições das *Blue Zones*, regiões conhecidas por abrigar as maiores concentrações de centenários, e das pesquisas do *LatAm-FINGERS*³, que exploram a interseção entre neurociência e envelhecimento salutogênico⁴. Essas evidências destacam-se como fundamentais para a formulação de estratégias inovadoras voltadas à promoção do bem-estar e do envelhecimento saudável (Buettner, 2010; 2015; Crivelli, 2020). Complementarmente, a pesquisa inclui uma análise do *cohousing* no Brasil, exemplificada pelo projeto *cohousing sênior* da Vila Conviver, em Campinas. A segunda fase abrangeu o estudo de caso do *New Ground Cohousing*, o primeiro *cohousing* londrino dedicado exclusivamente a mulheres acima de 50 anos. A análise, conduzida com base no método de *Evidence-Based Design* (EDB)⁵ aplicado à neuroarquitetura (Villarouco *et al.*, 2021), buscou identificar estratégias de neuroarquitetura promissoras para promover o envelhecimento saudável, considerando as especificidades de uma população urbana brasileira caracterizada pelo progressivo envelhecimento sedentário.

A pesquisa objetiva auxiliar na integração do conceito científico de Ambientes Enriquecidos ao projeto arquitetônico residencial em prol do envelhecimento saudável, indo além da aplicação prática do design. O objetivo é facilitar diálogos entre neurociência e design, encontrando novas abordagens para uma arquitetura que melhore o bem-estar e propicie condições para o envelhecimento salutogênico. Diante das recentes transformações no uso do espaço, abordagens de design que priorizam a experiência e o comportamento humano no envelhecimento são cruciais para criar espaços alinhados aos hábitos e necessidades dos usuários. Como terceira fase, a pesquisa teve como objetivo propor diretrizes de projetos residenciais comunitários que busquem a longevidade qualitativa de seus moradores no contexto brasileiro.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em busca de soluções para promover o envelhecimento saudável e a plasticidade cerebral, o conceito de *cohousing* emerge como uma proposta inovadora. O *cohousing* é um modelo residencial intencionalmente comunitário em que os moradores compartilham espaços e recursos comuns, ao mesmo tempo em que mantêm suas residências privadas. Esse modelo surgiu na década de 1970 na Dinamarca e nos Países Baixos (Durrett, 2009). O termo *cohousing* é uma contração de *cooperative housing* (moradia cooperativa, em português) e, em sua forma mais ampla, refere-se às comunidades intencionais em que os moradores compartilham espaços e recursos comuns, enquanto mantêm residências privadas. O *cohousing* tem suas raízes em uma série de movimentos sociais e ideias que se uniram para criar um novo paradigma de vida comunitária. Objetiva-se, portanto, promover interações sociais, apoio mútuo e sensação de pertencimento a uma comunidade (Durrett, 2009).

No contexto do envelhecimento saudável, o *cohousing* oferece uma oportunidade única. Os membros de uma comunidade de *cohousing* podem criar ambientes enriquecidos não apenas por meio das configurações espaciais, mas também pela dinâmica humana que ocorre dentro delas. Os espaços comuns, como casa comum, jardins compartilhados e áreas de recreação, servem como cenários para uma variedade de atividades que estimulam a mente e o corpo (Bezerra, 2018). Com o aumento da longevidade populacional, houve o surgimento da modalidade *cohousing sênior*, que não difere substancialmente dos complexos intergeracionais em termos de como são criadas e estruturadas. Ambos os tipos buscam equilibrar a vida privada e comunitária; no entanto, no caso do *cohousing sênior*, a ênfase está em um estilo de vida voltado para as necessidades dos moradores, levando em consideração sua faixa etária. Pontua-se que habitações destinadas ao envelhecimento saudável devem atender às necessidades específicas dessa fase da vida. No entanto, é importante notar que tais necessidades não são completamente distintas das de outras faixas etárias (Green, 1975).

De acordo com Furlani e Pompeu (2017), o *cohousing sênior* é uma tendência globalmente em ascensão. Essas comunidades promovem a sociabilidade, reduzem o isolamento e incentivam a colaboração, atendendo às necessidades da população idosa, incluindo o apoio em momentos de instabilidade física ou emocional. Em um *cohousing sênior*, as instalações são adaptadas para a terceira idade, com foco na acessibilidade e na remoção de obstáculos. A casa comum costuma incluir quartos de hóspedes amplos para visitas prolongadas e acomodação de cuidadores profissionais, se necessário (Durrett, 2009). Conforme o *The Cohousing Association of the United States* (CohoUS), essas comunidades são projetadas ou adaptadas para apoiar o envelhecimento na comunidade e promover o cuidado mútuo (CohoUS, 2014). O Desenho Universal é aplicado, tornando os espaços acessíveis e funcionais para pessoas de todas as idades e habilidades. Para Green (1975), os arquitetos possuem a responsabilidade de criar ambientes que permitam que as pessoas idosas se adaptem ao envelhecimento com conforto e dignidade, considerando questões de acessibilidade, segurança e bem-estar emocional.

De maneira abrangente, os projetos de *cohousing sênior* e intergeracional destacam-se por integrar abordagens arquitetônicas e sociais que favorecem o fortalecimento do senso de comunidade, a colaboração e a interação entre os moradores. Embora as especificidades variem conforme o contexto de cada iniciativa, é possível identificar características centrais⁶ que geralmente estruturam esses empreendimentos. Scotthanson e Scotthanson (2004) apontam que, além das múltiplas possibilidades relacionadas ao tamanho, design, localização, tipo de propriedade e prioridades, os *cohousings* ampliam as possibilidades de formação de grupos, transcendendo limitações de faixa etária. Bezerra (2018) e Durrett (2009) reforçam que os detalhes de cada projeto podem diferir significativamente, uma vez que as comunidades frequentemente são adaptadas às necessidades e preferências dos residentes. Contudo, esses elementos compartilhados oferecem uma base sólida para promover uma vida comunitária bem-sucedida, alinhada aos princípios de colaboração, sustentabilidade e envelhecimento saudável frequentemente associados ao conceito de *cohousing*.

No âmbito internacional, o exemplo do primeiro *cohousing sênior* formado apenas por mulheres com mais de 50 anos, intitulado de *New Ground Cohousing*, configura-se como o exemplo mais consolidado, concluído em 2016 (New Ground Cohousing, 2021). No Brasil, a iniciativa do *cohousing sênior* da Viva Conviver, em Campinas, São Paulo, teve início em 2016. A proposta foi apresentada a 210 professores da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas (ADunicamp) por meio de cinco palestras. A maioria do público era composta por aposentados ou prestes a se aposentar, com média de 64,9 anos de idade. O projeto encontra-se em desenvolvimento, levando em consideração o longo processo de planejamento detalhado do projeto (Piva, 2018).

Adaptações planejadas e implementadas em residências apresentam uma oportunidade significativa para fomentar maior interação e engajamento entre os moradores, ao mesmo tempo em que auxiliam na mitigação do estigma frequentemente associado ao envelhecimento. Essas intervenções, além disso, têm como objetivo prevenir o desenvolvimento de patologias neurodegenerativas, como as demências, contribuindo para a extensão do período de autonomia, a convivência harmoniosa com o ambiente doméstico e comunitário, e a promoção de uma melhor qualidade de vida.

No contexto do acelerado envelhecimento populacional no Brasil, aliado ao aumento dos casos de demência e à relevância da neurociência e da gerontologia no fomento ao envelhecimento saudável em ambientes comunitários, torna-se essencial incorporar tais conhecimentos ao planejamento arquitetônico de projetos residenciais voltados para a população idosa. Em particular, o *cohousing sênior* emerge como uma alternativa promissora. Fundamentado em diretrizes construtivas baseadas em evidências neurocientíficas, o planejamento propõe a aplicação do conceito experimental de Ambientes Enriquecidos, buscando criar espaços que estimulem a plasticidade cerebral, com benefícios diretos à memória, ao aprendizado e ao bem-estar geral da população idosa em constante expansão.

Estudo de caso New Ground Cohousing

O *New Ground Cohousing*, desenvolvido em um antigo convento em *High Barnet*, destaca-se como um empreendimento inovador exclusivo para mulheres, projetado pelo escritório *Pollard Thomas Edwards* em parceria com a *Hanover Housing* para atender ao grupo *Older Women's Co-housing* (OWCH). Com 25 apartamentos privados dispostos em formato de T ao redor de instalações compartilhadas, como jardim e lavanderia, esse projeto pioneiro no Reino Unido para pessoas idosas representa uma abordagem única em meio às tendências de habitação compartilhada voltadas principalmente para jovens profissionais. Durante o processo de concepção, as futuras moradoras participaram ativamente, contribuindo para a definição das características individuais e decisões coletivas alinhadas às necessidades do grupo (New Ground Cohousing, 2021). Com uma visão de sustentabilidade e comunidade, os apartamentos foram projetados com alvenaria clara, telhados baixos e integração estética local, contando com dois terços destinados aos proprietários e um terço à habitação social. Além dos espaços privativos, as mulheres compartilham uma "casa comum", núcleo central do *cohousing*, contendo salas multifuncionais e instalações compartilhadas. O grupo, composto por mulheres entre 50 e 87 anos, planeja compartilhar os custos futuros de cuidados, reforçando a ideia da autonomia e da comunidade no envelhecimento, conforme a Figura 1 (New Ground Cohousing, 2021).

Figura 1: Dinâmica morfológica e espacial existente no *cohousing* sênior New Ground Cohousing.

Fonte: Produção autoral (2023). Imagens de Tim Crocker, DeZeen (2016).

New Ground Cohousing como Ambiente Enriquecido

Levando em consideração os pressupostos da neuroarquitetura, os modelos dos ambientes enriquecidos são projetados com o propósito de fornecer experiências sensoriais, sociais, cognitivas e motoras enriquecedoras para seus ocupantes. Eles buscam criar espaços que estimulem o cérebro e o corpo, resultando em benefícios para a saúde e o bem-estar (Vive *et al.*, 2020). A neurocientista norte-americana Marian Diamond foi uma das pioneiras na investigação dos efeitos do ambiente sobre o cérebro, tendo demonstrado, ainda na década de 1960, que estímulos ambientais são capazes de modificar sua estrutura e função. Em seus estudos com ratos jovens, constatou que aqueles mantidos em ambientes ricos em estímulos desenvolviam um córtex cerebral até 6% mais espesso do que os criados em contextos empobrecidos — diferença atribuída à diversidade e complexidade das experiências vivenciadas (Diamond; Krech; Rosenzweig, 1964). Os animais submetidos a ambientes enriquecidos também apresentavam melhor desempenho em tarefas de aprendizagem, enquanto os demais evidenciaram menor capacidade cognitiva. Esses resultados, publicados em 1964, foram determinantes para a consolidação da neurociência moderna, ao evidenciar a plasticidade do cérebro diante dos fatores ambientais (Diamond; Krech; Rosenzweig, 1964).

Décadas mais tarde, o neurocientista Fred Gage ampliou esse entendimento ao demonstrar que o cérebro humano adulto mantém a capacidade de gerar novos neurônios — processo conhecido como neurogênese. Até então, prevalecia a crença de que a neurogênese se limitava à infância e que o sistema nervoso central, na fase adulta, era estruturalmente estático (Eriksson *et al.*, 1998). Nos anos 1990, Gage e sua equipe identificaram a ocorrência de neurogênese no hipocampo⁷, mesmo em indivíduos adultos. Essa descoberta representou uma inflexão conceitual ao mostrar que o cérebro maduro é dinâmico e responsivo às experiências (Eriksson *et al.*, 1998). Fatores como a prática de exercícios físicos, a estimulação cognitiva, a convivência social e a exposição a ambientes enriquecidos passaram a ser reconhecidos como elementos fundamentais para a promoção da saúde cerebral e a prevenção do declínio cognitivo (Eriksson *et al.*, 1998).

Tais evidências sustentam o crescente interesse por modelos habitacionais colaborativos, como o *cohousing*, que integram estímulos distribuídos em quatro dimensões essenciais — social, sensorial, cognitiva e motora — e se configuram como estratégias promissoras para o envelhecimento saudável.

Estímulo Social

Em ambientes enriquecidos, o estímulo à socialização desempenha um papel fundamental. A neurociência social evidencia a relevância das interações humanas para a saúde emocional e psicológica. No contexto do *cohousing*, a convivência entre pessoas idosas favorece interações sociais saudáveis e fortalece o senso de comunidade. Essa conexão interpessoal é essencial para a sobrevivência humana, assim como ocorre em outras espécies de mamíferos. Em contrapartida, a solidão prolongada pode ocasionar efeitos adversos à saúde mental e física, impactando jovens, adultos e pessoas idosas. O estudo realizado por Qualter *et al.* (2010), por exemplo, demonstrou a relação entre a solidão na infância em 200 crianças e o surgimento de sintomas depressivos na adolescência. Outras pesquisas, como a de Azeredo e Afonso (2016), sugerem que os impactos da solidão prolongada estão parcialmente relacionados às escolhas individuais, como viver sozinho ou buscar maiores períodos de solitude⁸ (Azeredo; Afonso, 2016). Além disso, conforme Shaw, Yang e Kim (2022), a escassez de interações sociais impacta negativamente diversas funções executivas, como a memória episódica, a memória de trabalho, a atenção sustentada e a flexibilidade cognitiva (Shaw; Yang; Kim, 2022). Essa privação social também está associada a um aumento na incidência de quadros neurodegenerativos, cuja progressão pode ser mediada por fatores como depressão, ansiedade e estresse crônico. Esses elementos não apenas aceleram o declínio funcional, mas também comprometem significativamente a qualidade de vida de pessoas idosas (Cermakova *et al.*, 2017).

Outras evidências científicas, presentes no relatório anual de 2023 da *Alzheimer's Disease International* (ADI), indicam que a solidão prolongada está associada à redução do volume do córtex pré-frontal⁹ e do hipocampo, à menor concentração do Fator Neurotrófico Derivado do Cérebro (BDNF, na sigla em inglês) e aos níveis elevados de cortisol, hormônio relacionado ao estresse (ADI, 2023). Essas alterações reforçam a necessidade de intervenções que promovam interações sociais significativas, especialmente em contextos de envelhecimento.

Ressalta-se, ainda, o papel do sistema de neurônios-espelho, identificado em humanos em diversas áreas cerebrais, incluindo aquelas relacionadas ao controle motor e ao processamento emocional. Esse sistema desempenha um papel crucial na facilitação do aprendizado de novas habilidades, na interpretação das atitudes de indivíduos da mesma espécie e no exercício da empatia. A empatia, por sua vez, divide-se em dois aspectos complementares: a empatia afetiva, que permite compartilhar emoções e sentimentos de outra pessoa, e a empatia cognitiva, que se refere à habilidade de compreender e interpretar racionalmente as emoções e os pensamentos alheios (Lamm; Majdandžić, 2015).

No *New Ground Cohousing*, a conexão social ganha destaque como elemento central do projeto. A concepção arquitetônica foi elaborada com o propósito de estimular interações entre as moradoras, promovendo espaços que favorecem atividades coletivas e o fortalecimento de vínculos sociais. Ambientes como a sala de reuniões, a cozinha comunitária e o refeitório foram projetados estrategicamente para fomentar encontros frequentes e atividades colaborativas. Esses espaços desempenham um papel essencial na construção de uma rede de apoio social, que não apenas combate a solidão, mas também fortalece o senso de pertencimento e comunidade entre as moradoras.

Adicionalmente, a aplicação da *proxêmica*, conceito desenvolvido por Hall (1959), contribui significativamente para o sucesso do modelo de *cohousing sênior*. A organização espacial permite que as moradoras escolham e transitem livremente entre zonas íntima, pessoal, social e pública dentro do complexo residencial. Essa flexibilidade espacial é fundamental para respeitar as preferências individuais, ao mesmo tempo em que promove oportunidades de interação e de convivência. Por meio dessa abordagem, o *cohousing sênior* demonstra seu potencial em criar ambientes que equilibram privacidade e sociabilidade, atendendo às necessidades emocionais e sociais dos residentes.

Estímulo Sensorial

Os estudos da neurociência demonstram que a exposição a estímulos sensoriais variados exerce impactos positivos no humor, na cognição e no bem-estar geral (Arbib, 2021; Maguire; Woollett; Spiers, 2006; Vaquero-Rodríguez *et al.*, 2023; Vive *et al.*, 2020). Ambientes enriquecidos são projetados para harmonizar estímulos visuais, táteis, auditivos e olfativos, proporcionando experiências sensoriais diversificadas. Sob a perspectiva do *design biofílico*, tais estímulos podem ser equilibrados por meio de ambientes restauradores, como parques, jardins e hortas, que estão integrados ao projeto do *New Ground Cohousing*. O estudo de Bourdon e Belmin (2021), envolvendo 120 pessoas idosas com quadros leves de demência, revelou melhorias na cognição e no desempenho motor através da interação com jardins sensoriais. Esses espaços, definidos como restauradores e enriquecidos, baseiam-se em quatro elementos essenciais: refúgio, fascinação, extensão e compatibilidade (Bourdon; Belmin, 2021). Embora as síndromes demenciais¹⁰ não tenham cura,

ambientes contemplados pelo *design biofilico* podem contribuir para retardar sintomas comportamentais, como depressão, apatia e agressividade. Além disso, jardins com essa configuração oferecem oportunidades para estimular os sentidos com uma rica variedade de vegetação, aromas distintos, interação cooperativa e uma conexão integrada com a natureza (Bourdon; Belmin, 2021).

Outrossim, o contato com a luz natural, além de regular o ritmo circadiano¹¹, promove níveis equilibrados de vitamina D, serotonina, saúde ocular, performance, energia, qualidade do sono e diminui a probabilidade de sintomas depressivos (Hartley *et al.*, 2015; Sansone; Sansone, 2013). A presença de janelas estrategicamente posicionadas pode favorecer a ventilação natural e a consequente troca de ar interno pelo externo, além de auxiliar o controle da temperatura e a saudabilidade dentro da residência das moradoras. Ainda sobre o contato com a natureza, os efeitos do *Shinrin-yoku*, também conhecido como “banho de floresta”, apresentam-se como promissores para a longevidade dos residentes do *cohousing* (Hunter; Gillespie; Chen, 2019).

Um estudo realizado no Japão com 87 indivíduos com diabetes tipo 2¹² demonstrou uma redução nos níveis de glicose no sangue após a prática do “banho de floresta”. Os níveis glicêmicos foram medidos antes e após a exposição dos participantes a trilhas em áreas naturais, evidenciando os efeitos benéficos do contato com o ambiente florestal na regulação metabólica (Antonelli *et al.*, 2020). Outro estudo relatou que após caminhar durante 3 a 6 quilômetros, os participantes envolvidos no experimento obtiveram níveis de cortisol minimizados (Li, 2019). Por fim, o aumento da imunidade fisiológica é outro efeito pontuado do *Shinrin-yoku*. O estudo feito com participantes entre 35 e 56 anos evidenciou efeitos de níveis de imunidade elevada até 7 dias após a experiência florestal. O contato com a floresta, durante caminhadas, possibilita a inalação de fitocidas, substância liberadas pelos microrganismos e vegetais na natureza. Os fitocidas atuam como estimulantes da ação das células NK (*Natural Killers*) na destruição de tumores e aumento da imunidade fisiológica. Tal associação foi demonstrada pelo Dr. Qing Li, na obra *Forest Medicine: The Secret Power Of Shinrin-Yoku* (Li, 2018).

Quando não há possibilidade de se conectar diretamente com a natureza, a inserção indireta de elementos naturais em ambientes internos — por meio do uso de formas biomórficas, materiais de origem orgânica e paletas cromáticas inspiradas em paisagens naturais — tem se mostrado eficaz na estimulação de circuitos neurais associados ao sistema límbico, responsável pela regulação emocional, bem como de áreas corticais envolvidas nos processos de memória e atenção (Kim; Gero, 2023). A pesquisa de Cheng e colaboradores (2014) demonstrou que tanto a presença real de animais de estimação quanto suas representações imagéticas exercem efeitos terapêuticos e favorecem a interação social entre crianças e demais indivíduos no convívio cotidiano (Cheng *et al.*, 2014).

A integração desses elementos em áreas comuns — como assentos ergonômicos, aberturas com vistas para paisagens naturais e sistemas de iluminação cuidadosamente planejados — favorece a permanência dos residentes nesses ambientes, estimulando a sociabilidade e ampliando as oportunidades para interações sociais espontâneas (Blumberg; Jones; Nesbitt, 2010; Cheng *et al.*, 2014). Nesse sentido, o projeto *New Ground Cohousing* se destaca pela valorização da experiência sensorial, integrando iluminação natural, vegetação e ambientes ao ar livre destinados à convivência. As unidades residenciais possuem varandas e pátios privativos, oferecendo às moradoras acesso a uma diversidade de estímulos sensoriais. A presença de jardins e hortas comunitárias, bem como de ateliês de artesanato, favorece o engajamento psicomotor¹³ das residentes e estimula interações significativas com o ambiente (Oliveira *et al.*, 2023).

Estímulo Cognitivo

Ambientes enriquecidos são concebidos para estimular a atividade cognitiva e a desafiar o cérebro por meio de experiências que promovem o desenvolvimento intelectual. Evidências científicas indicam que a participação em atividades cognitivamente desafiadoras, conhecidas como Estimulação Cognitiva (EC), tem o potencial de melhorar habilidades como concentração, aprendizado e resolução de problemas (Bahar-Fuchs *et al.*, 2019). Um estudo conduzido por Park e colaboradores (2013) investigou o impacto de atividades produtivas em um grupo de 221 pessoas idosas, com idades entre 60 e 90 anos, durante 14 meses. O experimento comparou os efeitos da prática de bordado americano e de fotografia sobre a cognição, evidenciando que o engajamento ativo em atividades criativas — especialmente na condição de fotografia realizada em dupla — resultou em melhora significativa da memória episódica¹⁴, em comparação à participação passiva ou receptiva, como nas condições sociais e de placebo (Park *et al.*, 2013). Os resultados também demonstraram que, quando comparados especificamente ao grupo envolvido em interações sociais, os participantes engajados em tarefas cognitivamente desafiadoras apresentaram desempenho superior na

memória episódica. Esses achados ressaltam a relevância de estímulos ativos e criativos para a promoção da saúde cognitiva em grupos com 60 anos ou mais de idade (Park *et al.*, 2013).

Em 2020, outro estudo avaliou o desempenho cognitivo de 56 pessoas, entre 56 e 89 anos, após passarem 4 semanas imersas em experiências de “caça ao tesouro” em ambiente natural. Após a intervenção, o Índice de Discriminação de Isca (LDI), medido por meio da Tarefa de Similaridade Mnemônica, foi significativamente superior ao registrado no início do estudo e também em relação ao grupo controle sem intervenção. Em contrapartida, as pontuações tradicionais de reconhecimento permaneceram relativamente estáveis. Esses resultados indicam a viabilidade de intervenções baseadas em exploração espacial para a melhoria da memória dependente do hipocampo em pessoas idosas (Kolarik; Stark; Stark, 2020).

De modo geral, a EC configura-se como um recurso essencial não apenas a partir dos 60 anos, mas ao longo de todas as etapas da vida. Seu principal objetivo é ampliar a participação social e cognitiva, tanto em contextos individuais quanto grupais. A EC busca promover a estimulação global das funções cognitivas, favorecendo a neuroplasticidade e contribuindo para uma ativação cerebral ampla e equilibrada (Bahar-Fuchs *et al.*, 2019).

Logo, no *New Ground Cohousing*, as áreas comuns, como a sala de reuniões e a cozinha compartilhada, oferecem oportunidades para atividades cognitivamente estimulantes, como reuniões, cursos de culinária compartilhada, palestras sobre técnicas de plantio em hortas comunitárias, oficinas de trabalho voluntário e adequação nutricional, dentre outras discussões promissoras para a longevidade do grupo. Além disso, a participação ativa das moradoras na gestão do espaço promove o aprendizado contínuo e o desenvolvimento de habilidades de planejamento.

Estimulação Motora

Por fim, ambientes enriquecidos promovem a atividade física ao criar espaços que incentivam o movimento. A relação entre exercício físico e saúde cerebral é amplamente documentada pela neurociência. A prática regular de atividade física pode induzir alterações positivas no volume de determinadas regiões cerebrais, sobretudo em indivíduos previamente sedentários que adotam um estilo de vida moderadamente ativo. Atividades simples, como caminhar por 15 minutos diários ou optar pelas escadas em vez do elevador, podem exercer um impacto significativo sobre o cérebro e contribuir para mitigar a perda de massa encefálica associada a doenças neurodegenerativas (Fox *et al.*, 2022). Outro estudo evidenciou que apenas 10 minutos de exercício leve ou moderado já são suficientes para gerar benefícios mensuráveis, entre os quais se destacam: melhora na qualidade do sono, aumento da disposição ao despertar, aprimoramento de funções cognitivas como memória e aprendizagem, além da redução do risco de transtornos de ansiedade e depressão (Bastioli *et al.*, 2022).

O estudo conduzido por Zhu *et al.* (2022) revelou que indivíduos regularmente engajados em atividades como exercícios físicos, tarefas domésticas e interações sociais diárias — incluindo visitas de familiares e amigos — apresentaram uma redução no risco de desenvolver demência de 35%, 21% e 15%, respectivamente. Além de contribuir para a diminuição dos níveis de sedentarismo na população idosa, a prática de atividade física em ambientes estimulantes associa-se a uma redução significativa no risco de doenças neurodegenerativas, como a Doença de Alzheimer. Projeções indicam que o Brasil poderá registrar um aumento entre 220% e 240% nos casos de demência até o ano de 2050, alcançando aproximadamente 6 milhões de pessoas, conforme aponta o relatório *GBD 2019 Dementia Forecasting Collaborators*, publicado em fevereiro de 2022.

No *New Ground Cohousing*, a disposição dos edifícios e a presença de jardins estimulam a mobilidade das residentes idosas, favorecendo a saúde física, conforme ilustrado na Figura 2. Ademais, a participação em atividades comunitárias, como a manutenção dos jardins, contribui para a adoção de um estilo de vida ativo e socialmente engajado. Programas de dança, teatro, música e oficinas colaborativas também promovem momentos de maior atividade física. Esses benefícios encontram respaldo na neurociência, especialmente pelo aumento da concentração do hormônio irisina. Segundo Lourenço *et al.* (2019) e Ma *et al.* (2021), a irisina é secretada pelos músculos durante o exercício, sobretudo em atividades aeróbicas. Produzida nas fibras musculares esqueléticas, ela é liberada na corrente sanguínea e está intimamente associada a fatores neurotróficos, como o BDNF, que desempenham papéis fundamentais na plasticidade sináptica e na neurogênese. Dessa forma, a irisina contribui para melhorias na memória e na resiliência cognitiva (Lourenço *et al.*, 2019; Ma *et al.*, 2021).

Figura 2: Percurso feito pelas moradoras do *New Ground Cohousing*, levando em consideração a espacialização proposta do projeto a partir da Planta Baixa de Implantação.



Fonte: Produção autoral (2023). Imagens de Tim Crocker, DeZeen (2016).

Proposição de Diretrizes de Projeto de Cohousing

Considerando a análise do *New Ground Cohousing*, verifica-se que o enriquecimento ambiental em complexos residenciais constitui um conceito promissor para a longevidade dos seus ocupantes. A literatura científica corrobora que a combinação equilibrada de estímulos sociais, sensoriais, cognitivos e motores ao longo da vida favorece o aumento da reserva cognitiva (RC), entendida como a capacidade do cérebro de se adaptar e recuperar frente a situações de estresse, adversidades ou lesões, preservando ou restaurando funções cognitivas essenciais, como memória, atenção, raciocínio e aprendizagem. A RC está associada à flexibilidade do sistema nervoso central para o enfrentamento de desafios, de mudanças e de doenças neurodegenerativas (Schoentgen; Gagliardi; Défontaines, 2020).

Nesse contexto, os estímulos ambientais presentes no *New Ground Cohousing* exercem papel ativo no desenvolvimento de habilidades fundamentais, tais como linguagem, capacidades motoras, comportamentos adaptativos e gestão emocional — aspectos essenciais para a ampliação da flexibilidade intelectual. Estudos recentes indicam que essas condições propiciam uma relação direta com a resiliência neuronal, especialmente durante o envelhecimento cerebral esperado ou em resposta a danos cerebrais adicionais (Stern, 2006). Quanto às patologias neurodegenerativas, a pesquisa sugere que níveis elevados de reserva cognitiva podem retardar a manifestação dos sintomas dessas doenças (Schoentgen; Gagliardi; Défontaines, 2020).

Ademais, evidências apontam que os efeitos dos ambientes enriquecidos podem ser induzidos ao longo de toda a vida, e não apenas durante o desenvolvimento infantojuvenil, como se acreditava anteriormente (Diamond *et al.*, 1964). Para indivíduos longevos, tais ambientes oferecem possibilidades que estimulam mudanças funcionais e estruturais positivas no cérebro, promovendo melhor bem-estar geral.

Com base nesses conceitos, foi elaborada uma proposta esquemática de projeto *cohousing*, apresentada na Figura 3, que visa integrar os quatro estímulos mencionados aos ambientes previstos no plano de necessidades básicas desse modelo habitacional. Por fim, o Quadro 2 expõe um conjunto propositivo de diretrizes para projetos residenciais, derivadas da análise realizada neste estudo.

Figura 3: Proposta esquemática de projeto de *cohousing* a partir dos conceitos da neuroarquitetura e o enriquecimento ambiental.



Fonte: Produção autoral (2023).

Quadro 2: Delineamento propositivo de diretrizes para projetos habitacionais resultantes da análise proposta pelo estudo.

Diretrizes para Projetos de <i>Cohousing</i> Sênior				
Variáveis Biológicas, Psicológicas e Sociais dos Seres Humanos	Atividade Física	Qualidade do Sono	Estresse Crônico	Estímulo Cognitivo e Social
Efeitos Fisiológicos Associados	<ul style="list-style-type: none"> . Fatores neurotróficos . Fluxo sanguíneo . Metabolismo da glicose e de lipídios . Níveis de serotonina . Qualidade do sono . Neuroplasticidade 	<ul style="list-style-type: none"> . Consolidação da memória (declarativa e procedural) . Neuroplasticidade 	<ul style="list-style-type: none"> . Níveis elevados de cortisol . Risco de atrofia hipocampal . Risco de menor neurogênese . Risco de diminuição na aprendizagem e na memorização 	<ul style="list-style-type: none"> . Declínio cognitivo . Redução do complexo hipocampal
Propostas De Intervenções De Projeto Arquitetônico	<ul style="list-style-type: none"> . <i>Design Ativo</i> (recursos para estimular a atividade física) . Escadas com localização estratégica e com soluções criativas . Móveis dinâmicos . Flexibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> . Ausência de luz no quarto durante a noite . Tratamento e isolamento acústico . Qualidade e intensidade luminosa antes e após acordar . Temperatura ambiental adequada 	<ul style="list-style-type: none"> . <i>Design Biofílico</i> (recursos que remetem a natureza) . <i>Design Ativo</i> (recursos para estimular a atividade física) . Espaços de refúgio e de privacidade . Iluminação natural . Ambientes restauradores 	<ul style="list-style-type: none"> . Espaços de circulação . Visibilidade . Integração espacial . Iluminação . Atmosferas dinâmicas . <i>Layout</i> e mobiliários que propiciem a privacidade
Referências Bibliográficas	(Lourengo <i>et al.</i> , 2019; Van Praag, 2009; Van Praag <i>et al.</i> , 2005; Vitar <i>et al.</i> , 2023; Vive <i>et al.</i> , 2020)	(Mandolesi <i>et al.</i> , 2017; Weiss; Donlea, 2022)	(Higuera-Trujillo; Llinares; Macagno, 2021; McEwen, 2017; Polsky; Rentscher; Carroll, 2022)	(McEwen; Sapolsky, 1995; Kim; Diamond, 2002; Park <i>et al.</i> , 2013)

Fonte: Produção autoral (2024).

Tanto na Figura 3 quanto no Quadro 2, é possível verificar que o conceito de enriquecimento ambiental não está associado a estéticas refinadas ou ao uso de materiais de luxo. Em vez disso, o foco reside na exploração da simplicidade das atmosferas que permeiam o cotidiano dos moradores do *cohousing*, considerando aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Nos domicílios, por exemplo, uma varanda simples oferece a possibilidade de conexão com o ambiente externo, permitindo a visualização da vida além das paredes da residência e proporcionando uma percepção do fluxo do tempo. Da mesma forma, um corredor equipado com cadeiras cria um ambiente acolhedor, ideal para leitura, contemplação da natureza ou conversas informais com outros residentes. A interação sistêmica entre esses espaços arquitetônicos, quando fundamentada em evidências da neurociência e da gerontologia, resulta em ambientes que não apenas facilitam, mas também promovem, de forma contínua, a melhoria da qualidade de vida no curto, médio e longo prazo.

4 CONCLUSÃO

Ao integrar ambientes enriquecidos com a prática arquitetônica, é necessário alterar a concepção tradicional de projetos como entidades estáticas, passando a visualizá-los como sistemas dinâmicos e enriquecidos. O conceito de enriquecimento vai além dos atributos físicos, criando experiências que favorecem a plasticidade cerebral e incentivam comportamentos mais saudáveis. Assim como um sistema é composto por componentes interdependentes e interconectados, os espaços arquitetônicos também devem ser pensados de maneira a refletir essa interatividade, estando profundamente entrelaçados com a vida cotidiana dos usuários. O *New Ground Cohousing* representa um exemplo significativo da aplicação dos princípios da neuroarquitetura e dos ambientes enriquecidos, demonstrando como tais abordagens podem ser mobilizadas para o desenvolvimento de espaços residenciais que buscam promover o envelhecimento saudável da população idosa.

A ênfase em aspectos como interação social, experiências sensoriais diversas, desafios cognitivos e atividade física reflete o compromisso de proporcionar uma qualidade de vida elevada para os residentes. Adicionalmente, a inovação representada por este modelo de coabitação abre caminho para investigações mais amplas sobre sua aplicabilidade em diferentes contextos socioculturais e urbanos. No contexto brasileiro, onde as projeções indicam um crescimento expressivo da população idosa nas próximas décadas, a aplicação desses princípios mostra-se especialmente relevante. Tal abordagem pode constituir um referencial para profissionais da arquitetura, orientando o desenvolvimento de projetos fundamentados nos conhecimentos da neurociência e da gerontologia, com foco na promoção do envelhecimento salutogênico, especialmente no âmbito de projetos arquitetônicos direcionados à parcela da população idosa, a exemplo do sistema de *cohousing*.

REFERÊNCIAS

- AARON, J. N. *et al.* Environmental Noise as a Cause of Sleep Disruption in an Intermediate Respiratory Care Unit. **Sleep**, v. 19, n. 9, p. 707–710, nov. 1996.
- ANTONELLI, M. *et al.* Forest Volatile Organic Compounds and Their Effects on Human Health: A State-of-the-Art Review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 18, p. 6506, 7 set. 2020.
- ANTONOVSKY, A. The salutogenic model as a theory to guide health promotion. **Health Promotion International**, v. 11, n. 1, p. 11–18, 1996.
- APA, American Psychiatric Association. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**: Fifth Edition, Text Revision. Washington, DC, Associação Psiquiátrica Americana, 2022.
- ARBIB, M. A. **When brains meet buildings**. New York, Ny: Oxford University Press, 2021.
- ADI, Alzheimer's Disease International. **World Alzheimer Report 2023 Reducing dementia risk: never too early, never too late**, 2023. Disponível em: <<https://www.alzint.org/u/World-Alzheimer-Report-2023.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2024.
- AZEREDO, Z. DE A. S.; AFONSO, M. A. N. Solidão na perspectiva do idoso. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 19, n. 2, p. 313–324, abr. 2016.
- BAHAR-FUCHS, A. *et al.* Cognitive training for people with mild to moderate dementia. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, v. 3, n. 3, 25 mar. 2019.
- BEZERRA, J. B. **Cohousing, uma alternativa de habitat coletivo**. [s.l.] Novas Edições Acadêmicas, 2018.
- BASTIOLI, G. *et al.* Voluntary Exercise Boosts Striatal Dopamine Release: Evidence for the Necessary and Sufficient Role of BDNF. **Journal of Neuroscience**, v. 42, n. 23, p. 4725–4736, 8 jun. 2022.

- BLUMBERG, M. T.; JONES, P.; NESBITT, M. Community Approaches to Meet Residents' Needs in an Affordable Public Housing Community. **Journal of Housing For the Elderly**, v. 24, n. 3-4, p. 413–429, 30 nov. 2010.
- BOLINA, A. F. *et al.* Association between living arrangement and quality of life for older adults in the community. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 29, 2021.
- BOURDON, E.; BELMIN, J. Enriched gardens improve cognition and independence of nursing home residents with dementia: a pilot controlled trial. **Alzheimer's Research & Therapy**, v. 13, n. 1, 16 jun. 2021.
- BUETTNER, D. **The blue zones : lessons for living longer from the people who've lived the longest**. Washington, D.C.: National Geographic Society ; Enfield, 2010.
- BUETTNER, D. **The Blue Zones Solution**. [s.l.] National Geographic Books, 2015.
- CERMAKOVA, P. *et al.* Living Alone with Alzheimer's Disease: Data from SveDem, the Swedish Dementia Registry. **Journal of Alzheimer's Disease**, v. 58, n. 4, p. 1265–1272, 23 jun. 2017.
- CHENG, S. P. *et al.* The influence of high-rise residence on physical activity and quality of life among older people with leprosy in a retirement community. **Ageing & Society**, v. 34, n. 1, p. 90–105, 1 jan. 2014.
- COHOUS, Cohousing Association Of The United States. **Aging in Cohousing**. UK Cohousing, About Cohousing, 2014.
- COLE, S. W. *et al.* Myeloid differentiation architecture of leukocyte transcriptome dynamics in perceived social isolation. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 112, n. 49, p. 15142–15147, 23 nov. 2015.
- CONNELLAN, K. *et al.* Stressed Spaces: Mental Health and Architecture. **HERD: Health Environments Research & Design Journal**, v. 6, n. 4, p. 127–168, jul. 2013.
- CRESPO FAJARDO, J. L. Arquitectura e inteligencia emocional en el pensamiento de Juhani Pallasmaa. **El Pájaro de Benín**, n. 4, p. 24–37, 2018.
- CRIVELLI, L. **LatAm-FINGERS (Latin America)**. Alzheimer's Dement., 2020.
- DIAMOND, M. C.; KRECH, D.; ROSENZWEIG, M. R. The effects of an enriched environment on the histology of the rat cerebral cortex. **The Journal of Comparative Neurology**, v. 123, n. 1, p. 111–119, ago. 1964.
- DORNELES, V. G. **Acessibilidade para idosos em áreas livres públicas de lazer**. 2006. 213f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- DURRETT, C. **Senior cohousing handbook : a community approach to independent living**. 1 jan. 2009.
- ERIKSSON, P. S. *et al.* Neurogenesis in the adult human hippocampus. **Nature Medicine**, v. 4, n. 11, p. 1313–1317, nov. 1998.
- FAJARDO, J. L. C. Arquitectura e inteligencia emocional en el pensamiento de Juhani Pallasmaa. **Revista científica: El pájaro de Benín**, España, v. 4, 2018.
- FOUTS, M.; GABAY, D. Healing through Evidence-Based Design. **Oncology Issues**, v. 23, n. 3, p. 28–32, maio 2008.
- FOX, F. A. U. *et al.* Association Between Accelerometer-Derived Physical Activity Measurements and Brain Structure: A Population-Based Cohort Study. **Neurology**, 2 ago. 2022.
- FREITAS, E. V. DE; PY, L. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 5ª edição ed. [s.l.] Guanabara Koogan, 2022.
- FURLANI, Bruna; POMPEU, Lauriberto. **Habitação colaborativa para idosos é tendência internacional**. Estadão Jornal Digital. São Paulo, 2017.
- GBD 2019 DEMENTIA FORECASTING COLLABORATORS. Estimation of the Global Prevalence of Dementia in 2019 and Forecasted Prevalence in 2050: an Analysis for the Global Burden of Disease Study 2019. **The Lancet Public Health**, v. 7, n. 2, 6 jan. 2022.
- GRAUDENZ, G. S. *et al.* Exposição alérgica e sintomas respiratórios em ambientes climatizados. **Revista Brasileira de Alergia e Imunopatologia**, v. 27, n. 3, p. 94–102, 2004.
- GREEN, Isaac. **Housing for the elderly: the development and design process**. New York: Van Nostrand, 1975.
- HAGBERT, P. *et al.* **Contemporary Co-housing in Europe**. [s.l.] Routledge, Taylor & Francis, Reino Unido, 2019.
- HALL, E.T. **The silent language**. Nova York: Doubleday.&.Co, 1959.
- HARTLEY, M. *et al.* Comparing the effects of sun exposure and vitamin D supplementation on vitamin D insufficiency, and immune and cardio-metabolic function: the Sun Exposure and Vitamin D Supplementation (SEDS) Study. **BMC Public Health**, v. 15, n. 1, 10 fev. 2015.
- HEBB, D. The effects of early experience on problem-solving at maturity. **American Psychologist**, v. 2, p. 306–307, 1 jan. 1947.

- HIGUERA-TRUJILLO, J. L.; LLINARES, C.; MACAGNO, E. The Cognitive-Emotional Design and Study of Architectural Space: A Scoping Review of Neuroarchitecture and Its Precursor Approaches. **Sensors**, v. 21, n. 6, p. 2193, 21 mar. 2021.
- HUNTER, M. R.; GILLESPIE, B. W.; CHEN, S. Y.-P. Urban Nature Experiences Reduce Stress in the Context of Daily Life Based on Salivary Biomarkers. **Frontiers in Psychology**, v. 10, n. 1, 4 abr. 2019.
- IECOVICH, E. Aging in place: From theory to practice. **Anthropological Notebooks**, v. 20, n. 1, p. 21–32, 1 jan. 2014.
- IRWIN, K. *et al.* Healthy Aging and Dementia: Two Roads Diverging in Midlife? **Frontiers in Aging Neuroscience**, v. 10, n. 275, 19 set. 2018.
- JIA, J. *et al.* Association between healthy lifestyle and memory decline in older adults: 10 year, population based, prospective cohort study. **BMJ**, v. 380, p. e072691, 25 jan. 2023.
- KELLERT, S. R.; HEERWAGEN, J.; MADOR, M. **Biophilic Design: The Theory, Science and Practice of Bringing Buildings to Life**. 1st edition ed. Hoboken, N.J: Wiley, 2008.
- KIM, J. J.; DIAMOND, D. M. The stressed hippocampus, synaptic plasticity and lost memories. **Nature Reviews Neuroscience**, v. 3, n. 6, p. 453–462, jun. 2002.
- KIM, N.; GERO, J. S. Neurophysiological Responses to Biophilic Design: A Pilot Experiment Using VR and EEG. **Springer eBooks**, p. 235–253, 1 jan. 2023.
- KOLARIK, B. S.; STARK, S. M.; STARK, C. E. L. Enriching Hippocampal Memory Function in Older Adults Through Real-World Exploration. **Frontiers in Aging Neuroscience**, v. 12, 3 jun. 2020.
- LAMM, C.; MAJDANDŽIĆ, J. The role of shared neural activations, mirror neurons, and morality in empathy – A critical comment. **Neuroscience Research**, v. 90, p. 15–24, jan. 2015.
- LEBRÃO, M. L. *et al.* 10 Anos do Estudo SABE: antecedentes, metodologia e organização do estudo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 21, 4 fev. 2019.
- LENT, R. **Cem Bilhões de Neurônios?: Conceitos Fundamentais de Neurociência**. 2ª edição ed. [s.l.] Editora Atheneu, 2010.
- LEWIS, C.; BUFFEL, T. Aging in place and the places of aging: A longitudinal study. **Journal of Aging Studies**, v. 54, n. 54, p. 100870, set. 2020.
- LI, Q. **Forest Medicine: The Secret Power Of Shinrin-Yoku. The Art And Science Of Japanese Forest Bathing**. n. 1, 1 jan. 2018.
- LI, Q. Effect of forest bathing (Shinrin-Yoku) on human health - a review of the literature. **Revue Forestière Française**, v. 70, p. 273–285, 1 jan. 2019.
- LOURENÇO, M. V. *et al.* Exercise-linked FND5/irisin rescues synaptic plasticity and memory defects in Alzheimer's models. **Nature Medicine**, v. 25, n. 1, p. 165–175, jan. 2019.
- MA, C. *et al.* Irisin: A New Code Uncover the Relationship of Skeletal Muscle and Cardiovascular Health During Exercise. **Frontiers in Physiology**, v. 12, 1 fev. 2021.
- MAGUIRE, E. A.; WOOLLETT, K.; SPIERS, H. J. London taxi drivers and bus drivers: A structural MRI and neuropsychological analysis. **Hippocampus**, v. 16, n. 12, p. 1091–1101, 2006.
- MANDOLESI, L. *et al.* Environmental Factors Promoting Neural Plasticity: Insights from Animal and Human Studies. **Neural Plasticity**, v. 20, 2017.
- MCEWEN, B. S. Neurobiological and Systemic Effects of Chronic Stress. **Chronic Stress**, v. 1, n. 1, p. 247054701769232, 10 abr. 2017.
- MCEWEN, B. S.; SAPOLSKY, R. M. Stress and cognitive function. **Current Opinion in Neurobiology**, v. 5, n. 2, p. 205–216, abr. 1995.
- NEW GROUND COHOUSING. **New Ground (OWCH) History**. A pioneering community for women. Older Women's Co-Housing, 2021. Disponível em: <<https://www.newgroundcohousing.uk/history-1>>. Acesso em: 4 out. 2023.
- OLIVEIRA, V. *et al.* Equilíbrio e Cognição: Intervenção Psicomotora em Idosos. **Motricidade**, v. 20, n. 1, p. 59–67, 2023.
- OPAS, Organização Pan-Americana Da Saúde. **"Década do Envelhecimento Saudável 2020-2030"**. Brasília, Distrito Federal, 2020.
- PARK, D. C. *et al.* The Impact of Sustained Engagement on Cognitive Function in Older Adults. **Psychological Science**, v. 25, n. 1, p. 103–112, 8 nov. 2013.
- PIVA, F. **Vila ConViver: a primeira cohousing sênior do Brasil**. Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas (ADunicamp), 14 set. 23. Disponível em: <<https://www.adunicamp.org.br/destaque/vila-conviver-a-primeira-cohousing-senior-do-brasil/>>. Acesso em: 8 out. 2023.

- POLSKY, L. R.; RENTSCHER, K. E.; CARROLL, J. E. Stress-induced biological aging: A review and guide for research priorities. **Brain, Behavior, and Immunity**, v. 104, p. 97–109, 1 ago. 2022.
- QUALTER, P. *et al.* Childhood loneliness as a predictor of adolescent depressive symptoms: an 8-year longitudinal study. **European Child & Adolescent Psychiatry**, v. 19, n. 6, p. 493–501, 24 set. 2010.
- SABATER, T.; MALDONADO, J. **Guía de estudios para la arquitectura de la gerohabitación, cohabitación y emancipación**. Barcelona, Elisava, Escola d'Arquitectura del Vallés, 2009.
- SANSONE, R. A.; SANSONE, L. A. Sunshine, serotonin, and skin: a partial explanation for seasonal patterns in psychopathology? **Innovations in Clinical Neuroscience**, v. 10, n. 7-8, p. 20–24, 1 jul. 2013.
- SCHOENTGEN, B.; GAGLIARDI, G.; DÉFONTAINES, B. Environmental and Cognitive Enrichment in Childhood as Protective Factors in the Adult and Aging Brain. **Frontiers in Psychology**, v. 11, 21 jul. 2020.
- SCOTTHANSON, C.; SCOTTHANSON, K. **The cohousing handbook : building a place for community**. Gabriola Island, Bc: New Society Publishers, 2004.
- SHAW, B. A.; YANG, T.-C.; KIM, S. Living alone during old age and the risk of dementia: Assessing the cumulative risk of living alone. **The Journals of Gerontology: Series B**, v. 78, n. 2, 30 set. 2022.
- STERN, Y. Cognitive Reserve and Alzheimer Disease. **Alzheimer Disease & Associated Disorders**, v. 20, n. 2, p. 112–117, abr. 2006.
- SURAGARN, U.; HAIN, D.; PFAFF, G. Approaches to enhance social connection in older adults: An integrative review of literature. **Aging and Health Research**, v. 1, n. 3, 2021.
- TILLICH, P. **The Eternal Now**. London: Scm, 2002.
- VAN HOOFF, J. *et al.* Environmental Interventions and the Design of Homes for Older Adults With Dementia: An Overview. **American Journal of Alzheimer's Disease & Other Dementias**, v. 25, n. 3, p. 202–232, 11 fev. 2010.
- VAN PRAAG, H. Exercise and the brain: something to chew on. **Trends in Neurosciences**, v. 32, n. 5, p. 283–290, maio 2009.
- VAN PRAAG, H. *et al.* Exercise Enhances Learning and Hippocampal Neurogenesis in Aged Mice. **Journal of Neuroscience**, v. 25, n. 38, p. 8680–8685, 21 set. 2005.
- VAQUERO-RODRÍGUEZ, A. *et al.* Enriched environment as a nonpharmacological neuroprotective strategy. **Experimental Biology and Medicine**, v. 248, n. 7, p. 553–560, 1 abr. 2023.
- VILLAROUÇO, V. *et al.* **Neuroarquitetura: a neurociência no ambiente construído**. 1ª edição ed. [s.l.] Rio Books, 2021.
- VIVAR, C. *et al.* Running throughout Middle-Age Keeps Old Adult-Born Neurons Wired. **eNeuro**, v. 10, n. 5, 1 maio 2023.
- VIVE, S. *et al.* Enriched, Task-Specific Therapy in the Chronic Phase After Stroke: An Exploratory Study. **Journal of Neurologic Physical Therapy**, v. 44, n. 2, p. 145–155, abr. 2020.
- WEISS, J. T.; DONLEA, J. M. Roles for Sleep in Neural and Behavioral Plasticity: Reviewing Variation in the Consequences of Sleep Loss. **Frontiers in Behavioral Neuroscience**, v. 15, 20 jan. 2022.
- ZHU, J. *et al.* Physical and mental activity, disease susceptibility, and risk of dementia. **Neurology**, v. 99, n. 8, p. 10.1212/WNL.0000000000200701, 27 jul. 2022.

NOTAS

¹ Conforme Cole *et al.* (2015), o modelo biopsicossocial apresenta-se como uma abordagem multidisciplinar que compreende as dimensões biológica (aborda questões como a saúde física, propensões genéticas e efeito de drogas e medicamentos), psicológica (compreende questões como habilidades sociais, relacionamentos familiares, autoestima e saúde mental) e social (investigação de como fatores sociais - aspectos socioeconômicos, culturais e inter-relacionais - podem afetar a saúde da pessoa idosa).

² Icaria, Grécia; Sardenha, Itália; Okinawa, Japão; Península de Nicoya, Costa Rica; Califórnia, Estados Unidos.

³ *LatAm-FINGERS* é uma iniciativa latino-americana voltada ao desenvolvimento de um ensaio clínico multicêntrico, randomizado e controlado, com o objetivo de prevenir a deterioração cognitiva e a demência. O projeto também visa promover o compartilhamento, a comparação e a harmonização de dados entre os países participantes. Integram essa rede colaborativa: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, México, Paraguai, Peru, Porto Rico e Uruguai (Crivelli, 2020).

⁴ Conforme Aaron Antonovsky (1996), a salutogênese caracteriza-se por designar a busca das razões que levam o indivíduo a estar saudável. Tal conceito representou uma mudança de paradigma nas ciências da saúde, que até então buscavam uma explicação apenas para a razão de alguém estar doente.

⁵ O *Design* Baseado em Evidências (EBD), distinto da Medicina Baseada em Evidências (EBM), concentra-se em aspectos específicos do design como disciplina. Em vez de se basear exclusivamente em protocolos médicos, o EBD envolve a tomada de decisões informadas, com a colaboração do cliente, fundamentadas nas melhores evidências disponíveis, provenientes de pesquisas confiáveis e avaliações de projetos. Esse processo exige pensamento crítico para extrair conclusões racionais sobre o design a partir de dados que frequentemente não se encaixam perfeitamente em um contexto específico. O EBD é especialmente eficaz em áreas como a saúde, onde a adaptação de espaços pode impactar diretamente o bem-estar dos indivíduos (Fouts; Gabay, 2008).

⁶ De acordo com Durrett (2009) e Bezerra (2018), as principais características associadas ao conceito de *cohousing* podem ser classificadas em diversos aspectos, incluindo residências privadas, espaços comunitários compartilhados, processos de tomada de decisão coletiva, fortalecimento do senso de comunidade, design participativo, princípios de sustentabilidade, diversidade social, promoção de segurança e privacidade, configuração de vizinhanças amigáveis para pedestres e localizações acessíveis.

⁷ O hipocampo é uma estrutura cerebral que desempenha um papel crucial na formação de memórias, especialmente memórias de longo prazo e memórias espaciais. Além disso, o hipocampo desempenha um papel importante na navegação espacial e na consolidação de memórias autobiográficas (Lent, 2010).

⁸ Significa não ter medo do silêncio, de estar sozinho. A solidão caracteriza-se por gostar de estar com você mesmo. De acordo com o conceito utilizado pelo filósofo Paul Tillich, na obra *"The Eternal Now"*, é neste momento que a mente se tranquiliza e uma pessoa consegue entrar em contato com sua essência (Tillich, 2002).

⁹ O córtex pré-frontal é a região do cérebro associada a funções executivas, tomada de decisão, controle emocional e comportamento social (Lent, 2010).

¹⁰ As síndromes demenciais, atualmente classificadas pelo DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – 5ª edição) como Transtorno Neurocognitivo Maior (TNM), referem-se a alterações significativas em um ou mais domínios cognitivos, acompanhadas de prejuízo funcional. Com a atualização do DSM, o diagnóstico de demência pode ser feito quando há declínio substancial em ao menos um domínio cognitivo, desde que esse comprometimento interfira na autonomia do indivíduo. Os principais domínios avaliados incluem: aprendizagem e memória, linguagem, função executiva, atenção complexa, habilidades perceptivo-motoras e cognição social. A forma mais prevalente de demência em adultos mais velhos é a Doença de Alzheimer (DA), responsável por cerca de 60% a 80% dos casos (APA, 2022).

¹¹ O ritmo circadiano é caracterizado por um ciclo biológico de aproximadamente 24 horas que regula diversos processos fisiológicos, comportamentais e metabólicos nos seres vivos, incluindo o sono, a liberação de hormônios, a temperatura corporal e a alimentação (Hartley *et al.*, 2015).

¹² Caracterizado pela forma mais comum de diabetes, representando a maioria dos casos. Nesses indivíduos, as células do corpo não respondem adequadamente à insulina (resistência à insulina) e o pâncreas pode produzir insulina insuficiente para compensar essa resistência (Antonelli *et al.*, 2020).

¹³ O termo "psicomotor", também conhecido como "psicomotricidade", refere-se à integração entre os processos cognitivos (psíquicos) e os movimentos corporais (motores). Envolve a coordenação entre mente e corpo, sendo essencial para a realização de ações físicas orientadas por intenções, percepções, emoções e pensamentos (Oliveira *et al.*, 2023).

¹⁴ A memória episódica é caracterizada como um tipo de memória de longo prazo, responsável por armazenar informações relacionadas às experiências vividas, ou seja, eventos específicos situados no tempo e no espaço, que envolvem um contexto pessoal (Park *et al.*, 2013).

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade dos autores.

SEMENTES RENASCENTISTAS DO MODERNO

SEMILLAS RENACENTISTAS DE LO MODERNO

RENAISSANCE SEEDS OF MODERNITY

SEBA, LUIZ FERNANDO DE BIAZI

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela UNIFEV - Centro Universitário de Votuporanga. Professor das Faculdades Integradas de Fernandópolis. E-mail: biaziseba@gmail.com

RESUMO

A ideia de que a funcionalização e um modo de vida moderno surgem, possivelmente, como um embrião, ainda no Renascimento guia essa pesquisa que analisa um devir-histórico-arquitetônico dos modos ressonantes de projetar-usar-comunicar o espaço. Esta investigação busca evidenciar diferenças das práticas arquitetônicas e seu entrelaçamento com as necessidades dos sujeitos. Examina-se como a funcionalização, entendida como a adaptação dos espaços para atender às necessidades práticas e estéticas, se desenvolveu ao longo dos séculos, influenciada por mudanças sociais, tecnológicas e culturais. Coloca-se, ainda, a diferença entre funcionalidade — relacionada ao uso prático imediato dos espaços — e funcionalização — entendida como processo cultural e histórico que reforça e qualifica funções, atribuindo-lhes valores simbólicos, sociais e estéticos. A pesquisa explora ainda como essas mudanças refletem e moldam os modos de vida do moderno, evidenciando um contínuo imbricamento entre arquitetura, espacialidade e cultura.

PALAVRAS-CHAVE: renascimento, modernismo, funcionalismo

RESUMEN

La idea de que la funcionalización y un modo de vida moderno surgen posiblemente, como un embrión, ya en el Renacimiento guía esta investigación que analiza un devenir histórico-arquitectónico de las formas resonantes de proyectar-utilizar-comunicar el espacio. Esta investigación busca evidenciar las diferencias entre las prácticas arquitectónicas y su imbricación con las necesidades de los sujetos. Se examina cómo la funcionalización, entendida como la adaptación de los espacios para responder a las necesidades prácticas y estéticas, se ha desarrollado a lo largo de los siglos, influenciada por los cambios sociales, tecnológicos y culturales. Se plantea, además, la diferencia entre funcionalidad — relacionada con el uso práctico inmediato de los espacios — y la funcionalización — entendida como un proceso cultural e histórico que refuerza y califica las funciones, atribuyéndoles valores simbólicos, sociales y estéticos. La investigación explora además cómo estos cambios reflejan y moldean los modos de vida de la modernidad, poniendo de manifiesto una continua imbricación entre arquitectura, espacialidad y cultura.

PALABRAS CLAVES: renacimiento, modernismo, funcionalismo

ABSTRACT

The idea that functionalization and a modern way of life may have emerged, as an embryo, during the Renaissance guides this research, which analyzes the historical-architectural becoming of resonant ways of designing, using, and communicating space. This investigation seeks to demonstrate differences in architectural practices and their relationship with the needs of individuals. It examines how functionalization, understood as the adaptation of spaces to attend to both practical and aesthetic needs, has developed over the centuries, influenced by social, technological, and cultural changes. It also discusses the difference between functionality — related to the immediate practical use of spaces — and functionalization — understood as a cultural and historical process that reinforces and qualifies functions, attributing symbolic, social, and aesthetic values to them. The research also explores how these changes reflect and shape modern ways of life, highlighting a continuous intertwining between architecture, spatiality, and culture.

KEYWORDS: renaissance, modernism, functionalism

Recebido em: 30/04/2024

Aceito em: 25/10/2025

1 INTRODUÇÃO - DE ANTES DO RENASCER

Na Idade Média europeia, as pessoas viviam majoritariamente em feudos e poucas cidades, produziam o que comiam e acreditavam que o mundo estava nas mãos de Deus. Para além da economia de subsistência e do regime teocêntrico, sabemos que as cidades da Idade Média não dialogavam facilmente umas com as outras, exceto por algumas rotas de comércio que cortavam o mundo, desde a Europa até as cidades do oriente. É nas rotas de comércio e na palavra dos viajantes que, pouco a pouco, o mundo se conhecia. Os medievos, diversos e complexos, possuíam práticas de habitação pouco voltadas para o conforto como o concebemos hoje.

Enquanto os objetos e os modos de uso eram vinculados a características simbólicas e ritualísticas, não poderia haver modificações em ideais como conforto e função. Para Rybczynski “após o fim da Idade Média e até o século XVII, as condições de vida doméstica começaram lentamente a mudar” (Rybczynski, 1996. p. 48), ideias como privacidade e intimidade nascem e começam a compor o ser humano moderno.

Depois da Idade Média, chegamos ao Renascimento, época de grandes nomes como Leon Alberti e Andrea Palladio. Nesse período, resgatam-se pensamentos de uma época prodigiosa, as antiguidades romana e grega e, gradualmente, a visão teocêntrica que reinou durante a Idade Média começa a ser gradualmente suplantada por um ponto de vista antropocêntrico e por uma visão racional do mundo. Não há como conceber a Idade Média como homogênea ou inteiramente destituída de transformações, mas preciso reconhecer que é no Renascimento que se cria um terreno fértil para um novo olhar racional sobre o espaço. Esse é um território fértil para sementes da funcionalização, elemento fundante do Moderno.

2 A PERSPECTIVA COMO PRINCÍPIO ORDENADOR

o mundo já não era o mesmo [na Renascença]. Num universo heliocêntrico, o planeta, deslocado da posição central, apresentava-se vulnerável e enfraquecido, era urgente criar uma nova centralidade, capaz de controlar o tempo, o espaço e a natureza. Essa centralidade foi ocupada pela razão que, apoiada na abstração matemática e geométrica, deu ao homem outro poder capaz de reequilibrá-lo no planeta. Desse modo, o valor mítico e religioso da Idade Média acabou por ser completamente substituído pelo poder laico. É nesse panorama prático e racionalista que encontramos as raízes renascentistas da modernidade que abandonava o plano, de início metafísico e, depois, mítico e religioso, para aderir à razão técnica, à sua capacidade inventiva e, sobretudo, à tenacidade expansionista que levava a Europa a expandir-se para além-mar, com a mesma desenvoltura com que projetava um espaço abstrato e ideal que poderia ser construído pela geometria euclidiana e pelo rigor da perspectiva (Ferrara, 2006, p.160).

Ferrara explica que, na Renascença, o mundo foi abalado pela mudança no modo como o pensávamos. Esse modo era, até então, pautado nos ideais cristãos, mas, na contramão desses ideais, tomou a frente a razão. A razão apoiava-se nas ideias abstratas da matemática e da geometria que propunham uma espécie de ordem à forma de pensar o mundo e essas ideias deram, ao período renascentista, subsídio para uma retomada do pensamento racional, após séculos de domínio teocêntrico. Apoiava-se, ainda, na redescoberta dos grandes estudiosos clássicos que viam no humano um ponto de partida igualmente fulcral. Os pensamentos eram pautados não mais em uma vontade divina arbitrária, mas apareciam como decorrência de análises matemáticas, da filosofia e de estudos de proporção, simetria e perspectiva.

Conceitos como proporção e simetria já dominavam a arquitetura desde a época de Vitrúvio; no entanto, é durante o Renascimento que se aprimoram as técnicas de perspectiva e se emprega a geometria de Euclides, matemático grego. Por meio da forma arquitetônica, expressa-se a voz da racionalidade. Euclides havia desenvolvido, ainda no terceiro século antes de Cristo, uma teoria da geometria. Em seu campo de estudo, o matemático define alguns conceitos básicos como: ponto, linha e plano. A perspectiva nos aparece, na Renascença, como meio de reafirmar a lógica racional utilizando a geometria euclidiana e as figuras planas como meio de definir uma escala de valores. Não há como negar que, para o Renascimento, a perspectiva remetia ao modo como as obras eram vistas, entretanto, nota-se que essa lógica de moldar a visualidade é um meio de modelar o modo de ver. Cria-se um modo de ver racional que dava ao sujeito uma escala de valores e estabelecia o ser humano como ponto central em relação a um “ponto de vista”.

O arquiteto renascentista Leon Alberti escreveu seu tratado, *De Re Aedificatoria*, com base em seus estudos sobre as ruínas romanas e o tratado de Vitrúvio. Quase como um elogio ao tratado de Vitrúvio, Alberti, retomando-o, escreve:

a arte da construção no seu conjunto se compõe do desenho e da sua realização. No que diz respeito ao desenho, o seu objetivo e o seu método consistem principalmente em encontrar um modo exato e satisfatório para ajudar e unir linhas e ângulos, mediante os quais possamos delimitar e definir o aspecto de um edifício. Portanto, é labor e função do desenho conferir aos edifícios e às suas partes um lugar apropriado, por um lado, uma determinada proporção e uma disposição conveniente, e por outro, uma distribuição harmoniosa, de modo que a conformação inteira do edifício e sua configuração descansem já no próprio desenho (Alberti, 2012, p. 35).

Vale lembrar que, em um pensamento um tanto diferente, Vitruvius diz que a arquitetura “nasce da prática e da teoria” (Vitruvius, 2019, p. 61). O tratado de Alberti parece referir-se à prática e à teoria como instâncias unidas, superpostas e, talvez, equivalentes. Desse modo, o tratado tenta resgatar noções teóricas que possam sair do ambiente teórico para ajudar em questões práticas. Vê-se que, no Renascimento, a arquitetura recupera noções das antiguidades romana e grega como, por exemplo, a disposição do espaço interno, porém adequando-o às noções de proporção e simetria. Argan em História da arte como história da cidade diz que:

O tratado não aparece mais como uma coleção de leis da construção deduzidas do antigo e visando qualificar como ciência a práxis da construção. A própria distinção entre teoria e práxis não fixava a clara separação entre o momento intelectual da idealização e o momento mecânico da execução, mas colocava-se como dialética interna do processo unitário da arquitetura (Argan, 1998, p. 61).

Isso implica que, se no período de Vitruvius, as duas instâncias, prática e teórica, eram vistas separadamente, no período de Alberti, entendemos que a teoria e a prática se colocam como um processo unitário. O momento da prática projetiva é de idealização, mas decorrência do saber teórico, enquanto o momento da execução é mecânico e decorrente do saber técnico. Haveria uma tentativa de experimentação entre teoria e prática?

Para Pérez-Gomez, em *Attunement: Architectural Meaning After the Crisis of Modern Science*:

Em geral, os antigos pensadores reconheceram que a perfeição ideal pertencia à mente humana (e nos reinos superlunários dos movimentos planetários), e não no mundo dos seres existentes na Terra. Seguiu-se que os artefatos humanos só podiam aproximar tal perfeição através da imitação, particularmente através dos artesanatos que priorizavam a harmonia, como música e arquitetura. Em outras palavras, uma disciplina geométrica como a de Euclides não identifica o “espaço euclidiano” como um reino onde os humanos habitam; pensadores antigos nunca acreditaram que os humanos realmente existiam no espaço euclidiano. No entanto, a perfeição da geometria evocava a possibilidade de lugares humanos como atmosferas harmoniosas (Pérez-Gómez, 2016, n.p.)¹.

Na qualidade de espaço idealizado pela teoria e pela perspectiva, a arquitetura se prende ao papel, ao projeto enquanto desenho (representação). A construção é mediada pela técnica que, em algum ponto, pode modificar o projeto idealizado. Isso indica que é necessário rever as obras romanas e o modo como foram executadas, para que seja possível entender a obra de Vitruvius em suas características práticas e teóricas.

Os monumentos, construídos em pedra, capturam o transitório (as idiossincrasias daquele tempo) e resistiram séculos desde a Antiguidade romana e grega até o Renascimento, quando foram utilizados como base daquela cultura. Esses monumentos são importantes para o resgate feito no Renascimento porque, como nos aponta Summerson em *A linguagem clássica da arquitetura*:

as descrições de Vitruvius apresentam lacunas que só poderiam ser preenchidas através do conhecimento dos monumentos romanos que restaram (Summerson, 2009, p. 9)

Era necessário sanar as falhas de um sistema pautado em crenças de caráter dogmático do período vitruviano e impor um pensamento científico que escapasse da arbitrariedade.

o grande feito da Renascença não foi a imitação estrita dos edifícios romanos (isso coube aos arquitetos dos séculos XVIII e XIX), e sim o restabelecimento da gramática da Antiguidade como disciplina universal – a disciplina herdada do passado remoto da humanidade e aplicável a todos os empreendimentos dignos de nota (Summerson, 2009, p. 23).

As gramáticas a que Summerson se refere são uma lógica ordenadora, onde imperam regras de proporção e simetria, em uma busca por uma “harmonia inteligível entre as partes” (Summerson, 2009, p. 4) do edifício. Essa harmonia remete às regras de proporção e simetria que tendem a simetrizar o espaço e seus habitantes, deixando-os proporcionalmente equivalentes em suas escalas de valores. Vemos essa gramática nas obras de grandes arquitetos da Renascença, como Palladio, Alberti e Brunelleschi.

Cumpre-nos, nessa pesquisa, apontar momentos em que encontramos traços genealógicos do conceito de funcionalização. Ou seja, conjectura-se que as estruturas da lógica e dos modos de pensar modernos, focados na função como lógica regente, não somente ao nível do uso (funcionalidade prática), mas ao nível da funcionalização — processo pelo qual a função ganha novos contornos culturais, simbólicos e estéticos, surgem ainda no momento renascentista em forma das regras de proporção e simetria. Essas regras levam a funcionalização a superar a possível abstração do conceito e passar a dominar o corpo que habita o espaço real que vai além daquele inabitável plano cartesiano.

Assim, enquanto a funcionalidade se refere a um “para quê” imediato do espaço (cozinhar, dormir, transitar), a funcionalização diz respeito a como esse “para quê” é reforçado, transformado e incorporado em discursos arquitetônicos que extrapolam a prática cotidiana. Essa distinção é fundamental para compreender como a arquitetura moderna “herdará” e reinterpretará princípios do Renascimento.

A Renascença nos expõe um modo de organizar o espaço através do uso da geometria, traçando, desde aquela época, os caminhos para a arquitetura moderna. A funcionalidade aparece como meta das construções no tratado de Alberti.

O arquiteto mostra toda qualidade de seu engenho e de seu preparo técnico na subdivisão. A subdivisão deve, de fato, considerar o edifício inteiro em todas as suas partes, a configuração de cada parte em si e a inserção de todos os ângulos e de todas as linhas em um conjunto único, tendo como objetivo a funcionalidade, o decoro e a leveza (Alberti, 2012, p. 54).

Alberti ainda fala sobre os ângulos e as linhas, referindo-se ao bom uso do desenho como meio de representar a futura construção, de modo que se possa observar sua organização, sua simetria e suas proporções. Mas como é possível combinar essa funcionalidade e a ordem que se propunha ao espaço e à arquitetura? Como confirmação da hipótese, nota-se a funcionalização que sai do plano teórico e vem dominar o corpo que habita o espaço real. Extrapola aquele inabitável plano cartesiano que, existindo apenas em potência, cria um lugar onde o corpo deve viver como se habitasse o espaço hipotético de Descartes. Vê-se, no período da Renascença, uma mudança substancial no modo como se representa o espaço. As técnicas da perspectiva aparecem como um meio de tornar claros os planos do desenho, como uma maneira de ordenar nossa visão e nossos pensamentos.

Na época de Vitruvius, utilizava-se uma geometria primitiva para projetar os edifícios. Com os séculos, já no Renascimento, recuperados vários escritos das antiguidades romana e grega, foi possível tornar a arquitetura mais exata com o uso da geometria euclidiana e da perspectiva que, além de um modo de representar os planos, é também expressão dos valores daquele sistema ordenador.

No sistema ordenado pela exatidão geométrica da perspectiva, o observador vê² o mundo de um ponto de vista único, que “desenhava a figura proporcional e simétrica” (Ferrara, 2008, p. 31). Considerando o ponto de vista do observador: equivalem-se valores geométricos e modos de pensar:

Projeta-se a ortogonalidade que permite que a linearidade entre o ponto de vista do observador e o ponto de fuga corresponda a um mundo ordenado e simétrico. Essas constantes rapidamente migraram de características da geometria que notabilizaram as construções do Renascimento, para surgirem como elementos vitais da cultura, do mundo, das relações humanas e do próprio conhecimento (Ferrara, 2015, p.46).

Desse modo, o sistema ordenador que aparece na arquitetura e nas artes com a perspectiva expande-se da arte para toda a trama da cultura que assume uma simetria ideal entre todas as coisas. Essa ideia de simetria reaparecerá no programa da cidade moderna, quando se acreditava que a cidade poderia ser padronizada e produzida de maneira semelhante às linhas de montagem industriais.

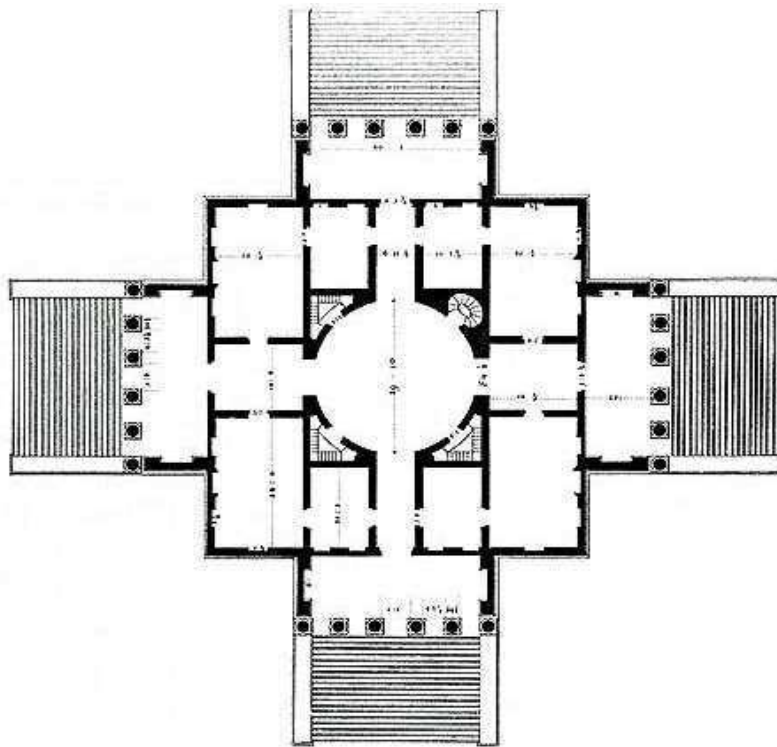
Entende-se que proporção e simetria configuram um espaço de restrita funcionalidade formal, mas a totalidade geométrica é traduzida em valores, comportamentos e, finalmente, modos de pensar. Traços retos

e ambientes simétricos ordenados pela proporcionalidade justificada por regras matemáticas servem como pilar à estrutura do mundo renascentista.

Com as descobertas da ciência no período do Renascimento, os ânimos foram abalados e começamos a duvidar de uma igreja poderosa e de um deus arbitrário. A humanidade encontrava-se insegura com afirmações como as de Kepler (órbitas elípticas) e Copérnico (heliocentrismo) que criavam uma dúvida nos pensamentos ditados pela igreja. Era preciso criar um “ambiente harmonioso para a vida humana na Terra” (Pérez-Gómez, 2016, n.p.)³ em meio a todas as incertezas geradas com o fim da Idade Média. Nas antiguidades romana e grega, encontrava-se um período prodigioso onde o Renascimento e a arquitetura Clássica se apoiaram. Ao contrário da ideia de estabilidade buscada nas antiguidades romana e grega, o Renascimento teve que criar meios que o mostrassem ordenado. Nas palavras de Pérez-Gómez seria necessário um “deus racional e onipotente”⁴ em contraposição ao deus que se mostrava arbitrário. Baseado nesse princípio justo e onipotente, confere-se à arquitetura e às artes como um reflexo do que se desejava como realidade, normas e ordenamentos.

Tomaremos a obra Villa Almerico “La Rotonda” de Palladio como exemplo do uso das regras de proporção e simetria. La Rotonda é um bom exemplar arquitetônico inspirado nas regras de proporção e simetria, além de resgatar referências das antiguidades romana e grega como os frontões e as colunas jônicas; vejamos sua planta (Figura 1).

Figura 1: Planta da Villa Almerico.



Fonte: Wikimedia Commons, em domínio público.

Vemos uma planta simétrica tanto no eixo norte-sul quanto no leste-oeste. Vemos uma tentativa de organizar a vida dos moradores de maneira que ela possa ser simétrica como o espaço. De acordo com o historiador Manfred Wundram:

O edifício é caracterizado por proporções perfeitamente simétricas. Na tradição da antiguidade clássica, sua beleza é derivada da harmonia dos números e proporções, ou para citar Vitruvius: o devido acordo entre os membros da obra em si, e a relação entre as diferentes partes. Pórticos triangulares com cinco colunas são encontrados em todos os quatro lados do núcleo central. Portanto, não há diferenciação entre a fachada principal e as secundárias, e o pórtico é a mesma altura do sótão. Os pórticos tomam metade da largura total. O pórtico e as escadas correspondem a metade do diâmetro do edifício central. Este é,

por sua vez, idêntico à altura geral, de modo que o núcleo do edifício parece um cubo de fora (Wundram, 2009, p. 69)⁵

Existe imprecisão da fala de Wundram, posto que a obra em questão apresenta “frontões triangulares” e “seis colunas” e não “cinco” como aparece na citação, seis colunas que foram cinco intercolúnios. Mas, para além dessa imprecisão, a fala de Wundram evidencia a tentativa dos renascentistas de criar um mundo perfeitamente simétrico e proporcional, porém, isso é possível apenas na idealização do desenho. Mostramos, também, que essa norma atua como indutora da crença na possibilidade de criação de um mundo onde a proporção e a simetria pudessem, sozinhas, governar a organização de um espaço funcional.

Assim, vemos que o período do Renascimento, ao lado das bases das antiguidades romana e grega, instaura um modo de pensar que será retomado no Modernismo, nos séculos XIX e XX.

Portanto, a perspectiva renascentista é a matriz de uma espacialidade mimética, pois pode ser entendida como representação de um mundo que se queria mais conceitual, do que propriamente vivido: através do desenho e seus códigos, procurava-se mostrar que eles não eram simples instrumentalidade, mas deveriam ser profundamente assimilados a fim de construírem similitudes guardadas em um arquivo mental e cultural para serem recuperadas em cada nova espacialidade (Ferrara, 2007, p. 14)

A noção de espacialidade nos é útil porque evidencia a possibilidade de estudar o espaço como uma forma de linguagem. A espacialidade é, portanto, constituída por plurais cadeias, semioticamente reconhecíveis nas suas funcionalidades. Se, nas antiguidades romana e grega, a funcionalidade se mostra ordenada através do uso de determinados materiais responsáveis pelas noções de firmitas e venustas, no período renascentista, a arquitetura não se atenta primeiramente aos materiais, mas às formas geométricas bidimensionais que se mostram como uma maneira de pensar o espaço em plano abstrato (cartesiano) e onde a intenção é apresentar um mundo funcionalizado, enunciado através da espacialidade regida por proporção e simetria.

A materialidade das formas geométricas edificadas nos aparece como uma redução da espacialidade à simples noção de proporção e simetria que induzem uma ação previsível, representada pela própria espacialidade geométrica:

Construir espacialidades exige descobrir, no suporte espaço, suas condições de mediação que o levam a transmitir, através do modo como se constrói, se renova ou se organiza, sua própria capacidade comunicativa (Ferrara, 2007, p. 31)

Assim, pode-se notar que a funcionalidade que se mostra viva nas antiguidades romana e grega e no Renascimento é decorrência de diversas materialidades⁶ e espacialidades que constituem pedra fundamental para todo o pensamento posterior. Mas como poderia a proporção e a simetria governar o espaço? Há uma virada aqui, do foco nos espaços cheios ao foco nos espaços “vazios”, ou disponíveis ao uso. Se no Renascimento redescobrimos muitas referências de colunas grossas, pórticos e espaços ocupados por muitos elementos que ocupam o espaço, no moderno observa-se a aparição de outro modo de conceber a espacialidade. Vê-se o foco nos espaços vazios, mais do que proporção e simetria, a espacialidade diz respeito a como o vazio organiza relações humanas e modos de vida. O espaço não é neutro: ele organiza fluxos, produz percepções de intimidade ou monumentalidade, favorece encontros ou separações. Desse modo, a espacialidade comunica os preceitos mais elementares daquele modo de perceber o mundo que aparecem no simples modo como ela se organiza. Valores e hierarquias, estruturas, comportamentos moldam e são moldados pelas práticas sociais. Ao deslocar o foco do cheio para o vazio, o Renascimento inaugura uma atenção inédita à capacidade do espaço de significar e ordenar, processo que ecoará no moderno, quando a funcionalização transformará essa linguagem em programa⁷.

3 O MODERNISMO

Passando pelas monarquias absolutistas do século XVII, onde a vontade de Deus justificava o poder das rainhas e reis chegamos então, ao século XVIII. Esse século das luzes foi o contexto em que ocorreu a Revolução Industrial, marcado por uma contestação às autoridades monárquicas pelas ideias de Montesquieu (divisão dos poderes) e Rousseau (contrato social).

Primeiramente britânica, a Revolução Industrial é marcada por uma mudança nos modos de produção e reprodução de riquezas e com ela instala-se o Capitalismo Industrial como nova ideologia política e econômica. Passamos da manufatura à maquinofatura, da produção total do objeto à fragmentação desse processo (taylorismo) e a um consequente aumento na produção.

Com esse aumento na produção, um êxodo rural começa a se instalar na Inglaterra industrializada, que passa por um grande processo de urbanização. As cidades aparecem como um local de esperança por mostrarem uma possibilidade de trabalho que, embora abundante, não resguardava direitos aos seus trabalhadores.

Como aponta Rybczynski, a ideia de conforto no sentido físico estava à espera do século XVIII para aflorar. A casa dividida em cômodos monofuncionais, o aquecimento de ambientes e da água apontam uma mudança em conceitos como intimidade, privacidade e conforto que se aliaram à ideia de função.

Face a milhões de pessoas que saíam do campo, a cidade vai ficando cada vez mais insalubre e superlotada. Esse aumento de pessoas gera problemas como a marginalização, dificuldades de deslocamento, o aumento da fome, da violência e da miséria. O mundo se divide entre uma burguesia rica, diminuta e detentora dos meios de produção, e um proletariado pobre, numeroso e com pouca qualidade de vida.

A arquitetura moderna dos séculos XIX e XX aparecerá como uma tentativa de resposta a esses problemas sociais que, assim como ocorreu na Inglaterra, se espalharam por todo o mundo, apontando problemas sociais decorrentes daquela mudança na velocidade da produção. Em resposta, sabidamente não original e decorrente dos pensamentos arquitetônico e filosófico dos séculos anteriores, notou-se que, mais uma vez, era preciso projetar o mundo e a arquitetura. Se no Renascimento a perspectiva e a proporção ordenaram a espacialidade, no modernismo a funcionalização se manifestará em programas e normas de habitação, na crença de que a forma deveria seguir a função, ou, ao menos, parecer funcionalista. Dessa vez, não como um projeto que, com o passar do tempo, se adapta e se modifica de maneira interativa, mas como um programa que deve ser seguido em suas exatas regras para que se consiga os resultados previstos. Assim como no Renascimento, era necessária uma infraestrutura que desse conta da velocidade da produção e levasse a sociedade a encontrar, na produção industrial, um exemplo:

Se o rigor geométrico da perspectiva comandou a construção da cidade da Renascença, a necessidade de ordenar o adensamento populacional produzido pela concentração exigida pelo modo de produção capitalista levou à necessidade de encontrar modelos que, sustentados por novos materiais construtivos como o ferro e, mais tarde, o concreto, permitiram a construção de cidades que, obedientes ao modelo, se reproduziram de modo semelhante e fizeram da cidade uma máquina de morar (Ferrara, 2018, p.132).

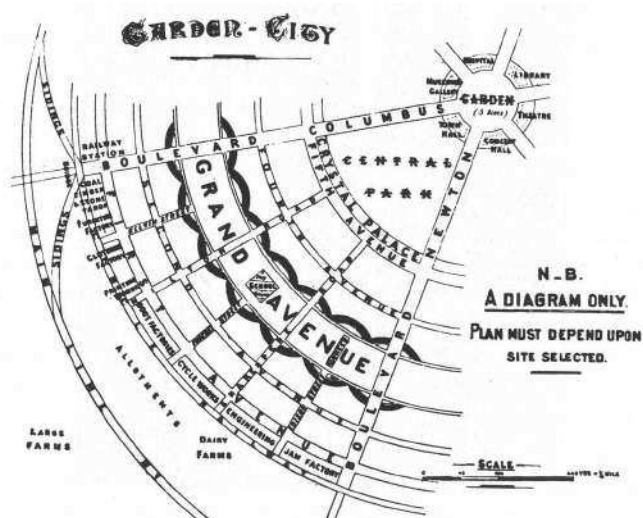
Assim como na Renascença, um pensamento racional e utilitário parece guiar os projetos de arquitetura e os mesmos pensamentos ajudam a criar uma ciência que aparece para estudar a cidade e seus acontecimentos, o Urbanismo. Para o Urbanismo da época, a cidade deveria basear-se na funcionalidade do ambiente industrial que, fragmentado, organiza as funções em compartimentos que interagem seguindo uma lógica racional.

4 A CIDADE INDUSTRIAL COMO REFLEXO DA CULTURA DA INDÚSTRIA

Seguindo as premissas cartesianas, a cidade como problema é descomposta por zonas de maneira que funcione como uma máquina produtiva, dividida em partes monofuncionais conectadas pelas linhas de circulação. Desta maneira, o delírio máximo do racionalismo induz à tentativa de planejamento da imensa complexidade da cidade mediante sua decomposição em estruturas formais e funcionais simples (Montaner, 2015, p.66).

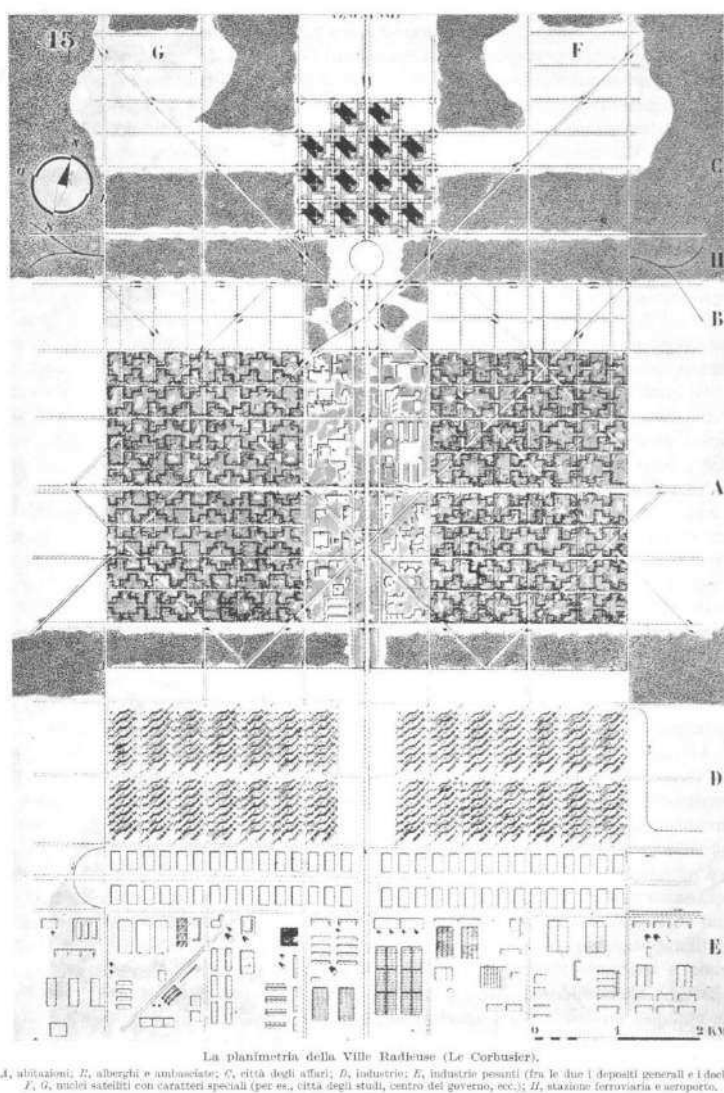
Muitas são as propostas para a cidade moderna, todas baseadas em uma espécie de ordem que, a partir de uma divisão de tarefas, assim como ocorre com as residências, constrói um planejamento urbano de “monoculturas” (SENNETT, 2018, p. 55) nas quais cada bairro ou região da cidade desenvolve uma única função. A forma da cidade, dividida em setores, deve seguir a função de fazer da cidade uma máquina produtiva. Não deve haver arbitrariedade ou complexidade que dificulte a produção. Em meio a muitas propostas envolvendo o planejamento das novas cidades, destacam-se as cidades-jardim (Figura 2) de Ebenezer Howard, detalhadas em seu livro *Garden Cities of To-morrow* (1902), a *Ville contemporaine* (1922) e a consequente *Ville Radieuse* (Figura 3) de Le Corbusier, projetos publicados em seu livro *La Ville Radieuse* (1935).

Figura 2: Esquema - Cidades-jardim.



Fonte: Howard, 1902.

Figura 3: Planta Ville Radieuse.



Fonte: Wikimedia Commons, em domínio público.

Tanto as propostas de Le Corbusier quanto as de Howard propõem uma cidade dividida e devidamente planejada, com grandes espaços verdes que criam barreiras sonoras e impedem a poluição que, decorrente do processo de industrialização, atinge as residências, os serviços e os prédios governamentais. Tudo se baseia em uma lógica positivista, a mesma que dá vida à Villa Savoye de Corbusier, com prédios assepticamente brancos que querem existir além do tempo.

no interior este material passa a ser o “branco”, visível e integrador, homogeneizador ao extremo, eficiente tanto sob o ponto de vista higiênico, quanto como elemento rarefaciente do espaço. Parece inútil ressaltar o enorme prestígio do vidro: a casa positivista será, de todas quantas encontrarmos, aquela que mais emprega o vidro. Tudo o que representa o vidro, desde seus processos de fabricação e montagem, até sua transparência, contribuirão para fazer dele um material privilegiado. Observemos que o vidro, na ortodoxia moderna, é sempre um material produzido industrialmente, em série, com o máximo grau de perfeição em suas propriedades métricas - superfície, corte etc. -, transparente até o ponto da invisibilidade, e capaz de permitir a passagem da radiação solar (Ábalos, 2012, p. 77).

Assim como a casa positivista de Ábalos, os prédios incorporam o branco como um modo de mostrarem-se desconexos do contexto. O branco aparece como uma possibilidade de mostrar a obra como um elemento à parte do tempo. O mesmo delírio positivista toma conta da grande manifestação maquinica do progresso brasileiro e idealiza-se a cidade que deveria mostrar a ordem e o progresso de uma nação, Brasília. Uma cidade criada para a circulação rápida em carros que ignoram as possibilidades do caminhar. A Ville Radieuse incorpora, assim como Brasília, noções do Plan Voisin de Le Corbusier. Para Sennett, o Plan Voisin é responsável pela perda da noção de lugar e pela velocidade acelerada dos acontecimentos:

A suspensão do senso de lugar deve algo a Le Corbusier. O Plan Voisin era um manifesto da era mecânica, e nele forma e função se coadunavam estreitamente (Sennett, 2018, p. 186).

Sennett aponta ainda que a mudança na velocidade é um ponto importante na percepção do mundo. O automóvel e o elevador são instrumentos que, enquanto modificam nossos modos de cruzar o espaço, alteram nossa “consciência ambiental” (Sennett, 2018, p. 49) e nossa noção de tempo.

À medida que a velocidade do deslocamento modifica nossa percepção do tempo e do espaço, há também uma alteração no modo como usamos os objetos e vivemos no mundo. Para alguém nas extremidades do vigésimo andar dos grandes prédios em “X” da Ville contemporaine, o mundo e os passantes no chão são pequenos como formigas-doceiras. A percepção do outro se dissolve na indefinição causada pela distância e o viver programado mais uma vez se reafirma com seu objetivo principal, produzir capital através da única finalidade de trabalhar e produzir mais capital. A espacialidade moderna tenta entorpecer funcionalmente seu habitante.

Para alcançar este futuro de progresso, é necessário subsumir o indivíduo - em Comte, o fundador da sociologia, o individual é algo abstrato - na Unidade de tudo e de todos, é necessário renunciar a pensar diante do que existe, eliminar a faculdade crítica, e entregar - se às pautas impostas pela industrialização e pelo positivismo, esta ideologia que supera a filosofia, esta filosofia única e definitiva para um novo mundo. Este sujeito não é outro, senão o homem - tipo corbusiano, a família-estatística, esse constructo mental que permitiu aos arquitetos ortodoxos objetivar o comportamento social e quantificá-lo naquela experiência quase delirante que foi o Existezminimum (Ábalos, 2012, p. 72).

Para Ábalos há uma filosofia reinante na utopia moderna, a ideia de que a existência mínima nos solicita apenas o essencial, não há ornamentos, não deve haver subjetividade, não deve existir a possibilidade de um corpo que deseje mais que o padrão. É necessário apenas um corpo que sobreviva nas máquinas-de-morar.

Longe da Europa, nos Estados Unidos da América, o arquiteto Louis Sullivan já havia publicado *The Tall Office Building Artistically Considered* em 1896 com o famoso trecho:

esta é a lei que permeia de todas as coisas orgânicas e inorgânicas, de todas as coisas físicas e metafísicas, de todas as coisas humanas e todas as coisas sobre-humanas, de todas as verdadeiras manifestações da cabeça, do coração, da alma, que a vida é reconhecível em sua expressão, que forma sempre segue função. Esta é a lei (Sullivan, 1896, 407).⁸

Sabe-se que esse princípio não é originalmente de Sullivan, mas atribui-se a ele sua divulgação. Sullivan foi responsável por diversas obras nos EUA, tendo projetado diversos arranha-céus pelo país, focados nos materiais industrializados e nas distorções do tempo e do espaço, possibilitadas pelas máquinas (elevadores, carros, escadas rolantes). Entretanto, para Blake em seu livro *Form follows Fiasco* (1977) a forma seguindo a função não é nem de perto o ponto fulcral do modernismo e, muitas vezes, “a forma na arquitetura moderna é antifuncional” (Blake, 1977, p. 28)⁹. Blake vai na contramão do que acreditava e pregava Sullivan. Como muitos outros de seu tempo, Blake apontava que as formas, no modernismo arquitetônico, tinham apenas uma “intenção” de projeto de serem funcionalistas. Resta-nos entender um dos motivos pelos quais o modernismo ficou marcado por essa noção que tentava dar, aos usos, a característica de serem funcionais e funcionalizantes.

5 CONSIDERAÇÕES

É importante ter em mente que o artigo, que se concentra em um estudo genealógico, ou seja, uma busca no passado por elementos que influem e ressoam no tempo, pode ser usado para encontrar a sementes férteis dos modos de vida atuais e anteriores, no moderno. É possível averiguar que as bases de um princípio ordenador de modos de ver e vi(ver) acabam por se recompor tempos depois, no período da revolução industrial, em outro momento em que é necessário um princípio que ordene a cidade e as vidas pública e privada. Enquanto a perspectiva aparece para o Renascimento como princípio ordenador, a funcionalização aparece na modernidade como discurso de ordenação social e urbana. Ordena-se por frases de ordem como: a forma segue a função. Embora esse modo de pensar seja contestado por muitos em um meio acadêmico a divulgação dessas ideias conquistou o mundo todo. Esses fatos mostram a necessidade sempre constante de rever os objetos de estudo, colocando-os a eles a sempre possível característica falível.

DEDICATÓRIA

Aos queridos orientadores, Lucrécia D'Alessio Ferrara e Luís Antônio Jorge, obrigado.

6 REFERÊNCIAS

- ÁBALOS, Iñaki. **A boa-vida**: visita guiada às casas da modernidade. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2012.
- ALBERTI, Leon. **Da arte de construir**: Tratado de arquitetura e urbanismo. São Paulo: Hedra, 2012.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martim Fontes, 1998.
- BLAKE, Peter. **Form Follows Fiasco**: Why Modern Architecture Hasn't Worked. Boston/Toronto: Atlantic Monthly Press, Little Brown and Company, 1977.
- FERRARA, Lucrécia (org.). **Espaços comunicantes**. São Paulo: Annablume; Grupo ESPACC, 2007.
- FERRARA, Lucrécia. **A comunicação que não vemos**. São Paulo: Paulus, 2018.
- FERRARA, Lucrécia. **Comunicação Espaço Cultura**. São Paulo: Annablume, 2008.
- FERRARA, Lucrécia. **Comunicação mediações interações**. São Paulo: Paulus, 2015.
- FERRARA, Lucrécia. Programa e Projeto como Paradigmas Epistemológicos da Comunicação. **Significação**: Revista de Cultura Audiovisual, [S. l.], v. 33, n. 25, p. 9-23, 2006. DOI: 10.11606/issn.2316-7114.sig.2006.65619. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/65619>.
- HOWARD, Ebenezer. **Garden Cities of To-morrow**. London: Swan sonnenschein & CO., LTD., 1902.
- MONTANER, Josep Maria. **A modernidade superada**: Arquitetura, arte e pensamento no século XX. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2015.
- PÉREZ-GÓMEZ, Alberto. **Attunement**: Architectural meaning after the crisis of modern science. Cambridge: The MIT Press, 2016.
- RYBCZYNSKI, Witold. **Casa**: pequena história de uma ideia. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.
- SENNETT, Richard. **Construir e habitar**: ética para uma cidade aberta. Tradução de Clóvis Marques. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- SULLIVAN, Louis. The Tall Office Building Artistically Considered. **Lippincott Magazine**, n.57, p.403-409, mar. 1896. Disponível em: <https://ocw.mit.edu/courses/architecture/4-205-analysis-of-contemporary-architecture-fall-2009/readings/> Acesso em: 16/03/2021.

SUMMERSON, Sir John. **A linguagem clássica da arquitetura**. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

VITRÚVIO. **Tratado de arquitetura**. Tradução, introdução e notas de M. Justino Maciel. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes - Selo Martins, 2019.

WUNDRAM, Manfred. **Palladio**: The Rules of Harmony. Köln: Taschen, 2009.¹

NOTAS

¹ No original: In general, ancient thinkers recognized that ideal perfection belonged in the human mind (and in the superlunary realms of the planetary motions), and not in the world of existing beings on earth. It followed that human artifacts could only approximate such perfection via imitation, particularly via the crafts that prioritized harmony, such as music and architecture. In other words, a geometrical discipline such as Euclid's does not identify "Euclidean space" as a realm where humans dwell; ancient thinkers never believed that humans actually existed in Euclidean space. Yet the perfection of geometry did evoke the possibility of human places as harmonious atmospheres.

² Notemos que a palavra vê aqui tem grande propósito: o de evidenciar uma supremacia da visão sobre os outros sentidos. Não se poderia utilizar a palavra "percebe", por exemplo.

³ No original: harmonious environment for human life on Earth.

⁴ No original: rational and omnipotent God.

⁵ No original: The building is characterized by perfectly symmetrical proportions. In the tradition of classical antiquity, its beauty is derived from the harmony of the numbers and proportion, or to quote Vitruvius: the proper agreement between the members of the work itself, and relation between the different parts. Gabled porticoes with five columns are found on all four sides of the central core. Hence, there is no differentiation between the main façade and the secondary ones, and the socle is the same height as the attic. The porticoes take up half of the overall width. The portico and stairs each correspond to half of the diameter of the core building. This is, in turn, identical to the overall height, so that the core of the building looks like a cube from outside.

⁶ Como materialidade entende-se a instância comunicativa do material ou, por outro lado, pode-se entender ainda a característica física de uma espacialidade quando retiradas as características afetivas, os sentidos e sua carga comunicativa. O material, assim como o espaço podem, pelo meio como aparecem, dar indícios ou pistas de alguns possíveis significados que podem ser apreendidos pelo corpo. É necessário capturar esses indícios dados pelo material para apreender sua capacidade comunicativa.

⁷ Refere-se aqui a distinção proposta por Argan em seu História da arte como história da cidade e reafirmada por Ferrara em Programa e Projeto como Paradigmas Epistemológicos da Comunicação. (ambos nas referências)

⁸ No original: It is the pervading law of all things organic and inorganic, of all things physical and metaphysical, of all things human and all things superhuman, of all true manifestations of the head, of the heart, of the soul, that the life is recognizable in its expression, that form ever follows function. This is the law.

⁹ No original: form in modern architecture is antifunctional.

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do autor.

ENSINO



REFLEXÕES SOBRE O DESIGN UNIVERSAL PARA A FORMAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

REFLEXIONES SOBRE EL DISEÑO UNIVERSAL PARA LA FORMACIÓN EN ARQUITECTURA Y URBANISMO

REFLECTIONS ON UNIVERSAL DESIGN FOR TRAINING IN ARCHITECTURE AND URBANISM

SARMENTO, BRUNA RAMALHO

Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba,
E-mail: brs@academico.ufpb.br

RESUMO

O conteúdo do design universal (DU) nos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil reforça questões fundamentais para a formação profissional e cidadã na área. Nesse sentido, este artigo objetiva refletir sobre o conteúdo do DU e seu impacto e oportunidades na formação em arquitetura e urbanismo. Para tal, foi realizado um levantamento teórico reflexivo sobre o conceito, trajetória e curricularização do DU no ensino superior e, em específico na arquitetura e urbanismo. Foi possível observar que o foco do DU são as pessoas, em toda sua diversidade, devendo o profissional arquiteto e urbanista estar apto a atender a todos, sendo necessário um esforço coletivo por parte dos professores em proporcionar aos discentes e à sociedade um curso em sintonia com a contemporaneidade, a partir do fortalecimento da responsabilidade social, ética e ambiental dos futuros arquitetos e urbanistas, com um olhar voltado para as pessoas. E a expectativa é que esse novo desenho de formação tenha êxito, e aponte na direção do ensino do DU em sua plenitude.

PALAVRAS-CHAVE: curricularização; design universal; arquitetura e urbanismo.

RESUMEN

El contenido del diseño universal (DU) en los cursos de arquitectura y urbanismo en Brasil refuerza cuestiones fundamentales para la formación profesional y cívica en el área. En este sentido este artículo pretende reflexionar sobre los contenidos de la DU y su impacto y oportunidades en la formación en arquitectura y urbanismo. Para ello, se realizó un recorrido teórico reflexivo sobre el concepto, trayectoria y curricularización del UD en la educación superior y, específicamente, en la arquitectura y el urbanismo. Se pudo observar que el foco de DU son las personas, en toda su diversidad, y el profesional arquitecto y urbanista debe poder servir a todos, requiriendo un esfuerzo colectivo por parte de los docentes para brindar a los estudiantes y a la sociedad un curso de sintonizar con los tiempos contemporáneos, fortaleciendo la responsabilidad social, ética y ambiental de los futuros arquitectos y urbanistas, con foco en las personas. Y la expectativa es que este nuevo diseño de capacitación tenga éxito y apunte en la dirección de la enseñanza del DU al máximo.

PALABRAS CLAVES: curricularización; diseño universal; arquitectura y urbanismo.

ABSTRACT

The content of universal design (UD) in architecture and urban planning courses in Brazil reinforces fundamental issues for professional and civic training in the area. In this sense, this article aims to reflect on the content of the UD and its impact and opportunities on training in architecture and urbanism. To this end, a reflective theoretical survey was carried out on the concept, trajectory and curricularization of UD in higher education and, specifically, in architecture and urbanism. It was possible to observe that the focus of UD is people, in all their diversity, and the professional architect and urban planner must be able to serve everyone, requiring a collective effort on the part of teachers to provide students and society with a course in tune with contemporary times, by strengthening the social, ethical and environmental responsibility of future architects and urban planners, with a focus on people. And the expectation is that this new training design will be successful, and point in the direction of UD teaching to its fullest.

KEYWORDS: curricularization; universal design; architecture and urbanism.

Recebido em: 27/11/2024

Aceito em: 25/10/2025

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere em um momento importante para os cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, que passaram ou estão passando por uma reformulação de seu Projeto Pedagógico do Curso (PPC), vindo a contemplar o conteúdo do Design Universal (Brasil, 2019; Brasil, 2021¹). Nessa perspectiva, alguns conceitos são essenciais: design universal (DU) e arquitetura e urbanismo (AU); além do impacto dessa questão na ótica do ensino e formação profissional, visando encaminhamentos para a prática.

O conteúdo da norma técnica brasileira de acessibilidade (ABNT, 2020) e do DU são demandas imprescindíveis na formação do arquiteto e urbanista, pois, conforme Fraga et al (2022), volta-se ao desenvolvimento de habilidades e competências inerentes ao mundo do trabalho; e para a conscientização de seus papéis histórico e social na construção de uma sociedade igualitária, tornando os futuros profissionais cidadãos atentos à promoção de ações materiais e humanas, que garantam a melhoria da qualidade de vida dos usuários, para além de serem meros reprodutores de conhecimentos técnicos.

Segundo Mace et al (1998, p.1), o DU trata do “projeto de produtos e ambientes aptos para o uso do maior número de pessoas sem necessidade de adaptações nem de um projeto especializado”. A partir desse conceito, pode-se dizer que quando projetos são concebidos de forma universal é levada em consideração a acessibilidade voltada para a diversidade dos seres humanos e não apenas de um grupo específico.

No sentido de promover uma acessibilidade voltada para todos Baptista (2010) propõe a necessidade de conceber projetos de forma criativa, funcional, com procedimentos de controle de qualidade e de modo compatível ao espaço pré-existente, tendo em vista o conforto, a segurança, os valores estéticos e a diversidade antropométrica do ser humano. Entretanto, a maior dificuldade para essa prática é o pouco conhecimento sobre o tema, pois a maioria dos profissionais entra em contato com a questão da acessibilidade e inclusão por meio da legislação. E, segundo Ornstein (2011), quando a acessibilidade é vista dessa maneira ela não é pensada como algo natural, de percepção em relação ao outro. Para a autora, na concepção de um projeto as ideias de acessibilidade, mobilidade e inclusão têm que estar atreladas à ideia de cidadania, pois os pequenos detalhes representam toda a diferença, e esses têm que nascer no projeto e ser executados de forma precisa.

Na aplicação do DU sete princípios devem ser alinhados às diretrizes projetuais: 1) Uso equitativo; 2) Flexibilidade de uso; 3) Uso simples e intuitivo; 4) Informação perceptível; 5) Tolerância ao erro; 6) Baixo esforço físico; 7) Tamanho e espaço para acesso e uso (Mace et al, 1998). Além desses sete princípios, na prática do DU são propostos ainda três parâmetros base (Brasil, 2006):

1) A formação do profissional seja em nível universitário, técnico, de execução ou de fiscalização. Nesse sentido, a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA), vem trabalhando, desde 1993, junto a escolas formadoras de futuros arquitetos e urbanistas, com o objetivo de inserir nos currículos o tratamento da acessibilidade, a partir de ações projetuais e de vivências, que levem o aluno a pensar sobre a produção e utilização do espaço;

2) A norma técnica que indica, a partir de estudos de especialistas, as soluções técnicas a serem seguidas de modo universal;

3) A regulamentação e a gestão, pois é imprescindível a atuação do órgão gestor quanto à administração das ações a serem implantadas e a regulamentação destas, de forma a serem seguidas mesmo depois de uma mudança na política administrativa.

Assim, sendo o arquiteto e urbanista um profissional que atuará diretamente na conformação e transformação do território, o DU se torna essencial em sua formação.

Com a Resolução MEC/CNE/CES nº 1, de 26 de março de 2021 (Brasil, 2021), que torna o conteúdo do DU obrigatório para a formação dos arquitetos e urbanistas brasileiros, todos os cursos de AU necessitaram rever seus PPCs para se adequar às novas exigências. Este paper aproveita este momento propício para oferecer reflexões e encaminhamentos de práticas do DU no âmbito dos cursos de AU. Nessa direção, avista-se uma oportunidade relevante de aprofundamento/contribuição sobre a temática, que vem sendo estudada, mas nem sempre praticada. Sobre essa questão Tauk et al (2014) destacam que o design inclusivo é um dos movimentos de design mais importantes desta época, e à medida que a demografia muda em todo o mundo, promete ganhar cada vez mais importância.

Assim, tem-se como objetivo refletir sobre o conteúdo do DU e seu impacto e oportunidades na formação em arquitetura e urbanismo. Para tal, foi realizado um levantamento teórico reflexivo sobre o conceito, trajetória

e curricularização do DU no ensino superior e, em específico na AU, conforme apresentado a seguir. Este trabalho é parte da pesquisa de Sarmiento (2023).

2 DESIGN UNIVERSAL

Terminologias e conceito:

O termo design universal foi utilizado, pela primeira vez, pelo arquiteto Ronald Mace, em 1985², nos Estados Unidos, e consiste numa filosofia de projeto que visa criar espaços que não segreguem nenhuma pessoa, independentemente de suas características físicas ou habilidades (Mace, 1998).

O conceito do desenho universal não é novo. Desde o início da década de 1980 sabia-se que a capacidade funcional das pessoas aumentava quando as barreiras ambientais eram removidas. Foi com base nisso que surgiu a ideia de que era preciso considerar aspectos muito mais amplos e universais que envolviam as necessidades ambientais para todos os usuários. Inicialmente a expressão design acessível foi usada nos Estados Unidos para descrever o valor do desenho universal, ou seja, a importância de projetar para todos (Cambiaghi, 2007, p. 76).

Apesar do conceito inicial, desde meados do século XX processos inclusivos já existem. A trajetória do DU no ambiente construído inclui componentes chaves de sua evolução no contexto global:

- **1950s** - Os projetistas “sem barreiras” começaram o trabalho de remoção de obstáculos no ambiente construído para pessoas com deficiência física, especialmente na Europa, Japão e os Estados Unidos, em resposta ao rescaldo da Segunda Guerra Mundial (Maisel et al, 2018), que deixou um saldo de muitas pessoas com deficiência (PcD);
- **1960s** - Movimentos sociais para atenção à igualdade de direitos e à justiça social, incluindo PcD, se mobilizaram para mudanças e influenciaram designers e o desenvolvimento de políticas públicas. No Reino Unido o arquiteto Selwyn Goldsmith escreveu o livro *Designing for the Disabled* (1963), um guia de acesso arquitetônico para profissionais do ambiente construído em todo o mundo. Nos Estados Unidos novos padrões e políticas foram estabelecidos, como as Especificações da Norma Americana para Tornar Edifícios e Instalações Acessíveis para PcD (1961), que se tornou a base para os códigos de acesso arquitetônicos subsequentes. A Lei de Barreiras Arquitetônicas (1968) exigia acessibilidade em todas as propriedades federais dos Estados Unidos (Maisel et al, 2018);
- **1970s** - O movimento pelos direitos das PcD se espalhou pela Europa e América do Norte. Advogados argumentaram contra o modelo médico de deficiência, no qual as deficiências eram consideradas principalmente como problemas médicos com soluções médicas, e a deficiência passa a ser definida pelas relações entre pessoas e seus ambientes construídos e sociais. Os ativistas exigiam um “design acessível”, que se afastasse de soluções adaptativas e em direção à normalização e integração. O design tornou-se parte da equação da equidade social (Maisel et al, 2018);
- **1980s** - Os conceitos de design “sem barreiras” e “acessível” evoluíram em 1983 para um novo conceito, denominado “design universal”, elaborado pelo arquiteto Ron Mace, que afirmou que o design que funciona para PcD também funciona melhor para a população inteira. Mace reuniu um grupo de trabalho de arquitetos, designers de produto, engenheiros e pesquisadores de design ambiental que desenvolveram os Sete Princípios do Desenho Universal, assim, formalizando o UD Movimento. Três centros foram fundados nos Estados Unidos: o Instituto de Design Centrado no Ser Humano em Boston, anteriormente Ambientes adaptativos (1978), o Centro de Design Inclusivo e Acesso Ambiental (IdeA Center) na Universidade de Búfalo, anteriormente Laboratório de Ambientes Adaptativos (1984) e o Centro de Design Universal da Universidade do Estado da Carolina do Norte, anteriormente Centro de Habitação Acessível (1989). Esses centros desenvolveram agendas de pesquisa, ensino e prática, e promoveram conceitos de DU para entidades governamentais. As Nações Unidas proclamaram de 1983 a 1992 como a Década das PcD e incentivou políticas globais oferecendo seus direitos iguais (Maisel et al, 2018);
- **1990s** - Influenciado por uma legislação inovadora, o conceito de desenho universal se espalha. A Lei dos Americanos com Deficiências (ADA) de 1990 proibiu a discriminação com base em deficiências mentais e/ou físicas e impôs requisitos de acessibilidade para prédios públicos. Outras legislações também foram aprovadas em todo o mundo, pois muitos governos reconheceram que as mudanças no ambiente construído foram benéficas para toda a população. Em resposta, organizações e centros adicionais foram estabelecidos na Europa, incluindo Design for All Europe (1993) e o Helen Hamlyn Center for Design (1999), onde o diretor Roger Coleman usou o termo “design inclusivo”. Durante este tempo, o National Endowment for the Arts também apoiou o Projeto de Educação em Design Universal dirigido por Elaine Ostroff, e nas universidades cursos de DU foram oferecidos em programas de design nos Estados Unidos e Reino Unido (Maisel et al, 2018). No Brasil, a NBR 9050 (1994) traz o desenho universal, mas apenas

na lista de definições e indica que este deve ser aplicado tanto a novos projetos quanto a adequações de edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos.

- **2000s** - No início do milênio o conceito de DU ampliou seu foco para a melhoria da vida das pessoas em uma variedade de grupos sociais e necessidades humanas. O design inclusivo foi citado como uma estratégia para melhorar as experiências diárias das pessoas e as realizações ao longo da vida. Além disso, em 2006, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Durante esta década, vários países africanos aprovaram legislação para melhorar os direitos das PcD, incluindo a África do Sul (2000), Quênia (2003) e Tunísia (2005). Em 2009, o governo norueguês publicou um plano de ação com um objetivo de ter o país projetado universalmente até 2025. Pesquisadores, incluindo Edward Steinfeld, diretor do IDeA Center, desenvolveram programas que forneceram a base de evidências necessárias para ajudar os designers a desenvolver soluções sólidas para expandir o uso do ambiente construído e convencer os praticantes da indústria de construção e manufatura que o design inclusivo era uma boa prática comercial. O primeiro programa de pós-graduação com foco em design inclusivo (Mestrado de Arquitetura com especialização em Design Inclusivo) foi estabelecido na Universidade de Búfalo, em 2008 (Maisel et al, 2018). No Brasil, a expressão Desenho Universal apareceu pela primeira vez na legislação em 2004, no Decreto Federal nº 5296 (Brasil, 2004), que aponta o desenho universal como a concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade. O decreto reforça a importância de se promover a autonomia, com segurança e conforto, aplicando os princípios do DU em projetos arquitetônicos e urbanísticos.
- **2010s** - Os impactos do design inclusivo no mercado ficaram evidentes em congressos internacionais e mostras de construtores. Concomitantemente, o design inclusivo se expandiu para questões globais de justiça social, particularmente em países em desenvolvimento. Em 2015, os líderes na Assembleia Geral das Nações Unidas assumiram vários compromissos para melhorar a vida das populações desprivilegiadas em todo o mundo, incluindo PcD (Maisel et al, 2018). A NBR 9050 (ABNT, 2015; 2020) define o desenho universal como sendo a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva. Este conceito propõe uma arquitetura e um design mais centrados no ser humano e na sua diversidade. Estabelece critérios para que edificações, ambientes internos, urbanos e produtos atendam a um maior número de usuários, independentemente de suas características físicas, habilidades e faixa etária, favorecendo a biodiversidade humana e proporcionando uma melhor ergonomia para todos.
- **2020s** - A partir do Parecer CNE/CES nº 948/2019 (Brasil, 2019), a disciplina de desenho universal passou a ser obrigatória na grade curricular dos cursos de arquitetura e engenharia brasileiros, desde 2020; e com a Resolução MEC/CNE/CES nº1, de 26 de março de 2021 (Brasil, 2021), o conteúdo do DU passa a fazer parte do Núcleo I - Conhecimentos de Fundamentação, dos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

Com essa trajetória é possível observar que o compromisso de design inclusivo no ambiente construído ainda não foi totalmente percebido, mas fez grandes progressos nas últimas décadas. Maisel et al, 2018, colocam que esse percurso tornou o desenho universal

[...] um elemento fundamental de formuladores de políticas, planejadores, profissionais de negócios, fabricantes, profissionais de design, educadores de design, pesquisadores e funcionários do governo. Praticar design inclusivo fornece acesso para muitos mundos – para pessoas que podem ser fisicamente, cognitivamente, economicamente, culturalmente ou tecnologicamente excluídas – e oferece maior participação social, satisfação e realização (Maisel et al, 2018, p.27).

Na evolução global se observa diversas formas de fazer referência ao DU: design inclusivo, design for all, desenho universal, design acessível, design sem barreiras, dentre outros. Sobre essa questão, Pereira (2017) coloca que, possivelmente, o que pode causar um prejulgamento quanto à diferença entre os termos é o fato de o design universal ter sido mencionado primeiramente pelo arquiteto americano Ronald Mace em 1985, e o Design Inclusivo, por pesquisadores do Centro de Design de Engenharia da Universidade de Cambridge, na década de 1990. Porém, o autor acredita que isso não seja um fator que contribua para a diferenciação, pois ambos apresentam o mesmo objetivo e ideal de prática, tanto para a criação de ambientes físicos quanto para a criação de produtos.

Design Inclusivo teve origem no Reino Unido, e o Design for All na Europa, ao passo que o Design Universal nos Estados Unidos teve grande influência sobre o aparecimento de Design Universal no Japão e na Índia. [...] No Japão, essas ideias foram importadas dos Estados Unidos, mas modificadas para refletir a realidade da sociedade mais avançada em termos de

envelhecimento da população. [...] As ideias da Índia também foram importadas dos Estados Unidos e da Europa e depois modificadas para as condições locais. No entanto, a ênfase da Índia tem sido empregada como relação de autoajuda e desenvolvimento, em vez de focada em iniciativas governamentais e da indústria, como é o caso do Japão. [...] Portanto, é válido observar que, além das diferentes nomenclaturas, há também diferentes formas de abordagem, de acordo com o local de aplicação. [...] Todavia, pode-se afirmar que, apesar de haver diferenças na prática entre os locais de adoção, não há diferenciação em relação ao conceito entre os termos descritos; consequentemente, a diferença de nomenclatura não influencia os projetos. Os diferentes termos se dedicam a concretizar a inclusão dos seres humanos por meio do projeto. Todos seguem parâmetros de usabilidade e fomentam o Design Centrado no Usuário, além de corroborar igualmente para a inclusão social efetiva (Pereira, 2017, p.38).

Sobre os termos desenho universal e design universal se referindo aos processos sistêmicos de decisão na elaboração e efetivação de projetos arquitetônicos e urbanísticos, Guimarães (2007 apud Guimarães, 2010) indica que o termo “design” tem sentido mais “universal” do que o termo “desenho”, pois o termo “design” se ajusta melhor a participação múltipla de diferentes agentes de transformação ao invés de “desenho”, que passa a ideia de produtos isolados num traço criativo e individualista de cada profissional. Alinhado nesse pensamento, esse artigo utiliza o termo design universal.

Ainda sobre a terminologia, Dorneles (2014) acrescenta que no Brasil o termo design universal, muitas vezes, é entendido de forma similar ao termo acessibilidade ou desenho acessível, pois ambos possuem o mesmo objetivo principal de proporcionar espaços e produtos com o foco no ser humano. Entretanto, a autora esclarece que um projeto acessível pode ser um projeto adaptado a determinadas necessidades espaciais de usuários específicos, ou seja, é um projeto especial, como uma adaptação de uma rampa metálica em uma residência. Já o design universal está baseado em princípios de inclusão para todos os indivíduos, sem discriminação e, se possível, deve passar despercebido. Desse modo, um projeto concebido com a filosofia do design universal sempre será acessível, mas, nem todo desenho acessível pode ser considerado um projeto universal, como é possível observar no quadro abaixo (Quadro 1).

Quadro 1 – Quadro de diferenças em algumas situações entre o Design Universal e o Design Acessível.

Design Universal	Design Acessível
Uma planta residencial projetada universalmente custa o mesmo que qualquer outra planta para construir, que qualquer um possa comprar.	Uma casa projetada sob medida com base em um plano existente, mas requer custos adicionais para o redesenho e detalhes de construção personalizados.
Serviços de reforma residencial que incorporam o design universal como um serviço básico.	Serviços de modificações residenciais por um empreiteiro que cobra mais por conhecimento especializado de design para deficiência e envelhecimento.
Instrumentos e controles automotivos personalizáveis para acomodar diferenças em habilidades perceptivas, estatura, habilidades motoras e preferências.	Tecnologia assistiva usada para adaptar um display de automóvel para pessoas com necessidades especiais.
Uma entrada de prédio sem degraus que todos podem usar facilmente e juntos.	Uma entrada de prédio com uma rampa lateral que fica fora do caminho para todos os visitantes, mas é acessível por código.
Um hotel que tem quartos 100% projetados universalmente em uma variedade de tipos.	Um hotel que tem apenas a porcentagem exigida pela legislação de quartos acessíveis.

Fonte: Steinfeld e Maisel (2012), tradução nossa.

A ideia do Desenho Universal é evitar a necessidade de se produzirem ambientes ou elementos especiais para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, no sentido de assegurar que TODOS possam utilizar os componentes ambientais e todos os produtos [...] (Brasil, 2007, p. 25).

Ser capaz de participar de atividades cotidianas é bom para nossa saúde e bem-estar. Contudo, quando somos excluídos por causa de barreiras, tais questões são afetadas. Corroborando com essa afirmação, Steinfeld e Maisel (2012) colocam que “O design universal é um processo que capacita e empodera uma população diversa, melhorando o desempenho humano, a saúde, o bem-estar e a participação social”.

Segundo Dorneles (2014), para que os espaços permitam uso inclusivo com a participação de todos é necessário que os profissionais da área de projeto possuam conhecimento técnico e competência para projetar atendendo às necessidades espaciais de seus usuários. O desenvolvimento dessa competência deve ser realizado nas universidades durante a formação profissional dos alunos. Entretanto, o ensino de DU ainda constitui um desafio a professores de diferentes áreas no Brasil, como: design, arquitetura, urbanismo, paisagismo e tecnologia de informação.

A falta de discussões sobre este conceito nas universidades, nos cursos de capacitação profissional para quem já está no mercado de trabalho e na dificuldade de se introduzir a questão em uma postura

administrativa de governabilidade de uma cidade é que tem “atrasado” a aplicação do DU de forma plena (Brasil, 2007). Essa realidade está em processo de mudança nas universidades, a partir do Parecer CNE/CES nº 948/2019 (Brasil, 2019), com a disciplina de DU na grade curricular dos cursos de arquitetura e engenharia desde o início de 2020.

Na prática projetual uma preocupação que surge em muitos dos envolvidos com a elaboração e execução de um projeto com o conceito do DU é o acréscimo que isto trará para a obra em termos financeiros, quando na verdade não chega a 2% (Brasil, 2007). De acordo com Steinfeld (1979 apud Brasil, 2007), “seria entre 4 a 35 vezes mais caro renovar ou reformar os prédios do que os construir acessíveis desde o início, ou seja, custam 4 a 35 vezes mais do que os construir com acessibilidade desde o princípio”.

É importante, nesta análise dos custos de obras dentro do conceito do DU, destacar que locais inacessíveis possuem um valor agregado negativo psicologicamente, pois intimidam e inibem seu uso por diversas pessoas que necessitam de alguma ajuda para sua utilização (Brasil, 2007).

A essência do DU busca implantar uma justa concepção de projetos que atendam as pessoas em suas funções e necessidades. Se for trabalhado dentro deste conceito, os projetos não necessitarão de adaptações, e irão diminuir custos e apresentar propostas únicas de forma acessível e não adaptada (Brasil, 2007).

Para simplificar as ações do dia-a-dia, produzindo-se ambientes, objetos e comunicações que possam ser utilizados por todas as pessoas, sem custos com adaptações, o DU tem como pressupostos alguns princípios, os quais foram complementados por oito objetivos, conforme abordado a seguir.

Princípios e objetivos do DU:

Um projeto universal é concebido desde o início do processo projetual, a partir das necessidades espaciais dos diferentes usuários e é fundamentado pelos sete princípios idealizados por Ronald Mace (Connell et al, 1997 apud Dorneles, 2014). Tais princípios foram criados para contribuir com o processo de projeto de arquitetos e designers, mas podem ser aplicados em qualquer tipo de projeto, pois servem para guiar o processo projetual, permitindo uma avaliação sistemática e auxiliando na conscientização de projetistas e consumidores quanto às características de usabilidade das soluções concebidas (Story, 2001 apud Dorneles 2014). Os sete princípios são descritos na NBR 9050 (ABNT, 2020):

- 1) Uso equitativo: é a característica do ambiente ou elemento espacial que faz com que ele possa ser usado por diversas pessoas, independentemente de idade ou habilidade.;
- 2) Uso flexível: é a característica que faz com que o ambiente ou elemento espacial atenda a uma grande parte das preferências e habilidades das pessoas;
- 3) Uso simples e intuitivo: é a característica do ambiente ou elemento espacial que possibilita que o seu uso seja de fácil compreensão, dispensando, para tal, experiência, conhecimento, habilidades linguísticas ou grande nível de concentração por parte das pessoas;
- 4) Informação de fácil percepção: essa característica do ambiente ou elemento espacial faz com que seja redundante e legível quanto a apresentações de informações vitais;
- 5) Tolerância ao erro: é uma característica que possibilita que se minimizem os riscos e as consequências adversas de ações acidentais ou não intencionais na utilização do ambiente ou elemento espacial;
- 6) Baixo esforço físico: nesse princípio, o ambiente ou elemento espacial deve oferecer condições de ser usado de maneira eficiente e confortável, com o mínimo de fadiga muscular do usuário;
- 7) Dimensão e espaço para aproximação e uso: essa característica diz que o ambiente ou elemento espacial deve ter dimensão e espaço apropriados para aproximação, alcance, manipulação e uso, independentemente de tamanho de corpo, postura e mobilidade do usuário.

Para além dos princípios, a Commission for Architecture and the Built Environment³ (CABE, 2006) acrescenta que o DU é uma responsabilidade de todos, de modo que todos devem participar do processo de projeto e construção, e afirma que o DU: 1 - Coloca as pessoas no centro do processo de design; 2 - Reconhece a diversidade e a diferença; 3 - Oferece opções onde uma única solução de design não pode acomodar todos os usuários; 4 - Oferece flexibilidade de uso; e Fornece edifícios e ambientes que são convenientes e agradáveis de usar para todos. E complementa que se tais questões forem consideradas, os projetos desenvolvidos tendem a ser:

- Inclusivo para que todos possam usá-los com segurança, facilidade e dignidade;
- Responsivo levando em conta o que as pessoas dizem que precisam e querem;
- Flexível para que pessoas diferentes possam usá-los de diversas formas;
- Conveniente para que todos possam usá-los sem muito esforço ou separação;
- Acomodando todas as pessoas, independentemente da sua idade, gênero, mobilidade, etnia ou circunstâncias;
- Acolhimento sem barreiras incapacitantes que possam excluir algumas pessoas;
- Realista oferecendo mais de uma solução para ajudar a equilibrar as necessidades de todos e reconhecendo que uma solução pode não funcionar para todos.

A comissão (CABE, 2006) aponta que no centro de todas as explicações está a busca por incluir o maior número possível de pessoas em cada projeto. Ampliando a discussão, e visando tornar a forma de projetar com DU ainda mais compreensiva para projetistas, Steinfeld e Maisel (2012) desenvolveram os oito objetivos do DU:

- 1) Adaptação ao corpo: acomodar uma grande variedade de tamanhos corporais e habilidades;
- 2) Conforto: desenvolver atividades considerando-se os limites da função corporal;
- 3) Conscientização: garantir que a informação essencial para o uso seja facilmente percebida;
- 4) Entendimento: criar métodos de operação e utilização de forma intuitiva, clara e sem ambiguidade;
- 5) Bem-estar: contribuir para a promoção da saúde, evitando-se doenças e prevenindo-se ferimentos ou lesões;
- 6) Integração social: tratar todos os grupos com dignidade e respeito;
- 7) Personalização: incorporar oportunidades de escolhas e expressões de preferências individuais;
- 8) Adequação cultural: incorporar e reforçar os valores culturais e o contexto ambiental e social em qualquer concepção de projeto.

A intenção desses oito objetivos é tornar o DU mais palpável e até mesmo passível de verificação, pois podem ser mais facilmente desdobrados em parâmetros de projeto que os princípios. Contudo, os princípios e objetivos auxiliam o projeto de qualquer espaço de forma universal e convergem para situações ideais de integração da pessoa com o ambiente (Dorneles, 2014).

Steinfeld e Maisel (2012) apontam que mais objetivos poderiam ser gerados, mas com intuito de facilitar a assimilação e disseminação, estabeleceram uma quantidade reduzida, embora não limitada. Além disso, mostram como os objetivos se alinham com os princípios, de modo a tentar tornar mais clara a aplicação dos mesmos. Destacam-se o uso flexível, informação de fácil percepção e dimensão e espaço como os princípios que se relacionam a um número maior de objetivos, bem como a adequação cultural, bem estar, conforto e adaptação ao corpo, como objetivos que contemplam diversos princípios (Figura 1).

Figura 1 – Relação entre os princípios e objetivos do DU



Fonte: Steinfeld e Maisel (2012), tradução nossa.

Considerando os objetivos do DU, o IdeA Center (Bringolf, 2018) os agrupou em três categorias, de modo que sete dos objetivos convergem para o bem-estar das pessoas (Figura 2):

- 1) Desempenho humano - Ajuste do corpo; Conforto; Conhecimento; Entendimento;
- 2) Bem-estar - é a ponte entre eles, pois se dirige a ambos;
- 3) Participação social - Integração social; Personalização; Adequação cultural.

Figura 2 – Conexão entre as categorias propostas pelo IDEA Centre para os objetivos de design universal.



Fonte: Elaborado pela autora com base em Bringolf (2018).

Portanto, para associar o DU à arquitetura e urbanismo, deve-se ter em mente que não se trata somente de atribuir aspectos técnicos e normativos de acessibilidade a um espaço, sendo necessário o entendimento das necessidades dos usuários e o desenvolvimento de empatia, que servirão de inspiração para o processo de projeto (Dorneles, 2014).

Conforme Hubert Froyen (2012 apud Dorneles, 2014), o DU objetiva a criação de espaços humano-amigáveis e elegantes, ou seja, que combinem usabilidade e elegância para que sejam atrativos a todas as pessoas. Nessa direção, essa pesquisa segue com a discussão de práticas didáticas para o DU em cursos de AU no Brasil.

Orientações para prática do DU nos cursos de arquitetura e urbanismo:

Embora não seja a única, é grande a responsabilidade dos cursos de AU na produção da cidade acessível, tendo o profissional com essa formação um compromisso técnico e ético perante si, ao seu cliente e à sociedade (Brasil, 2007).

Limitando-se ao ensino superior, pode-se cobrar qual é a “definição” de Universidade. Trata-se de uma instituição de Ensino e Pesquisa destinada a promover a formação profissional e científica e a realizar pesquisa teórica e prática nas principais áreas do saber humanístico, tecnológico e artístico e a divulgação de seus resultados à comunidade. Assiste-se uma quantidade de trabalhos desenvolvidos nas diversas áreas do conhecimento que quase nunca chegam ao benefício da sociedade. A questão da acessibilidade não é diferente (Brasil, 2007, p.57).

Nessa perspectiva, o Caderno 7 do Programa Brasil Acessível (Brasil, 2007) apresenta oito pontos para a abordagem da acessibilidade/DU nos cursos de arquitetura e urbanismo: espaço físico; deslocamento; comunicação; administração acadêmica; recursos humanos; recursos para pesquisa; projeto pedagógico do curso; além das disciplinas que tratam do tema. Conforme o enfoque desta pesquisa serão aqui considerados esses dois últimos.

A publicação aponta que o Projeto Pedagógico do Curso deve contemplar a acessibilidade em todos os seus aspectos, e, em especial: nos objetivos do curso; no perfil do egresso; como conceito na elaboração dos

conteúdos programáticos das disciplinas; no estímulo a trabalhos didáticos e projetos de iniciação científica; na aquisição de bibliografia básica; nas instalações do curso; e no regimento para o trabalho de conclusão de curso, nas viagens de estudos, núcleos de aplicação, escritório modelo, dentre outros. No tocante as disciplinas que tratam do tema, indica que trabalhar com o conceito de acessibilidade requer uma nova cultura para abordar uma velha situação promovida pelo ato de projetar, sendo essencial a colaboração de todos os envolvidos para a quebra de alguns “pré”- conceitos: a insegurança de alguns docentes em inserir esta questão nas disciplinas que ministra; a resistência à mudança – “sempre dei aula assim, sempre ensinei assim...”; o pensamento de que nas aulas predominam conceitos genéricos e que questões mais específicas devem ser apresentadas/sanadas pelos alunos durante a pesquisa (Brasil, 2007).

Para o tratamento deste tema nas disciplinas são propostas duas alternativas: 1) a criação de uma disciplina específica de “projeto acessível”; ou 2) uma abordagem transversal, ao longo de todas as disciplinas do curso. Visando uma melhor análise das alternativas, são indicadas as vantagens e desvantagens, a partir da elaboração de uma Swot, para cada situação (Quadro 2), conforme Brasil (2007):

Quadro 2: Alternativas para o tratamento do tema nas disciplinas, com a indicação de vantagens e desvantagens para cada situação.

	Vantagens		Desvantagens	
	Força	Oportunidade	Fraqueza	Ameaça
Alternativa 1 – Uma disciplina específica	1) A possibilidade de detalhar um projeto básico, com intervenções internas e externas e chegar à especificação de revestimentos, mobiliário, cores, comunicação, etc.	1) Possibilidade de aprofundamento da questão, tal como acontece com os temas Conforto Ambiental, Instalações Hidráulicas, por exemplo.	1) Perde-se a oportunidade de discussão do conceito de DU e concentra-se no projeto acessível, ou, muitas vezes, adaptado.	1) Limitar a discussão do tema em uma única disciplina de forma concentrada e não permitir a expansão da questão ao longo do curso.
Alternativa 2 – Em todas as disciplinas	1) O tema é abordado desde sua história até as possibilidades de avanço tecnológicos, concentrando-se na aplicabilidade nas disciplinas de projeto, seja de arquitetura ou urbanismo. 2) A credibilidade no conceito vai se concretizando muito mais como um princípio metodológico de projeto, do que uma questão social e de obrigatoriedade da legislação. 3) Demonstra a assimilação da questão pelos professores das diversas disciplinas ao promover alterações nos conteúdos programáticos, conduzindo o aluno ao longo de todo o curso para a total compreensão e complexidade que o tema exige.	1) Possibilita a compreensão do tema de forma interdisciplinar, identificando a importância deste conhecimento e sua aplicabilidade. 2) Possibilidade de explorar o conceito de DU nos projetos, fugindo de opções de uso exclusivo, que caracteriza um desenho acessível e não um DU.	1) Não há o comprometimento com a apresentação de novas propostas, resumindo-se (quando muito) ao exemplificado nas normas. 2) É possível o jogo do “empurra” para a disciplina do semestre seguinte, alegando-se que o momento se trata de uma discussão de alguns conceitos e a aplicação efetiva não aconteça.	1) Os docentes podem se limitar ao básico da questão, não se envolvendo e, conseqüentemente, não ensinando-corrigindo-cobrando com a profundidade que o tema exige. 2) Pode-se estimular a reprodução das alternativas apresentadas nas normas como citação e não se aplicar tais parâmetros efetivamente.

Fonte: Brasil (2007), adaptado pela autora.

Observa-se com o quadro que há mais vantagens em uma aplicação em diversas disciplinas ao longo do curso, contudo há muitos riscos na ocorrência de desvantagens, caso não ocorra um comprometimento do corpo docente na aplicação do conceito.

Para a inclusão da temática da acessibilidade e DU nos cursos de AU são ainda propostas algumas contribuições para os Núcleos de Conhecimento e para o trabalho de conclusão de curso (TCC) (Quadro 3) (Brasil, 2007):

Quadro 3: Contribuições para os Núcleos de Conhecimento e para o TCC.

Núcleos	Disciplinas	Contribuições
I) Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação	Estética e História das Artes	Demonstrar através das manifestações estéticas e artísticas registradas na história que a arquitetura contemplava a busca da “perfeição, do belo, da aproximação dos deuses” e que não havia, portanto, espaço para quem não fosse “perfeito”.
	Estudos Sociais e Econômicos	- Avaliar os movimentos sociais e os anseios da população em termos gerais e específicos quando se tem a interdisciplinaridade, buscando compreender comportamentos e necessidades individuais e coletivas da sociedade; - Compreender a visão econômica da acessibilidade não no custo da adaptação, mas na economia movimentada pela inclusão social e a existência de acesso a todos os ambientes.
	Estudos Ambientais	Ampliar a discussão para além do espaço edificado, compreendendo toda a acessibilidade como componente do ambiente construído e não a soma de elementos isolados.
	Desenho e outros Meios de Representação e Expressão	- Possibilitar a leitura de ambientes e sua acessibilidade ou a inacessibilidade através do desenho de observação; - Estimular alternativas projetuais através da representação e da expressão utilizando-se de multimeios; - Nos cursos onde esta matéria possibilita a existência de disciplinas que trabalham com a produção de objetos, fazer com que os mesmos sejam acessíveis ou beneficiem a acessibilidade.
II) Núcleo de Conhecimentos Profissionais	Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo	- Demonstrar a falta de conhecimento sobre a questão no passado, por questões culturais as PcD eram ignoradas em sua existência, mantidas escondidas; - Buscar a leitura da situação dos espaços edificados, urbanos e da paisagem como um todo na matéria da acessibilidade pela compreensão da história da formação da cidade e pelos conceitos teóricos que produzem estas cidades; - Cobrar soluções inovadoras para se garantir a acessibilidade no conceito do DU e não se limitar na aplicação de alternativas mínimas; - Estimular o aparecimento de materiais e objetos acessíveis ou que contribuam para a acessibilidade, representados em seus detalhes, forçando o aluno na compreensão do “fazer” e não apenas no “pensar fazer”; - Inserir a dinâmica de não excluir a totalidade da população no uso dos espaços coletivos projetados, invertendo o parâmetro que estabelece o público alvo e determinar que este público sempre seja o “todo”, assim sendo, o DU torna-se um conceito básico e não um detalhe localizado e aplicado em alguns casos.
	Planejamento Urbano e Regional	- Trabalhar a acessibilidade não apenas como uma intervenção urbana física, mas também como um conceito no processo de planejamento urbano e regional, permitindo a discussão desta temática na elaboração do plano diretor participativo, nos planos estratégicos e nos conceitos de metropolização (prioritariamente nos meios de transporte); - Compreender este conceito na aplicação do Estatuto da Cidade e no processo democrático das Conferências das Cidades.
	Tecnologia da Construção	- Despertar nos alunos o interesse pela investigação tecnológica na busca de alternativas que promovam a acessibilidade; - Estimular a experimentação na busca de novos elementos, novas técnicas, novas possibilidades de produzir espaços e objetos que tragam melhorias à qualidade de vida das pessoas com limitações de mobilidade.
	Sistemas Estruturais	- Buscar o questionamento de estruturas convencionais que não têm possibilitado o livre e seguro acesso das pessoas com limitações de mobilidade; - Estimular a pesquisa nesta área, objetivando o aparecimento de novas soluções estruturais capazes de promover a acessibilidade em ambientes não adequados.
	Conforto Ambiental	- Ampliar a discussão da acessibilidade para além da adequação física da edificação e transformar esta questão em um conceito voltado a promover as ideais condições para os ambientes; - O estudo antropométrico voltado à ergonomia está diretamente voltado ao conforto ambiental e totalmente associado à acessibilidade.
	Técnicas Retrospectivas	- Desmistificando que esta disciplina está somente voltada às questões do patrimônio histórico construído, fortalecer a compreensão de que o estudo das características de uma edificação traz consigo um valor agregado. - Tratar da acessibilidade nesta matéria é compreender a possível requalificação de um espaço, oferecendo-o totalmente à sociedade; - Ampliar a discussão sobre adaptação, acessibilidade e DU em ambientes tombados, de forma a garantir a preservação deste bem para as futuras gerações de todos os usuários possíveis.
	Informática Aplicada à AU	Estimular a adequação de sites, softwares e demais meios digitais para a busca, pesquisa e utilização destas ferramentas no ensino/aprendizado da AU.
	Topografia	- Discutir as alterações de planos do solo urbano na produção do espaço acessível; - Avaliar traçados viários para a caminhabilidade dentro de parâmetros da acessibilidade; - Discutir a movimentação de terra (solo) para a produção de ambientes mais acessíveis; - Ampliar a discussão da inclinação de vias nos estudos de parcelamento do solo; - Discutir o aproveitamento do Georreferenciamento para a produção de mapas e rotas acessíveis.

III) Trabalho de Conclusão de Curso		O conceito deve estar presente, em todos os seus aspectos e parâmetros, no desenvolvimento dos TCCs.
IV) Viagens de Estudos		Este tema pode ser reconhecido em viagens de estudos onde os alunos poderão apresentar em seus relatórios uma análise da acessibilidade aos ambientes visitados, sejam eles edificadas ou urbanas.
V) Visitas a Canteiros de Obras		É importante que em visitas técnicas aos canteiros de obras os alunos possam identificar a existência de acessibilidade nos projetos e como ela está sendo abordada durante a sua execução e os detalhes que lhe compete.
VI) Atividades Extracurriculares		São diversas as atividades extracurriculares que os alunos podem buscar em sua complementação acadêmica e integrá-la às questões de acessibilidade, sempre as relatando de forma a apresentar em algum processo da formação e defendê-la enquanto conhecimento adquirido.
VII) Estágios Supervisionados		Relacionar os conhecimentos adquiridos e as atividades desenvolvidas à acessibilidade estimulará a leitura crítica do exercício profissional e a compreensão do tema.

Fonte: Brasil (2007), adaptado pela autora.

As questões aqui abordadas estão longe de se esgotarem na busca da cidade democrática a todos, por isso, reconhecer o comprometimento do profissional arquiteto e urbanista com a produção da cidade possibilita atribuir à formação deste profissional o dever de identificar a sua atuação na construção da cidade mais acessível (Brasil, 2007).

Segundo Tauke et al (2014), o conceito de DU está começando a se firmar em muitos setores da sociedade, em razão de diversas transformações globais e mudanças de atitude, como: a mudança demográfica mundial; estamos mais velhos do que nunca; mais sociedades estão valorizando a diversidade humana; a personalização em massa está facilitando o desenvolvimento de soluções de DU; as tecnologias digitais estão aumentando ou eliminando soluções estáticas para condições dinâmicas (GPS vs. mapa de papel); os alunos da geração Y estão mais interessados em questões sociais, dentre outras. Para os autores essas mudanças são um chamado para novas maneiras de projetar, sendo responsabilidade dos educadores garantirem que os alunos tenham conhecimento e a habilidade necessários para praticar efetivamente a arquitetura que beneficiem a população em geral.

Estratégias para o ensino do Design Universal:

Segundo Dorneles (2014), as estratégias para o ensino do DU visam a aproximação dos alunos com a temática. E cita duas, dentre outras experiências, que utilizou para elaboração das estratégias:

1) A experiência de ensino de DU de Chidister et al. (1995 apud Dorneles, 2014) foi incorporada em várias disciplinas de diversos departamentos na Universidade Estadual de Iowa, utilizando um plano estratégico de incorporação, a partir de módulos de sensibilização, que foram divididos em quatro níveis de acordo com o aumento da complexidade das atividades:

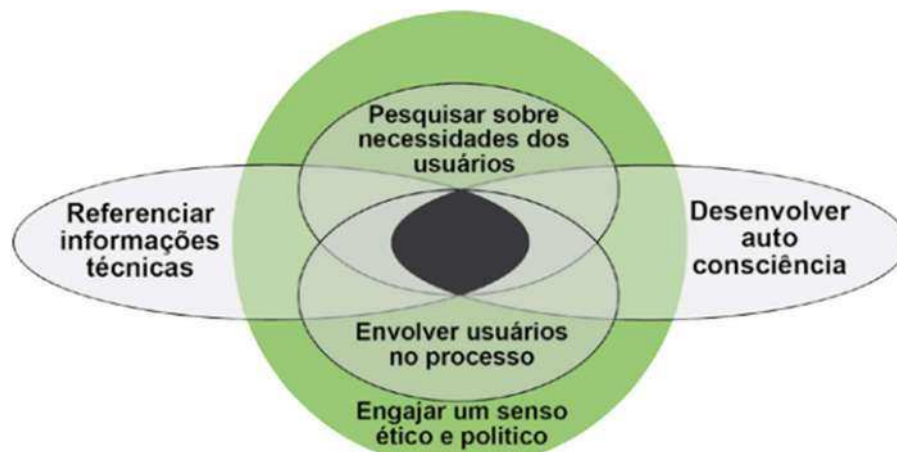
1) Nível de conscientização (consciousness level): consiste na primeira aproximação dos alunos com a questão das pessoas com deficiência. O objetivo é desfazer equívocos de entendimento e compreender as barreiras que elas enfrentam. Nesse nível, são mostrados filmes de sensibilização, seguidos de discussões. 2) Nível de engajamento (engagement level): consiste na compreensão da relação da pessoa com deficiência com o ambiente construído. Nesse nível, os acadêmicos assumem, de forma simulada, um tipo de deficiência e demonstram para a turma sua experiência. 3) Nível de responsabilidade (accountability level): é o período em que os alunos iniciam a aplicação dos princípios de desenho universal de forma consciente em projetos de baixa complexidade e com o acompanhamento constante dos professores. Nesse nível, é possível utilizar pessoas da comunidade para participar como avaliadores do projeto. 4) Nível de integração (integration level): consiste na aplicação direta dos princípios de desenho universal em projetos de maior complexidade e com acompanhamento moderado dos professores. Os projetos são apresentados em forma de painéis para consumidores reais da comunidade, incluindo pessoas com deficiência e idosos (Chidister et al., 1995 apud Dorneles, 2014, p.123-124).

2) A experiência de Polly Welch e Staton Jones (2001 apud Dorneles, 2014), que apresentaram um modelo baseado em cinco componentes de aprendizado (Figura 3), de modo que os alunos passem do nível de consciência, para o engajamento, integração, e, sejam capazes de projetar de forma inclusiva:

1) Referenciar dados técnicos que informem a adequação entre seres humanos e seus ambientes: o conhecimento de dados técnicos, antropométricos, e códigos e padrões

normativos é essencial, contudo, não garante um senso crítico, político e social sobre assunto. 2) Pesquisar sobre as necessidades dos usuários: os alunos devem familiarizar-se com a literatura existente sobre as necessidades dos diferentes tipos de usuários, de si mesmo e desenvolver um entendimento crítico sobre as diferentes informações. 3) Envolver os usuários no processo de design: esse componente dá apoio e encoraja a criação de inovações e consiste em trazer a prática do projeto participativo para o meio acadêmico. Tal componente permite, ao aluno, ver o mundo a partir da perspectiva de outras pessoas. 4) Desenvolver autoconsciência: o estudante deve compreender como o conhecimento adquirido e sua visão de mundo a partir da ótica do usuário pode influenciar seu projeto. 5) Engajar um senso ético e político: garantir que os estudantes percebam como seu projeto pode ser uma ferramenta para perpetuar o status quo e marginalizar a minoria dos usuários ou não, conforme suas decisões de projeto. O aluno deve compreender a importância social, ética e política da sua forma de pensar o projeto (Welch; Jones, 2001 apud Dorneles, 2014, p.125).

Figura 3 – Cinco componentes para o ensino do DU.



Fonte: Polly Welch e Staton Jones (2001 apud Dorneles, 2014).

Observa-se na figura acima que todos os componentes devem ser atendidos para a criação de espaços inclusivos. Partindo dessas classificações, Dorneles (2014) propõe estratégias de ensino para o DU:

- 1) Estratégias de sensibilização: têm como objetivo conscientizar o estudante da importância da inclusão social no ambiente construído – a partir da apresentação de filmes, vídeos, exercícios de simulação ou vivência.
- 2) Estratégias de compreensão das necessidades dos usuários: objetiva a aproximação do aluno com o usuário real, de forma que possa analisar as reais necessidades dos usuários e compreender as limitações impostas pelo ambiente – a partir do comportamento dos usuários, passeios acompanhados, entrevistas, visitas a associações de PcD, reuniões ou mesas redondas com convidados da comunidade.
- 3) Estratégias de transmissão de conhecimento técnico: o objetivo é repassar para os alunos dados técnicos já pesquisados por outros professores ou pesquisadores na área e presentes nas legislações e normas de acessibilidade – a partir de aulas expositivas, pesquisa e análise de normas e legislações, leitura de livros e artigos científicos, pesquisas em sites, desenvolvimento de tutorial multimídia, checklist de avaliação e assessoramento de trabalhos práticos.
- 4) Estratégias de ação: são as estratégias que buscam com que o acadêmico realize atividades ligadas à prática projetual, incorporando o desenho universal em seus projetos – a partir de seminários de busca de exemplos/referências de espaços universais, seminários para ensinar outras turmas ou até mesmo outros cursos sobre a importância do DU e apresentações projetuais.
- 5) Estratégias de avaliação de projeto e autoavaliação: o objetivo é avaliar o trabalho desenvolvido pelos acadêmicos ou pelos professores – a partir da avaliação feita pelos professores, avaliação realizada por consultores da comunidade ou especialistas e da avaliação realizada pelos alunos.

De forma geral, a autora indica que as estratégias não são aplicadas de maneira isolada, pois se complementam, permitindo um processo de projeto contínuo e até mesmo iterativo, que envolve a descoberta das necessidades dos usuários ao longo do percurso.

3 CONCLUSÃO

A partir da realidade exposta, vislumbra-se um novo cenário para os cursos de AU no Brasil, com novas possibilidades de atuação dos futuros arquitetos e urbanistas; bem como, acredita-se que será fomentada uma maior discussão e compreensão sobre o tema entre o corpo docente das instituições.

Além disso, espera-se que a creditação do DU possa fortalecer a responsabilidade social, ética e ambiental dos futuros arquitetos e urbanistas, a partir de um olhar voltado para as pessoas. E a expectativa é que esse novo desenho de formação tenha êxito, e que aponte na direção de atender a obrigatoriedade legal, mas, sobretudo, que busque atingir o ensino do DU em sua plenitude.

Nessa direção, vale destacar que o DU também traz o conceito de Co-Design, que, segundo Caixeta et al (2021), tem o papel de ampliar a comunicação entre os usuários e os profissionais de projetos, em uma equipe multidisciplinar, para alinhar projeto e necessidades reais dos usuários; e agora é considerado o caminho para implementar o DU, o que indica uma abertura de caminhos para novas pesquisas, dentro da temática aqui discutida.

4 REFERÊNCIAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050/2020: Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: 2020. Disponível em: https://www.cairn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf. Acesso em: fev. 2023
- BAPTISTA, A. H. N. **Proposição da Teoria da Acessibilidade Efetiva com plano de verificação para estruturas de circulação de pedestre**. 2010. Tese (Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano) UFPE, Recife: abril, 2010. 325 p.
- BRASIL. **Brasil Acessível: Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana - Caderno 2: Construindo a cidade acessível**. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, Ministério das Cidades, Brasil: 2006.
- BRASIL. **Brasil Acessível: Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana - Caderno 7: O ensino da acessibilidade nos cursos de arquitetura e urbanismo**. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, Ministério das Cidades, Brasil: 2007.
- BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 948/2019** - Alteração da Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, bacharelado, e alteração da Resolução CNE/CES nº 2, de 24 de abril de 2019, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia, em virtude de decisão judicial transitada em julgado. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2019/128041-pces948-19/file>. Acesso em: fev. 2023.
- BRASIL. **Resolução nº 1, de 26 de março de 2021**. Altera o Art. 9º, § 1º da Resolução CNE/CES 2/2019 e o Art. 6º, § 1º da Resolução CNE/CES 2/2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2021-pdf/175301-rces001-21/file>. Acesso em: fev. 2023.
- BRINGOLF, J. **8 Goals of Universal Design**. Centre for Universal Design Australia. 2018. Disponível em: <https://universaldesignaustralia.net.au/8-goals-of-universal-design-2/>. Acesso em jul. 2024.
- CABE - Commission for Architecture and the Built Environment. **The principles of inclusive design (They include you.)**. London: 2006. Disponível em: <https://www.designcouncil.org.uk/fileadmin/uploads/dc/Documents/the-principles-of-inclusive-design.pdf>. Acesso em jul. 2024.
- CAIXETA, M. C. B. F.; CAMELO, G. H.; FABRICIO, M. M. **Codesign e Arquitetura para a Saúde**. Rio Books: 2021.
- CAMBIAGHI, S. **Desenho Universal: Métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. 2º edição. São Paulo: Editora Senac, 2007.
- DORNELES, V. G. **Estratégias de ensino de desenho universal em cursos de graduação em arquitetura e urbanismo**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). UFSC. Florianópolis, SC, 2014.
- FRAGA, L. P.; PIRES, P. D. Z.; FREITAS, R. C. O. O ensino de Arquitetura Inclusiva no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v.8, e182922, 2022. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1829>. Acesso em: jul, 2024.
- GUIMARÃES, M. P. O ensino de design universal nas universidades. In: PRADO, Adriana R. de Almeida; LOPES, Maria Elisabeth; ORNSTEIN, Sheila Walbe; (orgs.). **Desenho Universal: Caminhos de acessibilidade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010.
- MACE, R. L.; STORY, M. Follette; MUELLER, J. L. **The Universal Design file: Designing for people of all ages and abilities**. Raleigh: North Carolina State University School of Design, 1998.

MAISEL, J.L.; STEINFELD, E.; BASNAK, M.; SMITH, K.; TAUKE, B. **Inclusive Design: Implementation and Evolution**. Pocket Architecture: Technical Design Series. Routledge: London and New York, 2018.

PEREIRA, D. G. **A aplicabilidade do design inclusivo em projetos de design**. Dissertação (Programa de Pósgraduação em Design da PUC-Rio). Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=30055@1>. Acesso em: jul, 2024.

SARMENTO, B. R. **Arquitetura para quem?** Reflexões sobre o conteúdo do design universal e da extensão universitária para a formação e prática em arquitetura e urbanismo. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo). UFPB. João Pessoa, PB, 2023.

STEINFELD, E.; MAISEL, J. L. **Universal Design: Creating Inclusive Environments**. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2012.

ORNSTEIN, S. W. **Desenho Universal: acessibilidade para todos**. Entrevista concedida por Sheila Walbe Ornstein ao Sesi – Serviço Social da Indústria, em 19 de abril de 2011.

TAUKE, B.; STEINFELD, E.; BASNAK, M. Challenges and Opportunities for Inclusive Design in Graduate Architecture. **Universal Design 2014: Three Days of Creativity and Diversity**. H. Caltenco et al. (Eds.) Series Assistive Technology Research Series. Ebook. Volume 35. 419 – 420p. Disponível em: <https://ebooks.iospress.nl/volumearticle/36492>. Acesso em: nov, 2024.

NOTAS

¹ O Parecer MEC/CNE/CES no 948/2019 fixou como obrigatória a implantação da disciplina de Desenho Universal na grade curricular dos cursos de Engenharia, Arquitetura e similares no ano letivo (Brasil, 2019). E a Resolução MEC/CNE/CES no1, de 26 de março de 2021, firma que o conteúdo do Design Universal deve fazer parte do Núcleo I - Conhecimentos de Fundamentação, do curso de Arquitetura e Urbanismo, que também integra as disciplinas: Estética e História das Artes; Estudos Sociais e Econômicos; Estudos Ambientais; Desenho e Meios de Representação e Expressão (Brasil, 2021).

² O nome Ron Mace às vezes é referido como o “Pai do Design Universal”. A última apresentação de Mace, pouco antes de sua morte em 1998, foi na primeira Conferência Internacional sobre Desenho Universal. Mace contraiu poliomielite quando criança e, como usuário de cadeira de rodas, encontrou muitas barreiras para estudar na universidade. No entanto, ele alcançou seu objetivo e tornou-se arquiteto. Depois de praticar convencionalmente por um curto período, ele se tornou um líder em arquitetura acessível. Nos Estados Unidos, Mace contribuiu para o primeiro código de construção acessível, que foi adotado pela Carolina do Norte. Isso levou a outras mudanças políticas e legislativas, incluindo a Lei dos Americanos com Deficiência (ADA). Em 1989 ele criou o Center for Accessible Housing, que se tornou o Center for Universal Design na North Carolina State University. Fonte: <https://universaldesignaustralia.net.au/8-goals-of-universal-design-2/>. Acesso em jul. 2023.

³ Commission for Architecture and the Built Environment (CABE) foi um órgão público executivo não departamental do governo do Reino Unido, criado em 1999, que era responsável por assessorar o governo em arquitetura e desenho urbano. Em 1 de abril 2011 a CABE foi incorporada ao Design Council, que é uma instituição de caridade do Reino Unido, que tem a missão de apoiar um ótimo design para melhorar vidas, sendo fundamental na promoção do conceito de design inclusivo. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Commission_for_Architecture_and_the_Built_Environment. Acesso em: mar. 2023.

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade da autora.

PESQUISA



CONVIVIALIDADE EM ARQUITETURA E DESIGN: Revisão Sistemática da Literatura

CONVIVIALIDAD EN ARQUITECTURA Y DISEÑO: Una Revisión sistemática de la literatura

CONVIVIALITY IN ARCHITECTURE AND DESIGN: A Systematic Literature Review

MELLO, CAROLINA IUVA DE

Doutora em Extensão Rural, Professora do Departamento de Desenho Industrial e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Universidade Federal de Santa Maria, E-mail: carolina.mello@ufsm.br

ACOSTA, PAULA AGNES

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Universidade Federal de Santa Maria, E-mail: paulaacosta@gmail.com

ROMANO, FABIANE VIEIRA

Doutora em Engenharia da Produção, Professora do Departamento de Desenho Industrial e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Universidade Federal de Santa Maria, E-mail: fabiane.v.romano@ufsm.br

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão sistemática da literatura (RSL), conduzida com base no protocolo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), com o objetivo de identificar e analisar de que maneira a convivialidade tem sido abordada em estudos relacionados à arquitetura e ao design. O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados da CAPES e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), contemplando publicações nacionais e internacionais. Ao todo, foram inicialmente identificados 26 trabalhos, que passaram por etapas de triagem e aplicação de critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, resultando na seleção de 11 pesquisas para análise aprofundada. Os resultados evidenciam um crescimento das publicações nos últimos anos, indicando maior interesse pelo tema no campo acadêmico. Observou-se que a convivialidade tem sido associada à participação colaborativa em processos projetuais, à apropriação dos espaços por diferentes sujeitos e ao fortalecimento de vínculos sociais mediados pelo ambiente construído. Além disso, emergem reflexões que aproximam a convivialidade de práticas colaborativas, sustentáveis e orientadas para a promoção da convivência social. Conclui-se que o presente mapeamento contribui para a consolidação da convivialidade como categoria analítica no campo da arquitetura e do design, ampliando o repertório de referências disponíveis e oferecendo subsídios para futuras pesquisas e práticas projetuais comprometidas com modos de habitar mais éticos, inclusivos e sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Convivialidade; Arquitetura; Design; Participação Social.

RESUMEN

Este artículo presenta una revisión sistemática de la literatura (RSL), realizada con base en el protocolo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), con el objetivo de identificar y analizar de qué manera la convivialidad ha sido abordada en estudios relacionados con la arquitectura y el diseño. La búsqueda bibliográfica se llevó a cabo en las bases de datos de CAPES y de la Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones (BDTD), contemplando publicaciones nacionales e internacionales. En total, se identificaron inicialmente 26 trabajos, que pasaron por etapas de cribado y aplicación de criterios de inclusión y exclusión previamente definidos, resultando en la selección de 11 investigaciones para un análisis más profundo. Los resultados evidencian un crecimiento de las publicaciones en los últimos años, lo que indica un mayor interés por el tema en el ámbito académico. Se ha observado que la convivencia se ha asociado con la participación colaborativa en procesos de diseño, la apropiación de espacios por parte de diferentes sujetos y el fortalecimiento de los vínculos sociales mediados por el entorno construido. Además, emergen reflexiones que aproximan la convivialidad a prácticas colaborativas, sostenibles y orientadas a la promoción de la convivencia social. Se concluye que el presente mapeo contribuye a la consolidación de la convivialidad como categoría analítica en el campo de la arquitectura y el diseño, ampliando el repertorio de referencias disponibles y ofreciendo insumos para futuras investigaciones y prácticas proyectuales comprometidas con modos de habitar más éticos, inclusivos y sostenibles.

PALABRAS-CLAVES: Convivialidad; Arquitectura; Diseño; Participación social.

ABSTRACT

This article presents a systematic literature review (SLR), conducted based on the protocol (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), aiming to identify and analyze how conviviality has been addressed in architecture and design studies. The bibliographic search was carried out in the CAPES databases and the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), covering national and international publications. Initially were identified 26 works, which went through screening stages and the application of predefined inclusion and exclusion criteria, resulting in the final selection of 11 studies for in-depth analysis. The results show a growth in publications in recent years, indicating increasing academic interest in the topic. It has been observed that conviviality has been associated with collaborative participation in design processes, the appropriation of spaces by different subjects, and the strengthening of social bonds mediated by the built environment. Furthermore, emerging reflections link conviviality to collaborative and sustainable practices, oriented toward the promotion of social coexistence. It is concluded that this mapping contributes to the consolidation of conviviality as an analytical category in the field of architecture and design, expanding the repertoire of available references and providing inputs for future research and design practices committed to more ethical, inclusive, and sustainable ways of inhabiting.

KEYWORDS: Conviviality; Architecture; Design; Social participation.

Recebido em: 18/09/2025

Aceito em: 22/12/2025

1 INTRODUÇÃO

Presencia-se, na atualidade, as consequências de um mundo movido pela produção acelerada de bens de consumo e pela busca incessante por lucro, o que caracteriza um aumento significativo do impacto da humanidade sobre o planeta Terra, sobretudo a partir da Revolução Industrial. O Antropoceno — termo utilizado por cientistas e pensadores para designar o período em que a ação humana passou a exercer influência decisiva sobre os sistemas naturais — evidencia não apenas a degradação ambiental e as mudanças climáticas, mas também as profundas desigualdades sociais e os modos de vida acelerados e insustentáveis que marcam a contemporaneidade.

Nesse cenário, o conceito de convivialidade surge como alternativa crítica ao modelo dominante de desenvolvimento, centrado na exploração e na aceleração dos processos produtivos. Propõe modos de vida baseados na cooperação, na autonomia e na construção de relações mais equilibradas, por meio de práticas cotidianas sustentáveis, tecnologias apropriadas e ambientes que promovam o bem-estar coletivo, o uso consciente dos recursos e a equidade social.

O termo ganhou relevância especialmente com Ivan Illich (1973), que, em sua obra *Tools for Conviviality*, apresentou uma crítica profunda às instituições modernas e à dependência excessiva das tecnologias, defendendo a autonomia individual e o uso de ferramentas que favoreçam relações humanas mais equilibradas e igualitárias. Autores como Jacques Ellul (1954) e André Gorz (1980) também dialogam sobre questões relativas à produção, à autonomia e à sociedade, oferecendo bases conceituais que fortalecem o debate sobre convivialidade e racionalidade técnica. No campo do *design*, Ezio Manzini (2015) atualiza e expande a noção de convivialidade ao conectá-la a práticas de inovação social, comunidades colaborativas e sustentabilidade, enquanto Victor Papanek (1971) discute o *design* ético, inclusivo e centrado no ser humano em diálogo direto com essa perspectiva.

Quando aplicada à arquitetura e ao *design*, a convivialidade adquire destaque ao reconhecer o papel fundamental desses campos na mediação das relações humanas com o espaço, com o ambiente e entre os indivíduos. Essa perspectiva valoriza a criação de espaços que promovam encontro, troca e colaboração, bem como o uso de materiais acessíveis, sustentáveis e de baixo impacto ambiental, sempre reforçando o cuidado com o território e a preservação dos recursos naturais.

Uma sociedade convivial (ou de convívio) deve ser projetada para permitir a todos os seus membros a ação mais autônoma por meio de ferramentas menos controladas por outros. As pessoas sentem alegria, em oposição ao mero prazer, na medida em que suas atividades são criativas; enquanto o crescimento de ferramentas além de um certo ponto aumenta a regulamentação, dependência, exploração e impotência (Illich, 1973, p. 33, tradução nossa).

Assim, diante da crescente relevância do conceito de convivialidade e das discussões em torno do *design* convivial, esta pesquisa busca responder às seguintes questões: como a convivialidade é tratada na literatura científica no que diz respeito à configuração e ao uso dos ambientes? Qual é a relação entre convivialidade, arquitetura e *design*? Para tanto, realizou-se uma revisão sistemática da literatura, com análise bibliométrica, nas plataformas da CAPES e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), a fim de contribuir com o debate sobre o tema e oferecer um panorama do conceito aplicado à arquitetura e ao *design*. Os objetivos consistem em identificar, mapear e discutir os conceitos e aplicações da convivialidade no campo projetual, considerando aspectos teóricos e práticos. A estrutura do texto apresenta inicialmente a fundamentação teórica sobre convivialidade e suas relações com arquitetura e design, seguida da descrição da metodologia, da análise dos resultados obtidos na revisão e, por fim, das conclusões e implicações para pesquisa e prática projetual.

2 CONVIVIALIDADE E ARQUITETURA: ABORDAGENS TEÓRICAS

O termo proposto por Ivan Illich, no original em inglês — *conviviality* —, tem sido traduzido de diferentes formas para o português, o que gerou variações como "convivial", "convivencial" ou ainda "convivialidade". Embora essas formas coexistam na literatura, todas procuram expressar a mesma ideia central de Illich: a de uma sociedade baseada na cooperação, com autonomia e equilíbrio.

A escolha entre o termo "convivial" e "convivencial" depende, muitas vezes, da preferência do tradutor ou da tradição teórica adotada, mas ambas são compreendidas como equivalentes conceituais no contexto das discussões sobre tecnologia, autonomia e organização social.

Convivialidade é um termo amplamente utilizado na sociologia, mas não tanto no planejamento urbano e *design*. Diversos estudiosos do espaço urbano identificaram uma falta de interação, ausência de vida nas ruas, perda de capital social e diminuição da equidade nos espaços públicos. Vemos isso como uma necessidade de convivialidade (Rodríguez, 2015, p. 314, tradução nossa).

A convivialidade, como exposta acima, surge como um princípio essencial para repensar os espaços. Mais do que uma simples interação entre indivíduos, ela envolve a criação de ambientes que favoreçam o encontro, o compartilhamento e o senso de pertencimento.

O conceito ganhou destaque a partir da obra de Ivan Illich, especialmente com a publicação do livro *Tools for Conviviality*, em 1973, no qual o autor definiu convivialidade como uma alternativa ao modelo industrial e tecnocrático dominante, defendendo ferramentas e estruturas sociais que favoreçam a autonomia, a criatividade e a cooperação entre as pessoas. Para Illich (1973), uma sociedade convivial é aquela em que os indivíduos têm liberdade para interagir, aprender e produzir de forma participativa, sem se tornarem dependentes de sistemas opressivos ou hierarquizados.

Eu escolho o termo 'convivialidade' para designar o oposto da produtividade industrial. Pretendo que isso signifique relações autônomas e criativas entre pessoas, e a relação de pessoas com seu ambiente; e isso em contraste com a resposta condicionada das pessoas às demandas feitas a elas por outros e por um ambiente feito pelo homem. Considero a convivência como uma liberdade individual realizada na interdependência pessoal e, como tal, um valor ético intrínseco [...] (Illich, 1973, p. 24, tradução nossa).

Ainda enquanto prática social e em contextos marcados pelo crescente individualismo e pela mediação tecnológica, a convivialidade propõe uma ética da presença, na qual o estar com o outro adquire centralidade. Além disso, defende que as pessoas devem ter acesso livre ao saber, podendo aprender o que desejarem, no momento em que desejarem, sem depender de estruturas rígidas ou institucionalizadas. Essa liberdade de aprender e de usar as ferramentas de forma autônoma é fundamental para o desenvolvimento da criatividade, do protagonismo e da autonomia individual.

Gorz (1980), por exemplo, faz uma crítica ao produtivismo e apresenta bases para pensar a convivialidade como alternativa: uma sociedade orientada pela autonomia, pela autogestão e pelo uso de técnicas que sirvam ao viver humano e não à maximização da produção. Nas palavras dele,

[...] Sua força reside no fato de que um tipo diferente de sociedade, que abre novos espaços de autonomia, só pode emergir se os indivíduos se propuserem, desde o início, a inventar e implementar novos relacionamentos e formas de autonomia (Gorz, 1980, p. 11, tradução nossa).

Reforçando tal afirmação e já emergindo no campo do *design*, Ezio Manzini (2015) argumenta que o papel do *design* contemporâneo é justamente favorecer práticas sociais orientadas para a autonomia e para novas formas de convivência.

Parece-me que o que precisamos é de uma nova cultura de *design* capaz de captar o profundo sentido de socialidade, ou melhor, das várias formas de socialidade que gostaríamos que fossem produzidas' (Manzini, 2015, p. 172, tradução nossa),

Tal argumentação se justifica visto que "o *design* tornou-se a ferramenta mais poderosa com a qual o homem molda suas ferramentas e ambientes (e, por extensão, a sociedade e a si mesmo)" (Papanek, 1971, p. 14, tradução nossa). Sob essa mesma perspectiva, mais recentemente, Franzato (2024) reforça a influência de Illich no *design* voltado à sustentabilidade e ao *codesign*, afirmando que:

A comunidade de *design* já enfrentou a necessidade de confrontar a lógica da industrialização. No *design* para a sustentabilidade, a comunidade de *design* enfrenta desafios para atingir seus objetivos ao operar no modelo de desenvolvimento atual, que é insustentável (Franzato, 2024, p. 36, tradução nossa).

Dessa forma, a reflexão sobre modelos de desenvolvimento alternativos tem promovido à valorização de abordagens mais participativas e colaborativas no *design*, que buscam não apenas soluções técnicas, mas também relações sociais mais equitativas. Essa perspectiva amplia o entendimento de *design* como prática

social, destacando a importância de ambientes que promovam a interação e a autonomia coletiva. Um *design* convivial busca criar ambientes que favoreçam o encontro, a permanência e a cooperação, atuando como mediador de experiências coletivas. Mobiliários compartilháveis, layouts abertos e elementos flexíveis são exemplos de soluções projetuais que estimulam a interação espontânea e o senso de pertencimento.

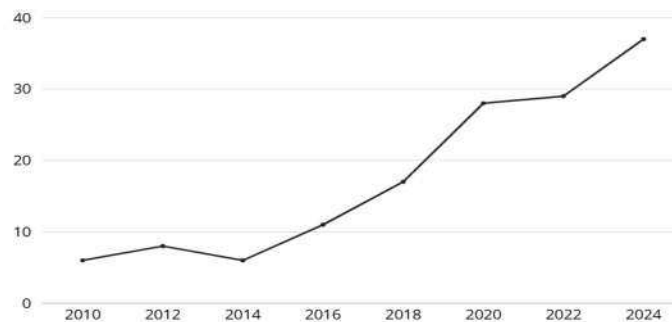
Espaços que propiciam o convívio, a celebração e o lazer são atributos que, argumenta-se, catalisam a interação social potencial; no entanto, são casuais ou fugazes e podem, sem dúvida, ser promovidos em qualquer escala do ambiente construído (Tooley, 2023, p. 168, tradução nossa).

Quando se considera a relação entre arquitetura e aprendizado, Illich ressaltava a importância da conexão entre o indivíduo e o espaço, afirmando que “a qualidade do ambiente e a relação de uma pessoa com ele determinarão o quanto ela aprende incidentalmente” (Illich, 1971, p. 34, tradução nossa).

Thombre e Kapshe (2020) desenvolveram uma tabela que busca relacionar os espaços públicos abertos e conviviais, apresentando exemplos de atividades realizadas nesses espaços, as respectivas percepções (tanto cognitivas quanto emocionais e interpretativas) e os atributos da forma física/construída conviviais correspondentes a cada item tratado. Para as pesquisadoras, “a observação das atividades humanas e a mensuração da percepção humana em relação à convivialidade em um espaço público podem ajudar a determinar o desempenho do ambiente construído” (Thombre; Kapshe, 2020, p. 4387, tradução nossa).

A presença do tema na literatura pode ser ilustrada pela Figura 1, derivada de uma investigação preliminar realizada pelas autoras na plataforma Scopus, que abrangeu o período entre 2010 e 2024 e focalizou dados bibliométricos. Nela, a recorrência da citação do termo por ano revela um número reduzido, porém crescente, de publicações que abordam o conceito de convivialidade relacionado ao ambiente.

Figura 1. Distribuição temporal das citações na Scopus (setembro, 2025).



Fonte: Autoras.

A partir do exposto pode-se afirmar que o espaço construído não deve ser encarado apenas como um cenário passivo das relações humanas, mas como um elemento ativo na construção de experiências significativas e na promoção da convivialidade, reforçando a importância da investigação apresentada a seguir.

3 METODOLOGIA

Este artigo apresenta uma revisão sistemática da literatura sobre a relação entre o conceito de convivialidade, a arquitetura e o *design*. Trata-se de um estudo de natureza descritivo-exploratória que busca apresentar os principais indicadores das publicações acadêmicas que abordam essa relação e se propõe a contribuir para o aprofundamento do tema por meio de uma análise bibliométrica. A partir dessa análise, pretende-se identificar lacunas na literatura e oferecer subsídios para futuras investigações na área, auxiliando na construção de uma visão geral do campo da convivialidade relacionada à arquitetura e ao *design*.

A revisão sistemática segue uma abordagem estruturada, na qual, na etapa de planejamento, foram definidas estratégias de busca — como palavras-chave, recorte temporal, idioma, tipo de estudo e base de dados — e estratégias de triagem, como critérios de inclusão e exclusão. Dessa forma, a presente RSL foi conduzida com base nos princípios do protocolo (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), um conjunto de diretrizes adotado para estruturar e relatar revisões sistemáticas e metanálises com maior rigor. Para tanto, a revisão segue as etapas: i) buscar nas bases de dados os trabalhos usando os

descritores definidos; ii) eliminar duplicatas e realizar uma leitura inicial dos títulos e resumos, aplicar os critérios de inclusão e exclusão, e excluir os trabalhos fora do escopo; iii) realizar a leitura dos textos completos potencialmente relevantes; e iv) selecionar os estudos que serão incluídos no corpo da análise teórica.

Por se tratar de uma revisão de natureza teórica e bibliométrica, não foi aplicada uma ferramenta formal de avaliação da qualidade metodológica dos estudos. A seleção final baseou-se na aderência temática dos textos e na sua relevância conceitual para a discussão proposta.

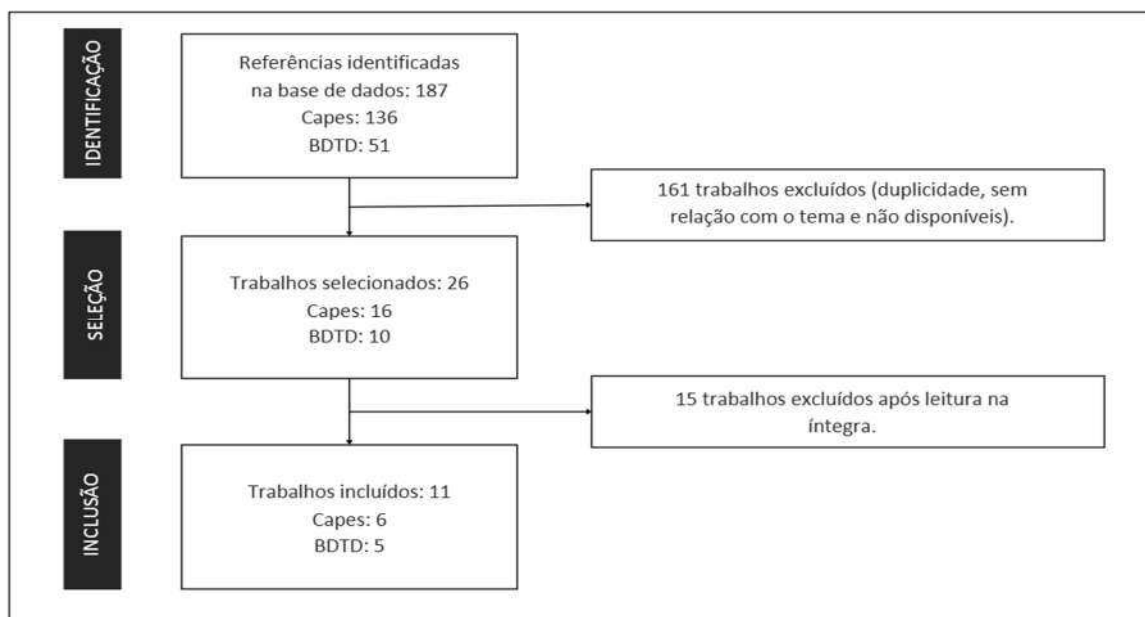
Para a elaboração da *string* de busca, foram utilizados os termos: (*architecture* OR *design*) AND (*conviviality* OR *convivial*), a fim de abranger publicações que tratam tanto da arquitetura quanto do *design*, ampliando assim o escopo da pesquisa e garantindo uma maior variedade de resultados relevantes dentro das áreas correlatas. Na base da CAPES, os filtros de busca consideraram a seleção dos termos em “Qualquer campo”, “Acesso aberto”, “Artigos”, “Últimos 20 anos”, “Inglês, Português e/ou Espanhol” e “Revisado por Pares”. No total, foram identificados 136 artigos. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), os filtros aplicados foram “Acesso aberto” e “Últimos 20 anos”. Foram encontrados 51 trabalhos, no total.

A partir dos trabalhos localizados, procedeu-se à primeira seleção, considerando os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos no protocolo da RSL. Ao final, foram selecionados 16 trabalhos na base CAPES e 10 na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A totalização dos dados resultou em 26 trabalhos, que foram examinados com maior rigor na etapa seguinte.

Assim, conforme os critérios estabelecidos, iniciou-se o processo de inclusão de trabalhos, fundamentado em uma leitura atenta. Os artigos foram lidos integralmente. As teses e dissertações tiveram o resumo, a introdução e as considerações finais analisados de forma completa. Ao final foram selecionados 6 artigos provenientes da plataforma CAPES e 5 trabalhos (teses e dissertações) presentes na BDTD.

O processo de inclusão e exclusão de trabalhos está sintetizado na Figura 2.

Figura 2: Fluxograma de triagem dos trabalhos (setembro, 2025).



Fonte: Autoras.

Concluídas a triagem e leitura dos trabalhos, iniciou-se a fase final, que consistiu na tabulação e análise de suas principais características. Os resultados obtidos são apresentados e discutidos a seguir.

4 DESENVOLVIMENTO

Dentre os 26 trabalhos identificados (16 provenientes da base CAPES e 10 da base BDTD), foram selecionados os 11 que apresentavam maior relevância e alinhamento com o tema central da pesquisa. Eles compuseram uma base consistente para aprofundar a investigação sobre a relação entre convivialidade, arquitetura e *design*, uma vez que abordavam diretamente os conceitos e práticas essenciais ao objeto do

estudo. No Quadro 1 os trabalhos selecionados são listados por ordem cronológica, com seus respectivos autores, títulos e bases em que foram localizados.

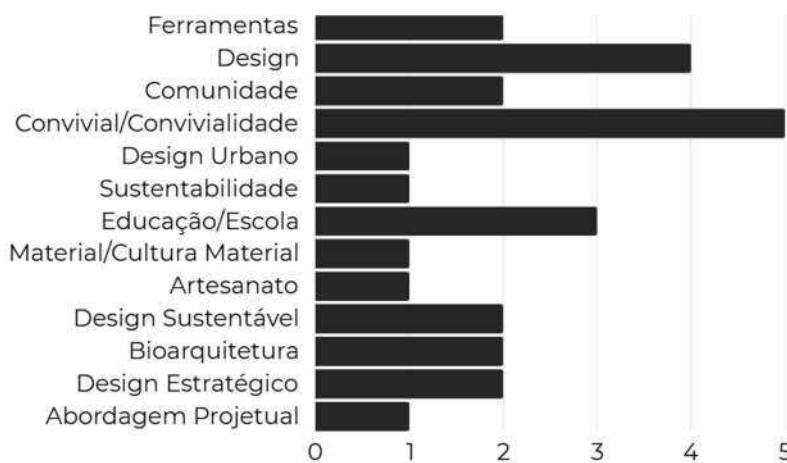
Quadro 1. Ano de publicação, título das obras e nome dos autores (agosto, 2025).

	Ano	Autor(es)	Título	Base
1	2012	MACDONALD, S.	<i>Tools for community: Ivan Illich's legacy</i>	CAPES
2	2013	LÓPEZ, V.; BILBAO, M.; AGUILAR, C.; MORALES, M.; VILLALOBOS, B.; DEL CASTILLO, A.	Monitorear la convivencia escolar para fortalecer (no disminuir) las capacidades de las escuelas	CAPES
3	2015	RODRÍGUEZ, M.; SIMON, M.	Conceptualizing Conviviality in Urban Landscapes	CAPES
4	2017	DA SILVA, J. T.; FARBIARZ, J. L.	Creating from natural materials: Huni Kuin material culture	CAPES
5	2017	MELO, O.	<i>Design/Educação: a convivialidade como território para a discussão do Design da Informação como ferramenta de ensino-aprendizagem escolar</i>	BDTD
6	2018	BUENO, A.	Uma coalizão de <i>design</i> para a transformação social: propondo diálogos estratégicos entre ecossistemas criativos	BDTD
7	2019	ARAÚJO, F.	Espaços culturais e design: tecendo relações com o território por meio de processos participativos	BDTD
8	2020	DA SILVA, J.; DIAS, C.; FARBIARZ, J.	Conviviality and Design: Interaction, Learning and Autonomy	CAPES
9	2021	TERRES, M.	Cartografia de projetos de aprendizagem: uma proposta de abordagem projetual convivial do design estratégico	BDTD
10	2023	PACHECO, J.; DORNELES, V.	A apropriação dos pátios escolares e a importância no cotidiano de seus usuários	BDTD
11	2023	TOOLEY, J.	Conceptualizing Conviviality: An Interior Speculation	CAPES

Fonte: Autoras

Na Figura 3 é possível observar a frequência das palavras-chave utilizadas nos 11 trabalhos selecionados, que envolveram 13 termos. Dentre eles destacam-se como mais frequentes “convivialidade”, “*design*” e “educação/escola”, sugerindo um cruzamento entre questões socioambientais e práticas colaborativas.

Figura 3. Frequência de palavras-chave nos trabalhos analisados (setembro, 2025).



Fonte: Autoras.

Por fim, a partir da leitura qualitativa dos resumos e dos textos completos, foi possível agrupar os trabalhos em quatro eixos temáticos distintos, com base em seus enfoques teóricos, metodológicos e aplicados. O

primeiro reúne produções de caráter conceitual e teórico, dedicadas à discussão do termo convivialidade (Macdonald, 2012; Rodríguez; Simon, 2015; Tooley, 2023). O segundo contempla experiências práticas de projeto, nas quais o conceito de convivialidade orienta decisões espaciais e metodológicas (Araújo, 2019; Terres, 2021; Pacheco, 2023). Já o terceiro eixo se concentra na relação entre convivialidade e educação, reunindo trabalhos que tratam da aprendizagem escolar ou acadêmica (López *et al.*, 2013; Melo, 2017; Da Silva; Farbiarz, 2017; Da Silva *et al.*, 2020). Por fim, o quarto e último eixo aborda a convivialidade como ferramenta de transformação cultural e social, com foco em práticas criativas e comunitárias (Bueno, 2018). O Quadro 2 apresenta os 11 trabalhos selecionados de acordo com cada eixo temático.

Quadro 2. Eixos temáticos de cada trabalho, agosto, 2025.

	Trabalho Acadêmico	Eixo Temático	Justificativa
1	<i>Tools for community: Ivan Illich's legacy</i> (MACDONALD, S.)	Eixo 1 – Abordagens teóricas e conceituais	Discussão teórica sobre a contribuição de Ivan Illich. Explora a convivialidade como legado conceitual.
2	<i>Monitorear la convivencia escolar para fortalecer (no disminuir) las capacidades de las escuelas</i> (LÓPEZ, V.; BILBAO, M.; AGUILAR, C.; MORALES, M.; VILLALOBOS, B.; DEL CASTILLO, A.)	Eixo 3 – Convivialidade e educação	Convivialidade relacionada à dinâmica social na escola/ ambiente de aprendizagem.
3	<i>Conceptualizing Conviviality in Urban Landscapes</i> (RODRÍGUEZ, M.; SIMON, M.)	Eixo 1 – Abordagens teóricas e conceituais	Trabalho teórico-conceitual sobre a relação da convivialidade com o urbano.
4	<i>Creating from natural materials: Huni Kuin material culture</i> (DA SILVA, J.; FARBIARZ, J.)	Eixo 3 – Convivialidade e educação	<i>Design</i> usado como forma de aprender e ensinar práticas culturais (prática educativa intercultural com indígenas).
5	<i>Design/Educação: a convivialidade como território para a discussão do Design da Informação como ferramenta de ensino-aprendizagem escolar</i> (MELO, O.)	Eixo 3 – Convivialidade e educação	Convivialidade como território conceitual para o ensino (espaço, educação e <i>design</i> informacional).
6	<i>Uma coalizão de design para a transformação social : propondo diálogos estratégicos entre ecossistemas criativos</i> (BUENO, A.)	Eixo 4 – Convivialidade como transformação social e cultural	Ênfase em mudança cultural e social por meio do <i>design</i> - convivialidade como ferramenta estratégica para criar ecossistemas criativos.
7	<i>Espaços culturais e design: tecendo relações com o território por meio de processos participativos</i> (ARAÚJO, F.)	Eixo 2 – Aplicações práticas em projetos	Relato de experiência com projeto participativo territorial.
8	<i>Conviviality and Design: Interaction, Learning and Autonomy</i> (DA SILVA, J.; DIAS, C.; FARBIARZ, J.)	Eixo 3 – Convivialidade e educação	<i>Design</i> e aprendizagem autônoma.
9	<i>Cartografia de projetos de aprendizagem: uma proposta de abordagem projetual convivial do design estratégico</i> (TERRES, M. B.)	Eixo 2 – Aplicações práticas em projetos	Apresenta metodologia projetual convivial (ferramenta de projeto).
10	<i>A apropriação dos pátios escolares e a importância no cotidiano de seus usuários</i> (PACHECO, J.; DORNELES, V)	Eixo 2 – Aplicações práticas em projetos	Análise da vivência e apropriação espacial - ambiente escolar como espaço de prática e uso.
11	<i>Conceptualizing Conviviality: An Interior Speculation</i> (TOOLEY, J.)	Eixo 1 – Abordagens teóricas e conceituais	Especulação conceitual; foco na exploração abstrata do termo convivialidade como conceito e método por meio da análise de projetos reais.

Fonte: Autoras.

Quanto às abordagens teóricas, no eixo 1 se observa a contribuição à compreensão teórica da convivialidade em diferentes escalas e contextos.

Convivialidade descreve um tipo de vida social em espaços urbanos. Locais conviviais são caracterizados por serem amigáveis e animados. Locais conviviais promovem a tolerância e a troca mútua de ideias entre as pessoas e os grupos que os habitam (Rodriguez; Simon, 2015, p. 315, tradução nossa).

Essa compreensão, vinculada ao espaço coletivo e às práticas sociais, encontra eco no campo do *design* de interiores, no qual “criar espaços que estimulem tais interações sociais, por mais passivas ou fugazes que sejam, é crucial para a coesão da nossa comunidade e, portanto, esses espaços são considerados no discurso urbano como arenas de vida democrática” (Tooley, 2023, p. 1, tradução nossa).

Se, no plano conceitual, a convivialidade se mostra como um princípio orientador para a criação de ambientes mais inclusivos e colaborativos, é na dimensão prática que sua efetividade pode ser verificada, como ocorre nos trabalhos do eixo 2. Nota-se o “potencial do *design* em integrar campos de conhecimento e promover meios para a participação e colaboração em processos que envolvam a comunidade na potencialização da relação dos espaços culturais com seu território” (Araújo, 2019, p. 15).

Tal perspectiva dialoga com a reflexão de Pacheco e Dorneles (2023), que enfatizam a importância da apropriação cotidiana dos ambientes pelos seus usuários, “a capacidade de atender suas demandas de uso e de autoexpressão, por meio do cuidado, controle, demarcação e personalização” (Pacheco; Dorneles, 2023, p. 143).

Ademais, ao articular os eixos 3 e 4, evidencia-se a relação entre convivialidade, *design* e educação, ressaltando-a como elemento central nas reflexões de Illich. Como reforçam Silva, Dias e Farbiarz (2020, p. 194, tradução nossa), “ele critica fortemente o conhecimento institucional em nossa sociedade e propõe um conhecimento convivial, que tem aprendizagem espontânea e não programada.” Essa crítica implica que arquitetos e designers repensem seus papéis, deslocando-os de uma prática centrada em prescrições formais para uma atuação que valorize a experimentação e os saberes emergentes dos próprios usuários. Tal perspectiva, por fim, encontra ressonância nas reflexões de Silva e Farbiarz (2017):

Hoje em dia, com o mundo tendo cada vez mais influências de *design* vernacular e cada vez mais experiências de *design* participativo e comunitário, o *designer* deve estar ciente da complexidade do tecido cultural que cria o mundo (Silva; Farbiarz, 2017, p. 49, tradução nossa).

Nesse sentido, compreender a convivialidade como horizonte do design significa reconhecer que os processos projetuais deixam de ser apenas um dos agentes de soluções materiais para se tornarem facilitadores de encontros e práticas sociais que valorizam o saber compartilhado e a participação ativa das comunidades.

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo o mapeamento teórico da relação entre convivialidade, arquitetura e *design*. De modo geral, observou-se que o conceito de convivialidade vem sendo associado, em parte da literatura analisada, a práticas que valorizam a coautoria, a apropriação do espaço e a construção de vínculos sociais por meio do ambiente, mas não diretamente ao contexto arquitetônico. Poucos trabalhos exploram a convivialidade como aplicação prática em ambientes projetados, como escolas ou espaços comunitários, o que evidencia uma lacuna a ser preenchida por futuras pesquisas que aproximem o conceito da prática arquitetônica e do cotidiano do ambiente construído.

Além disso, ao sistematizar e mapear a produção existente, este estudo contribui para a consolidação da convivialidade como campo emergente na arquitetura e no *design*. Ao reunir diferentes abordagens, perspectivas teóricas e aplicações práticas, amplia-se a possibilidade de reflexão crítica sobre os modos de projetar e habitar os espaços. Nesse sentido, os resultados apontam a importância de incorporar princípios de convivialidade em projetos reais, seja na criação de ambientes educacionais mais colaborativos, em propostas de habitação coletiva que favoreçam o senso de pertencimento ou em espaços urbanos desenhados para promover encontro, permanência e cuidado com o território.

Por fim, ao identificar lacunas e tendências na produção científica, o estudo oferece subsídios para novas investigações e para o fortalecimento do diálogo interdisciplinar. Conclui-se que a convivialidade constitui não apenas uma perspectiva conceitual, mas também pode tornar-se uma possível ferramenta teórico-

metodológica para orientar práticas projetuais comprometidas com modos de habitar mais éticos, inclusivos e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, F. S. **Espaços culturais e design**: Tecendo relações com o território por meio de processos participativos. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Design, Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.bdt.uerj.br:8443/handle/1/9081>. Acesso em: 16 ago. 2025.
- BUENO, A. C. de P. **Uma coalizão de design para a transformação social**: propondo diálogos estratégicos entre ecossistemas criativos. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Design. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2018. Disponível em: <https://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7135>. Acesso em: 17 ago. 2025.
- ELLUL, J. **The Technological Society**. Tradução de John Wilkinson. New York: Vintage Books, 1954.
- FRANZATO, C. **Toward a Convivial Design**. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology. v. 40, 2024.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GORZ, A. **Farewell to the Working Class: An Essay on Post-Industrial Socialism**. London: Pluto Press, 1980. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=7wxpl7sYYCYC&printsec=frontcover&hl=ptBR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- ILLICH, I. **Deschooling society**. New York: Harper & Row, 1971
- ILLICH, I. **Sociedade sem escolas**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985. 129 p. (Coleção Educação e Tempo Presente, 10).
- ILLICH, I. **Tools for conviviality**. New York: Harper & Row, 1973.
- ILLICH, I. **A convivencialidade**. (Coleção Estudos e Documentos, n. 4116/2148). Tradução de Arsénio Mota. Lisboa: Publicações Europa-América, fev. 1976..
- LÓPEZ, V.; ASCORRA, P.; BILBAO, M. Á; CARRASCO, C.; MORALES, M.; VILLALOBOS, B.; DEL CASTILLO, Á. A. Monitorar la Convivencia Escolar para Fortalecer (No Disminuir) las Capacidades de las Escuelas. **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**, v. 6, n. 2, p. 201–219, 2013. Disponível em: <https://revistas.uam.es/riee/article/view/3413>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- MACDONALD, S. W. Tools for community: Ivan Illich's legacy. **International Journal of Education through Art**, v. 8, n. 2, p. 121–133, maio 2012. Disponível em: https://intellectdiscover.com/content/journals/10.1386/eta.8.2.121_1. Acesso em: 12 ago. 2025.
- MANZINI, E. **Design, when everybody designs**: an introduction to design for social innovation. Cambridge, MA: MIT Press, 2015.
- MELO, O. M. de. **Design/Educação**: a convivencialidade como território para a discussão do Design da Informação como ferramenta de ensino-aprendizagem escolar. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Design. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/jspui/handle/123456789/27586>. Acesso em: 14 ago. 2025.
- MONTESSORI, M. **Mente absorvente**. Tradução de Wilma Freitas Ronald de Carvalho. São Paulo: Nordica, 1987.
- PACHECO, J. A.; DORNELES, V. G. A apropriação dos pátios escolares e a importância para seus usuários. **Revista Projetar – Projeto e Percepção do Ambiente**, v. 9, n. 1, p. 140–155, jan. 2023. DOI: 10.21680/2448-296X.2024v9n1ID32047. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/32047>. Acesso em: 19 ago. 2025.
- PAPANEK, V. **Design for the Real World: Human Ecology and Social Change**. New York: Pantheon Books, 1971. Disponível em: https://monoskop.org/images/f/f8/Papanek_Victor_Design_for_the_Real_World.pdf. Acesso em: 21 ago. 2025.
- RODRIGUEZ, M. B.; SIMON, M. Conceptualizing Conviviality in Urban Landscapes. **Athens Journal of Architecture**, v. 1, n. 4, p. 311–326, Atenas, out. 2015. Disponível em: <https://www.athensjournals.gr/architecture/2015-1-4-4-Rodriguez.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- SILVA, J. T. da; MACEDO DIAS, C.; FARBIARZ, J. L. Conviviality and Design: Interaction, Learning and Autonomy. **DAT Journal**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 190–205, mar. 2020. Disponível em: <https://datjournal.anhembibrasil.com.br/article/view/179>. Acesso em: 22 ago. 2025

SILVA, J. T. da; FARBIARZ, J. L. Creating from natural materials: Huni Kuin material culture. **Strategic Design Research Journal**, v. 10, n. 1, p. 47–56, Jan./Abr. 2017. DOI: 10.4013/sdrj.2017.101.06. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/sdrj/article/view/sdrj.2017.101.06>. Acesso em: 12 ago. 2025.

TERRES, M. B. **Cartografia de projetos de aprendizagem**: uma proposta de abordagem projetual convivial do *design* estratégico. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Design.. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9726>. Acesso em: 18 ago. 2025

THOMBRE, L.; KAPSHE, C. Conviviality as a spatial planning Goal for public open spaces. **International Journal of Recent Technology and Engineering (IJRTE)**, vol. 8 n. 5, jan 2020. Disponível em: <https://www.ijrte.org/portfolioitem/E7038018520/>. Acesso em: 18 ago. 2025

TOOLEY, J. Conceptualizing conviviality: An interior speculation. **Journal of Interior Design**. Vol. 48, n.3, p. 167–173, 2023. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/10717641231178003>. Acesso em: 20 ago. 2025

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade dos autores.

A DIMENSÃO LÚDICA: Desigualdades do direito a brincar em espaços públicos - Freguesia do Ó e Brasilândia (São Paulo)

THE LUDIC DIMENSION: Inequalities in the right to play in public spaces - Freguesia do Ó and Brasilândia (São Paulo)

LA DIMENSIÓN LÚDICA: Desigualdades del derecho a jugar en espacios públicos - Freguesia do Ó y Brasilândia (São Paulo)

FRANCA, JULIANA SANTIAGO DA

Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, juliana.assantiago@gmail.com

ABASCAL, EUNICE HELENA SGUZZARDI

Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, eunicehelenabascal@mackenzie.br

CYMROT, RAQUEL

Mestre em Estatística, Universidade Presbiteriana Mackenzie, raquel.cymrot@mackenzie.br

RESUMO

A dimensão lúdica no meio urbano constitui elemento fundamental na qualificação dos espaços livres das cidades, ao transformar positivamente as experiências cotidianas e valorizar os espaços públicos como territórios privilegiados de práticas sociais e culturais. Quando incorporada a programas, políticas e planos urbanos, a dimensão lúdica urbana contribui para a promoção da diversidade de usos e encontros, além de enriquecer a configuração e o potencial inclusivo dos espaços coletivos. Com base em pesquisa de campo, uma análise estatística identificou características e desafios relacionados ao acesso a espaços urbanos lúdicos voltados à primeira infância (bebês e crianças de 0 a 6 anos), nos distritos da Brasilândia e Freguesia do Ó, zona norte do município de São Paulo. O estudo abrangeu áreas públicas como parques, praças, "Ruas de brincar" e entornos de instituições educacionais e culturais. Os dados apontam que a maioria entre os respondentes da pesquisa são mulheres, com idade entre 25 e 39 anos, pertencentes a grupos de baixa renda e com escolaridade básica. As crianças sob sua responsabilidade acessam majoritariamente espaços privados para o brincar, o que evidencia a insuficiência de espaços públicos e gratuitos voltados ao lazer infantil em áreas periféricas. Tais resultados reforçam a urgência de incorporar a dimensão lúdica de forma transversal ao planejamento urbano, com foco na equidade territorial e no pleno desenvolvimento na primeira infância.

PALAVRAS-CHAVE: dimensão lúdica urbana; redução das desigualdades; primeira infância.

RESUMEN

La dimensión lúdica en el entorno urbano es un elemento fundamental en la cualificación de los espacios libres de las ciudades, al transformar positivamente las experiencias cotidianas y valorar los espacios públicos como territorios privilegiados para las prácticas sociales y culturales. Cuando se incorpora a los programas, políticas y planes urbanos, la dimensión lúdica urbana contribuye a promover la diversidad de usos y encuentros, así como a enriquecer la configuración y el potencial inclusivo de los espacios colectivos. A partir de una investigación de campo, un análisis estadístico identificó características y desafíos relacionados con el acceso a espacios urbanos de juego dirigidos a la primera infancia (bebés y niños de 0 a 6 años) en los distritos de Brasilândia y Freguesia do Ó, en la zona norte del municipio de São Paulo. El estudio abarcó espacios públicos como parques, plazas, "Calles de juego" y los alrededores de instituciones educativas y culturales. Los datos muestran que la mayoría de los encuestados son mujeres, con edades comprendidas entre los 25 y los 39 años, pertenecientes a grupos de renta baja y con escolarización básica. Los niños bajo su responsabilidad acceden mayoritariamente a espacios privados para jugar, lo que pone de manifiesto la falta de espacios públicos gratuitos para el ocio infantil en las zonas periféricas. Estos resultados refuerzan la urgencia de incorporar la dimensión lúdica de forma transversal en la planificación urbana, con un enfoque de equidad territorial y pleno desarrollo de la primera infancia.

PALABRAS-CLAVES: dimensión lúdica urbana; reducción de las desigualdades; primera infancia.

ABSTRACT

The playful dimension in the urban environment is a fundamental element in the qualification of free spaces in cities, by positively transforming everyday experiences and valuing public spaces as privileged territories for social and cultural practices. When incorporated into urban programs, policies and plans, the urban play dimension contributes to promoting a diversity of uses and encounters, as well as enriching the configuration and inclusive potential of collective spaces. Based on field research, a statistical analysis identified characteristics and challenges related to access to urban play spaces aimed at early childhood (babies and children aged 0-6), in the districts of Brasilândia and Freguesia do Ó, in the northern part of the municipality of São Paulo. The study covered public areas such as parks, squares, "Play streets"

and the surroundings of educational and cultural institutions. The data shows that most of respondents are women, aged between 25 and 39, from low-income groups and with basic schooling. The children under their responsibility mostly access private spaces to play, which highlights the lack of free public spaces for children's leisure in peripheral areas. These results reinforce the urgency of incorporating the play dimension across the board into urban planning, with a focus on territorial equity and full early childhood development.

KEYWORDS: urban recreational dimension; reduction of inequalities; early childhood.

Recebido em: 17/08/2025

Aceito em: 01/12/2025

1 INTRODUÇÃO

A dimensão lúdica é fundamental ao desenvolvimento das potencialidades integrais, físicas e intelectuais dos seres humanos, podendo transformar positivamente as vivências infantis da cidade. Essa prática urbana do lúdico é primordial, podendo contribuir e modificar positivamente o cotidiano, ao gerar um forte vínculo com o espaço, como seu meio de expressão. A dimensão lúdica do ser humano é conceituada como uma prática social de co-presença no espaço urbano, onde as trocas intersubjetivas de experiência se relacionam diretamente com a atividade de brincar, consubstanciadas pela ação do corpo em movimento (Aguiar, 2010).

Essas experiências podem contribuir para subsidiar a qualificação dos espaços públicos como meio privilegiado das práticas sociais e culturais. Por meio dessa valorização, e do entendimento de que essa instância pode integrar programas, políticas e planos urbanos, é possível incentivar a diversidade dos encontros na cidade. Este suporte teórico permite compreender e propor novos rumos para o urbanismo, com base no papel desempenhado pelos espaços públicos e áreas livres, indissociáveis dos espaços lúdicos infantis (Dias; Esteves Junior, 2017).

Em sua obra *Homo Ludens*, publicada originalmente em 1938, Huizinga (2019) estabelece relações entre a dimensão lúdica e a cultura, abrindo novas fronteiras para a educação infantil. O autor posiciona essa relação como intrínseca ao desenvolvimento das crianças, e como um meio para a aquisição de linguagem. O filósofo advoga que a dimensão lúdica é um meio potente para a elaboração expressiva e do pensamento lógico. Para ele, o jogo transcende o lazer, sendo um fundamento da cultura humana, definindo o entretenimento bem como a arte, a religião e a vida social.

Ao argumentar que jogar é uma expressão que vai além do entretenimento, é possível definir essa atividade como relacional e dialógica (Barros; Fiorin, 2003), presente nas interações entre os indivíduos e grupos, e nas relações destes com seu tempo-espaço. A vida contemporânea é eminentemente urbana (Glaeser, 2016); é nesse meio em que se vivenciam as diversas relações sociais que conduzem a cotidianidade. Essas vivências dependem da mobilidade em todas as suas expressões; no caminhar até a escola, no encontro com os pares, na experiência de praças e parques, espaços livres e abertos.

Este artigo investiga aspectos da desigualdade de acesso a espaços públicos e a vivências cotidianas da dimensão lúdica, e de como acontece efetivamente a experiência da cidade e dos bairros nas praças, parques, "Ruas de brincar"¹, e nos caminhos diários que levam aos equipamentos educacionais e culturais que integram o dia a dia de crianças e de seus cuidadores. Analisam-se oportunidades lúdicas para crianças e condições de acesso e de permanência a elas e seus cuidadores, com ênfase no período denominado primeira infância do indivíduo², nos distritos de Brasilândia e Freguesia do Ó, Subprefeitura Freguesia-Brasilândia, zona norte de São Paulo. Ao identificar a importância de um urbanismo inclusivo, promotor de potencialidades lúdicas nos espaços públicos, são investigadas as necessidades e as fragilidades do acesso a esses espaços por crianças pequenas, na perspectiva de seus cuidadores e/ou responsáveis.

O lazer é reconhecido como direito social da criança e prioridade absoluta pela família e o Estado, garantido pelo artigo 227 da Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988); o brincar na infância é direito reconhecido institucionalmente desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990, art.16), e endossado pelo Plano Nacional pela Primeira Infância (RNPI, 2020, p.95). Garantir um ambiente lúdico equânime, seguro e acessível nas áreas urbanas para crianças pequenas - grupo social urbano mais vulnerável, dada sua dependência e demanda por cuidados por parte de um adulto responsável - requer espaços promotores dessa atividade essencial, conforme dita o Marco Legal da Primeira Infância (Brasil, 2016, art. 5º e 17º), a Política Estadual pela Primeira Infância do Estado de São Paulo (Estado de São Paulo, 2021, art. 5º) e o Plano Municipal Primeira Infância de São Paulo (Município de São Paulo, 2018b).

A partir de reflexões de alguns autores referenciais, analisam-se potencialidades e características desses espaços públicos e das condições de acesso a eles por crianças e cuidadores, com base em uma pesquisa de campo³. A partir das percepções compartilhadas pelos cuidadores participantes da pesquisa e seus resultados, emergem elementos que podem balizar políticas públicas para uma requalificação dos distritos-

alvo de forma mais ampla e integrada, neles promovendo melhores condições de mobilidade e percursos pedestres, equipamentos coletivos e ofertas de oportunidades, capazes de estimular a dimensão lúdica para a primeira infância.

Para abordar as desigualdades de acesso aos espaços públicos e de lazer na região selecionada, e compreender seu processo de formação e transformação, a metodologia fundamenta-se na evidência de que as aspirações de brincar durante a infância nas regiões mais vulneráveis se revelam de forma intensa, embora na prática, tais áreas da cidade, muitas vezes periféricas, padecem de múltiplas limitações, o que fragiliza o desenvolvimento integral do indivíduo (RNPI, 2020).

A humanização dos espaços urbanos, sob a ótica de Jacobs (2009/1961), Lynch (1977) e Gehl (2015), sustenta as análises dos espaços públicos no território-objeto, trazendo importantes abordagens para se pensar o brincar na cidade. São identificados nas obras destes autores conceitos, condições e atributos que o espaço público pode dispor para incluir aspectos lúdicos na vivência cotidiana de crianças e seus cuidadores, norteando observações obtidas em campo, junto a crianças e cuidadores residentes na Freguesia do Ó e Brasilândia.

Esses distritos são marcados por considerável crescimento populacional e por distribuição desigual de recursos e infraestrutura urbana, conforme consta no Plano Regional da Subprefeitura Freguesia Brasilândia (Município de São Paulo, 2016), o que pode impactar diretamente a disponibilidade, qualidade e acessibilidade a espaços públicos dotados de equipamentos e programas lúdicos para as crianças. O território-alvo revelou potencialidades e características, desafios e lacunas em seus espaços públicos, relativamente à dimensão lúdica voltada à primeira infância. O estudo se concentrou em espaços que, em tese, apresentam elementos que permitem a oferta dessa dimensão: ruas, praças, parques e percursos até equipamentos culturais e educacionais públicos selecionados, como escolas, Centros Educacionais Unificados (CEU's) e Casas de Cultura.

O avanço do artigo se encontra na elucidação de algumas características desses locais, e das aspirações e do imaginário de uma cidade melhor que favoreçam o desenvolvimento de atividades lúdicas para crianças. Destaca-se também pela abordagem que lança luz sobre as percepções dos cuidadores de crianças acerca desses espaços, apresentando preferências e rotinas de cuidado para o público infantil residente numa região vulnerável da cidade de São Paulo, contribuindo para identificar desigualdades espaciais que impactam o brincar.

2 A DIMENSÃO LÚDICA NAS CIDADES

Indo em direção à defesa da vitalidade e diversidade urbana, Jacobs (2009/1961) é uma importante referência para contextualizar a importância da rua para as vivências humanas. A obra destaca a esfera do cuidado e do cotidiano urbano, assim como a dimensão lúdica e sua relação com os espaços da cidade para o desenvolvimento das crianças e acolhimento de seus cuidadores. Segundo a autora, interações diárias nas ruas, praças e calçadas desempenham um papel vital na coesão social e segurança urbana, estendendo-se a todos os grupos sociais.

O conceito de “olhos na rua” permitiu repensar o papel dos espaços públicos, indo além da vigilância e do controle, ao destacar a presença das pessoas no espaço urbano e a responsabilidade compartilhada no ato de cuidar. A intensificação do uso das calçadas como estratégia para a responsabilidade compartilhada no espaço urbano inseriu um questionamento da exclusividade, eficácia e atratividade de *playgrounds* ou equipamentos isolados da vida urbana, destacando que a presença infantil floresce em ambientes urbanos diversificados e apropriados pelos usuários. A vitalidade dos espaços urbanos seria então, sob essa ótica, sustentada pela variedade de frequentadores e a gama de atividades, que garantem não apenas o dinamismo, mas também o interesse contínuo nessas áreas públicas, assegurando sua condição vibrante e convidativa (Jacobs, 2009/1961).

Compreender a essência de lugares populares e atrativos, enraizados na diversidade de usos e atributos do espaço, que podem ser desenvolvidos pelo projeto e o urbanismo, poderia promover uma cidade mais acolhedora, ao prever estratégias específicas e adaptáveis para revitalizar áreas urbanas, e com isso investir e potencializar os espaços voltados às crianças. Uma abordagem da potência lúdica da cidade abrangeria desde a segurança até a manutenção, qualidade e preservação de espaços públicos, livres e abertos e das áreas verdes, evidenciando seu papel na promoção de uma cidade melhor e mais equilibrada, indicando que o acesso à cidade se dá pela oferta equânime de equipamentos e espaços promotores dessa dimensão.

Muitas são as experiências que retratam a importância da dimensão lúdica pelo olhar dos arquitetos e intelectuais. Aldo van Eyck já evidenciava tal preocupação ao conceber, como medida emergencial no contexto pós Segunda Guerra Mundial, os *playgrounds* de Amsterdã, propondo a requalificação de terrenos subutilizados ou abandonados. O primeiro exemplar dessa rede de espaços lúdicos foi implantado em 1947, inaugurando uma abordagem inovadora para o uso do espaço urbano (Rosa, 2013). No contexto brasileiro, Mário de Andrade, enquanto diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo na década de 1930, implementou um projeto extraescolar destinado a crianças pequenas de famílias operárias, os parques infantis, com a mesma preocupação, estimular o brincar das crianças (Arantes *et al.*, 2008).

A preocupação com a qualidade e apropriação do espaço público destinado a crianças e adolescentes foi objeto do projeto *Growing up in Cities* (Lynch, 1977), realizado com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Massachusetts Institute of Technology (MIT). A fim de compreender como se dava o crescimento infantil nas cidades, Kevin Lynch liderou uma pesquisa internacional conduzida em bairros de baixa renda em Varsóvia, Polônia, Melbourne, Austrália, Cidade do México e Toluca, no México e em Salta, na Argentina.

O projeto visava entender as condições em que crianças e adolescentes viviam e se entretinham, que locais frequentavam e com que intensidade, e o que apreciavam ou não na cidade, enfatizando a importância de um desenho urbano inclusivo e participativo. Essa pesquisa apontou as ruas, especialmente aquelas sem saída, como potenciais áreas de recreação próximas às residências, e facilmente acessíveis às crianças. No entanto, a insegurança viária e deficiências de mobilidade representavam obstáculos ao acesso dos pequenos ao entorno imediato de suas moradias.

Foram analisadas causas de inadequação dos espaços públicos e sua possibilidade de acolhimento, apontando que a mera presença de um *playground* podia não ser suficiente para garantir o brincar, uma vez que esse equipamento condicionava ou pré-determinava as brincadeiras, e podia não atender a determinadas faixas etárias, o que sugere que a oportunidade de criar, explorar e influenciar o ambiente é relevante para alcançar um genuíno engajamento das crianças.

A pesquisa reconheceu a importância da realização de escutas para a concepção de espaços urbanos, contribuindo para informar soluções inclusivas e sensíveis às suas necessidades. Entre seus resultados, as meninas enfrentavam restrições maiores para explorar ludicamente a cidade em comparação com os meninos, ressaltando a importância da equidade e inclusão de gênero no acesso ao ambiente urbano. O trabalho iniciado por Lynch (1977), ao observar os ambientes que integram o cotidiano infantil, considerando sua qualidade e identificando problemas e potencialidades, emergiu como um produtivo caminho para mapear espaços com possibilidades lúdicas, e para o reconhecimento de seus limites e pontos positivos.

A obra de Gehl (2015) é também um importante ponto de partida para fundamentar relações entre cidade, criança e dimensão lúdica; ao endossar as ideias de Jacobs, destaca a escala humana e suas especificidades como base para criar espaços acolhedores e voltados às pessoas. No entanto, é importante relativizar e contextualizar os espaços dos quais trata o autor, sem torná-los universais, de modo a pensar essas mesmas questões para o contexto do Brasil e Sul Global, nos quais as vulnerabilidades e desigualdades assomam como variáveis centrais.

Esse autor operou com o conceito de escala humana, relacionando distâncias percorridas, velocidade de percurso e percepção espacial que humanos são capazes de praticar, enfatizando a importância das relações sociais, da mobilidade ativa, da acessibilidade e dos elementos lúdicos na cidade. Destacou que nos movemos no plano horizontal – em contraponto com as grandes construções verticais, e em velocidade reduzida – em contraponto aos automóveis, ônibus e trens. Dessa forma, o caminhar é permeado por ampla gama de percepções sensoriais e interações, e as emoções podem variar de acordo com a distância, o campo visual e o tempo dedicado ao percurso.

Além disso, diferenças do comportamento do corpo no espaço em cada faixa etária adicionam complexidade à compreensão da escala humana: “Uma cidade que convida as pessoas a caminhar, por definição, deve ter uma estrutura razoavelmente coesa que permita curtas distâncias a pé, espaços públicos atrativos e uma variedade de funções urbanas.” (Gehl, 2015, p. 6). É necessário ao indivíduo dispor de um tempo para sentir, ver, perceber a escala manifesta na pequena dimensão, pois deslocamentos ocorrem em ritmos diversos ocupando espaços limitados, estabelecendo condições de proximidade para desencadear vivências e interações cotidianas.

Para Gehl (2015), a segurança e vitalidade urbanas estão ligadas à mobilidade ativa das pessoas e à ocupação dos espaços urbanos, especialmente ao nível dos térreos, no qual as relações sociais florescem.

Ao criticar a macro concepção da cidade, destacou a importância dos "olhos nas ruas" de Jacobs, promovendo encontros, corresponsabilidade no cuidar e participação democrática na vida urbana.

Como defensor da mobilidade ativa, Gehl (2015) destaca os benefícios sustentáveis em caminhar e pedalar, contribuindo para reduzir a poluição ambiental e tornando a cidade mais segura e saudável, características urbanas diretamente relacionadas ao pleno desenvolvimento na infância. Valorizando o componente lúdico na vida urbana, concebe a cidade como espaço potencial para brincadeiras, celebrações e vida saudável, ressaltando a necessidade de tempo e espaço para que festivais, festas de rua, brincadeiras e eventos similares aconteçam nos espaços públicos.

Em *Space to Grow* (id, 2018), dez pontos são apresentados como aptos a tornar os espaços públicos mais acolhedores para crianças: visibilidade, estímulo à curiosidade, contato com a natureza, melhoria dos espaços próximos às residências, condições de apropriação das ruas, responsabilidade coletiva pelas crianças, cocriação, transversalidade nas soluções, aprimoramento contínuo no planejamento e fortalecimento das melhores ideias.

A dimensão lúdica no urbanismo, a partir das considerações realizadas é relevante (Macedo; Petty; Passos, 2005). Um urbanismo que seja inclusivo, diverso e acolhedor, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU, 2025), e com a Agenda 2030 (ONU, 2015) pode contribuir significativamente para o desenvolvimento integral das crianças, orientando-as ao pleno desenvolvimento psicofísico.

A importância de espaços públicos de lazer para as crianças, no contexto urbano e social dos distritos em foco

Menos áreas sombreadas, alta poluição do ar, temperaturas elevadas, insegurança viária e mobilidade prejudicada podem impactar adversamente a qualidade de vida nos espaços públicos para qualquer usuário, especialmente para crianças pequenas em pleno desenvolvimento físico, motor e psicológico (RNPI, 2020). Outro aspecto a ser considerado é a dimensão econômica envolvida: a presença ou não de praças, parques, "Ruas de Brincar" e áreas próximas a escolas e equipamentos culturais, opções de lazer gratuitas para todos.

Quando tais alternativas se tornam difíceis ou inacessíveis, opções de lazer em áreas privativas ou de uso privado inviabilizam o acesso de populações vulneráveis, pelos custos proibitivos e o tempo despendido no deslocamento. O valor do transporte público até uma praça ou parque, as condições de acessibilidade no trajeto, o tempo que se leva até o destino podem inviabilizar o lazer das crianças pequenas em espaços públicos, até mesmo naqueles adequados ao brincar. As crianças e suas famílias, especialmente as mais desfavorecidas, são confrontadas com a desigualdade socioespacial de várias maneiras: o alto custo de vida e o acesso aos serviços urbanos; distribuição desigual dos serviços urbanos; precárias condições do ambiente construído; e desigual distribuição e valor da terra (RNPI, 2020).

A Subprefeitura Freguesia/Brasilândia, que abrange os distritos da Freguesia do Ó e Brasilândia, na zona norte de São Paulo, uma das mais densamente habitadas da cidade, contava com uma população de 380.513 habitantes no ano de 2022 (Município de São Paulo, 2024a). A população de crianças de 0 a 6 anos de idade em 2018 nesta Subprefeitura era de 44.619, o que representaria aproximadamente 12% de sua população.

Para efeito comparativo, a Subprefeitura Freguesia/Brasilândia apresentava em 2022 uma população total próxima de Jundiaí, um município de porte médio com 443.221 habitantes (IBGE, 2022). Considerando somente as crianças, a população infantil da Subprefeitura é comparável ao total de habitantes do município de Paraty, estado do Rio de Janeiro, com 45.243 habitantes, ou outra cidade de pequeno porte (IBGE, 2022).

O território da Subprefeitura Freguesia/Brasilândia enfrenta desafios significativos, como número expressivo de famílias de baixa renda, índice de mortalidade infantil superior à média municipal e alto índice de nascimentos de filhos de mães adolescentes, apresentando-se disparidades entre os distritos, uma vez que Freguesia do Ó evidencia uma oferta de equipamentos urbanos relativamente mais favorável quando comparado à Brasilândia (Município de São Paulo, 2016), este último distrito tem alta densidade construtiva residencial para baixa renda, topografia acidentada, o que o torna de difícil capacidade para abrigar praças e equipamentos urbanos.

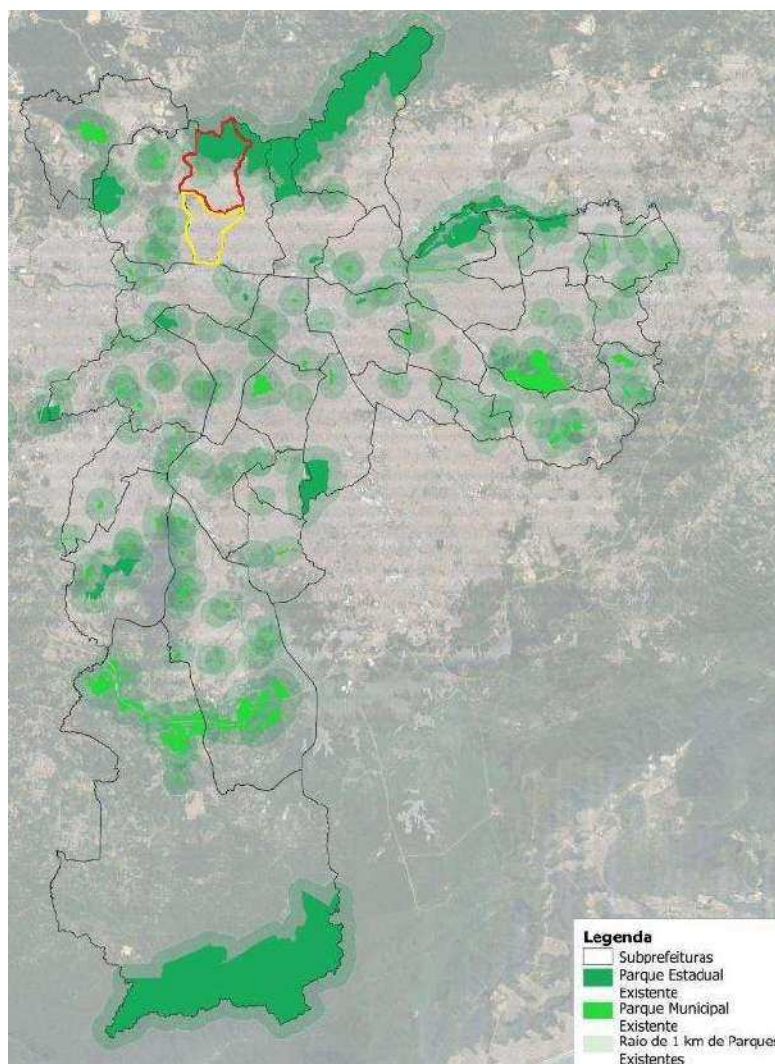
A região enfrenta outras carências estruturais: a rede ciclovária é limitada e esparsa, nota-se a ausência de estações de trem ou metrô e a falta de um terminal urbano de ônibus; a Linha 6-Laranja do metrô, que servirá a população da região, encontra-se em construção, com previsão de operação parcial para o ano de 2026 (Município de São Paulo, 2025b).

Pesquisa realizada pelo Instituto Cidades Sustentáveis e Rede Nossa São Paulo (RNSP, 2024) avaliou os 96 distritos da cidade de São Paulo, considerando indicadores de população, habitação, mobilidade, trabalho e renda, educação, cultura, segurança, saúde, entre outros. No *ranking* geral, o distrito da Freguesia do Ó ficou na 47ª posição com 61,61 pontos, e a Brasilândia na última posição, com 49,3 pontos.

Desde a década de 1970 o processo de ocupação dessa região foi intensificado pela chegada de comunidades vulneráveis que passaram a integrar a paisagem da Serra da Cantareira, Zona Norte de São Paulo. A Subprefeitura abriga uma população desfavorecida, que por falta de alternativas ocupa ilegalmente assentamentos em áreas de risco e de proteção ambiental (Sandeville Junior; Machado, 2005, p. 3).

Os espaços verdes e de lazer, como parques e praças, apresentam-se relativamente escassos, quando se compara Brasilândia e Freguesia sob esse aspecto - contam somente com o Parque Linear Bananal-Canivete, criado pelo Decreto nº 49.607, de 13 de junho de 2008 (Município de São Paulo, 2008) e inaugurado em 2010, com área de 49.666,47m² (Município de São Paulo, 2025a), conforme se vê na Figura 1. Em contraste com essa distribuição de espaços públicos livres e abertos, observa-se, ao norte da região, uma significativa cobertura vegetal, onde áreas de proteção ambiental — sem acesso ao público e desprovidas de função de lazer — enfrentam pressões decorrentes da ocupação urbana precária (Município de São Paulo, 2016).

Figura 1: Mapa de parques urbanos da cidade de São Paulo: em vermelho, o distrito de Brasilândia, e em amarelo, o distrito de Freguesia do Ó.



Fonte: produzido pelas Autoras, adaptado de Município de São Paulo, 2022b.

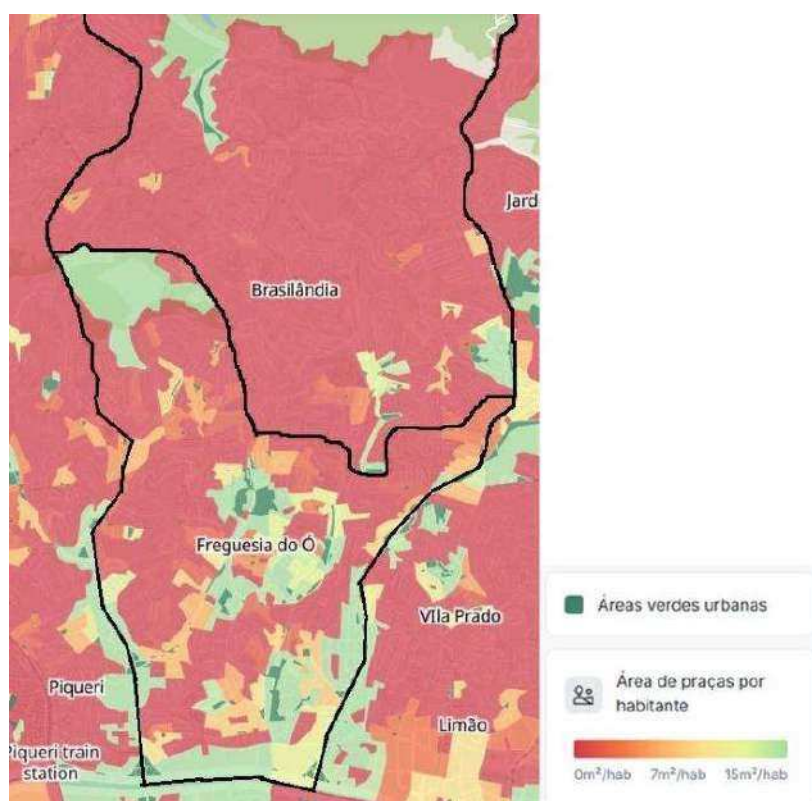
Embora existam grandes áreas de conservação na Subprefeitura Brasilândia-Freguesia, o Parque Linear Bananal-Canivete é o único parque urbano da região. Resultado de parceria entre a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, a Subprefeitura e a SEHAB, o parque tem como objetivo conter o avanço da urbanização

sobre a Serra da Cantareira, recuperar o córrego e suas margens, além de preservar áreas de proteção permanente (Município de São Paulo, 2022a). Localizado na fronteira da parte urbana da cidade com a Serra da Cantareira, o parque desponta como um espaço com potencial para atender todo o território, oferecendo área verde, acessibilidade, atividades coletivas e fomentando iniciativas de economia solidária (Município de São Paulo, 2018a).

O processo de implantação do Parque Bananal Canivete é polêmico; habitações precárias construídas em áreas de risco geotécnico, na encosta ou sobre o córrego do Canivete, foram removidas em 2007, indenizando-se mais de 630 famílias transferidas para a zona Leste, com algum auxílio financeiro (Município de São Paulo, 2018a). A impermeabilização da orla do córrego vem sendo apontada também como limitação, a concentração desse tipo de espaço público junto à franja da Serra da Cantareira, evidenciam a carência de outras intervenções mais sistêmicas e distribuídas nos distritos que o abrigam.

A carência relativa de praças e parques urbanos na região é evidenciada no mapa da Figura 2. O distrito da Brasilândia apresenta, em grande parte de seu território, ausência total de áreas de praças por habitante (0%). Já o distrito da Freguesia do Ó apresenta uma condição relativamente mais favorável quando comparado à Brasilândia, embora ainda disponha de poucas e esparsas áreas verdes urbanas.

Figura 2: Mapa de habitantes atendidos por praças nos distritos de Brasilândia e Freguesia do Ó (% hab/m²).



Fonte: produzido pelas Autoras, adaptado de UrbVerde, 2025.

A área-alvo apresenta também desafios sociais e de segurança, contando com apenas oito “Ruas de lazer” para toda a população da Subprefeitura, de acordo com dados da prefeitura (Município de São Paulo, 2024b). Esta prática, uma solução de baixo custo e de fácil implementação a curto prazo, ainda é uma iniciativa pontual, desconhecida da maior parte da população.

Conforme o “Mapa da Desigualdade” (RNSP, 2024), o distrito de Brasilândia ocupa a pior posição geral e posições bem inferiores em relação aos outros 95 distritos paulistanos em relação a vários quesitos, ocupando a posição 83 em quantidade de população infantil, a posição 86 em favelas, a posição 91 em gravidez na adolescência, a posição 92 em remuneração média mensal do emprego formal e a posição 93 em oferta de emprego formal. Já o distrito da Freguesia do Ó ocupa uma posição intermediária (posição geral 47) em relação aos demais distritos, porém ocupa a posição 85 em mortalidade infantil.

Dados divulgados em 2021 mostraram que com relação ao tema mobilidade, as mortes no trânsito em cada 100 mil habitantes, Freguesia do Ó (5,0) e Brasilândia (4,6) estavam abaixo da média municipal de 6,2. Brasilândia e Freguesia estavam também entre os distritos cujos moradores residiam em um raio de mais de 1 quilômetro de estações de sistemas de transporte público de alta capacidade - trem, metrô e monotrilho.

A vulnerabilidade durante a pandemia da Covid-19 na região também foi preocupante: a Freguesia do Ó (18,2%) apresentou expressiva porcentagem de óbitos por Covid-19 assim como a Brasilândia (19,3%), que ficou acima da média do município (18,3%). (RNSP, 2021).

Apesar dos obstáculos, a região mantém uma cultura dinâmica, com festivais e eventos culturais e comunitários. A Freguesia do Ó é uma das áreas mais antigas da cidade, com uma história cultural rica que remonta ao século XVII. A subprefeitura abriga três CEU's, várias escolas de educação infantil e muitos centros culturais, sendo ainda alvo de programas educacionais como "Território educador" e "Território CEU", liderados pela prefeitura de São Paulo.

A percepção de cuidadores sobre as possibilidades lúdicas de alguns espaços em Brasilândia e Freguesia do Ó

A abordagem metodológica da pesquisa que sustenta este trabalho incluiu uma aproximação empírica que resultou em análises quantitativas (estatísticas) e qualitativas de dados resultantes da aplicação de um questionário aplicado de forma *online* e presencial, entre 20 de setembro e 6 de novembro de 2022 (47 dias).

A questão central que orientou a aplicação do questionário foi: "Qual a importância do brincar na cidade, em espaços públicos ou de uso público, na faixa etária de 0 a 6 anos?" "A cidade e os Distritos-alvo dispõem de espaços livres adequados ao desempenho lúdico das crianças e acolhimento de seus cuidadores?".

Os critérios de participação consistiram em ser cuidador e/ou responsável por crianças de 0 a 6 anos e residir nos distritos Brasilândia/Freguesia do Ó, os quais são integrados por 106 bairros, tais como Brasilândia, Jardim Elisa Maria, Vila Penteado e outros, parte da Subprefeitura Freguesia Brasilândia⁴.

Os respondentes, isto é, os participantes da pesquisa, todos cuidadores de crianças na faixa etária indicada, puderam manter o anonimato, e a eles foram apresentadas 35 questões fechadas – dicotômicas, de múltipla escolha, e de escala de concordância - e que abordaram variáveis de perfil dos respondentes, variáveis de perfil das crianças por eles cuidadas e questões que visavam investigar a adequação ou inadequação dos espaços públicos em questão, e compreender a percepção que os cuidadores possuem sobre as potencialidades da dimensão lúdica dos distritos sob análise. Essa abordagem combinando análise quantitativa e qualitativa proporcionou uma compreensão abrangente das dinâmicas envolvidas nessa interação, contribuindo para uma visão do impacto dos espaços públicos na experiência lúdica das crianças e na percepção dos cuidadores.

O público-alvo foi de cuidadores residentes na área da Subprefeitura Freguesia do Ó/Brasilândia (SUB-FB), indagados sobre os espaços públicos disponíveis que frequentam com as crianças, e procurou identificar o perfil destas, como, quando e onde elas brincam, perguntando se os espaços existentes eram adequados para tais atividades.

Foram abordados na modalidade presencial cuidadores identificados no trajeto até um equipamento educacional e ou cultural presente nos principais percursos realizados por estes e pelas crianças, estes eram então convidados a responder ao questionário nas imediações desses equipamentos urbanos, tais como os três CEU's da Subprefeitura (CEU Paz, CEU CEI Jardim Paulistano e CEU Freguesia-Esperança Garcia), o Terminal Urbano Vila Nova Cachoeirinha, a Diretoria Regional de Educação da Subprefeitura Freguesia-Brasilândia (DRE-FB), a Casa de Cultura Municipal da Freguesia do Ó – Salvador Ligabue, a Escola Municipal de Iniciação Artística (EMIA) Brasilândia, o Centro de Educação Infantil (CEI) Renascer, o CEI INDIR Vila Nina e o CEI Antônio Pereira de Souza Neto.

A pesquisa em campo ocorreu com autorização da DRE-FB. Os respondentes foram abordados pela primeira autora, seguindo rigorosos protocolos de saúde devido à pandemia de Covid-19 (uso de máscara de proteção facial, desinfecção com álcool gel, distanciamento social e comprovante de vacinação da pesquisadora atualizado). O questionário *online* foi disponibilizado aos interessados na pesquisa por meio da plataforma Google Forms, mantendo o anonimato dos respondentes. A modalidade *online* da pesquisa utilizou-se do mesmo questionário aplicado no formato presencial, difundido com o auxílio de redes sociais de grande alcance – "WhatsApp" e "Instagram", bem como difundido por meio de cartazes com *QRcode* autorizados pela DRE-FB, que foram afixados em locais frequentados pelo público-alvo para divulgar a pesquisa.

Ambas as modalidades, presencial e virtual, visaram atingir a meta de 385 respostas do instrumento de pesquisa. Este dimensionamento de amostra se deu baseado no objetivo de se estimar proporções. Adotando-se um nível de significância igual a 5%, um erro para mais ou para menos de 0,05, sendo suposto o pior dos casos, isto é, que esta proporção seja igual a 0,5, o dimensionamento da amostra resultou em um tamanho mínimo de 385 cuidadores (Montgomery; Runger, 2021).

Para posterior análise estatística e sistematização de resultados, os dados coletados a partir das respostas ao questionário foram processados com o auxílio do Minitab® Statistical Software v. 19. Foram realizadas análises descritivas e calculados intervalos de confiança (IC) com 95% de confiança. Para os testes de hipótese realizados, foram adotados níveis de significância α iguais a 5%, sendo rejeitadas as hipóteses cujos níveis descritivos (valores-p) resultaram inferiores a este valor.

3 RESULTADOS

A coleta de dados realizada resultou em 309 respostas, sendo 251 válidas, por atenderem aos critérios de pesquisa: morar na Subprefeitura Freguesia Brasilândia, ter mais de 18 anos de idade e ser cuidador ou responsável por criança de 0 a 6 anos. O tamanho da amostra obtida, inferior ao dimensionamento desta (385) implica que os IC resultaram maiores que o previsto, e que algumas hipóteses podem não ter sido rejeitadas, embora falsas, uma vez que o poder do teste foi um pouco menor que o previsto.

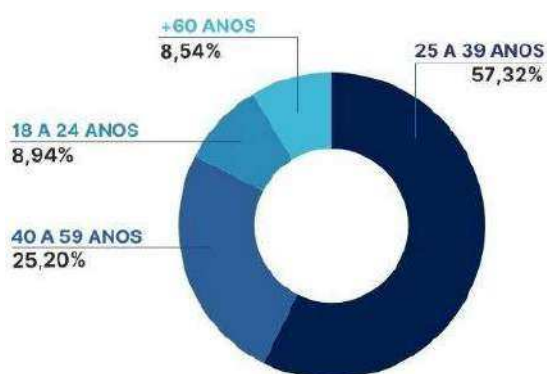
Para a caracterização do perfil dos respondentes, foram realizadas perguntas conforme critério Brasil 2022 (ABEP, 2022). Também foram elaboradas perguntas a fim de caracterizar as crianças cuidadas, e perguntas para obter a percepção dos participantes com relação aos espaços públicos e possibilidades lúdicas na região estudada. Os resultados apresentados estão organizados em três grupos: perfil dos participantes da pesquisa, perfil das crianças cuidadas, e percepção dos espaços públicos para o brincar das crianças.

Perfil dos respondentes

As opções de resposta de idade foram de 18 até 75 anos, sendo a última opção “76 anos ou mais”. A idade dos respondentes variou entre 18 e 68 anos, e a média de idade resultou em 40,24 anos. Conforme mostra o Gráfico 1, 8,94% dos respondentes tinham idade entre 18 e 24 anos; 57,32% de 25 a 39 anos; 25,20% de 40 a 59 anos; e 8,54% tinham 60 anos ou mais. Ressalta-se que menores de 18 anos, por questões éticas, não faziam parte da população alvo da pesquisa.

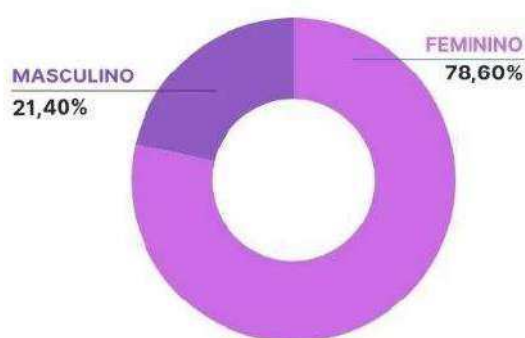
Obteve-se que 78,60% dos respondentes eram do sexo feminino, 21,40% do sexo masculino, e ninguém respondeu “prefiro não informar”, conforme o Gráfico 2. Este resultado vai ao encontro de estatísticas da Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2018), que apontam que o trabalho do cuidador, seja ele de crianças, idosos, pessoas doentes, deficientes, é realizado majoritariamente por mulheres.

Gráfico 1: Idade dos respondentes da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Gráfico 2: Gênero dos respondentes da pesquisa.

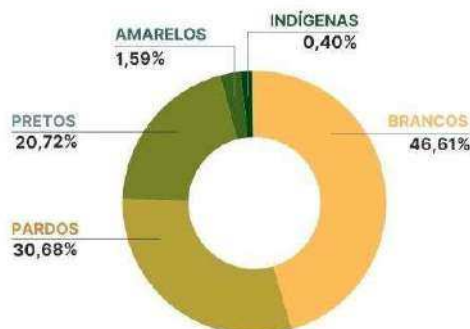


Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Conforme o Gráfico 3, destaca-se a predominância de respondentes que se autodeclararam brancos ou pardos: 46,61% de brancos, 30,68% pardos, 20,72% se declararam pretos, 1,59% de amarelos, 0,40% de indígenas. Apesar da proximidade geográfica entre o Distrito de Brasilândia e a Terra Indígena do Jaraguá, a população indígena não foi adequadamente representada entre os respondentes da pesquisa.

A maioria dos(as) respondentes indicou ter Ensino Fundamental II completo, Ensino Médio incompleto ou completo ou Superior incompleto, conforme o Gráfico 4: 8,43% Pós-graduação incompleta ou completa; 14,06% ensino superior completo; 25,70% ensino médio completo ou superior incompleto; 26,51% Fundamental II completo ou ensino médio incompleto; 19,68% Fundamental I completo ou Fundamental II incompleto; 5,62% analfabetos ou Fundamental I incompleto; sinalizando um perfil de formação no ensino médio dos cuidadores, e que, possivelmente, pessoas com este grau de instrução consistem na maioria dos que se dedicam a atividades de cuidado, na região estudada.

Gráfico 3: Cor dos respondentes da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

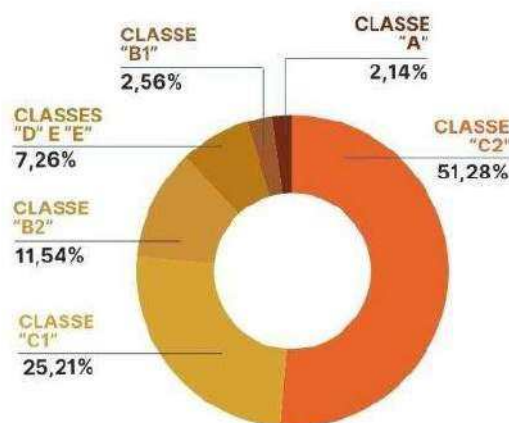
Gráfico 4: Escolaridade dos respondentes da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

De acordo com o Critério de Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2022), a maioria dos respondentes (51,28%) enquadra-se na Classe C2, enquanto a menor parcela pertence à Classe A (2,14%), como no Gráfico 5. Conforme o “Mapa da Desigualdade” (RNSP, 2024), o distrito da Brasilândia ocupa a quinta posição entre os piores indicadores de remuneração média mensal do emprego formal, evidenciando a predominância de baixa renda na população da área estudada, o que se reflete no Gráfico 5. Essa condição socioeconômica pode contribuir para a limitação do acesso dos respondentes a níveis mais elevados de instrução, ou ainda, a baixa escolaridade reforça a presença dessa distribuição de classes sociais.

Gráfico 5: Classe econômica dos respondentes da pesquisa.



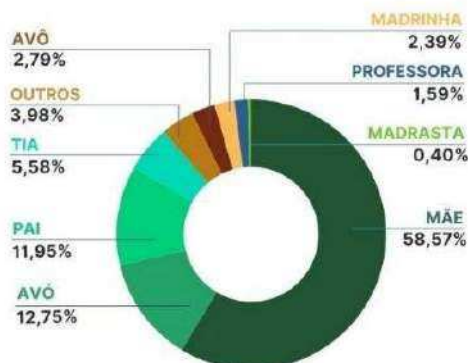
Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Perfil das crianças cuidadas, de 0 a 6 anos de idade

O Gráfico 6 revela que as mães representavam a maioria dos respondentes. Quando somados os valores correspondentes a mães, avós, tias, madrinhas, professoras e madras, ou seja, cuidadoras mulheres, encontra-se um total de 81,28%. Esses dados sugerem um envolvimento significativo de mulheres exercendo papéis relacionados ao cuidado e à educação.

A predominância das mães, avós e professoras como cuidadoras pode indicar uma preocupação e interesse específicos desses grupos em questões relacionadas ao desenvolvimento infantil, o que aponta a importância da escuta de suas perspectivas e experiências ao planejar políticas e intervenções urbanas relacionadas aos espaços de brincar na região da Subprefeitura Freguesia Brasilândia.

Gráfico 6: Parentesco dos respondentes em relação às crianças cuidadas.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

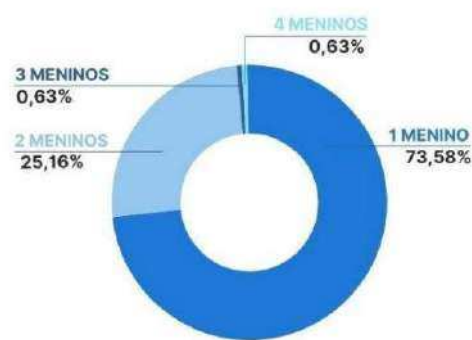
Conforme resultados dos Gráficos 7 e 8, predominaram entre os respondentes da pesquisa uma ou duas crianças de mesmo sexo sob seu cuidado. Esses dados são importantes para compreender necessidades e desafios da estrutura familiar, informando políticas públicas adequadas a tais configurações.

Gráfico 7: Número de meninas de 0 a 6 anos cuidadas.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Gráfico 8: Número de meninos de 0 a 6 anos cuidados.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Ao indagar qual meio de transporte cuidadores usavam para levar a criança à escola, o participante poderia assinalar mais de uma resposta. Metrô e trem não foram assinalados, compatível com a realidade local, na qual ainda não há estações destes modais. Conforme o Gráfico 9, em torno de 20% faziam o trajeto escolar a pé, evidenciando a necessidade de se priorizar as condições de caminhabilidade e segurança viária para crianças pequenas, e investimentos em transporte público e ciclovias.

Gráfico 9: Meio de transporte utilizado até a escola.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

De acordo com os dados do Plano Regional da Subprefeitura (2016), o modo de transporte predominante na Freguesia do Ó era o individual (38,4%), seguido pelo transporte coletivo (33,8%) e pelas viagens a pé (27,8%). Na Brasilândia, por sua vez, verifica-se a predominância do transporte coletivo (44,5%), seguido pelas viagens a pé (35,2%) e pelo transporte individual (20,2%) (Município de São Paulo, 2016). Essas informações mantêm-se compatíveis com os dados apresentados no gráfico analisado, ou seja, a mobilidade na região mudou muito pouco.

A ONG Criança Segura e Data SUS, apontaram que a principal causa acidental de morte de crianças de 0 a 14 anos no país foi atropelamento ou acidentes de trânsito (ONG Criança Segura, 2020). Tal índice de mortalidade vem diminuindo, porém a segurança viária de crianças pequenas ainda é um ponto merecedor de atenção.

A altura média de uma criança de três anos é 95 cm, portanto o que elas veem e experimentam é diferente de um adulto. Elas estão mais próximas do que os adultos dos escapamentos veiculares, de instalações prediais, cestos de lixo, do pavimento e outros detalhes, vivenciando-os mais intimamente em função de suas alturas.

As crianças são menos visíveis aos condutores de carros e caminhões, cujos *designs* muitas vezes não levam em consideração suas alturas nem de outros usuários (Nacto, 2020). Dada a relevância do uso de carro, seguido pelo uso de transporte público de ônibus entre os residentes da Subprefeitura, e levando-se em conta que foi possível observar também as más condições das calçadas e a escassez de ciclovias na área, fica clara a importância de priorizar a segurança viária para pedestres na região.

Em relação aos locais onde as crianças brincam, conforme apresentado no Gráfico 10, verificou-se uma expressiva preferência por espaços privados e fechados. Essa questão permitia múltiplas respostas, sendo as três opções mais assinaladas: dentro de casa, na escola e em brinquedotecas.

Gráfico 10: Onde as crianças brincam.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Os dados indicam que, entre os participantes da SUB-FB, o brincar ocorre majoritariamente em ambientes confinados e construídos, possivelmente em função de fatores ligados à segurança, conforto e à precariedade ou ausência de espaços públicos adequados nas proximidades. As respostas reforçam que áreas públicas, livres e abertas são as menos frequentadas, o que pode estar relacionado à sua escassez, precariedade ou percepção de insegurança. Além disso, sugere-se que, por conveniência dos cuidadores, as crianças tendam a brincar mais em casa e na escola, ambientes onde presumivelmente encontram companhia para interagir.

Com relação aos locais onde as crianças brincam a maior parte do tempo, isto é, nos quais preferencialmente brincam, o Gráfico 11 mostra que na maior parte do tempo elas brincam em sua residência ou na escola. Nota-se que o único parque da região não se mostrou a principal opção de lazer, bem como áreas verdes de outras localidades. Essa preferência por espaços residenciais e escolares pode ser influenciada por diversos fatores, como acessibilidade, segurança e familiaridade. Ressalta-se a importância de investimentos em infraestrutura urbana e espaços públicos adequados para o lazer e recreação infantil, que não apenas promovam atividades ao ar livre, mas que incentivem a interação social e o desenvolvimento infantil saudável.

Em relação à pergunta “Com quem a criança brinca” (com a possibilidade de assinalar mais de uma alternativa), os resultados do Gráfico 12 indicaram que a brincadeira raramente ocorria com pessoas fora do círculo de conhecidos. A opção “sozinho” obteve mais de um quinto das respostas. Ao brincar com outras

crianças, a criança aprende a conviver, compartilhar, negociar, esperar sua vez e respeitar regras. Essas interações constroem as bases para habilidades sociais como empatia, cooperação e resolução de conflitos.

Gráfico 11: Onde as crianças brincam a maior parte do tempo.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Gráfico 12: Com quem as crianças brincam.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Percepção dos espaços públicos para o brincar das crianças

Quanto à importância de brincar na cidade em espaços públicos, conforme aponta o Gráfico 13, 88,36% dos respondentes indicaram ser “essencial” ou “muito importante” brincar na cidade, em espaços públicos. Esse dado contrasta com a informação anterior de que as crianças brincam, preferencialmente, em espaços privados. Quanto aos motivos da importância de brincar na cidade, conforme o Gráfico 14 (com a possibilidade de assinalar mais de uma alternativa), percebe-se a relevante conscientização sobre o direito ao brincar e seus benefícios. O brincar em espaços públicos urbanos promove o sentimento de pertencimento, fortalece vínculos comunitários e estimula o cuidado com o bem comum e com o meio ambiente.

Gráfico 13: Importância de brincar nas cidades em espaços públicos.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Gráfico 14: Motivos da importância de brincar na cidade.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Quando perguntados sobre a importância para as crianças de brincar ao ar livre, junto à natureza, a maioria dos respondentes (94,78%), conforme o Gráfico 15, assinalou ser “essencial” ou “muito importante”. E, como expresso no Gráfico 16 (com a possibilidade de assinalar mais de uma resposta), a maioria assinalou que brincar junto à natureza é um direito. Relativamente a ter com quem brincar, a maioria dos respondentes

(96,77%) assinalou ser “essencial” ou “muito importante” ter com quem brincar (Gráfico 17). A opção “é pouco importante” não obteve respostas. Quanto aos motivos da importância de ter com quem brincar, conforme o Gráfico 18, com a opção de marcar mais de uma alternativa, a opção que obteve quase 90% das escolhas foi ter com quem brincar estimula o convívio, a partilha, a socialização.

Gráfico 15: Importância de brincar ao ar livre e junto à natureza.



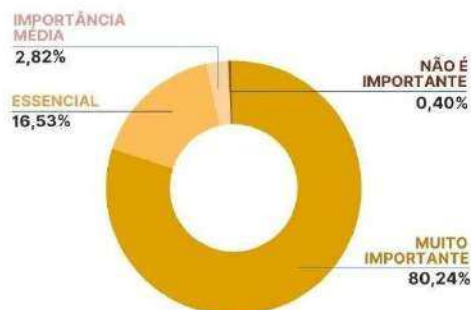
Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Gráfico 16: Motivos da Importância de brincar ao ar livre, junto à natureza.



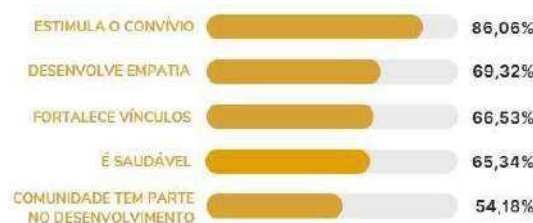
Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Gráfico 17: Importância de ter com quem brincar.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Gráfico 18: Motivos da importância de ter com quem brincar.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Foi disponibilizada aos respondentes uma lista de razões relativas a possíveis da inadequação de seu bairro para brincar, para que informassem a adequação de alguns aspectos listados (podendo ser assinalada mais de uma resposta). Neste quesito a opção mais apontada foi “escassez de praças e parques”, conforme o Gráfico 19.

Gráfico 19: Motivos da inadequação do bairro para o brincar.

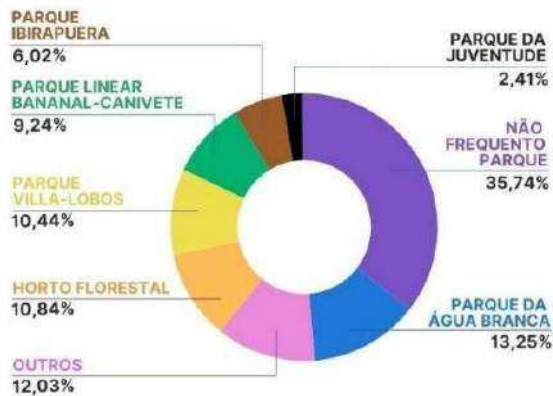


Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Quanto ao parque na cidade de São Paulo que mais frequenta, os respondentes foram convidados a indicar, em uma lista de parques de São Paulo, qual deles era o mais frequentado por eles. Conforme o Gráfico 20, nota-se expressiva parcela que não frequentava parques, e a maioria dos que frequentavam precisavam se deslocar para outros distritos. O único parque da região enfocada na investigação, o Bananal Canivete, apareceu em quarto lugar.

Quanto ao meio de transporte utilizado para chegar ao parque que frequenta (sendo possível assinalar mais de uma alternativa), 37,85% dos participantes responderam que utilizavam “carro” (automóvel) como meio de transporte até o parque, conforme o Gráfico 21. As opções “trem” e “bicicleta” não obtiveram resposta.

Gráfico 20: Parque da cidade de São Paulo que mais frequenta



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Gráfico 21: Meio de transporte até o parque.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Quando perguntados sobre a existência de opções gratuitas de lazer próximas, a alternativa “praça com playground” teve 26,53% de respostas positivas (IC = [21,00%; 32,06%]). Para “Escola aberta⁵” próxima da residência, 21,22% responderam sim, com IC= [16,10%; 26,34%]. Existência de uma “Rua de brincar” próxima teve 6,85% de respostas afirmativas (IC = [3,71%; 10,00%]). Conforme estes dados, conclui-se que opções de lazer sem custo ou necessidade de deslocamento, como as três apontadas, não estão ao alcance da expressiva maioria dos moradores da SUB-FB participantes da pesquisa.

Quanto à participação das crianças em processos de decisão, como agente de escutas para a melhoria dos espaços urbanos, a maioria (54,88%) dos participantes responderam ser “essencial” ou “muito importante” a participação de crianças pequenas em audiências públicas e processos de escuta ativa, quanto às condições e expectativas relativas aos espaços para brincar.

Ao serem questionadas se participaram de audiência pública e/ou processo de escuta sobre necessidades das crianças pequenas nos espaços públicos, 84,74% das pessoas responderam “Não”; 4,42% responderam “sim”; e 10,84% “Não sei informar”. Perguntou-se se a(s) criança(s) cuidada(s) já participou(aram) de audiência pública e/ou processo de escuta sobre o mesmo tema, e 83,47% responderam “Não”; 2,82% “Sim”; e 13,71% “Não sei informar”, evidenciando a baixa participação da população local em tais processos e/ou a falta de oportunidades de participação, embora isso pareça configurar uma aspiração ou ideiação social.

Testes de independência entre pares de variáveis

Após análise descritiva dos dados, foram conduzidos Testes de independência Qui-Quadrado entre diferentes variáveis de interesse. Quando as premissas para sua aplicação não foram cumpridas, houve necessidade de agrupar classes a fim de viabilizar sua utilização.

Os resultados revelaram que tanto respondentes de meia idade quanto idosos consideraram mais ser importante ou de extrema importância o ato de brincar na cidade ($p = 0,013$). Entre os participantes do sexo masculino, a relevância de brincar em espaços públicos na cidade e ter companhia para essa atividade foi proporcionalmente considerada mais importante ($p = 0,002$).

Respondentes com Pós-graduação (completa ou incompleta) ($p = 0,000$) e respondentes pertencentes às classes sociais A ou B ($p = 0,000$) deram maior a ênfase na importância atribuída de brincar em espaços públicos. Ressalta-se que o fato de se atribuir tal importância não implica necessariamente que estas crianças sejam de fato levadas a brincar neste tipo de espaço, reforçando o imaginário social de uma cidade ideal onde os espaços públicos sejam realmente utilizados. Respondentes de estratos sociais mais altos (classes A, B e C1) ($p = 0,000$) e adultos de meia idade ($p = 0,000$) tenderam proporcionalmente mais a indicar que frequentam mais os parques com as crianças, em contraste com respondentes de classes mais baixas e jovens adultos, que proporcionalmente frequentavam menos esses locais.

Os dados apontaram que os respondentes que se autodeclararam brancos ($p = 0,025$), aqueles com Pós-graduação ($p = 0,000$) e os pertencentes às classes sociais A e B ($p = 0,000$), atribuíram, proporcionalmente, maior importância à presença de companhia para a criança durante as brincadeiras. Por outro lado, os respondentes de cor preta indicaram menor relevância nesse aspecto.

Esses resultados podem estar associados à dificuldade de acesso a espaços de lazer na cidade e em especial, nos distritos-alvo, uma vez que aqueles com maior instrução e poder aquisitivo tendem a valorizar mais o ato de brincar em locais públicos, devido ao seu mais fácil acesso e à presença habitual em seu cotidiano. Sugere ainda que pode haver uma valorização cultural maior da vivência pública da cidade (ao menos idealmente) para esses grupos mais favorecidos, ou uma maior facilidade de acesso para esses estratos. Pessoas de classes menos favorecidas e com menor nível educacional enfrentam, em geral, dificuldades em vivenciar a experiência lúdica em espaços públicos, sendo dificultoso reivindicar e/ou compreender a importância de algo que não lhes é acessível.

Quanto às oportunidades de brincadeiras no bairro de residência, respondentes do sexo masculino manifestaram proporcionalmente mais que o local apresenta inadequações para atividades lúdicas ($p = 0,046$). Tanto os indivíduos de meia idade e idosos ($p = 0,032$) quanto os do sexo masculino ($p = 0,040$), indicaram proporcionalmente mais a ausência de uma escola nas proximidades de sua casa.

Cuidadores adultos são o grupo que demonstra maior responsabilidade de levar as crianças para a escola, enquanto idosos representam o menor grupo realizando essa tarefa. Essa discrepância sugere maiores dificuldades e vulnerabilidade dos idosos, além de obstáculos à acessibilidade e mobilidade deste grupo até a escola.

A respeito da participação das crianças em processos decisórios, observa-se que os respondentes com no mínimo Ensino Superior ($p = 0,008$) e pertencentes às classes sociais A, B e C1 ($p = 0,037$) proporcionalmente souberam informar melhor se já haviam participado de audiência pública e/ou processos de escuta sobre as necessidades das crianças pequenas nos espaços públicos.

Respondentes do sexo masculino, proporcionalmente, indicaram mais não saber informar se as crianças que cuida já participaram de audiência pública e/ou processo de escuta sobre as necessidades das crianças pequenas nos espaços públicos ($p = 0,039$).

Proporcionalmente os respondentes com no mínimo Ensino Superior completo indicaram mais ser muito importante crianças pequenas participarem de audiência pública e/ou processo de escuta ($p = 0,009$). Participantes de meia-idade e idosos ($p = 0,000$), assim como indivíduos pertencentes à comunidade preta ($p = 0,000$) e de classes sociais mais baixas (C2, D e E) ($p = 0,044$) indicaram proporcionalmente mais crer na importância da participação de crianças pequenas em audiências públicas ou processos de escuta.

Esses dados sugerem a possibilidade de que os respondentes que atribuíram maior valor a esses processos de escuta possam estar menos representados ou ouvidos nessas instâncias. Além disso, é plausível que esses grupos tenham um conjunto mais substancial de demandas a apresentar durante tais processos, o que pode contribuir para a necessidade de uma maior atenção e consideração das autoridades e tomadores de decisão a respeito dessas questões específicas.

4 CONCLUSÃO

A dimensão lúdica na cidade revelou-se como uma aspiração e consciência fundamentais, uma forma de expressão e imaginário social que valoriza o brincar, incluindo o espaço público possivelmente como parte de um capital simbólico, o qual contraria a efetiva reclusão das crianças em espaços privados, domésticos e institucionais, assim como a experiência de escassez e dificuldades de acesso aos espaços dessa natureza, nos distritos paulistanos estudados. As práticas sociais revelam, para a vida cotidiana, forte vínculo com o espaço urbano, como um meio para a sua expressão identitária.

As contribuições teóricas de Gehl (2015), Lynch (1977) e Jacobs (2009/1961) permitiram compreender as dinâmicas observadas sob diferentes perspectivas. À luz de Gehl, a escala humana e a vitalidade das ruas ainda podem ser fortalecidas: a presença de crianças e cuidadores nos trajetos cotidianos configura um potencial de uso social que favorece o encontro e o brincar. Em diálogo com Jacobs, os usos e fluxos em torno das escolas e equipamentos públicos constitui um ativo urbano que pode gerar vitalidade e segurança, se melhor articulado por políticas públicas. Já Lynch, ao destacar a importância da escuta das crianças e da adequação dos espaços urbanos às suas experiências cotidianas, reforça a necessidade de considerar a qualidade, acessibilidade e caráter inclusivo do ambiente urbano, de modo que as crianças possam criar, explorar e influenciar seus espaços.

Uma conclusão possível deste artigo é que as condições de vida nos distritos de Brasilândia-Freguesia se revelam árduas e conflitantes, fazendo com que a realidade experimentada pelas crianças e cuidadores fique aquém da importância da dimensão lúdica e de sua prática no espaço revelada como aspiração coletiva, como estímulo ao desenvolvimento infantil, e preparando as crianças na vida cotidiana para enfrentarem desafios. As condições de exercício do lúdico nos distritos periféricos em análise permanecem igualmente aquém de suas potencialidades em abrigar essa dimensão, exemplificando dificuldades atravessadas por crianças de baixa renda.

O processo de pesquisa de campo, em especial a análise estatística dos dados coletados, trouxe aportes relevantes. O fato de a pesquisa ter recebido um número de respostas abaixo da meta inicialmente estabelecida implica em um menor poder dos testes de hipótese realizados, podendo outros achados possivelmente interessantes não terem sido detectados. Entretanto os resultados obtidos revelaram aspectos significativos de desigualdade socioespacial nas oportunidades, qualidade e oferta de espaços e equipamentos para o lazer infantil e conforto de cuidadores. Com base na pesquisa realizada, foi possível evidenciar a carência de espaços livres e abertos para o desempenho lúdico das crianças da faixa-alvo, e os desafios do acesso a espaços públicos urbanos de brincar na primeira infância, nos distritos abordados, como parques, praças, “Ruas de Brincar” e áreas próximas a instituições educacionais e culturais.

A pesquisa enfrentou dificuldades na divulgação e aplicação do questionário; apesar de completo, o instrumento era extenso, o que dificultou a participação de cuidadores abordados nos trajetos e nas portas das escolas por questões de tempo disponível. Observou-se também desconfiança, sobretudo entre a população mais vulnerável, quanto aos objetivos e ao uso dos resultados da pesquisa, mesmo com a garantia do anonimato. O formato *on-line* obteve maior adesão dos participantes, e a coleta contou com apoio essencial de gestores da Diretoria Regional de Educação e de equipamentos culturais.

A análise detalhada do perfil dos participantes, das crianças cuidadas e das percepções sobre os espaços públicos da parte dos cuidadores aponta caminhos para políticas públicas e o urbanismo nessa região vulnerável da cidade, visando à promoção do bem-estar infantil e de seus cuidadores. Foram caracterizados aspectos importantes da população e das crianças cuidadas — idade, escolaridade, classe social, percepção de segurança e mobilidade — que revelam elementos essenciais para o planejamento e implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento infantil. Esses elementos incluem a necessidade de ampliar o acesso a espaços livres e seguros, promover a participação ativa de crianças em processos decisórios e fortalecer o apoio às famílias cuidadoras, considerando especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Deve-se considerar nestes resultados a indicação de vulnerabilidades socioambientais e em especial, do grupo da primeira infância (falta de acesso e dificuldades de brincar em espaços públicos), mas também a vulnerabilidade de cuidadores, sobretudo mulheres, sobrecarregadas com tarefas diversas relacionadas ao cuidar – serviço doméstico, provisão de alimentos, e cuidado das crianças.

Sugere-se que apesar de se revelar uma aspiração coletiva quanto às possibilidades de ampliação e aprimoramentos de espaços públicos voltados ao brincar, e à sua importância, na prática as crianças, sobretudo as mais vulneráveis, ainda são mantidas no âmbito privado do lar e da escola, revelando o conflito entre a insegurança urbana, as dificuldades de mobilidade de crianças e cuidadores.

A pesquisa destacou discrepâncias socioeconômicas, evidenciando que grupos de maior renda e educação parecem ter mais acesso e valorizam mais os espaços públicos para o lazer infantil. Por outro lado, comunidades de renda mais baixa e menor escolaridade enfrentam dificuldades significativas para proporcionar às crianças oportunidades adequadas de brincar em espaços públicos.

A necessidade de iniciativas de escuta das demandas infantis, até porque tais oportunidades são escassas, foi assinalada, havendo uma percepção clara da importância dessa participação. A importância de incluir e dar voz a grupos sub-representados em decisões relacionadas aos espaços públicos destinados às crianças fica evidente.

É fundamental considerar perspectivas e necessidades de todos os segmentos da sociedade na formulação de políticas públicas, para que suas vozes sejam ouvidas e contempladas. As descobertas apontam para a necessidade de políticas urbanas específicas, considerando as diferentes realidades, e focando nas comunidades mais vulneráveis. A escassez de espaços públicos adequados para o lazer infantil, especialmente em áreas de baixa renda, indica a urgência de investimentos e melhorias nesses locais.

Há que se ressaltar que a potencialidade da qualificação do entorno dos equipamentos educacionais na SUB-FB está justamente na sua presença expressiva e distribuição territorial, o que favorece intervenções em rede

e em escala. Considerando que os principais planos e projetos voltados à infância se originam na área da educação, há uma oportunidade concreta de replicar boas práticas e promover a integração entre escola, espaço público e comunidade.

Embora os equipamentos culturais e sistema de áreas verdes e espaços livres compareçam em menor número, sua relevância é igualmente fundamental para ampliar o repertório simbólico e as oportunidades de convivência e lazer. A potência do território se amplia pela densidade infantil, pela rede de cuidados e pelo potencial de articulação entre educação, cultura e urbanismo — condições que, se qualificadas, podem transformar o cotidiano das crianças e fortalecer o caráter lúdico da cidade. Entende-se a corresponsabilidade do Estado e da sociedade para as garantias dos direitos das crianças, oferecendo um chamado à ação para formuladores de políticas públicas, urbanistas e líderes comunitários, visando garantir um ambiente urbano mais favorável às crianças e seus cuidadores.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos à CAPES, financiadora da dissertação de mestrado da autora Juliana Santiago da Franca, defendida no PPGAU | UPM em 2023, e que deu bases a este artigo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, D. **Alma espacial**: o corpo e o movimento na arquitetura. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2010.
- ARANTES, A. C. (Org.); HORA, A. V.; SOUZA, E. A.; CARDOSO, N. C. **Mário de Andrade**: o precursor dos Parques Infantis em São Paulo. São Paulo: Phorte Editora, 2008.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA [ABEP]. **Crítério Brasil 2022**. São Paulo: ABEP, 2022. Disponível em: <https://www.abep.org/criterio-brasil>. Acesso em: 20 maio 2022.
- BARROS, D. L. P.; FIORIN, J. L. (Orgs.). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**: em torno de Bakhtin. São Paulo: EDUSP, 2003.
- BRASIL [CF]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 jun. 2025.
- BRASIL [ECA]. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 5 jun. 2025.
- BRASIL [MLPI]. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera outras leis. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 9 mar. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 10 fev. 2025.
- DIAS, M. S.; ESTEVES JUNIOR, M. O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v.19, n.39, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/cm/a/QmYsNQG4LwkY5zNqCVtZg9n/>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei nº 17.347, de 12 de março de 2021**. Institui a Política Estadual pela Primeira Infância de São Paulo. 2021. Diário Oficial do Estado de São Paulo: São Paulo, SP, 13 mar. 2021. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2021/lei-17347-12.03.2021.html>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- GEHL, J. **Cidades para pessoas**. Tradução Anita Di Marco, São Paulo: Perspectiva, 2015.
- GEHL, J. **Space to grow**. Nova York: Gehl Institute, 2018. Disponível em: <https://vanleerfoundation.org/pt-br/publications-reports/space-to-grow-ten-principles-that-support-happy-healthy-families-in-a-playful-friendly-city/>. Acesso em: 02 maio. 2025.
- GLAESER, E. **O triunfo da cidade**. 2. ed. rev. São Paulo: Editora Bei, 2016.
- HUIZINGA, J. **Homo ludens**: O jogo como elemento da cultura. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **IBGE Cidades**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jundiai/panorama>. Acesso em: 15 maio 2025.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Care work and care jobs for the future of decent work**. Geneva: ILO, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms_633135.pdf. Acesso em: 05 jul. 2025.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. (Original publicado em inglês, em 1961).

- LYNCH, K. **Growing up in cities: Studies of the Spatial Environment of Adolescence in Cracow, Melbourne, Mexico City, Salta, Toluca and Warszawa.** Cambridge, Massachussets and London: The MIT Press, UNESCO, 1977.
- MACEDO, L.; PETTY, A. L. S.; PASSOS, N. C. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MONTGOMERY, D. C.; RUNGER, G. C. **Estatística Aplicada e Probabilidade para Engenheiros.** 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2021.
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras:** Quadro Analítico Freguesia do Ó/Brasilândia. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/QA-FO.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 49.607 de 13 de junho de 2008.** Cria e denomina o Parque Linear do Córrego do Bananal/Canivete. 2008. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-49607-de-13-de-junho-de-2008>. São Paulo, 2008. Acesso em: 02 jul. 2025.
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 55.684 de 12 de novembro de 2014.** Confere nova regulamentação à Lei nº 12.264, de 11 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a implantação de áreas de lazer em vias públicas. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-55684-de-12-de-novembro-de-2014#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20C3%89%20vedada%20a,qualquer%20natureza%20ou%20qualquer%20ou>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Lei nº 12.264 de 11 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre a implantação de áreas de lazer no perímetro urbano da Capital, e dá outras providências. São Paulo, 1996. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-12264-de-11-de-dezembro-de-1996>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Linear Bananal-Canivete.** São Paulo, 2025a. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/parques/regiao_norte/24040. Acesso em: 17 jul. 2025.
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Parque do Canivete:** um espaço público inspirador na periferia de São Paulo. São Paulo, 2018a. Disponível em: https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/Canivete_R02.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Parque Linear Canivete:** Estratégia de Requalificação Urbana do Jardim Damasceno. São Paulo, 2022a. Disponível em: https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/Canivete_R02.pdf. Acesso em: 12 jul. 2025.
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL).** São Paulo: SVMA, 2022b. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/projetos_e_programas/284679. Acesso em: 10 out. 2025.
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO [PMPI]. **Plano Municipal Pela Primeira Infância 2018-2030.** 2018b. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2018b. Disponível em: https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Plano_Municipal_pela_Primeira_Infancia.pdf. Acesso em: 21 jun. 2025.
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **População – Dados.** São Paulo, 2024a. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/licenciamento/w/desenvolvimento_urbano/dados_estatisticos/info_cidade/demografia/260265. Acesso em: 27 fev. 2025.
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Primeiro trem da Linha 6-Laranja passa pela Brasilândia e marca novo capítulo na mobilidade da Zona Norte.** São Paulo, 2025b. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/freguesia_brasilandia/w/primeiro-trem-da-linha-6-laranja-passa-pela-brasil%C3%A2ndia-e-marca-novo-cap%C3%ADtulo-na-mobilidade-da-zona-norte. Acesso em: 06 ago. 2025.
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Programa Escola Aberta SP.** 2025c. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/coceu/programa-escola-aberta/>. Acesso em 10 out. 2025.
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Ruas de Lazer.** São Paulo, 2024b. Disponível em: [https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/esportes/2024/Julho/04/RUAS%20DE%20LAZER%20ATIVAS\(ATUALIZADO_JUN2024\).pdf](https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/esportes/2024/Julho/04/RUAS%20DE%20LAZER%20ATIVAS(ATUALIZADO_JUN2024).pdf). Acesso em: 17 jul. 2025.
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Subprefeitura Freguesia Brasilândia.** 2025d. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/freguesia_brasilandia/historico. Acesso em: 12 out. 2025.
- NACTO. **Desenhando Ruas Para Crianças.** New York: Island Press, 2020. Disponível em: <https://globaldesigningcities.org/wp-content/uploads/guides/designing-streets-for-kids-pt.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.
- ONG CRIANÇA SEGURA. **Relatório Institucional 2020.** 2020. Disponível em: <https://criancasegura.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Relatorio-Crianca-Segura-2020.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nova York, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 19 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil.** Nova York, 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 19 jul. 2025.

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA (RNPI). **Plano Nacional Primeira Infância: 2010 - 2022 | 2020 – 2030.** 2. ed., revista e atualizada. Brasília, DF: RNPI / ANDI, 2020. Disponível em: https://nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021_Tabelas.pdf. Acesso em: 05 jul. 2025.

REDE NOSSA SÃO PAULO (RNSP). **Mapa da Desigualdade 2021.** São Paulo, 2021. Disponível em: https://nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021_Tabelas.pdf. Acesso em: 22 abr. 2025.

REDE NOSSA SÃO PAULO (RNSP) **Mapa da desigualdade 2024.** São Paulo, 2024. Disponível em: <https://institutocidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadesaopaulo2024/>. Acesso em: 06 ago. 2025.

ROSA, Marcos. Revisitando os playgrounds de Aldo van Eyck, 1947 | 2011. **Arquitetismo**, São Paulo, ano 07, n. 074.02, Vitruvius, abr. 2013. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitetismo/07.074/4707>. Acesso em: 06 jul. 2025.

SANDEVILLE JUNIOR, Euler; MACHADO, Cecilia Maria de Moraes. **Paisagem e lazer:** representações da metrópole (para os brasileiros de Brasilândia). Rio Claro, 2005. Disponível em: <http://biosphera21.net.br/E-ARQUIVOS/PUBLICACOES/2005-Euler-Sandeville-Cecilia-Angileli-PaisagemeLazer-Brasilia.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

URBAN95. **Ruas de Brincar:** A presença de crianças resgata espaços públicos. Jundiaí, 2022. Disponível em: <https://urban95.org.br/publicacoes/noticias-e-artigos/ruas-de-brincar-a-presenca-de-criancas-resgata-espacos-publicos/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

URBVERDE. **Mapeando um Futuro Inclusivo.** 2025. Disponível em: <https://urbverde.iau.usp.br/>. Acesso em: 14 out. 2025.

NOTAS

¹ “Rua de brincar”, ou “Rua de lazer”, é um termo utilizado para descrever uma rua de tráfego local ou trecho de rua fechada para o trânsito de veículos automotores em intervalos de tempo regulares e/ou dia específico, com a finalidade de estimular o lazer e a brincadeira nos bairros. Muitas cidades dentro e fora do Brasil promovem esta iniciativa (URBAN95, 2022). Na cidade de São Paulo, o programa “Ruas de Lazer” é uma política pública, regulamentada pela Lei no 12.264 (Município de São Paulo, 1996) e Decreto no 55.684 (Município de São Paulo, 2014).

² Período considerado dos 0 a 6 anos do indivíduo, conforme definição do Plano Nacional Primeira Infância (RNPI, 2020, p.19).

³ Este artigo se fundamenta na dissertação de Mestrado defendida no PPGAU FAU-UPM por Juliana Santiago da Franca, intitulada “O LÚDICO URBANO NA FREGUESIA DO Ó E BRASILÂNDIA: QUALIFICANDO O ESPAÇO PÚBLICO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA (1990-2020)”. A aplicação de questionários foi regida por formulários que receberam aprovação do Comitê de Ética da UPM, bem como a aprovação na Plataforma Brasil pelo processo de número 57117622.9.0000.0084. O artigo não é uma síntese da dissertação, mas baseia-se nela.

⁴ Embora administrativamente a Subprefeitura Freguesia do Ó/Brasilândia seja constituída pelos Distritos Freguesia e Brasilândia, utilizou-se para fins de aplicação do questionário de entrevista a expressão “bairro”, semanticamente mais afeita à experiência e percepção dos cuidadores. O distrito da Brasilândia é composto por 41 bairros e o distrito de Freguesia, por 65 bairros (Município de São Paulo, 2025d).

⁵ O termo “Escola Aberta” refere-se a unidades da rede municipal de ensino que, aos fins de semana, passam a funcionar como centros de convivência, lazer, cultura e formação profissional. A proposta tem como propósito fortalecer a inclusão social, incentivar a cultura de paz e ampliar as possibilidades de aprendizagem para estudantes e suas comunidades (Município de São Paulo, 2025c).

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade das autoras.

APROPRIAÇÃO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO PARQUE SANTANA ARIANO SUASSUNA, EM RECIFE/PE

APROPRIACIÓN DE NIÑOS CON DISCAPACIDAD EN EL PARQUE SANTANA ARIANO SUASSUNA, EN RECIFE/PE

THE APPROPRIATION OF CHILDREN WITH DISABILITIES IN SANTANA ARIANO SUASSUNA PARK, IN RECIFE/PE

OLIVEIRA, RAUL PIMENTEL DE

Mestre em Desenvolvimento Urbano (PPGDU/ UFPE). e-mail: raul.pimentel@ufpe.br

SILVA, JOELMIR MARQUES DA

Doutor em Desenvolvimento Urbano (PPGDU/ UFPE). Professor da Graduação em Arquitetura e Urbanismo e da Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco. e-mail: joelmir.marques@ufpe.br

MARTINS, DAYSE LUCKWÜ

Doutora em Desenvolvimento Urbano (PPGDU/ UFPE). Professora da Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco. e-mail: dayse.luckwu@ufpe.br

RESUMO

O brincar é essencial na vida das crianças, por oferecer situações imaginárias e, nesse processo, a exploração do mundo a sua volta. Neste contexto, os parques públicos desempenham um papel significativo no desenvolvimento físico e psicossocial das crianças, por serem locais de encontros, lazer ativo e sociabilidade. Desta forma, objetivou-se com este estudo verificar a prática da inclusão social de crianças com deficiência no Parque Santana Ariano Suassuna, localizado na Cidade do Recife, capital de Pernambuco. A pesquisa seguiu uma abordagem multimétodos, realizada através de procedimentos metodológicos como *walkthrough*, mapeamento comportamental e entrevistas semiestruturadas, aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco. Os resultados obtidos indicaram que a apropriação do Parque Santana por crianças com deficiência é impactada por múltiplos fatores, incluindo barreiras físico-espaciais, limitações sensoriais e aspectos sociais. A observação direta revelou desafios que comprometem o brincar e a interação dessas crianças, como a necessidade de manutenção dos equipamentos e a ausência de sinalizações e adaptações que favoreçam a mobilidade e a segurança. Além disso, a infraestrutura inadequada restringe a exploração do espaço. Os dados também evidenciaram que, mesmo não enfrentando problemas de acessibilidade, os responsáveis relataram dificuldades relacionadas à segurança e socialização, evidenciando que a experiência urbana infantil também é fortemente condicionada pelas suas percepções, que acabam restringindo a autonomia das crianças. Assim, os resultados evidenciaram a necessidade de intervenções que promovam maior acessibilidade, adaptabilidade e inclusão, garantindo um ambiente equitativo e estimulante que transmita segurança aos responsáveis, assegurando a participação social das crianças com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: parques públicos; criança com deficiência; sociabilidade; inclusão.

RESUMEN

La actividad recreativa es esencial en la vida de los niños una vez que ofrece situaciones imaginarias y en este proceso la exploración del mundo que los rodea. En este contexto, los parques públicos desempeñan un papel significativo en el desarrollo físico y psicosocial de los niños, ya que son lugares de encuentro, ocio activo y sociabilidad. De esta manera, se tiene como objetivo de este estudio verificar la práctica de la inclusión social de niños con discapacidad y para ello se propuso un estudio de caso en el Parque Santana Ariano Suassuna, ubicado en la Ciudad de Recife, capital de Pernambuco. La investigación siguió un enfoque de métodos múltiples, realizada a través de procedimientos metodológicos como *walkthrough*, mapeo conductual y entrevistas semiestructuradas y obtuvo aprobación del Comité de Ética de la Universidad Federal de Pernambuco. Los resultados obtenidos permitieron identificar que la apropiación del Parque Santana por parte de los niños con discapacidad está impactada por múltiples factores, incluyendo barreras físico-espaciales, limitaciones sensoriales y aspectos sociales. La observación directa reveló desafíos que comprometen la actividad recreativa y la interacción de estos niños, como la necesidad de mantenimiento de los equipamientos y la ausencia de señalizaciones y adaptaciones que favorezcan la movilidad y la seguridad. Además, la infraestructura inadecuada restringe la exploración del espacio. Los datos también evidenciaron que, incluso sin enfrentar problemas de accesibilidad, los responsables reportaron dificultades relacionadas con la seguridad y la socialización, evidenciando que la experiencia urbana infantil también está fuertemente condicionada por sus percepciones, que terminan restringiendo la autonomía de los niños. Así, los resultados evidenciaron la necesidad de intervenciones que promuevan una mayor accesibilidad, adaptabilidad e inclusión, garantizando un entorno equitativo y estimulante que transmita seguridad a los responsables, asegurando la participación social de los niños con discapacidad.

PALABRAS-CLAVES: parques públicos; niños con discapacidad; sociabilidad; inclusión.

ABSTRACT

Play is essential in children's lives, as it provides imaginary situations and, in this process, the exploration of the world around them. In this context, public parks play a significant role in the physical and psychosocial development of children, as they are places of gathering, active leisure, and sociability. Thus, the objective of this study was to examine the practice of social inclusion of children with disabilities in the Santana Ariano Suassuna Park, located in the city of Recife, capital of Pernambuco. The research followed a multimethod approach, carried out through methodological procedures such as walkthroughs, behavioral mapping, and semi-structured interviews, approved by the Ethics Committee of the Federal University of Pernambuco. The results indicated that the appropriation of Santana Park by children with disabilities is impacted by multiple factors, including physical-spatial barriers, sensory limitations, and social aspects. Direct observation revealed challenges that compromise play and interaction for these children, such as the need for equipment maintenance and the absence of signage and adaptations that support mobility and safety. Furthermore, inadequate infrastructure restricts spatial exploration. The data also showed that, even when not facing accessibility issues, caregivers reported difficulties related to safety and socialization, highlighting that the urban experience of children is also strongly conditioned by their caregivers' perceptions, which end up restricting the children's autonomy. Thus, the results highlighted the need for interventions that promote greater accessibility, adaptability, and inclusion, ensuring an equitable and stimulating environment that conveys safety to caregivers and guarantees the social participation of children with disabilities.

KEYWORDS: public parks; children with disabilities; sociability; inclusion.

Recebido em: 03/05/2025

Aceito em: 01/12/2025

1 INTRODUÇÃO

A infância, fase inicial da vida humana, desempenha um papel crucial no desenvolvimento completo do indivíduo, na qual habilidades essenciais, como a motora e a cognitiva, são adquiridas. Estudos científicos confirmam o rápido desenvolvimento cerebral nesses primeiros anos, sendo altamente sensível aos cuidados e estímulos ambientais (Chagas, 2014). Um dos primeiros estudos sobre a temática, publicado por Mayumi Souza Lima em 1989, intitulado "A Criança e a Cidade", já abordava que as crianças que experimentam um desenvolvimento saudável nessa fase têm maior capacidade de se adaptar a diferentes ambientes, adquirir conhecimentos e alcançar sucesso escolar, pessoal, profissional e econômico, tornando-se cidadãos responsáveis (Lima, 1989).

Neste sentido, o brincar é uma experiência fundamental na infância, reconhecida internacionalmente através da Declaração Universal dos Direitos da Criança, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 1959) em 1959, e na posterior Convenção Sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas em 1989 (ONU, 1989). No Brasil, passou a ser reconhecido pela Constituição Federal de 1988, reafirmada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990), através da Lei nº 8.069/1990 e, posteriormente, num maior direcionamento para as crianças com deficiência, na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Brasil, 2015), mediante a Lei nº 13.146/2015, que enfatiza o brincar como uma prioridade, indicando que cada criança tem o direito de participar de brincadeiras e recreação apropriadas para sua idade. No entanto, embora o brincar ao ar livre ofereça oportunidades de apoio à saúde, ao desenvolvimento e ao bem-estar, ambientes excludentes limitam as oportunidades das crianças com deficiências de participarem desses espaços.

Além disso, existe uma tendência natural da criança com deficiência de permanecerem próximas de seus pais na maior parte do tempo, o que pode resultar em uma aversão ao contato com outras crianças e na dificuldade de relacionarem-se. Parques e outras áreas de recreação desempenham um papel crucial na superação desse desafio, fornecendo um ambiente onde as crianças com deficiência podem conhecer e interagir com novas pessoas, promovendo a sociabilidade (Soltani *et al.* 2018), tornando-se assim, fisicamente mais ativas.

Assim sendo, é fundamental favorecer a interação das crianças nos espaços públicos de forma a possibilitar uma experiência inclusiva. Esses ambientes são considerados elementos intrínsecos à cidade, cujo direito é fundamental para a vida coletiva, visto que a diversidade do espaço permite a expressão da vida urbana (Jacobs, 2003). Enquanto palco essencial para interações sociais e o desenvolvimento infantil, os espaços públicos desempenham um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades para todas as crianças, independentemente de suas limitações físicas ou cognitivas.

Os parques públicos configuram-se como locais de encontro, brincadeiras e socialização infantil, devendo acolher, em igualdade de condições, todas as crianças. Entretanto, a ausência, ou a presença significativamente reduzida de crianças com deficiência, evidencia lacunas importantes na oferta da acessibilidade e na promoção de ambientes acolhedores. Essa situação indica que esses espaços não foram projetados nessa perspectiva, nem posteriormente adaptados de forma adequada e inclusiva.

A carência de infraestrutura adequada, equipamentos adaptados, sinalização precária ou inexistente, entre outras medidas de acessibilidade, contribuem para a limitação e até exclusão da presença das crianças com deficiência. Tal condição perpetua estereótipos e reforça a ideia de que esses espaços não são para elas,

afetando, assim, sua sociabilidade. Isso impacta negativamente a autoestima e o sentimento de pertencimento dessas crianças, que muitas vezes se sentem excluídas e não valorizadas.

Embora pesquisas e estudos demonstrem consistentemente uma correlação positiva entre a disponibilidade de parques públicos e o desenvolvimento físico e mental de crianças, tanto com deficiência quanto sem, é importante destacar que o simples acesso a um parque público não é suficiente para que elas superem as barreiras emocionais e a exclusão social. Para que essas crianças desfrutem plenamente dos benefícios de desenvolvimento proporcionados pelos parques, é essencial que suas instalações sejam acessíveis e inclusivas. Neste contexto, é imperativo aprofundar a investigação de como os parques públicos da cidade acolhem ou não as crianças com deficiência, levando em consideração tanto os aspectos físicos, abrangendo a infraestrutura e a acessibilidade, quanto os aspectos sociais, referentes à interação com seus pares e à construção de suas identidades.

Desse modo, vê-se a importância da apropriação dos espaços livres públicos por crianças com deficiência como um tema de relevância incontestável, diante das crescentes demandas por inclusão e acessibilidade nas áreas urbanas. Na Cidade do Recife, essa questão adquire uma dimensão ainda mais premente, uma vez que a adequação dos parques públicos a essa parcela da população constitui um reflexo direto dos princípios e práticas inclusivas abraçadas pela sociedade contemporânea.

A partir dessas considerações, esta pesquisa objetivou verificar a prática da inclusão social de crianças com deficiência no Parque Santana Ariano Suassuna, localizado na cidade do Recife/PE. Seus objetivos específicos estão pautados em: (i) examinar as dinâmicas e infraestrutura do parque; (ii) analisar o uso, a apropriação e as características das crianças com deficiência que frequentam o parque; (iii) e discutir a percepção dos responsáveis das crianças com deficiência em relação ao ambiente e de que maneira eles influenciam as vivências e experiências das práticas urbanas infantis.

Este trabalho chega em uma boa hora, já que o Parque Santana Ariano Suassuna passou a ser administrado pela iniciativa privada, a partir de março de 2025, por meio de concessão estruturada pela empresa Viva Parques. Inserido em um consórcio de Parceria Público-Privada (PPP), o parque deverá ser requalificado com investimentos que visam aprimorar sua infraestrutura e ampliar suas funcionalidades, mantendo, no entanto, o acesso gratuito à população, conforme estabelece a Lei Municipal nº 18.824/2021 (Prefeitura Municipal do Recife, 2021). Nesse cenário, os dados e reflexões aqui apresentados podem oferecer subsídios importantes para futuras decisões projetuais, contribuindo para que as intervenções contemplem critérios de acessibilidade e inclusão, sobretudo no que diz respeito à vivência de crianças com deficiência, fortalecendo o compromisso com uma cidade mais sensível à diversidade dos seus usuários.

2 A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA E A INCLUSÃO NO BRINCAR

No contexto brasileiro, conforme definido pelo ECA (Brasil, 1990), a categoria da criança, ou infante, abrange indivíduos cuja faixa etária se estende desde o primeiro dia de vida até o término do décimo segundo ano. No entanto, de maneira geral, a capacidade de expressão verbal da criança é adquirida a partir dos dois anos de idade. Suas necessidades e demandas são, na melhor das hipóteses, submetidas a um processo de "filtragem" por parte de adultos responsáveis, como pais, cuidadores, professores, profissionais da saúde, entre outros. De acordo com Dias e Ferreira (2015), de fato, essa manifestação de múltiplas vozes constitui um discurso indireto, no qual é frequentemente desafiador determinar em que medida reflete, genuinamente, a perspectiva do sujeito original – a criança –, em contraposição à influência do adulto que a captura e a reproduz no contexto sociocultural, muitas vezes permeado por motivações de natureza própria.

No processo histórico de construção da infância, foi determinante o desenvolvimento de uma consciência de alteridade das crianças em relação aos adultos e, conseqüentemente, da infância, com base em sua concepção moderna, promovendo a separação do mundo das crianças do mundo dos adultos (Victor *et al.*, 2012). Contudo, para Sarmento (2005, p. 368), paralelamente a essa evolução e com fortes vinculações a esse processo de institucionalização, "desenvolveu-se um trabalho de construção simbólica da infância, [...] enraizado em condições históricas complexas que promoveu, progressivamente, um conjunto de exclusões das crianças do espaço-tempo da vida em sociedade". Tal construção foi sustentada em uma ideia de negatividade da infância, manifestada tanto na terminologia quanto na linguística e jurisprudência relacionadas à criança e a infância, moldadas a partir de elementos de exclusão em detrimento da ênfase nas características que as distinguem ou em seus efetivos direitos de participação.

Porém, essa negatividade da infância é ainda mais acentuada na criança com deficiência, cuja percepção "é dominada pela representação da deficiência, mais do que pela representação da criança como criança, com

suas particularidades eventuais" (Plaisance, 2005, p. 405). Por isso, ainda conhecemos pouco do seu universo.

Trazendo para números estatísticos no contexto brasileiro, de acordo com os dados divulgados em julho de 2023 pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2023), que integra o rol de atividades desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população com deficiência no Brasil é composta por 18,6 milhões de pessoas com idade de 2 anos ou mais, correspondendo a 8,9% da população brasileira. A amostragem indicou ainda que do total de PcD, 3,2% são crianças entre 2 e 9 anos de idade, representando cerca de 595 mil crianças no Brasil que possuem algum tipo de deficiência.

Embora os dados divulgados pelo IBGE (2023) forneçam uma perspectiva relevante sobre a população com deficiência no Brasil, é importante ressaltar que esses números representam uma amostragem e, portanto, podem não refletir integralmente a realidade. A subnotificação é uma questão recorrente nesse contexto, que pode ser explicada devido à ausência de diagnósticos precoces, sobretudo em áreas rurais e regiões com acesso limitado a serviços de saúde e educação, resultando em uma identificação tardia ou insuficiente de deficiências (Lima *et al.*, 2025). Ademais, aspectos culturais e o estigma social associado às deficiências podem levar muitas famílias a não reportarem a condição de seus filhos, ou até mesmo a falta de conhecimento e percepção da condição da criança. Além disso, ainda segundo os autores, os instrumentos de coleta dos dados podem carecer de sensibilidade suficiente para identificar deficiências menos evidentes, como aquelas de natureza intelectual ou relacionadas ao transtorno do espectro autista.

Historicamente, a pessoa com deficiência era vista perante a sociedade como um ser incapaz, e a medicina a considerava como pessoa doente, logo, acreditava-se que não tinha condições ideais de viver em sociedade, o que acabava limitando-a a ficar em casa e sem o direito assegurado de seus momentos de lazer (Sassaki, 1997). Nesse sentido, direitos foram sendo adquiridos ao longo da história. No ano de 1990, o direito ao lazer foi conquistado para todas as crianças e adolescentes, experiência fundamental para o desenvolvimento infantil saudável. Com a institucionalização do ECA, em seu Artigo 71 (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990), "a criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento" (Brasil, 1990). Mas foi com a promulgação da LBI que esses direitos foram garantidos especificamente para as pessoas com deficiência, no seu Artigo 42, onde diz que "a pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas" (Brasil, 2015).

Diante de tais direitos adquiridos, é importante destacar que o ato de brincar na infância desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento infantil, abrangendo aspectos que incluem o estímulo à curiosidade, o desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas, sociais e linguísticas, bem como a ampliação da concentração. De acordo com Vygotsky (2007), a brincadeira infantil envolve a exploração de relações imaginárias e ilusórias, relacionadas a desejos inatingíveis, sem um motivo específico para o brincar, uma vez que, nas crianças, as experiências lúdicas são difundidas em tendências afetivas gerais, transcendendo a singularidade de um objeto ou atividade particular. Esse processo lúdico possibilita à criança a apropriação do mundo circundante, impulsionando a expansão de seu universo interno. Dessa forma, o brincar assume um caráter fundamental na formação de valores e princípios que orientarão a vida da criança, transmitindo normas de convivência social, como respeito, lealdade e consciência da própria dignidade e da dignidade alheia.

Por isso, é essencial compreender as necessidades da criança e identificar os estímulos eficazes para colocá-la em movimento. No brincar, a criança aprende a agir em uma esfera visual externa, influenciada por suas motivações e tendências internas. É por meio da brincadeira que as palavras ganham concretude, pois a criança começa a compreender o significado dos conceitos e objetos. Na situação imaginária da brincadeira, surgem as primeiras manifestações de emancipação da criança em relação às restrições situacionais. Segundo Vygotsky (2007), ao brincar, a criança segue o caminho do menor esforço, fazendo aquilo que gosta, pois o brincar está ligado ao prazer. Ao mesmo tempo, ela aprende a enfrentar desafios, subordinando-se a regras e, conseqüentemente, renunciando ao que ela quer.

Para crianças com deficiência, o brincar assume uma relevância acrescida, uma vez que promove a inclusão ao facilitar a interação com seus pares sem deficiência. Além disso, o brincar oferece às crianças com deficiência uma plataforma para demonstrar suas capacidades, frequentemente obscurecidas por sua condição (Encarnação e Saridaki, 2019). O ato de brincar também desempenha um papel crucial no fortalecimento da autoestima e autoconfiança, combatendo o fenômeno do desamparo aprendido, fazendo também parte das terapias de reabilitação e, assim, estimulando o desenvolvimento psiconeuromotor (Ackerman, 2018).

Pesquisadores a exemplo de Marilda Bruno (1993), Mara Syaulis *et al.* (2010) e Enicéia Mendes (2013), que estudam o desenvolvimento de crianças com deficiência, apontam para a importância de criar e manter espaços físicos acolhedores, que sejam adequados às necessidades dessas crianças, além de estimulantes e desafiadores. Proporcionar esse ambiente, no entanto, pode se tornar uma tarefa árdua quando se trata de crianças com deficiência, demandando, na maioria das vezes, intervenções especializadas. Essas intervenções incluem a orientação dos familiares, a adaptação de situações e espaços físicos, e a investigação e uso de técnicas atualizadas. Uma proposta de ambientação adequada busca acolher a criança de forma integral, considerando as múltiplas e simultâneas influências que o ambiente pode exercer em seu desenvolvimento (Mendes, 2013).

Ao compreender o brincar como um direito universal e elemento central no desenvolvimento infantil, se reconhece que sua prática está diretamente relacionada à qualidade e às características do ambiente onde ocorre. Para crianças com deficiência, essa relação é ainda mais evidente, uma vez que suas vivências e interações são influenciadas tanto pelas condições físicas e sociais dos espaços quanto pela forma como esses ambientes promovem ou restringem a inclusão. Assim, a reflexão sobre o brincar e suas especificidades conduz, naturalmente, a uma análise mais ampla das dinâmicas de uso e apropriação dos espaços públicos, considerando as múltiplas dimensões que compõem a experiência urbana.

3 A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

A área que trata das relações ambiente-usuário é conhecida como psicologia ambiental. Nesses estudos, os lugares ganham sentidos reais com sentimentos reais, construídos a partir da experientiação diária e sua ligação afetiva aos ambientes, e de maneira recíproca, uma vez que o ambiente é resultado da ação do indivíduo (Gifford, 2007). Trazendo sua aplicabilidade para o universo da arquitetura e urbanismo, Ribeiro (2009) diz que o principal ponto de reflexão sobre a psicologia ambiental surgiu perante a necessidade da criação de ambientes perceptíveis ao homem, valorizando as aspirações humanas em sua linguagem ambiental, assim, dando sentido aos lugares através do apego às memórias vivenciadas no ambiente.

Para Castello (2007), essa vivência do espaço através de memórias experienciadas pode determinar a diferença entre espaço e lugar. Para os habitantes de determinada cidade, um parque público pode assumir a condição de lugar devido a aspectos históricos e culturais. No entanto, para um turista, pode configurar-se apenas como mais um espaço de lazer. Corroborando esse pensamento, Tuan (1979) afirma que o espaço seria como um papel em branco onde se poderia imprimir qualquer coisa ou significado; já o lugar, seria algo mais íntimo, humanizado, capaz de representar significados para quem o vive; seria como a dimensão do mundo vivido e das vivências cotidianas das pessoas, um espaço dotado de valores simbólicos, tanto para indivíduos como para grupos sociais.

Partindo desse pressuposto, tem-se que o espaço livre público permite que a população se aproprie da cidade, construa sua identidade e viva em sociedade. Em cidades com diversos espaços públicos e de qualidade, os cidadãos frequentemente se orgulham de sua identidade local, pois “a animação e a variedade atraem mais animação: a apatia e a monotonia repelem a vida. E esse é um princípio crucial [...] para o desempenho social das cidades.” (Jacobs, 2003, p. 75). Dessa forma, emerge a ideia de que o espaço público é um direito fundamental dos cidadãos em relação à cidade. Tal fato permite a reconstrução dos direitos à associação, à identidade e à polis, e implica o respeito pelo direito do outro a esse mesmo espaço, promovendo não apenas a necessidade de um local de encontro, mas também um ambiente em que a tolerância e a coexistência pacífica sejam fomentadas através da diversidade.

Autores como Kliass (1993), Sá Carneiro e Mesquita (2000), Tate e Eaton (2015) definem que os parques urbanos são espaços públicos que tem como uma das funções primordiais, a recreação. Logo, configuram-se como locais de convivência e interação na sociedade, devendo ser democráticos e oferecer iguais possibilidades de utilização por toda e qualquer pessoa. Neste sentido, podemos afirmar que a acessibilidade é um aspecto fundamental para garantir a inclusão de todas as pessoas nesses espaços. Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2020), a acessibilidade é entendida como “a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos” por todas as pessoas. A acessibilidade é, através da mobilidade, um processo gerador da liberdade individual. Segundo Bittencourt (2001), este processo é baseado no modo como as pessoas, em condições físicas normais ou sob efeito de limitações variadas, podem vivenciar o ambiente construído de forma plena e completa, possibilitando à sociedade a participação nas atividades e, desta forma, garantindo sua cidadania e sua inclusão.

No contexto infantil, para Stainback e Stainback (1999, p. 178) a inclusão significa “o processo de criar um todo, de juntar todas as crianças e fazer com que aprendam juntas. A inclusão objetiva ajudar as pessoas a reconhecer e apreciar os dotes únicos que cada indivíduo traz para uma situação ou comunidade”. O processo de inclusão social é uma luta constante das minorias em prol da efetivação do princípio da equidade, que garante a todos os cidadãos os mesmos direitos e as mesmas oportunidades, respeitando as diferenças e levando em consideração a diversidade humana e suas especificidades.

E foi com essa premissa que as Nações Unidas, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), realizada no ano de 2016, em Quito, Equador, desenvolveu a Nova Agenda Urbana, um marco global que estabelece um compromisso de desenvolvimento sustentável das cidades. Uma de suas metas prevê que as cidades e aglomerados urbanos:

sejam participativos; promovam o compromisso cívico; criem sentimentos de pertença e apropriação entre todos os seus habitantes; priorizem espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, amigáveis para as famílias; fortaleçam interações sociais e intergeracionais, expressões culturais e participação política de forma adequada, e propiciem coesão social, inclusão e segurança em sociedades pacíficas e plurais, nas quais as necessidades dos habitantes são satisfeitas, reconhecendo-se as necessidades específicas dos que se encontram em situações vulneráveis (Nações Unidas, 2017, p. 5).

Em consonância com essa perspectiva, a Agenda de Desenvolvimento Sustentável estabelece, por meio do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 11, a meta de “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (Nações Unidas, 2015, p. 18), incluindo como uma meta específica, o compromisso de “até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verde, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência” (Nações Unidas, 2015, p. 30).

Além do objetivo nº 11, a Agenda de Desenvolvimento Sustentável tem outros objetivos relacionados a qualidade de vida das crianças com deficiência, como o objetivo nº 10, de “Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”, onde determina que, até 2030, tem como dever “empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência [...]” (Nações Unidas, 2015, p. 30); e o objetivo nº 16, de “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”, garantindo “a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis” (Nações Unidas, 2015, p. 30).

Sendo assim, no que tange às pessoas com deficiência, faz-se necessário normas que viabilizem a igualdade de direitos, cabendo a sociedade se reorganizar para oferecer e garantir o acesso da pessoa com deficiência ao convívio social. No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publicou, em 1985, a primeira versão da NBR 9050, que estabelece normas de acessibilidade em edificações e mobiliário urbano. Desde então, a norma foi objeto de revisões em 2004, 2015 e 2020, refletindo a ampliação do debate técnico e social sobre o direito à cidade e à inclusão espacial. Atualmente em sua quarta edição, a NBR 9050 tem sua aplicabilidade reforçada pelo Decreto Federal nº 5.296/2004, consolidando sua relevância no ordenamento jurídico e urbanístico nacional. Com a criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência em 2015, o direito à acessibilidade foi ampliado, abrangendo desde espaços físicos até a comunicação e informação, garantindo o uso seguro e autônomo dos espaços urbanos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Presidência da República, 2015, Art. 3º, Inciso I). Contudo, a NBR 9050 ainda carece de recomendações específicas para *playgrounds*, apontando uma lacuna na inclusão de crianças com deficiência nesses espaços.

Assim, para que os parques e outras tipologias de espaços públicos de recreação possam ser realmente inclusivos, é fundamental que o planejamento urbano contemple a usabilidade e a acessibilidade a partir dos princípios do desenho universal, promovendo a participação plena de todos os indivíduos. Isso envolve tanto a adaptação física dos espaços quanto a criação de ambientes que incentivem a convivência, o brincar e a interação social de forma equitativa, permitindo que todos possam aproveitar os benefícios dos espaços públicos.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

De forma a alcançar o objetivo proposto, o processo metodológico possui caráter qualitativo, já que, segundo Minayo (2001, p. 14), a pesquisa qualitativa trabalha “com o universo de significados, motivações,

aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Logo, trata-se de um estudo da relação pessoa-ambiente onde é necessária certa aproximação do pesquisador com os sujeitos, em um contato mais direto.

A escolha dos procedimentos metodológicos utilizados teve como norte os princípios do método da Avaliação Pós-Ocupação, que se caracteriza como “uma série de métodos e técnicas que diagnosticam fatores positivos e negativos do ambiente no decorrer do uso [...] levando em consideração o ponto de vista dos próprios avaliadores, projetistas e clientes, e também dos usuários” (Romero e Ornstein, 2003). Portanto, fez-se uso de múltiplas abordagens de procedimentos, ou “multimétodos”, de acordo com Günther *et al.* (2011), uma vez que a complexidade dos estudos pessoa-ambiente requer uma combinação de procedimentos metodológicos distintos e complementares entre si.

Na primeira fase do estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que, de acordo com Boccato (2006), busca-se fazer o levantamento e análise crítica dos documentos publicados sobre o tema a ser pesquisado com intuito de atualizar, desenvolver o conhecimento e contribuir com a realização da pesquisa.

A busca por referenciais sobre a estrutura física do parque, se realizou por meio da pesquisa documental, que, segundo Fernandes (2017), é considerada o ponto de partida para uma pesquisa de campo, pois consiste na busca de informações necessárias para as atividades que serão realizadas nas próximas fases. Com isso, a pesquisa documental abarcou os documentos obtidos através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, como mapas e diagnósticos urbanísticos do bairro.

A partir das coletas das informações supracitadas, foram realizadas visitas exploratórias no Parque Santana, com o objetivo de adquirir, pela percepção do pesquisador, informações iniciais sobre a dinâmica do parque, suas atividades e a presença das crianças com deficiência no local, bem como seus usos e fluxos. Segundo Queiróz (1992), a pesquisa exploratória visa compreender a variável de estudo, tal como ela se apresenta para o pesquisador, buscando seus significados e o contexto em que está inserida. Para tal, foram realizadas onze visitas exploratórias entre os meses de dezembro de 2023 a julho de 2024, variando entre dias úteis e fins de semana, alternando no período da manhã, tarde e noite.

A pesquisa então seguiu com a realização de um *walkthrough*, que segundo Rheingantz *et al.* (2009), é uma técnica de análise que permite identificar, descrever e hierarquizar, através de um percurso pelo local, quais usos ou aspectos físico-espaciais do ambiente merece um estudo mais aprofundado, além de permitir identificar suas falhas, problemas e aspectos positivos. O procedimento Passeio *Walkthrough* seguiu a abordagem de Baird *et al.* (1995) que se baseia no uso do ambiente físico como elemento capaz de ajudar o pesquisador na articulação de suas percepções em relação ao ambiente de análise.

Posteriormente, para a observação das crianças com deficiência no ambiente, foram realizados mapas comportamentais centrados no usuário, que se fundamenta em analisar as dinâmicas de apropriação que as crianças com deficiência fazem dos parques. Segundo Sommer e Sommer (2002), o mapeamento comportamental é um método de observação que busca a descrição de um determinado espaço, visando também compreender quais as relações que os sujeitos possuem com o ambiente no qual estão inseridos. Desta forma, o método inclui o pesquisador no ambiente a ser observado. De acordo com Sanoff (1995), a observação das crianças em suas atividades diárias é a forma mais adequada para a compreensão do seu contexto com o ambiente.

A observação foi realizada com quatro crianças com deficiência, entre os meses de agosto e setembro, em dias e horários distintos, durante o período de maior uso do parque já identificado na etapa anterior. As crianças, com idades entre cinco e onze anos, apresentavam diferentes tipos de deficiência (física e cognitiva), e foram selecionadas de forma espontânea, a partir da presença no local, sem recrutamento prévio. Cada criança foi observada individualmente, acompanhando-se o percurso desde a chegada até a saída do parque, registrando trajetórias, tempos de permanência, atividades realizadas, interações e barreiras socioespaciais identificadas. O registro das observações seguiu o modelo proposto por Rheingantz *et al.* (2009), que recomendam a utilização de poucos mapas detalhados, de modo a assegurar maior profundidade na análise das situações observadas. O anonimato dos participantes foi preservado em todas as etapas, conforme orientam os mesmos autores (Rheingantz *et al.*, 2009, p. 36), ao destacarem que “ao estar ciente de que está sendo observada, a pessoa pode inconscientemente alterar sua conduta ou atitude, ainda que se proponha a cooperar com o procedimento”. As observações foram realizadas em ambiente público, de forma não interventiva e sem identificação dos sujeitos, respeitando os princípios éticos de pesquisas em ciências humanas e sociais. Posteriormente, foi realizado contato com os responsáveis, a fim

de apresentar os propósitos da pesquisa e esclarecer os procedimentos adotados, garantindo transparência e conformidade com a Resolução CNS nº 510/2016.

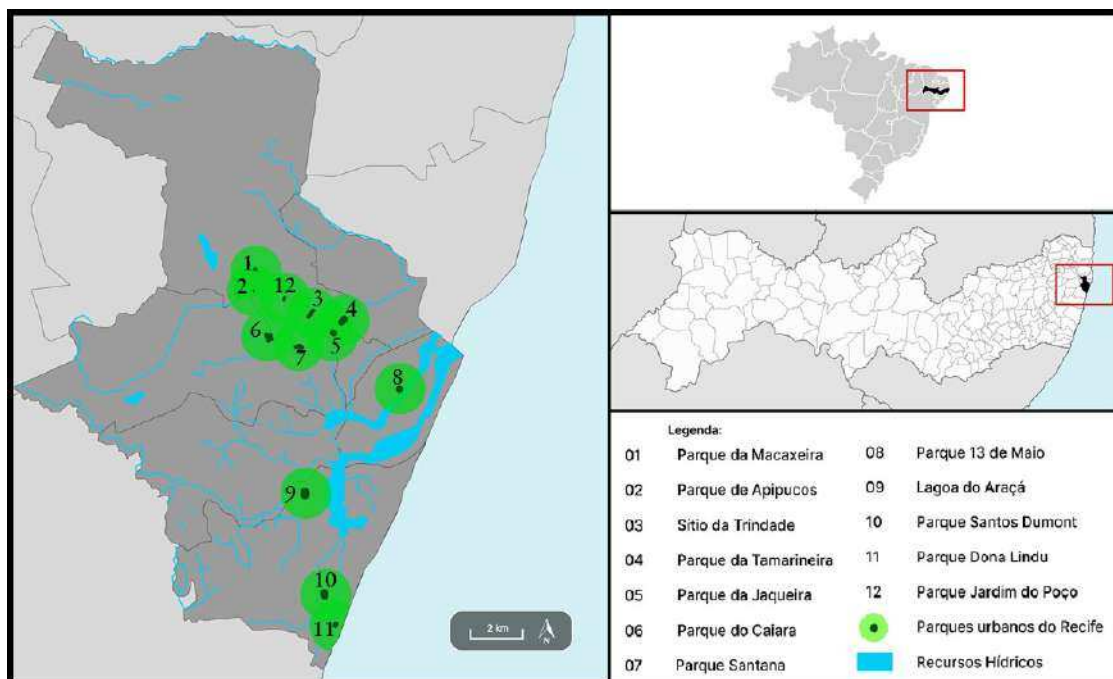
Como última etapa dos procedimentos metodológicos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pelas crianças com deficiência, objetivando identificar suas percepções relacionadas às condições físico-espaciais do parque, bem como entender como suas vivências individuais impactam diretamente nas práticas de apropriação urbana infantis. Segundo Rheingantz *et al.* (2009), a entrevista semiestruturada em algumas situações é necessária, e até mesmo conveniente, porque os entrevistadores podem elaborar um esquema, um roteiro, ou uma série de perguntas que podem ou não serem aplicadas em ordem sequencial. Destaca-se que o universo amostral desta etapa é distinto daquele das observações comportamentais, visto que o roteiro das entrevistas foi elaborado a partir dos resultados obtidos na etapa anterior. Assim, as entrevistas foram realizadas com outros acompanhantes, selecionados conforme a disponibilidade e participação voluntária no momento de sua aplicação.

É importante ressaltar que os aspectos éticos foram considerados e o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética, sob o CAAE de aprovação nº 81244124.8.0000.5208, sendo providenciado, também, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE que foi apresentado a cada entrevistado com os devidos esclarecimentos sobre a pesquisa.

4 CONTEXTUALIZANDO O PARQUE SANTANA ARIANO SUASSUNA

Atualmente, a cidade do Recife possui doze parques urbanos (Recife, 2023). No entanto, existe uma má distribuição espacial pelo território, onde oito parques se concentram na Zona Norte, dentre eles o Parque Santana Ariano Suassuna. Apenas um se localiza na área central, e três na zona sul (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de distribuição dos parques urbanos do Recife.



Fonte: Os autores, 2024.

A distribuição espacial de tais parques reflete uma histórica concentração de investimentos em áreas de maior poder aquisitivo (zona Norte), revelando um processo de exclusão social. Nesse contexto, a localização privilegiada desses espaços em bairros de classe média e alta exclui grande parte da população recifense, deixando os bairros de baixa renda sem opções adequadas de lazer público. Para Barros (2019), a exclusão reforça, assim, um modelo de desenvolvimento urbano que perpetua desigualdades socioeconômicas, onde os parques funcionam mais como elementos de especulação do solo urbano do que como espaços de integração social e lazer inclusivo.

O Parque Santana Ariano Suassuna está localizado no bairro de Santana (Figura 2), cujo perfil socioeconômico é predominantemente de classe média-alta. No entanto, em contraste a esse panorama do

bairro, na margem oposta ao parque está localizada a comunidade da Vila Santa Luzia, composta por barracos e casebres de madeira, consolidando uma ocupação irregular, tornando o Parque Santana um espaço caracterizado pela pluralidade de usos, refletindo as diversas dinâmicas sociais e econômicas dos frequentadores.

Figura 2 – Mapa do Recife com a localização do Parque Santana Ariano Suassuna.



Fonte: ESIG, Prefeitura do Recife, editado pelos autores, 2024.

O Parque Santana foi construído em 1985 com uma extensão de 26 mil m² e se localiza na rua Jorge Gomes de Sá, no bairro Santana, na região Norte da Cidade do Recife, e está situado às margens do Rio Capibaribe, sendo bordado por uma grande área de manguezal (Figura 3 e 4). Em janeiro de 2015, o Parque passou por uma intervenção que integrou o programa Capibaribe Melhor, promovido pela Prefeitura do Recife em parceria com o Banco Mundial, expandindo sua área para cerca de 60 mil m². Também em 2015, pela Lei Municipal 18.118/2015 (Prefeitura Municipal do Recife, 2015), o parque foi renomeado em homenagem ao dramaturgo, poeta e professor Ariano Suassuna.

Figura 3 – Mapa de geolocalização do Parque Santana evidenciando seu entorno imediato.



Fonte: ESIG, adaptado pelos autores, 2024.

Figura 4 – Algumas áreas do Parque Santana. Da esquerda para à direita, temos: (i) ciclofaixa e pista de *cooper*; (ii) *playground* infantil e (iii) pátio central de eventos.



Fonte: Os autores, 2024.

Apesar do parque não estar muito distante de uma das principais avenidas que corta a Zona Norte da cidade do Recife, a Av. 17 de Agosto, o acesso por transporte público é escasso, contando apenas com uma linha de ônibus, a 411 – Plaza Shopping (Dantas Barreto). No entanto, os ônibus que compõem essa linha são acessíveis por possuírem plataforma elevatória.

É importante destacar que há mais de 20 equipamentos educacionais da rede pública e privada no seu entorno dentro de um raio de 1km, demonstrando a qualificação dos espaços existentes para os momentos de lazer das crianças de diferentes classes sociais (BNDES, 2022). Além disso, o Parque Santana foi o primeiro do Recife a receber um parque infantil totalmente inclusivo, inaugurado em 2017, cujos brinquedos fazem parte do projeto Anna Laura Parque Para Todos, composto por recursos lúdicos que propiciam às crianças com e sem deficiência a possibilidade de compartilharem experiências (Figura 5).

Figura 5 – Equipamentos do *playground* inclusivo do projeto Anna Laura Parque Para Todos. Da esquerda para à direita, temos: (i) escorregador; (ii) *balanço* e (iii) abrigo.



Fonte: Os autores, 2024.

5 REVELANDO A PRÁTICA DA INCLUSÃO SOCIAL DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO PARQUE SANTANA ARIANO SUASSUNA

Esta seção apresenta os resultados obtidos a partir da aplicação dos procedimentos metodológicos, proporcionando uma interpretação e análise detalhadas da inclusão social de crianças com deficiência no Parque Santana Ariano Suassuna. Inicialmente, examinou-se a infraestrutura do parque, com base nas informações coletadas por meio das visitas exploratórias e do método *walkthrough*. Em seguida, foi realizada a análise da apropriação do espaço pelas crianças com deficiência, fundamentada nos registros obtidos a partir dos mapas comportamentais. Posteriormente, a partir da análise das entrevistas

semiestruturadas, discutiu-se as percepções dos responsáveis das crianças com deficiência em relação ao ambiente e de que maneira eles influenciam as vivências e experiências dessas crianças no parque.

Percepções Referentes ao Ambiente

As etapas de visitas exploratórias e de *walkthrough* foram realizadas de modo complementar, sendo primordiais para considerar e conduzir um parâmetro inicial sobre as crianças com deficiência utilizadoras do parque, bem como a dinâmica presente neste local, e ainda permitiu distinguir, de forma mais coesa, o que o ambiente apresenta e de que forma é utilizado e percebido pelo seu público.

Um dos pontos iniciais do processo foi identificar a real presença de crianças com deficiência, visto que já se imaginava não ser um local com a presença marcante desses usuários, como apontado previamente na problemática da pesquisa. Durante a realização das cinco primeiras visitas exploratórias, entre dezembro de 2023 e março de 2024, não foi percebida a presença de crianças com deficiência no parque, apenas posteriormente, no processo de sondagem com funcionários do parque – um vendedor de alimentos e um vigia, quando nos foi dito que os sábados e domingos, no período da manhã e tarde, são os momentos mais frequentes da presença desse público. Dessa forma, procederam-se as visitas de campo entre abril e julho de 2024, onde verificou-se a presença de crianças com deficiência, predominantemente aos sábados e domingos, entre as 7h30min e 9h00min e entre as 15h30min e 17h45min, principalmente nos meses de junho/julho, devido as férias escolares.

A presença de crianças por toda extensão do parque é significativa, fazendo uso de todos os equipamentos, como a pista de *cooper*, a área da academia da cidade, os playgrounds, a pista de skate, a ciclovia e as quadras, realizando atividades como: correr, patinar, jogar bola, empinar pipa. No entanto, foi possível observar que as poucas crianças com deficiência não utilizam esses mesmos espaços, ficando restritas apenas a área de *playground* infantil, como se esses outros ambientes fossem proibidos, que não foram projetados para elas. Cabe salientar que, durante esse período inicial em que foram observadas crianças com os mais diversos tipos de deficiência visíveis, houve a predominância de crianças portando o cordão de girassol (identificando pessoas com deficiências ocultas, como surdez, limitações intelectuais, deficiências cognitivas, entre outras) e do cordão de quebra-cabeça (identificando pessoas com transtorno do espectro autista – TEA).

Para além das observações realizadas nas visitas exploratórias, o *walkthrough* permitiu colher informações sobre a situação do parque no que diz respeito à qualidade dos acessos, da pavimentação, dos equipamentos e mobiliários, bem como da presença ou ausência de barreiras, sinalização e acessibilidade e, também, seu potencial atrativo lúdico e recreativo. O *walkthrough* foi realizado após as visitas exploratórias, no mês de agosto de 2024, já em posse das áreas e rotas mais utilizadas pelos responsáveis e crianças com deficiência. O percurso realizado pelo *walkthrough* pode ser conferido na Figura 6.

Figura 6 – Mapa do Parque Santana com destaque para a área percorrida no *Walkthrough*.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Embora o parque possua elementos acessíveis, como rampas e alguns brinquedos adaptados, esses não parecem ser suficientes para garantir a plena participação das crianças com deficiência, ilustrando a distinção entre acessibilidade e usabilidade, destacado por Encarnação e Saridaki (2019), quando um espaço acessível nem sempre é funcional ou inclusivo para todos.

De modo abrangente, os achados levaram a identificar barreiras de origem físico-espaciais e comunicacionais, que podem acarretar em repercussões restritivas para o uso e orientação espacial. De acordo com Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012), acredita-se também que essas barreiras de origem arquitetônica e urbanísticas podem se transformar em barreiras sociais ou psicológicas para crianças com deficiência e seus respectivos responsáveis (por achar que não deve ou não pode acessar determinado espaço), tendo em vista que proporcionam uma distância funcional entre os elementos do espaço e as capacidades para o deslocamento, uso e orientação espacial.

Esses aspectos apresentados também estão ligados diretamente ao quanto o cenário físico se apresenta vivo e integrado as necessidades do sujeito, capaz de produzir uma boa imagem ambiental para o desempenho autônomo, pois além de criar oportunidades de deslocamento, uma boa imagem oferece um sentimento de segurança em relação ao ambiente e de troca com o meio. São nesses ambientes, apreendidos pelo usuário, que ocorrem as construções individuais e coletivas, de sua história e dos seus significados, corroborando quando Lynch (2010, p.05) coloca que “um cenário físico, vivo e integrado, capaz de produzir uma imagem bem definida, desempenha também um papel social”.

Percepções Referentes ao Usuário

A partir da análise dos mapas comportamentais, foi possível observar uma série de padrões recorrentes e divergentes que evidenciam o modo como essas crianças se apropriam do parque. Nesta etapa, foram observadas quatro crianças com deficiência (aqui denominadas C01 – 5 anos, com deficiência cognitiva; C02 – 7 anos, com cegueira total; C03 – 11 anos, com TEA; e C04 – 11 anos, com paralisia cerebral) que, de maneira geral, foram acompanhadas por seus responsáveis durante todo o tempo de deslocamento e permanência, o que resultou em uma exploração guiada e supervisionada do parque. É importante destacar que duas crianças estavam acompanhadas de responsáveis do sexo feminino, enquanto as outras duas com responsáveis de ambos os sexos, mas nesses casos, apenas a mulher exercia o papel de cuidadora, o que levanta uma questão importante de gênero.

No estudo das relações de gênero, encontramos o papel da mulher majoritariamente associado às atividades de cuidado, encarregadas de si, de crianças, familiares com deficiência, idosos e até homens adultos de sua família. Gesser *et al.* (2022) trazem os modelos de mulher-cuidadora e, em contraste, o do homem-independente, onde o modelo tido como feminino é voltado pra atividades de cuidado e manutenção da vida diária, enquanto o masculino, em uma postura individualista, é voltado para o “mundo das ideias” e “gerenciamento”. Necessariamente, o modelo homem-independente carrega uma série de dependências inevitáveis, supridos pelo da mulher-cuidadora. As autoras apontam que a expectativa social de que o trabalho do cuidado seja realizado predominantemente por mulheres torna-o um trabalho solitário e sem amparo, além de dificultar a politização do cuidado na esfera pública e coletiva. Tal contexto explica a observância da predominância das mães como as principais cuidadoras, influenciando a dinâmica de uso.

Já os percursos realizados pelas crianças e seus responsáveis foram objetivos e sem desvios, sem exploração de outras áreas, refletindo uma abordagem direcionada, possivelmente determinada pela própria infraestrutura do parque. O tempo de permanência médio também foi relativamente curto, cerca de uma hora, sugerindo também uma experiência restrita, o que parece estar relacionado às limitações das crianças e à infraestrutura disponibilizada, que não favorece uma permanência mais longa. Essas observações corroboram com os estudos de Prellwitz e Skär (2016), indicando que as barreiras físicas no ambiente afetam diretamente a participação social de crianças com deficiência, que acabam por depender da assistência constante de adultos, reduzindo assim seu senso de autonomia.

No que diz respeito à segurança no Parque Santana, a supervisão constante observada por parte dos responsáveis pode ser um indicativo de insegurança em relação à estrutura e ao ambiente proporcionado pelo local. Embora o parque apresente características inclusivas em certos aspectos, ainda não oferece as condições necessárias para que as crianças brinquem de maneira autônoma e segura. Como discutido por Moore *et al.* (2022), a presença de elementos que assegurem a integridade das crianças influencia diretamente a disposição dos pais em frequentar e permanecer nos espaços de recreação. Dessa forma, a falta de confiança na segurança do ambiente impacta negativamente o exercício pleno do direito de brincar dessas crianças, uma vez que o cumprimento desse direito está intrinsecamente relacionado à percepção de segurança em tais ambientes, conforme destacado por Mephram (2010).

É importante destacar que a observação do uso do parque pelas crianças foi realizada em horários com menor fluxo de público, geralmente entre 9h e 15h, o que sugere uma preferência por ambientes mais tranquilos e com menor presença de outras crianças. Essa escolha possivelmente reflete o desejo dos responsáveis por um ambiente menos tumultuado (Figura 7). Esses comportamentos dos responsáveis podem estar relacionados tanto a preocupações com a segurança quanto a uma percepção de que a interação social poderia expor as limitações das crianças.

Figura 7 – Dinâmica do brincar no Parque Santana. Da esquerda para à direita, temos: (i) C01 observando outras crianças brincarem; (ii) C02 na companhia da responsável devido ao fluxo maior de outras crianças e (iii) C03 brincando sozinha sob a supervisão próxima da responsável em horário de baixo fluxo.



Fonte: Os Autores, 2024.

Já a Figura 8 apresenta um registro síntese em mapa contendo os locais onde as crianças com deficiência se fizeram presentes, em contraste com todas as outras áreas potenciais do brincar e que não fizeram parte do roteiro dos responsáveis. Foi possível identificar que a área utilizada pelas crianças com deficiência corresponde a apenas 26,36% da área total do parque, enquanto os 73,64% restantes permanecem não frequentadas. Esse dado evidencia a limitada exploração do espaço disponível, restringindo significativamente toda a potencialidade que o parque oferece para o brincar das crianças.

Figura 8 – Mapa esquemático mostrando o contraste das áreas de uso e de não uso pelas crianças com deficiência observadas.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

De modo geral, foi evidenciada uma preferência clara por parte dos responsáveis em determinar onde as crianças com deficiência deveriam brincar, limitando significativamente sua liberdade para explorarem

outras áreas além da área do *playground* infantil. Essa limitação reforça a percepção de que a apropriação do espaço público dessas crianças resulta em uma experiência lúdica empobrecida. Tal constatação entra em consonância com os estudos de Ferland (2006) que indicam que crianças com deficiência física compartilham elementos fundamentais do comportamento lúdico, como curiosidade, prazer e iniciativa, demonstrando interesse por diversas formas de brincadeiras. Entretanto, as barreiras ambientais restringem a manifestação plena desses comportamentos, comprometendo a exploração e o engajamento espontâneo.

O Papel dos Adultos Responsáveis na Apropriação Infantil

De modo geral, a realização das entrevistas semiestruturadas – seis ao todo – possibilitou um olhar aprofundado sobre as experiências dos responsáveis pelas crianças com deficiência no Parque Santana, evidenciando suas percepções e desafios enfrentados. Ao promover um diálogo aberto e detalhado, os relatos coletados foram essenciais para compreender tanto as experiências subjetivas da vivência desses usuários quanto as necessidades específicas das crianças e quem as acompanham. Com isso, as respostas permitiram traçar um panorama mais amplo sobre as dinâmicas de apropriação das crianças com deficiência, além dos desafios estruturais e a relação dos usuários com outros espaços públicos do Recife.

Como observado anteriormente na aplicação do mapeamento comportamental, a maioria dos responsáveis pelas crianças com deficiência serem do sexo feminino se manteve, correspondendo a cinco entrevistadas. Esse padrão reitera o papel historicamente atribuído às mulheres nos cuidados infantis, inclusive no contexto de atividades em espaços públicos. A faixa etária desses responsáveis variou entre 23 e 53 anos, o que influencia diretamente suas percepções e experiências em relação ao uso do espaço público, considerando aspectos como as condições geracionais e a disposição física para acompanhar as crianças nas atividades de lazer.

Outro fator relevante observado foi a diversidade nos níveis de escolaridade dos entrevistados, que variaram desde o ensino fundamental incompleto até o ensino superior completo. Tal heterogeneidade impacta na forma como esses indivíduos analisam criticamente os espaços públicos e suas condições. Conforme discutido nos estudos de Silva (2009), pessoas com maior nível de escolaridade e, conseqüentemente, maior renda, tendem a demonstrar maior insatisfação em relação à qualidade dos espaços públicos. Em contrapartida, indivíduos com menor renda usualmente apresentam uma percepção mais positiva desses ambientes, o que pode refletir expectativas distintas quanto à infraestrutura e aos serviços oferecidos.

No que diz respeito às crianças com deficiência observadas, não se verificou uma disparidade significativa entre os gêneros. As idades variaram entre cinco e doze anos, sendo que metade delas se encontrava na faixa etária correspondente à primeira infância, que vai do zero aos seis anos de idade. Este dado é especialmente relevante, pois indica a presença de diferentes estágios do desenvolvimento infantil, exigindo, portanto, uma maior diversidade na oferta de estruturas recreativas. Enquanto as crianças mais novas demandam espaços lúdicos mais simples e seguros, aquelas em idade mais avançada necessitam de equipamentos que estimulem habilidades motoras mais complexas e promovam interações sociais mais elaboradas.

Quanto ao tipo de deficiência, a maioria das crianças acompanhadas apresentava deficiência intelectual, com destaque para o Transtorno do Espectro Autista - TEA, sendo quatro casos observados. As demais crianças possuíam deficiência física ou múltipla. A predominância de crianças com TEA pode estar associada ao aumento significativo dos diagnósticos e à maior visibilidade social dessa condição nos últimos anos, o que tem contribuído para a ampliação do debate sobre a necessidade de ambientes mais inclusivos e sensíveis às especificidades desse público.

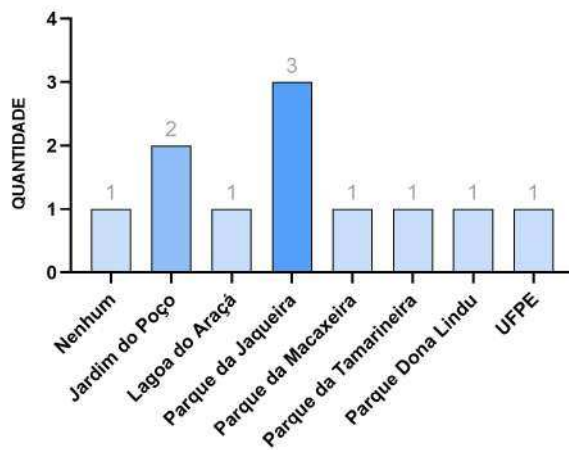
A análise dos horários de frequência no Parque Santana confirma a preferência dos responsáveis por momentos de menor movimentação, já observadas através dos mapas comportamentais, evitando períodos de grande fluxo de pessoas. A opção por frequentar o parque durante a semana, no período da manhã (entre 6h e 7h) e no período da tarde (16h às 17h) ou nas manhãs de sábado e domingo (7h às 11h) e nos períodos do início da tarde (14h às 15h), são justificadas por alegações de preocupação com o bem-estar da criança, especialmente as com TEA, que podem se sentir desconfortáveis em ambientes movimentados.

Ao serem questionadas sobre o tempo de permanência no parque, a maioria dos entrevistados informou que suas visitas são breves, com duração entre trinta minutos a uma hora. Esse padrão sugere que o parque é utilizado de forma pontual, especialmente para atividades como o uso do *playground*, sem incentivos para uma permanência mais prolongada. Embora essa estratégia contribua para reduzir o estresse da criança e facilitar sua supervisão, ela também limita suas oportunidades de socialização

espontânea. Segundo Luz e Kuhn (2013), ao frequentar o parque em momentos de menor fluxo, as crianças interagem menos com outras, restringindo sua participação em atividades coletivas e prejudicando a construção de vínculos sociais.

Também foi comum a todos, para além do Parque Santana, a busca por parques urbanos alternativos como outras opções de lazer, cujas escolhas foram frequentemente relacionadas à percepção de melhor infraestrutura, à proximidade ou a características específicas, como menor movimentação em horários específicos e mobiliários mais conservados (Gráfico 1). O Parque da Jaqueira foi citado por metade dos cuidadores, sendo reconhecido pela qualidade das instalações e acessibilidade, evidenciando a relevância da manutenção e adequação dos espaços urbanos às necessidades inclusivas.

Gráfico 1 – Outros espaços públicos da Cidade do Recife que os responsáveis frequentam com as crianças com deficiência.



Fonte: Os autores, 2025.

A percepção da segurança em relação ao parque indicou que ela vai além da presença ou não, de vigilantes, sendo também uma questão de infraestrutura. A existência de áreas de risco e equipamentos danificados evidencia a necessidade de melhorias estruturais para garantir a proteção completa do espaço (Figura 7). A percepção de que o espaço não é totalmente seguro pode levar à redução da frequência de visitantes, conforme sugerido por entrevistados que demonstraram preferência por outros parques com melhores condições estruturais. Logo, esse cenário reforça a importância da manutenção contínua como um fator essencial para a segurança, valorização e uso do Parque Santana.

Figura 9 – Áreas de risco e equipamentos danificados no parque. Da esquerda para à direita, temos: (i) rede de escoamento pluvial sem proteção no meio do percurso, obrigando o desvio; (ii) entrada inacessível do sanitário masculino e (iii) sinalização tátil danificada.



Fonte: Os Autores, 2024.

Também se constatou que o *playground* é a área mais utilizada por todos os entrevistados, o que se justifica por sua função essencial no desenvolvimento infantil, de acordo com Dornelles (2001). Além disso, a proximidade com a entrada principal e a visibilidade desse espaço foram citadas como fatores que

aumentam a sensação de segurança e conforto para os cuidadores. A concentração do uso no *playground* reforça sua relevância, mas também indica uma limitação no restante do parque, restringindo a experiência das crianças a um único tipo de atividade. A escolha do *playground* infantil como principal espaço frequentado (e, muitas vezes, único), se baseia em três aspectos principais: a sensação de segurança, a previsibilidade do ambiente e a funcionalidade dos equipamentos para o brincar. O *playground* é percebido como um espaço delimitado e de fácil monitoramento, permitindo que os responsáveis acompanhem de perto as crianças sem a preocupação de deslocamentos imprevisíveis ou riscos não controlados. Além disso, há uma expectativa de que esse seja o local mais adequado para o lazer infantil, reforçada pelo fato desses espaços serem projetados especificamente para o brincar.

No entanto, essa centralização compromete a experiência de apropriação das crianças, restringindo sua interação com outros elementos naturais e limitando sua experimentação de diferentes formas de movimento e exploração do espaço. Outros equipamentos disponíveis no parque que poderiam proporcionar desafios motores, descobertas sensoriais e novas interações sociais, acabam subutilizados. O contato com diferentes grupos sociais, faixas etárias e dinâmicas de lazer poderia contribuir para o desenvolvimento infantil de maneira mais ampla, mas ao permanecerem apenas no *playground*, as crianças com deficiência acabam interagindo majoritariamente com seus cuidadores e, ocasionalmente, com outras crianças que frequentam esse espaço.

Outro fator relevante destacado nas respostas é a percepção de que o próprio parque não promove ativamente a inclusão de crianças com deficiência. A ausência de atividades guiadas ou de espaços projetados para estimular interações sociais reforça a ideia de que a inclusão não ocorre de maneira espontânea, mas demanda planejamento e incentivos específicos. Isso indica que o Parque Santana ainda não é percebido como um espaço que incentiva a presença e a interação de crianças com deficiência. Conforme apontado por Prellwitz e Skär (2007), o ambiente lúdico é percebido pelas crianças como um espaço essencial para a construção de interações sociais significativas, especialmente em locais que possibilitam conversas privadas e maior autonomia, como balanços, bancos ou estruturas elevadas, sendo essa experiência frequentemente valorizada, mas no caso das crianças com deficiência, ela é descrita mais como um desejo ou um evento raro, embora altamente significativo. Contudo, é importante considerar que quatro das crianças observadas apresentavam TEA, condição que pode envolver dificuldades de socialização e interação em ambientes públicos. Assim, parte das limitações observadas nessa socialização espontânea pode estar associada a características próprias do TEA, o que reforça a necessidade de pensar estratégias inclusivas que considerem diferentes perfis de deficiência, especialmente as de natureza cognitiva e comportamental.

Através da análise das entrevistas, ficou evidente que a apropriação dos espaços públicos por crianças com deficiência não ocorre de maneira isolada, mas sim em um contexto mediado pela presença e pelas decisões de seus responsáveis. Diferentemente de crianças sem deficiência, que muitas vezes possuem maior liberdade para explorar parques e áreas urbanas, aquelas com deficiência dependem diretamente da percepção dos adultos sobre acessibilidade, segurança e conforto, cuja observação corrobora com os estudos de Prellwitz e Skär (2007), em pesquisa que comparou a apropriação de crianças com e sem deficiência no uso de um parque infantil.

No entanto, a pesquisa realizada demonstrou que seus responsáveis adotam estratégias específicas para minimizar riscos e proporcionar experiências positivas às crianças. Os relatos evidenciaram que a frequência e permanência no parque, a seleção das áreas exploradas e a interação social das crianças são determinadas, em grande parte, pelas experiências passadas dos responsáveis e, por isso, desenvolvem estratégias para evitar situações percebidas como problemáticas. Segundo Rodger e Ziviani (1999), a vivência de desafios, decepções e fracassos é uma experiência humana comum que pode ser explorada em um ambiente lúdico de suporte, porém, muitas vezes, crianças com deficiência são superprotegidas por pais e responsáveis bem-intencionados, o que pode limitar sua autonomia e oportunidades de aprendizado por meio do brincar. Essas decisões, embora compreensíveis do ponto de vista da proteção e do cuidado, além de restringir o contato das crianças com elementos variados do parque e a sua participação social, afetam sua autonomia no ambiente urbano.

Essa dinâmica contribui para a segregação implícita das crianças com deficiência, reforçando um uso segmentado do parque e uma limitação do brincar, portanto esse cenário evidencia a importância do papel do adulto nesse contexto, pois sua postura pode tanto favorecer quanto restringir a autonomia infantil. Encarnação *et al.* (2018) ressalta que o brincar deve ser liderado e motivado intrinsecamente pela criança, orientado pelo processo e não pelo resultado, exigindo do adulto uma atuação cuidadosa para evitar o

controle excessivo da atividade, seja por superproteção, prioridades educacionais ou reabilitadoras, desconforto ou subestimação das capacidades infantis.

Essa apropriação restrita e pouco dinâmica do parque evidencia como a percepção dos responsáveis condiciona a forma como as crianças vivenciam o ambiente urbano, limitando suas oportunidades de interação e experimentação lúdica.

Diante desse cenário, fica evidente que a inclusão infantil nos parques urbanos não depende apenas da acessibilidade física dos espaços, mas também da construção de um ambiente que transmita confiança aos seus responsáveis. Como argumenta Silva (2009), a atratividade e a satisfação com o espaço público estão diretamente relacionadas ao grau de atendimento das necessidades dos usuários. Isso significa que, mesmo que um espaço seja qualificado em termos físicos, formais e funcionais, sua percepção como atrativo e satisfatório pode variar entre os indivíduos, uma vez que essa avaliação também depende das características e necessidades específicas de cada pessoa. Logo, para que as crianças possam explorar o parque com uma maior frequência e de forma mais autônoma e diversificada, é fundamental que os responsáveis sintam segurança e conforto para permitir essa liberdade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscou-se analisar a apropriação do Parque Santana por crianças com deficiência, compreendendo como sua infraestrutura e organização espacial influenciam as práticas infantis, considerando tanto as barreiras quanto as potencialidades que afetam a experiência de uso de cada indivíduo. A pesquisa foi desenvolvida a partir da premissa de que a relação entre o ambiente e seus usuários é um processo dinâmico e interdependente, no qual a acessibilidade, a distribuição dos equipamentos e a percepção dos responsáveis que acompanham as crianças com deficiência, desempenham um papel central na forma como elas exploram e interagem com o parque. A abordagem da acessibilidade e da apropriação espacial serviu como fio condutor para compreender como os elementos físicos e sociais do parque condicionam a participação infantil no espaço público.

Adotar a perspectiva de observar a experiência da criança no espaço urbano como paradigma para pensar o planejamento das cidades, perpassa pela necessidade de reconstruir a concepção de infância e sua relação com as demais categorias sociais, como gênero, classe e idade. Não se trata apenas de produzir espaços adequados à infância, mas de compreender o potencial que o ponto de vista e as práticas das crianças têm em revelar dimensões ocultas da vivência urbana, nesse texto focalizando-se em especial aquelas com alguma deficiência.

Ademais, ouvir as pessoas que acompanham as crianças foi essencial para captar as motivações que intensificam a restrição da autonomia infantil, evidenciando demandas que poderiam ser incorporadas ao planejamento urbano e à gestão do parque. Nesse sentido, a presença do adulto enquanto mediador do apropriar, emerge como um componente essencial do que podemos entender como um ambiente facilitador. A infraestrutura, além de acolher a criança, também deve facilitar as ações de quem está ali para cuidar, garantindo um ambiente estimulante e que passe segurança para ambos. A própria ideia desse ambiente facilitador no desenvolvimento infantil demanda uma análise que leve em consideração a perspectiva dos cuidadores responsáveis, que frequentemente adaptam seus trajetos e práticas em função das necessidades das crianças, o que nos provoca uma reflexão sobre a importância de, além das próprias crianças com deficiência, também ouvir esses sujeitos, na condição de cuidadores, como protagonistas na formulação de diretrizes para o planejamento urbano.

A identificação das dificuldades e necessidades do público infantil, aliada a um arcabouço teórico que explora essa inter-relação dinâmica, reforça a urgência de considerar a perspectiva dos usuários no planejamento e na reestruturação desses espaços. Foi possível observar que a produção de dados que desconsidera a perspectiva da criança pode levar à concepção de espaços infantis encerrados em si mesmos, como *playgrounds* isolados no Parque Santana, que, embora importantes, não são suficientes para garantir a inclusão efetiva. Para além do brincar, considerado vital para o desenvolvimento infantil, a criança necessita de espaços que permitam liberdade de movimento e variadas possibilidades de interação, promovendo um sentimento de pertencimento ao território urbano – algo que não foi plenamente observado durante a aplicação dos procedimentos metodológicos.

Logo, a análise do Parque Santana, ao enfatizar o papel do brincar como elemento vital e não secundário, reforça a importância dos espaços livres e de lazer como infraestrutura indispensável à urbanidade. O sentimento de pertencimento e apropriação, considerado uma das preocupações mais prementes do

pensamento arquitetônico contemporâneo, pode ser significativamente ampliado ao incorporar a experiência da criança como eixo central do planejamento urbano.

É importante que o brincar seja entendido como um direito universal e inalienável, que transcende a mera atividade lúdica para se consolidar como um instrumento poderoso de inclusão social e desenvolvimento integral. A materialização desse direito exige não apenas a eliminação de barreiras arquitetônicas, mas também uma transformação cultural que reconheça o valor da diversidade e incentive atitudes inclusivas. Para que o brincar seja, de fato, para todos, é fundamental conceber espaços que sejam acessíveis, estimulantes e acolhedores, onde cada criança, independentemente de suas habilidades, possa experimentar a cidade de forma plena, desenvolver sua autonomia e, sobretudo, sentir-se pertencente. Assim, a inclusão efetiva passa pela compreensão de que brincar não é apenas ocupar um espaço, mas apropriar-se dele de maneira significativa, ampliando horizontes e fortalecendo a cidadania desde a infância.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa contou com o apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – FACEPE, sob o processo de nº IBPG-1863-6.05-22.

REFERÊNCIAS

- ACKERMAN, C. E. Learned Helplessness: Seligman's theory and depression cure. **PositivePsychology.com**, 24 mar. 2018. Disponível em: <https://positivepsychology.com/learned-helplessness-seligman-theory-depression-cure/>. Acesso em: 21 out. 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 148 p., 2020.
- BAIRD, G.; GRAY, J.; ISAACS, N.; KERNOHAN, D.; MCINDOE, G. **Building Evaluation Techniques**. New York: McGraw Hill, 1995.
- BARROS, J. L. **Racismo ambiental e direito ao lazer no espaço público**: um estudo sobre o Parque Santana Ariano Suassuna. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
- BITTENCOURT, M. C. **Estudos de percursos acessíveis aos portadores de necessidades especiais em espaços abertos de Maringá**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2001.
- BNDES. **Parque Santana Ariano Suassuna**: anexo A – caracterização do parque, entorno e área de concessão. Recife: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, p. 71, 2022.
- BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista de Odontologia**. Univ. Cidade, São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988
- BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000 no que concerne à prioridade de atendimento e acessibilidade. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 dez. 2004
- BRASIL. **Decreto nº 9.296**, de 1º de março de 2018. Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no que diz respeito à observância da NBR 9050. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 mar. 2018
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília, DF, 1990.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.
- BRUNO, M. M. G. **O desenvolvimento integral do portador de deficiência visual**: da intervenção precoce à integração escolar. São Paulo: Newsworld, 1993.
- CASTELLO, L. **A percepção do lugar**: repensando o conceito de lugar em Arquitetura-Urbanismo. Porto Alegre: PROPAR – UFRGS, 2007.
- CHAGAS, M. E. **Mobilidade e autonomia na infância**: um estudo sociológico a partir das experiências das crianças no itinerário Casa-Núcleo de Educação Infantil-Casa. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociologia da Infância, Instituto de Educação, Universidade do Minho. Braga, 2014.

- DIAS, M. S.; FERREIRA, B. R. Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 17, n.3, p. 118, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2015v17n3p118>. Acesso em: 15 out. 2023.
- DORNELLES, L. V. Na Escola Infantil todo Mundo Brinca se Você Brinca. In: CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.
- ENCARNAÇÃO, P.; SARIDAKI, M. LUDI, Play for children with disabilities. Users' Needs Report on Play for Children with Disabilities. **Sciend**, 2019, p. 6-14. <https://doi.org/10.1515/9783110537482-002>. Acesso em: 15 out. 2023.
- ENCARNAÇÃO, P.; RAY-KAESER, S.; BIANQUIN N. **Guidelines for supporting children with disabilities' play**. Ludi Cost Action, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9783110613445>. Acesso em: 15 out. 2023.
- FERLAND, F. **O Modelo lúdico: o brincar, a criança com deficiência física e a terapia ocupacional**. 3.ed. São Paulo: Roca, 2006.
- FERNANDES, L. **Acessibilidade em praças e parques: o caso do Parque Dom Antônio Zattera em Pelotas-RS**. Pelotas: UFPEL, 2017.
- GIFFORD, R. **Environmental psychology: principles and practice**. 4. ed. Colville: Optimal Books, 2007.
- GÜNTHER, H.; ELALI, G.; PINHEIRO, J. A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente: características, definições e implicações. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, p. 239-249, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD 2022**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em: 15 out. 2023.
- JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- KLIASS, R. G. **Os Parques Urbanos de São Paulo**. Pini, 1993.
- LIMA, J. J. M.; FURTADO, R. P.; ANACHE, A. A. (2025). Estudos sobre os instrumentos diagnósticos do transtorno do espectro autista. **Revista Psicologia E Saúde**, v. 17, e. 17183013, 2025. <https://doi.org/10.20435/pssa.v1i1.3013>
- LIMA, M. S. **A cidade e a criança**. São Paulo: Studio Nobel, 1989.
- LUZ, G. M.; KUHNEN, A. **O uso dos espaços urbanos pelas crianças: explorando o comportamento do brincar em praças públicas**. *Psicol. Reflex. Crit.*, v. 26(3), p. 552-560, 2013. DOI: 10.1590/S0102-79722013000300015
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, p. 267, 2010.
- MENDES, E. G. **Inclusão Marco Zero: começando pelas creches**. 2ª.ed. Araraquara: Junqueira&Marin. Eds., v.1, 2013.
- MEPHAM, S. **Disabled children: the right to feel safe**. *Child Care in Practice*, v. 16, n. 1, p. 19–34, 2010.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes. 2001.
- MOORE, A.; LYNCH, H.; BOYLE, B. **Can universal design support outdoor play, social participation, and inclusion in public playgrounds? A scoping review**. *Disability and Rehabilitation*, v. 44, n. 13, p. 3304–3325, 2022.
- NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Genebra: ONU, 1989
- NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos da Criança**. Genebra: ONU, 1959
- NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015.
- NAÇÕES UNIDAS. **Nova Agenda Urbana**. ONU, 2017. Disponível em: <http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-English.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2023.
- PLAISANCE, E. **Denominações da infância: do anormal ao deficiente**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, p. 405-417, 2005.
- PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Lei Municipal nº 18.118**, de 12 de janeiro de 2015. Denomina de Parque Santana Ariano Suassuna o empreendimento de lazer, cultura e esportes, construído no bairro de Santana, Zona Norte do município do Recife/PE. Recife, Prefeitura Municipal, 12 jan. 2015
- PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Lei Municipal nº 18.824**, de 30 de agosto de 2021. Regime de concessões e permissões de serviços públicos municipais, com disposições aplicáveis a parques e praças. Recife, Prefeitura Municipal, 30 ago. 2021
- PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE (Página na web). **Prefeitura do Recife inicia construção do maior parque público da cidade**. Recife, 2023. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/20/09/2023/prefeitura-do-recife-inicia-construcao-do-maior-parque-publico-da-cidade>. Acesso em: 2 nov. 2023.

- PRELLWITZ, M.; SKÄR, L. Usability of playgrounds for children with different abilities. **Occupational Therapy International**, v. 14, n. 3, p. 144–155, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/oti.230>. Acesso em: 2 nov. 2023.
- PRELLWITZ, M.; SKÄR, L. Are playgrounds a case of occupational injustice? Experiences of parents of children with disabilities. **Children, Youth and Environments**, v. 26, n. 2, p. 28–42, 2016.
- QUEIRÓZ, M. I. P. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: Lang, A.B.S.G. (Org.). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, p. 13-29, 1992.
- RHEINGANTZ, P. A.; AZEVEDO, G. A.; BRASILEIRO, A.; ALCANTARA, D.; QUEIROZ, M. **Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- RIBEIRO, W. C.; LOBATO, W.; LIBERATO, R. C. Notas sobre fenomenologia, percepção e educação ambiental. **Sinapse Ambiental**, p. 42-65, 2009.
- RODGER, S.; ZIVIANI, J. **Terapia ocupacional baseada em brincadeiras**. *Jornal Internacional de Deficiência, Desenvolvimento e Educação*, v. 46, p. 337–365, 1999.
- ROMERO, M. A.; ORNSTEIN, S. W. (Orgs.). **Avaliação Pós-Ocupação: métodos e técnicas aplicados à habitação social**. Porto Alegre: Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (ANTAC) – Coleção Habitare, 2003.
- SÁ CARNEIRO, A. R.; MESQUITA, L. B. **Espaços livres do Recife**. Recife: PCR/UFPE, 2000.
- SANOFF, H. **Creating Environments for Young Children**. Mansfield: BookMasters, Inc., 1995.
- SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: Interrogações a partir da sociologia da Infância. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, p. 361-378, 2005.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- SILVA, A. M. **Atratividade e dinâmica de apropriação de espaços públicos para o lazer e turismo**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 250, 2009.
- SOLTANI, S. K.; ABBAS, M.; AWANG, M. **Disabled children in public playgrounds: a pilot study**. *Asian Journal of Environment-Behaviour Studies*, 2018.
- SOMMER, B.; SOMMER, R. **A Practical Guide to Behavioral Research**. Tools and Techniques. 4 ed. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre. Ed. Artmed. p. 456, 1999.
- TATE, A; EATON, M. **Great City Parks**. 2ª Edição. Ed. New York: Routledge, 2015.
- TUAN, Y. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1979.
- VICTOR, S. L.; VIEIRA-MACHADO, L. M. C.; RANGEL, F. A.; RAYMUNDO, D. N. A produção de conhecimento sobre a infância da criança com deficiência pela via dos textos legais, históricos e acadêmicos. **Cadernos de Pesquisa em Educação** PPGE-UFES, 2012, v. 18, p. 133-152.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade dos autores.

PARQUE JARDIM BOTÂNICO DE FLORIANÓPOLIS: Apropriação do espaço e Agenda 2030

PARQUE JARDÍN BOTÁNICO DE FLORIANÓPOLIS: apropiación del espacio y la Agenda 2030

FLORIANÓPOLIS BOTANICAL GARDEN PARK: space appropriation and the 2030 Agenda

BEGROW, ANA PAULA

Mestre, Universidade Federal de Santa Catarina, anapaulabegrow@gmail.com

FELIPPE, MAÍRA LONGHINOTTI

Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, mairafelippe@gmail.com

RESUMO

Parques urbanos em áreas de manguezais são fundamentais para a proteção ambiental e a qualidade de vida, pois restringem a expansão imobiliária nas zonas costeiras, preservam a cadeia alimentar local e reduzem a erosão nas margens dos rios. Este artigo, inserido no campo da Psicologia Ambiental, investiga as potencialidades de apropriação do espaço do Parque Jardim Botânico de Florianópolis, relacionando-as ao ODS 11, com foco nas metas 11.2 (transporte seguro, acessível e sustentável), 11.3 (planejamento urbano participativo e inclusivo) e 11.7 (espaços públicos seguros, inclusivos e acessíveis). Busca contribuir para o planejamento urbano e ambiental, considerando os interesses da comunidade local, de visitantes e de não visitantes do parque. Trata-se de um recorte de uma dissertação de mestrado, centrado em um dos instrumentos metodológicos adotados para a construção da pesquisa. Para este artigo em específico, foi incorporada a temática da Agenda 2030, ampliando a reflexão sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no contexto urbano e ambiental, associando-os aos conhecimentos sobre a apropriação de espaços urbanos. Para tanto, considerou-se a análise da aplicação de dois tipos de questionários online, com questões abertas divulgados na comunidade, que obtiveram 233 participantes. Como resultado, foram listadas propostas de gestão sustentável da área verde pública, fortalecendo o diálogo entre moradores e gestores e orientando políticas públicas voltadas à democratização e qualificação da área.

PALAVRAS-CHAVE: psicologia ambiental; espaços verdes urbanos; apropriação do espaço.

RESUMEN

Los parques urbanos en áreas de manglares son fundamentales para la protección ambiental y la calidad de vida, ya que restringen la expansión inmobiliaria en zonas costeras, preservan la cadena alimentaria local y reducen la erosión en las márgenes de los ríos. Este artículo, enmarcado en el campo de la Psicología Ambiental, investiga las potencialidades de apropiación del espacio del Parque Jardim Botânico de Florianópolis, relacionándolas con el ODS 11, con énfasis en las metas 11.2 (transporte seguro, accesible y sostenible), 11.3 (planificación urbana participativa e inclusiva) y 11.7 (espacios públicos seguros, inclusivos y accesibles). El estudio busca contribuir a la planificación urbana y ambiental, considerando los intereses de la comunidad local, así como de visitantes y no visitantes del parque. Se trata de un recorte de una tesis de maestría, centrado en uno de los instrumentos metodológicos adoptados para la construcción de la investigación. En este artículo en particular, se incorporó la temática de la Agenda 2030, ampliando la reflexión sobre los Objetivos de Desarrollo Sostenible en el contexto urbano y ambiental, en articulación con los conocimientos sobre la apropiación de espacios urbanos. Para ello, se consideró el análisis de la aplicación de dos tipos de cuestionarios en línea, divulgados en la comunidad, que obtuvieron 233 participantes. Como resultado, se enumeraron propuestas para una gestión sostenible del área verde pública, fortaleciendo el diálogo entre residentes y gestores y orientando políticas públicas dirigidas a la democratización y cualificación del espacio.

PALABRAS-CLAVES: psicología ambiental; espacios verdes urbanos; apropiación del espacio.

ABSTRACT

Urban parks located in mangrove areas are essential for environmental protection and quality of life, as they limit real estate expansion in coastal zones, preserve the local food chain, and reduce erosion along riverbanks. This article, situated within the field of Environmental Psychology, investigates the potential for space appropriation at the Jardim Botânico Park in Florianópolis, linking it to SDG 11, with a focus on targets 11.2 (safe, accessible, and sustainable transport), 11.3 (participatory and inclusive urban planning), and 11.7 (safe, inclusive, and accessible public spaces). It aims to contribute to urban and environmental planning, taking into account the interests of the local community, as well as those of both visitors and non-visitors of the park. This is a case study derived from a master's thesis, centered on one of the methodological tools adopted for the development of the research. For this specific article, the theme of the 2030 Agenda was incorporated, broadening the reflection on the Sustainable Development Goals in the urban and environmental context, in connection with knowledge on the appropriation of urban spaces. To this end, an analysis was conducted based on two types of online questionnaires, disseminated within the community, which gathered responses from 233 participants. As a result, proposals for the sustainable management of the public green area were listed, strengthening the dialogue between residents and managers, and guiding public policies aimed at the democratization and improvement of the space.

KEYWORDS: environmental psychology; urban green spaces; space appropriation.

Recebido em: 06/04/2025

Aceito em: 01/12/2025

1 INTRODUÇÃO

As áreas verdes urbanas desempenham um papel essencial na promoção de cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, alinhando-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11, que integra os esforços das Nações Unidas para impulsionar os compromissos da Agenda 2030. Dentre as 17 metas globais estabelecidas pela Assembleia Geral da ONU em 2015, o ODS 11, em particular, destaca-se por sua ênfase na construção de cidades e comunidades sustentáveis, o que é diretamente impactado pela qualidade das áreas verdes urbanas.

Nesse contexto, o objetivo geral do artigo é identificar as potencialidades de apropriação do espaço do Parque Jardim Botânico de Florianópolis (PJBF). Já os objetivos específicos buscam relacioná-las ao ODS 11, com especial atenção às metas 11.2 (acesso ao transporte seguro, acessível e sustentável), 11.3 (planejamento urbano participativo e inclusivo) e 11.7 (provisão de espaços públicos seguros, inclusivos e acessíveis)¹.

O estudo foi realizado sob a ótica da Psicologia Ambiental (PA), área de pesquisa multidisciplinar, cujos instrumentos permitem conhecer tanto o uso de um local no presente, quanto levantar desejos da comunidade para o futuro. Trata-se de um campo de conhecimento que “estuda a pessoa em seu contexto, tendo como tema central as inter-relações – e não somente as relações – entre a pessoa e o meio ambiente físico e social” (Moser, 1998, p. 121). Assim, diferentemente do que ocorre na Psicologia tradicional, a PA estuda os seres humanos em seu contexto diário, como parte de seu meio (Ittelson et al., 2005; Rivlin, 2003).

O artigo retoma o conceito de *apropriação do espaço*, “processo psicossocial central na interação do sujeito com seu entorno, por meio do qual o ser humano se projeta no espaço e o transforma em um prolongamento de sua pessoa, criando um lugar seu” (Cavalcante; Elias, 2011, p. 63). Como “a apropriação é um processo psicológico e simbólico através do qual o indivíduo torna o espaço parte de si, o que implica uma relação de identificação e pertencimento mediada pela percepção do ambiente” (Pol, 1996, p. 283), tal conceito é particularmente interessante para estudar a relação pessoa-ambiente, pois possui natureza simbólico-comportamental e permite abordar aspectos temporais. Portanto, trata-se de um termo guarda-chuva que abrange aspectos de identidade de lugar, territorialidade, espaço defensável, sentimento de pertencimento, familiaridade e personalização (Pol, 1988, 1996, 2002; Vidal; Pol, 2004; Benages-Albert et al., 2015).

O estudo aqui apresentado possui ênfase em jardins botânicos de uma maneira pouco convencional, pois seu foco está voltado para o planejamento urbano, embora abordagens desse tema sejam mais comuns nas ciências biológicas. O texto faz uma releitura da dissertação da primeira autora orientada pela segunda desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina e publicada recentemente sob o título “Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo” (Begrow, 2024), cujo trabalho de campo foi desenvolvido no Parque Jardim Botânico de Florianópolis (PJBF) localizado em Santa Catarina, Brasil (apresentado no item 1)

O artigo foca em um dos instrumentos metodológicos da dissertação, os questionários, tendo como objetivo explorar como as ferramentas e discussões da Psicologia Ambiental podem ampliar o alcance dos ODS, especialmente no que se refere à apropriação do espaço, como estratégia para promover cidades que atendam às necessidades de toda a população. Embora a dissertação não tenha se centrado na discussão dos ODS, a análise dos resultados revelou que os dados obtidos podem contribuir para a criação de espaços urbanos mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, alinhados com o ODS 11. Três desses objetivos foram considerados mais relevantes para o texto (ODSs 11.2, 11.3 e 11.4), conforme justificado a seguir.

O ODS 11.2 busca proporcionar acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preços acessíveis para todos, com foco nas necessidades de grupos em situação de vulnerabilidade, como mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos, além de promover a segurança viária e a expansão do transporte público (ONU-Brasil, 2022). O estudo original aprofundou questões relacionadas ao transporte incluindo, por exemplo, a análise da distância dos diferentes bairros até o PJBF, considerando o tempo de deslocamento por distintos modais. No entanto, neste artigo, optou-se por abordar as dimensões subjetivas e a percepção da comunidade sobre os acessos ao parque. A localização do PJBF, em frente a uma rodovia, reforça a necessidade de se discutir o acesso seguro ao local, sobretudo para pessoas em situação de vulnerabilidade, e compreender como a questão é percebida por usuários e por não usuários daquela área verde.

O ODS 11.3 propõe aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, fortalecendo a capacidade de planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis (ONU-Brasil, 2022). Em relação à escolha deste objetivo argumenta-se que a abordagem da Psicologia Ambiental contribui para a promoção de encontros significativos, da coesão social e da participação da comunidade nas decisões sobre o planejamento do parque.

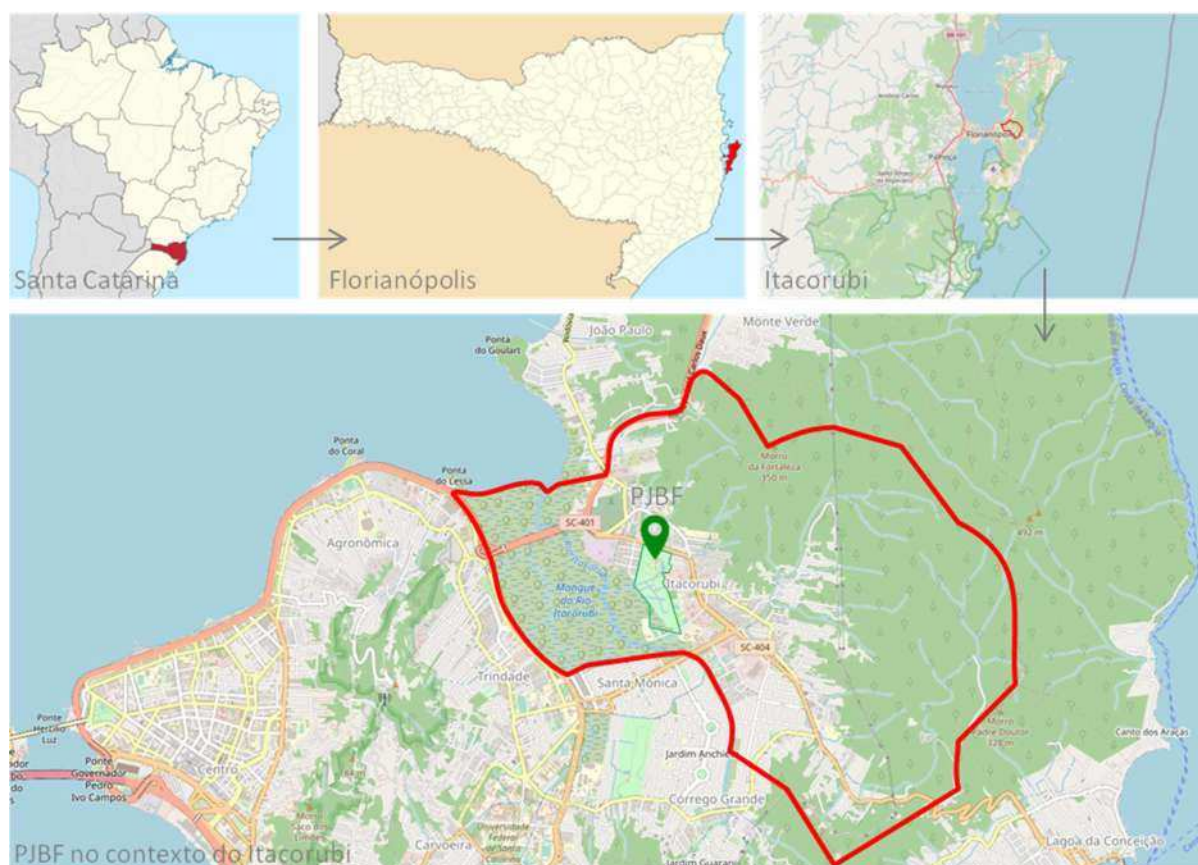
O ODS 11.7 visa garantir o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, especialmente para grupos vulneráveis (ONU-Brasil, 2022). Nesse sentido, estudos da apropriação do espaço (como o aqui apresentado) são importantes aliados para a formulação de estratégias para espaços mais inclusivos e sustentáveis.

Neste contexto, o estudo busca levantar informações sobre o PJBF, identificando: (i) quem utiliza o parque e como o utiliza, e (ii) quem não visita o parque, mesmo vivendo ou trabalhando nas proximidades, e os motivos dessa ausência. Com isso, pretende-se compreender as expectativas desses grupos quanto ao futuro do parque e encontrar maneiras de potencializar sua apropriação pela comunidade local, elemento crucial para a manutenção, democratização e engajamento da população em futuros projetos de melhoria. Para tanto, este artigo está organizado em seis itens: 1) Introdução; 2) O local; 3) Métodos e Procedimentos; 4) Resultados; 5) Discussão dos Resultados; 6) Conclusão e Considerações Finais.

2 O LOCAL

Inaugurado em 24 de setembro de 2016, o local em estudo (Figura 01) foi denominado legalmente Jardim Botânico de Florianópolis 'Major Antônio José de Freitas Noronha' (Lei nº 10.382/2018 - Florianópolis, 2018). Em seu decreto de criação (Decreto nº17.708, de 07 de junho de 2017 - Florianópolis, 2017) consta uma área de dezenove (19) hectares, localizada na porção insular de Florianópolis, mais especificamente no bairro do Itacorubi, na Rodovia Admar Gonzaga, nº11.88. Diante desta dupla identificação, "parque" e "jardim botânico", neste texto optou-se por utilizar a denominação "Parque Jardim Botânico de Florianópolis" (PJBF), adotada na sinalização do local até 2022, pois, durante a pesquisa o uso simultâneo dos dois termos evidenciou disputas e ambiguidades quanto às funções do espaço. Ainda para caracterizar o local, na sequência são apresentadas uma vista aérea do PJBF e imagens que evidenciam seus espaços de convivência e infraestruturas (Figuras 02 a 06).

Figura 01: Localização da área de estudo.



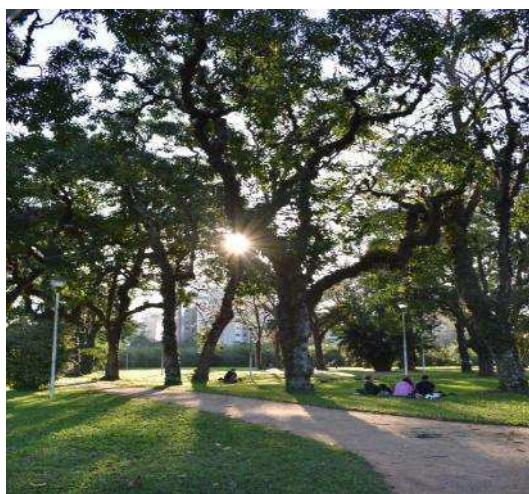
Fonte: Elaborada pelas autoras com base em mapas da Wikipedia e OpenStreetMap, 2023.

Figura 02: Imagem da área de estudo.



Fonte: Foto Prefeitura de Florianópolis/Divulgação ND+ Notícias, 2024.

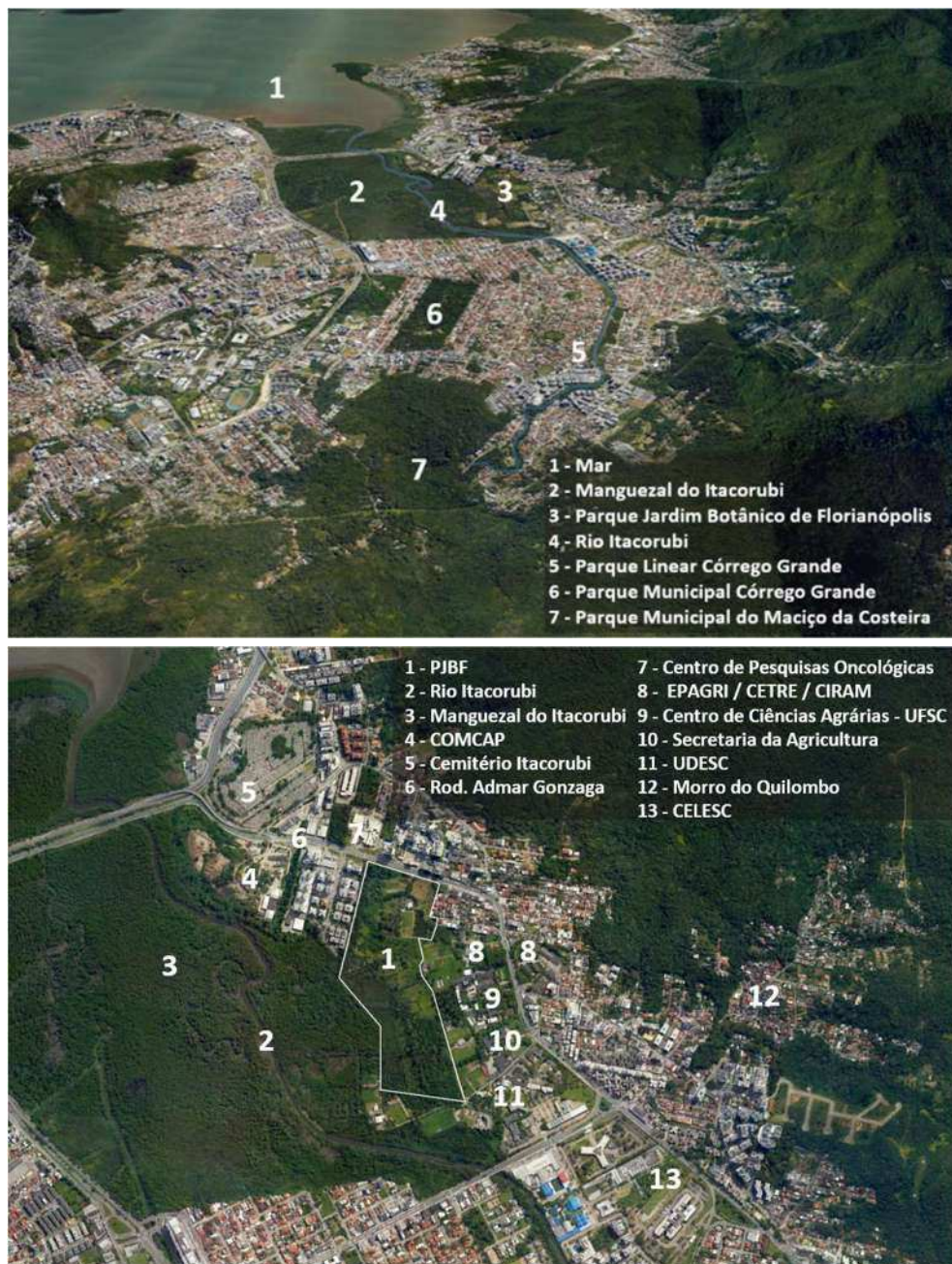
Figuras 03, 04, 05 e 06: Imagens do PJBf.



De cima para baixo, da esq. p/ dir: Acesso (Alameda Imperial), Playground, Plataforma Multiuso, Ponte dos Amores.
Fonte: Elaborado por Begrow, 2024.

A criação de uma área verde na foz de uma bacia hidrográfica possui grande potencial na preservação das espécies de fauna e flora do mangue, especialmente por limitar a expansão imobiliária sobre os terrenos próximos à zona costeira. Ela também possibilita evitar/reduzir a degradação da cadeia alimentar da fauna e microfauna nessa zona de transição terrestre-oceânica, bem como conter/impedir a erosão na margem dos rios (Figura 07). Adicionalmente, pode contribuir para proporcionar a interação humana com o meio ambiente, por meio de atividades físicas, recreativas e de lazer contemplativo, promovendo qualidade de vida e coesão social. Enquanto área verde de lazer, ressalta-se seu potencial para oportunizar atividades educativas, culturais, de pesquisa e de preservação de espécies, o que aponta o grande valor deste espaço para a comunidade. Outra característica da localização do PJBf é sua proximidade ao centro urbano de Florianópolis e de importantes instituições, estando entre regiões marcadas por diferenças socioeconômicas, como o Bairro Itacorubi e o Morro do Quilombo (Figura 08). Esse contexto torna os estudos sobre a região uma oportunidade para debater a acessibilidade aos espaços públicos e o potencial das áreas verdes como vetores de inclusão e promoção da diversidade urbana.

Figuras 07 e 08: Contexto da área de estudo.



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em mapas do Google Earth, 2023.

Até pouco tempo antes de ser aberto à visitação era esperado que o parque contasse com uma parceria público privada, o que acabou não ocorrendo. Ele foi inaugurado às pressas, às vésperas das eleições em 2016, com pouca infraestrutura e sem contar com um projeto urbano/paisagístico adequado aos recursos disponíveis. Em 2022, um plano diretor foi elaborado pela gestão do PJBF. Imediatamente à publicação do plano, iniciaram-se no local algumas obras que reforçaram ao lugar o caráter de jardim botânico, com a adição de novos usos e ampliando as áreas de visitação. Ocorre que não houve durante este processo um estudo aprofundado a respeito dos usos que a população desejava para o local. Assim, o planejamento desta área corre o risco de ser desconectado, e até mesmo contraditório, em relação aos usos e desejos da comunidade local, o que pode resultar na alienação da população e comprometer a capacidade do espaço de cumprir funções sociais e urbanísticas essenciais.

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC (CAAE:55848422.6.0000.0121); os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido junto aos questionários.

A investigação recortada neste artigo, detalhada em Begrow, 2024, corresponde a uma pesquisa exploratória e descritiva, de natureza aplicada e com abordagem mista: qualitativa e quantitativa. Nela a abordagem metodológica preocupou-se com a escolha criteriosa de métodos complementares (Ittelson et al., 2005), englobando pesquisa documental e pesquisa de campo com a elaboração de levantamento *in loco*, questionários e mapeamento comportamental. Neste artigo optou-se por concentrar esforços nos questionários, em razão da relevância e profundidade dos dados obtidos que se ligam ao tema aqui proposto.

Aplicados a maiores de 18 anos, os questionários investigam fatores simbólicos do modelo dual de apropriação do espaço (Pol, 1996, 2002; Vidal; Pol, 2004) e estão divididos em dois formatos, contando com perguntas abertas e fechadas, subdivididas em quatro seções por assunto investigado. O Questionário 01, com 32 perguntas, investigou os visitantes do PJBF e explorou a apropriação do espaço por esses usuários. Já o Questionário 02, com 21 perguntas, foi destinado a moradores ou trabalhadores de bairros próximos que ainda não visitaram o parque, buscando entender as razões da não utilização do local e identificar potencialidades de ocupação do PJBF. Ambos foram elaborados no Google Forms, sendo acessados por meio de um site de direcionamento criado de maneira gratuita na plataforma Wix (bit.ly/jbfloripa).

Quanto à coleta de dados, inicialmente realizou-se um teste piloto e, após os ajustes necessários, aplicaram-se os questionários finais, com o objetivo de alcançar um número amplo e diversificado de participantes, sem limite estatístico pré-estabelecido. Para a divulgação desses questionários utilizou-se como delimitação espacial um raio prioritário de 800 metros partindo do PJBF². Dentro deste raio, os questionários foram distribuídos de duas diferentes maneiras: convites físicos e *online*.

- Convites físicos com link e QR Code para o site de direcionamento - Ao todo, foram entregues 1500 panfletos, de porta em porta, em residências e estabelecimentos comerciais. Além disso, foram expostos 60 banners em associações de bairro, portarias de condomínios e outros espaços públicos.
- Convites online com link para o site de direcionamento - Divulgados em grupos de Facebook e Whatsapp de organizações comunitárias, institucionais e de condomínios residenciais multifamiliares.

O Quadro 01 apresenta as perguntas utilizadas em cada questionário, suas similaridades, diferenças e seções.

Fazemos uma ressalva quanto à ausência de perguntas diretamente voltadas ao transporte seguro e à segurança dos espaços, nos questionários. Conforme explicado na introdução, as perguntas originais não foram formuladas com foco na discussão dos ODS, abordando apenas aspectos de acesso e circulação. No entanto, as respostas dos participantes trouxeram menções espontâneas a esses temas. Embora a dissertação adote outros instrumentos para analisar transporte e acessibilidade inclusiva, incluindo a avaliação do espaço físico (calçadas e vias) e um levantamento sobre os modais utilizados para deslocamento até o parque, considerando diferentes bairros da cidade, devido ao recorte necessário para este artigo, alguns desses dados não puderam ser incluídos na presente análise.

A aplicação dos questionários aconteceu entre os dias 11/03/2023 e 20/05/2023. No tratamento dos dados, as questões fechadas foram avaliadas por estatística descritiva, enquanto as perguntas abertas foram avaliadas por análise de conteúdo temático-categorial (Bardin, 2016).

Quadro 01 - Perguntas dos Questionários 01 e 02.

QUESTIONÁRIO 01	QUESTIONÁRIO 02
Questionário voltado para pessoas que já estiveram presencialmente no PJBF	Questionário voltado para pessoas que nunca visitaram PJBF, mas moram ou trabalham nas proximidades*.
Seção - Uso atual do PJBF	Seção - Se eu visitasse o PJBF
1. Qual a afirmação que melhor corresponde a sua frequência de visitação ao PJBF?	-
2. O que motiva você a ir no PJBF?	1. O que motivaria você a ir no PJBF?
3. Qual o seu horário de visitação preferencial ao PJBF?	2. Qual seria o seu horário de visitação preferencial ao PJBF?
4. Quais atividades que você costuma realizar no PJBF?	3. Quais atividades que você gostaria de realizar se fosse ao PJBF?
5. Qual o seu lugar preferido no PJBF?	-
-	4. Existe algum problema na infraestrutura atual do parque que impede você de visitar o PJBF?
Seção - Apropriação do Espaço do PJBF	Seção - Apropriação do Espaço do PJBF
6. Há quanto tempo você usa as instalações do PJBF?	-
7. Este lugar corresponde àquilo que eu gostaria de encontrar em um jardim botânico?	-
8. Este espaço atende minhas necessidades e aspirações?	-
9. Eu me sinto à vontade para utilizar este lugar?	-
10. Eu sinto que eu tenho controle sobre a utilização deste lugar?	-
11. Eu me sinto pertencente a este lugar?	-
12. Eu me sinto habituado (bem adaptado) às instalações oferecidas pelo PJBF?	-
13. Eu sinto que eu posso modificar este lugar para que ele se adeque às minhas necessidades?	-
14. Eu sinto apego por este lugar?	-
15. Você já esteve envolvido em alguma atividade relacionada ao planejamento/manutenção do parque?	-
Seção - Potencialidades	Seção - Potencialidades
16. O que você considera prioritário existir no PJBF em relação aos ACESSOS?	5. O que você considera prioritário existir no PJBF em relação aos ACESSOS?
17. O que você considera prioritário existir no PJBF em relação às CIRCULAÇÕES?	6. O que você considera prioritário existir no PJBF em relação às CIRCULAÇÕES?
18. O que você considera prioritário existir no PJBF em relação às ÁREAS VERDES?	7. O que você considera prioritário existir no PJBF em relação às ÁREAS VERDES?
19. O que você considera prioritário existir no PJBF em relação aos ESPAÇOS ARQUITETÔNICOS CONSTRUÍDOS E EQUIPAMENTOS?	8. O que você considera prioritário existir no PJBF em relação aos ESPAÇOS ARQUITETÔNICOS CONSTRUÍDOS E EQUIPAMENTOS?
20. Além das opções já citadas, o que mais você acha que deveria existir futuramente no PJBF?	9. Além das opções já citadas, o que mais você acha que deveria existir futuramente no PJBF?
Seção - Quem São os Participantes da Pesquisa	Seção - Quem São os Participantes da Pesquisa
21. Qual sua faixa etária?	10. Qual sua faixa etária?
22. Qual o seu gênero?	11. Qual o seu gênero?
23. Como você se declara quanto à cor/etnia?	12. Como você se declara quanto à cor/etnia?
24. Qual a sua escolaridade?	13. Qual a sua escolaridade?
25. Qual é a cidade onde mora?	14. Qual é a cidade onde mora?
26. Se você mora em Florianópolis, qual bairro?	15. Se você mora em Florianópolis, qual bairro?
27. Qual seu principal vínculo empregatício?	16. Qual seu principal vínculo empregatício?
28. Qual a cidade do seu principal local de trabalho?	17. Qual a cidade do seu principal local de trabalho?
29. Se você trabalha em Florianópolis, qual bairro?	18. Se você trabalha em Florianópolis, qual bairro?
30. Qual sua renda familiar mensal?	19. Qual sua renda familiar mensal?
31. Quanto tempo trabalha e estuda por semana?	20. Quanto tempo trabalha e estuda por semana?
32. Há quanto tempo você mora ou trabalha nas proximidades* do PJBF?	21. Há quanto tempo você mora ou trabalha nas proximidades* do PJBF?

* Proximidades: Itacorubi, Morro do Quilombo, Trindade, Córrego Grande, Parque São Jorge, Santa Mônica ou Jardim Anchieta.

Fonte: elaborado por Begrow, 2024.

4 RESULTADOS

Durante os 70 dias de coleta de dados, 233 pessoas responderam a um dos questionários disponibilizados. O Questionário 01 (Q01) recebeu a maior participação, com 89,27% (n=208)³ dos respondentes; o Questionário 02 (Q02) obteve porcentagem consideravelmente menor, com 10,73% (n=25). Observou-se, portanto, um engajamento maior entre as pessoas que estão familiarizadas com o local.

Os Quadros 02 a 05 resumem as respostas obtidas nos questionários, divididas em quatro seções.

Seção: Uso atual do PJB/ Se eu visitasse o PJB - Investiga como as pessoas utilizam e se apropriam do PJB no momento presente (Q!) ou, no caso do como gostariam de se apropriar dele no momento atual (Q2).

Quadro 02 - Seção: Uso Atual do PJB/Se eu visitasse o PJB.

QUESTIONÁRIO 01*	QUESTIONÁRIO 02**	
Seção – Uso atual do PJB	Seção – Se eu visitasse o PJB	RESUMO DAS RESPOSTAS
1. Qual a afirmação que melhor corresponde a sua frequência de visita ao PJB?	-	(Múltipla escolha, participação: 208 pessoas). A resposta mais votada foi 'visito raramente' (39,4%, n=82 pessoas). Observa-se que a grande maioria (72,1%, n=150 pessoas) afirma ter uma baixa frequência de visita ao PJB, sendo que visitam o local uma vez por mês ou menos.
2. O que motiva você a ir no PJB?	1. O que motivaria você a ir no PJB?	(Caixas de seleção, permitiam mais de uma resposta/pessoa e respostas discursivas). Q01, quest 02* (participação: 207 pessoas/547 respostas). A resposta com maior adesão foi a classe 'contato com a natureza' com 28,5% das respostas (n=156 respostas), compreendendo 75,4% das pessoas (n=156 pessoas). Q02, quest 01 (participação: 25 pessoas/67 respostas). As duas classes de respostas com maior adesão foram 'contato com a natureza' com 72% das respostas (n=18 respostas) e 'descansar/ relaxar' (n=15 respostas). Geral: Então, ambos públicos coincidem na motivação 'contato com a natureza'.
3. Qual o seu horário de visita preferencial ao PJB?	2. Qual seria o seu horário de visita preferencial ao PJB?	(Múltipla escolha). Q01, quest 03 (participação: 206 pessoas). Houve uma diferença pouco significativa entre quem prefere a manhã (44,2%, n=91 pessoas) ou o período da tarde completo (55,8%, n=115 pessoas) (diferença de 24 pessoas). No entanto, os horários do 'início da tarde (12h às 15h)' são os que possuem menor preferência e os do 'final da tarde (15h às 18h)' a maior. Q02, quest 02 (participação: 25 pessoas). A predileção foi claramente para o período de final da tarde (n=17 pessoas). Geral: O período preferido em ambos os grupos é o final da tarde.
4. Quais atividades que você costuma realizar no PJB?	3. Quais atividades que você gostaria de realizar se fosse ao PJB?	(Caixas de seleção, permitiam mais de uma resposta por pessoa e respostas discursivas) Q01, quest 04 (participação: 208 pessoas / 833 respostas). As opções 'atividades de contato com a natureza e ambientais' (31,2%, n=260 respostas); 'atividades físicas e de bem estar' (27,3%, n=227 respostas) e 'atividades de interação social' (10,6%, n=88 respostas) aparecem razoavelmente equilibradas entre si. Q02, quest 03 (participação: 25 pessoas/128 respostas). As três classes mais frequentes são 'atividades físicas e de bem-estar' (33,6%, n=43); 'atividades de contato com a natureza e ambientais' (32,8%, n=42); e por fim 'atividades de interação social' (23,4%, n=30). Geral: Para Q01 e Q02 as classes são similares. Entretanto, a preferência por 'atividades de contato com a natureza e ambientais' (31,2%, n=260) é priorizada para usuários do PJB (Q01), enquanto 'atividades físicas e de bem-estar' (33,6%, n=43) é a opção mais citada para pessoas que não frequentam o local (Q02).
5. Qual o seu lugar preferido no PJB?	-	(Múltipla escolha) (participação: 208 pessoas). O lugar preferido das pessoas foi o lago (35,6%, n=74) sendo que os lugares mais citados apontam para uma preferência por locais voltados para a 'socialização/contemplação/descanso' (60,8%, n=127).
-	4. Existe algum problema na infraestrutura atual do parque que impede você de visitar o PJB?	(Discursiva aberta, participação: 17 respostas). A maioria das pessoas afirmou desconhecer problemas do local ou não apontaram problemas (n=10 respostas). Isso era esperado, pois as pessoas não conhecem o local. No entanto, houve menção à pouca quantidade de vagas de estacionamento em dias de eventos e a sua má sinalização (n=3 respostas); também foi apontada como problema a proibição de ingresso de animais de estimação (n=2 respostas), horários e dias de visita limitados (n=1 resposta) e que o espaço era "sem graça" (n=1 resposta).

(Notação: Q01, quest 01 = Questionário 01, questão 01).

*Q01 - para pessoas que estiveram presencialmente no PJB

**Q02 - para pessoas que nunca visitaram PJB, mas moram ou trabalham nas proximidades

Proximidades: Itacorubi, Morro do Quilombo, Trindade, Córrego Grande, Parque São Jorge, Santa Mônica ou Jardim Anchieta.

Fonte: elaborado por Begrow, 2024.

Seção: Apropriação do Espaço do PJB - Nela constam 10 questões que, considerado o modelo dual de apropriação do espaço (Pol, 1996, 2002; Vidal; Pol, 2004), investigam como as pessoas se apropriam do PJB. Elas exploram identidade de lugar, controle, personalização, territorialidade/espaço defensável, apego, pertencimento, habituação/familiaridade e privacidade (Barbey, 1976), além de engajamento na defesa do espaço público e tempo de uso do lugar. O Q2 não possui perguntas nesta seção, pois considerou-se que, embora as pessoas até possam se apropriar de modo simbólico do local, não há apropriação presencial para pessoas que nunca visitaram o PJB.

Quadro 03 - Seção: Apropriação do espaço do PJB

QUESTIONÁRIO 01*	Resumo das Respostas
Seção - Apropriação do espaço do PJB	
6. Há quanto tempo você usa as instalações do PJB?	(Múltipla escolha, participação: 207 pessoas). Constatou-se que o vínculo com o lugar é intermediário em relação ao tempo avaliado. 'Visito desde a época da inauguração' (46,9%, n=97) foi a opção mais votada, apontando que a maioria das pessoas conhecem o local há aproximadamente sete anos (2016-2023). Poucas pessoas conhecem o espaço desde antes de sediar o PJB (15,5%, n=32), não indicando um vínculo histórico das pessoas com o lugar estudado.
7. Este lugar corresponde àquilo que eu gostaria de encontrar em um jardim botânico?	(Escala linear/Likert, participação: 208 pessoas). A maioria afirmou que o PJB 'corresponde bastante' (36,5%, n=76), muitas pessoas também manifestaram-se 'neutras' (32,7%, n=68). Poucas indicaram as opções extremas: 'não corresponde' (3,4%, n=7) ou 'corresponde totalmente' (14,4%, n=30). As duas opções de respostas negativas ('não corresponde', 'pouco correspondente') foram as menos citadas.
8. Este espaço atende minhas necessidades e aspirações?	(Escala linear/Likert, participação: 208 pessoas). Obteve maior adesão para 'atende bastante' (36,1%, n=75), seguido por 'neutro' (29,8%, n=62) e depois 'atende totalmente' (19,2%, n=40). Neste caso, as duas opções de respostas negativas ('não atende', 'atende pouco') também foram as menos citadas.
9. Eu me sinto à vontade para utilizar este lugar?	(Escala linear/Likert, participação: 207 pessoas). As pessoas indicam sentirem-se 'totalmente à vontade' no PJB (58,9%, n=122).
10. Eu sinto que eu tenho controle sobre a utilização deste lugar?	(Escala linear/Likert, participação: 206 pessoas). Os resultados com maior votação foram 'neutro' e 'bastante controle' empatados com 29,6% (n=61) dos votos. Observa-se, contudo, que embora os números apontem para uma maioria afirmando sentir-se com algum controle sobre o espaço (somatória das respostas 'bastante controle' e 'total controle'=50,5%, n=104), há uma parcela considerável de quase metade das pessoas (somatória das respostas 'não sinto controle', 'pouco controle' e 'neutro'=49,5%, n=102), que se sentem de maneira contrária ou de forma ambivalente (neutra).
11. Eu me sinto pertencente a este lugar?	(Escala linear/Likert, participação: 2078 pessoas). A resposta mais votada foi 'bastante pertencente' (35,6%, n=74) e, ainda, mais da metade dos participantes demonstraram ter uma forte identificação com o lugar, alcançando 67,8% ('bastante pertencente' + 'totalmente pertencente'=141 pessoas) dos participantes.
12. Eu me sinto habituado (bem adaptado) às instalações oferecidas pelo PJB?	(Escala linear/Likert, participação: 208 pessoas). As pessoas estão habituadas (bem adaptadas) ao PJB em um grau considerável, apontando 'bastante habituado' (31,3%, n=65) ou 'totalmente habituado' (30,8%, n=64), como as duas opções de respostas mais frequentes.
13. Eu sinto que eu posso modificar este lugar para que ele se adeque às minhas necessidades?	(Escala linear/Likert, participação: 208 pessoas). Posicionaram-se de maneira 'neutra' (30,8%, n=64) em primeiro lugar e em segundo lugar 'não posso modificar' (26,9%, n=56). Na sequência, um número também significativo de 23,6% (n=49) dos participantes alegaram 'posso modificar pouco'. As duas opções de respostas menos citadas foram: 'posso modificar bastante', com 11,5% (n=24) dos participantes e 'posso modificar totalmente' (7,2%, n=15).
14. Eu sinto apego por este lugar?	(Escala linear/Likert, participação: 208 pessoas). As respostas por ordem de frequência foram: 'totalmente apegado' 26,9% (n=56), 'neutro' 26,4% (n=55), 'bastante apegado' 24,5% (n=51), 'não sinto apego' 11,5% (n=24) e por fim, 'pouco apegado' 10,6% (n=22). Então, em geral, as pessoas apontaram níveis de apego elevados e moderados.
15. Você já esteve envolvido em alguma atividade relacionada ao planejamento/manutenção do parque?	(Caixas de seleção, então permitia mais de uma resposta por pessoa. Participação: 208 pessoas/214 respostas). A maioria das respostas (81,2%, n=173) aponta para o fato de que as pessoas não estiveram envolvidas em atividades relacionadas ao planejamento/manutenção do PJB.

(Notação: Q01, quest 01 = Questionário 01, questão 01).

*Q01 - para pessoas que estiveram presencialmente no PJB

Proximidades: Itacorubi, Morro do Quilombo, Trindade, Córrego Grande, Parque São Jorge, Santa Mônica ou Jardim Anchieta.

Fonte: elaborado por Begrow, 2024.

Seção: Potencialidades - Composta por 5 questões examinando as prioridades dos participantes para o futuro do PJBF e focando nas suas potencialidades. As perguntas são idênticas para Q01 e Q02.

Quadro 04 - Seção: Potencialidades.

QUESTIONÁRIOS 01 e 02	Resumo das Respostas
Seção - Potencialidades	
<p>16. O que você considera prioritário existir no PJBF em relação aos ACESSOS?</p>	<p>(Grade de múltipla escolha: nenhuma prioridade, baixa prioridade, média prioridade e máxima prioridade). Foram avaliados dez (10) itens: 'ligação com demais parques ao longo da Bacia do Itacorubi', 'estacionamento de carros maior que o atual', 'estacionamento de carros menor que o atual', 'cerca em todo o entorno', 'sem cerca no entorno, apenas algumas áreas (ex. playground)', 'portal de entrada maior, mais chamativo', 'portões de acesso em outros pontos do PJBF', 'estacionamento de bicicletas maior ou melhor que o atual', 'melhorar calçadas de acesso ao PJBF' e 'melhorar a travessia de pedestres na rodovia'. Q01, quest 16 (participação: 208 pessoas) A categoria mais votada <i>como um todo</i> foi 'nenhuma prioridade' (27,26% = 567 votos de um total de 2080 votos)⁴ indicando que Acessos não é o tema prioritário para usuários do PJBF. Entretanto, houve itens isolados apontados como sendo de 'máxima prioridade' como 'melhorar travessia de pedestres na rodovia' (n=130) e 'melhorar calçadas de acesso ao PJBF' (n=93). Q02, quest 05 (participação: 25 pessoas). O tema <i>como um todo</i> foi considerado de 'média prioridade' (27,6% = 69 votos de um total de 250 votos). Avaliando isoladamente cada item, são considerados como de máxima prioridade apenas 'melhorar travessia de pedestres na rodovia' (n=16) e 'melhorar calçadas de acesso ao PJBF' (n=12). Geral: Conclui-se, então, que o tema Acessos possui nenhuma prioridade para usuários (Q01) e média prioridade para pessoas que nunca visitaram o local (Q02). Para ambos os grupos coincide maior prioridade quanto a 'melhorar travessia de pedestres na rodovia' e 'melhorar calçadas de acesso ao PJBF.'</p>
<p>17. O que você considera prioritário existir no PJBF em relação às CIRCULAÇÕES?</p>	<p>(Grade de múltipla escolha: nenhuma prioridade, baixa prioridade, média prioridade e máxima prioridade). Foram avaliados sete (7) itens: 'presença de passarelas e mirantes no mangue', 'roteiro educativo com explicações sobre a fauna/flora', 'acessibilidade para pessoas com deficiência', 'trilha ecológica', 'ciclovias', 'trilhas somente para pedestres', 'trilhas longas seguindo o Rio Itacorubi (ciclovias e pedestres)'. Q01, quest 17 (participação: 208 pessoas) No tema <i>como um todo</i> opção 'máxima prioridade' foi a mais votada (58,17% = 847 votos de um total de 1456 votos), dentre os 7 itens possíveis 6 foram nessa categoria (máxima prioridade). O item 'acessibilidade para pessoas com deficiência' (n=163) obteve maior votação, seguido por 'trilha ecológica' (n=149), 'trilhas longas seguindo o Rio Itacorubi (ciclovias e pedestres)' (n=130), 'roteiro educativo com explicações sobre a fauna/flora' (n=118), 'trilhas somente para pedestres' (n=112) e 'ciclovias' (n=110). Q02, quest 06 (participação: 25 pessoas). O tema <i>como um todo</i> também foi considerado de 'máxima prioridade' (55,43% = 97 votos de um total de 175 votos). Isoladamente, os itens considerados como sendo de máxima prioridade foram em ordem: 'acessibilidade para pessoas com deficiência', (n=23 votos); 'trilha ecológica', (n=17 votos); 'roteiro educativo com explicações sobre a fauna/flora', (n=15); 'ciclovias', (n=14) e 'trilhas somente para pedestres' (n=10 votos). Destaca-se ainda que o item 'trilhas longas seguindo o Rio Itacorubi (ciclovias e pedestres)' ficou com votação empatada para máxima prioridade e média prioridade (n=9 votos). Foi exceção a presença de passarelas e mirantes no mangue que obteve votação mais expressiva para média prioridade (n=97 votos). Geral: Para ambos os questionários, o tema 'Circulações' <i>como um todo</i> foi considerado de 'máxima prioridade'. Muitos itens isoladamente também foram considerados como de máxima prioridade, mas 'acessibilidade para pessoas com deficiência' e 'trilha ecológica' apareceram como os dois mais votados para Q01 e Q02.</p>
<p>18. O que você considera prioritário existir no PJBF em relação às ÁREAS VERDES?</p>	<p>Foram avaliados oito (8) itens: 'somente vegetação original de mangue', 'canteiros com coleção de plantas', 'canteiros de plantas medicinais (maiores que os existentes)', 'jardim dos cinco sentidos (sensorial)', 'estrutura para proteger vegetação/estufa (maior que existente)', 'jardins temáticos (exemplo: jardim das nações)', 'orquidário' e 'pomar'. Q01, quest 18 (participação: 208 pessoas) (Grade de múltipla escolha)⁵: nenhuma prioridade, baixa prioridade, média prioridade e máxima prioridade. Nesta questão o tema <i>como um todo</i> foi considerado de 'máxima prioridade', (41,41% = 689 votos de um total de 1664 votos). Isoladamente, os itens considerados de máxima prioridade foram: 'pomar' (n=126); 'jardim dos cinco sentidos (sensorial)' (n=107), 'orquidário' (n=88) e 'estrutura para proteger vegetação/estufa (maior que existente)' (n=77). Merece menção ainda a opção 'canteiros de plantas medicinais (maiores que os existentes)', que obteve empate entre média e máxima prioridade (n=89). Q02, quest 07 (participação: 25 pessoas). Esta questão foi de múltipla escolha, os itens receberam votação de acordo com a seguinte ordem: 'somente vegetação original de mangue' (n=8), 'canteiros com coleção de plantas' (n=4) e 'jardim dos cinco sentidos (sensorial)' (n=4), 'plantas medicinais' (n=3) e 'pomar' (n=3), 'jardins temáticos (ex.:jardim das nações)' (n=2) votos, 'estrutura para proteger vegetação/estufa' (n=1) e 'orquidário' (n=0). Então, através das votações, percebe-se que as pessoas consideram prioritário 'existir somente vegetação original de mangue' no PJBF. Geral: No Q01 'pomar' foi o item considerado como de máxima prioridade, já no Q02 'somente vegetação original de mangue' foi a opção com mais votos. A título de comparação, esse mesmo item ('somente vegetação original de mangue'), no Q01, obteve empate de votos entre baixa prioridade e média prioridade (n=67).</p>
<p>19. O que você considera prioritário existir no PJBF em relação aos ESPAÇOS ARQUITETÔNICOS CONSTRUÍDOS E EQUIPAMENTOS?</p>	<p>(Grade de múltipla escolha: nenhuma prioridade, baixa prioridade, média prioridade e máxima prioridade). Foram avaliados doze (12) itens: 'concha acústica', 'museu (maior que o existente)', 'teatro/auditório para palestras', 'escola ambiental', 'espaço de pesquisa, registro de plantas e herbário', 'biblioteca', 'quadras esportivas', 'parque infantil (maior que o existente)', 'restaurante/cafeteria', 'espaço para venda de lembranças e souvenirs', 'banheiros e vestiários', 'mesas e bancos (mais que os existentes)'. Q01, quest 19 (participação: 208 pessoas). O tema <i>como um todo</i> foi considerado como de 'máxima prioridade' (37,78% = 943 votos de um total de 2496 votos). Já entre os itens, sete (7) foram votados como de 'máxima prioridade': 'banheiros e vestiários' (n=124), 'espaço de pesquisa, registro de plantas e herbário' (n=123), 'escola ambiental' (n=116), 'mesas e bancos (mais que os existentes)' (n=105), 'restaurante/cafeteria' (n=83), 'biblioteca' (n=83) e 'parque infantil (maior que o existente)' (n=68). Q02, quest 08 (participação: 25 pessoas). O tema <i>como um todo</i> foi considerado de 'máxima prioridade' (45,67% = 137 votos de um total de 3006 votos). Oito, dentre doze, itens foram considerados de 'máxima prioridade': 'banheiros e vestiários', (n=22);</p>

	<p>'mesas e bancos (mais que os existentes)'(n=20), 'escola ambiental' (n=16), 'espaço de pesquisa, registro de plantas e herbário' (n=14), 'restaurante/cafeateria' (n=13), 'parque infantil (maior que o existente)'(n=12), 'quadras esportivas' (n=11), 'biblioteca' (n=9)</p> <p><u>Geral:</u> Ambos grupos consideram o tema 'Espaços Arquitetônicos Construídos e Equipamentos' como sendo de 'máxima prioridade'. Comparativamente entre os três primeiros itens mais votados para os Q01 e Q02 coincidem dois itens: 'banheiros e vestiários' e 'escola ambiental'.</p>
20. Além das opções já citadas, o que mais você acha que deveria existir futuramente no PJBF?	<p>(Discursiva aberta)</p> <p><u>Q01, quest 20</u> (participação:99 pessoas). A classe 'Flora e fauna', voltada para respostas que demonstravam preocupação com as plantas e animais e/ou falavam sobre espécies e tipos de jardins, foi o grupo que obteve maior número de elementos temáticos (n=38), portanto maior relevância.</p> <p><u>Q02, quest 09</u> (participação:10 pessoas). Os elementos temáticos que se referiam à classe 'espaço pet/feira adoção de animais' (n= 3 de 10 respostas) foram maioria.</p> <p><u>Geral:</u> Em respostas discursivas abertas os grupos divergiram em termos do que acham que deva existir futuramente no PJBF.</p>

(Notação: Q01, quest 01 = Questionário 01, questão 01).

*Q01 - para pessoas que estiveram presencialmente no PJBF

**Q02 - para pessoas que nunca visitaram PJBF, mas moram ou trabalham nas proximidades

Proximidades: Itacorubi, Morro do Quilombo, Trindade, Córrego Grande, Parque São Jorge, Santa Mônica ou Jardim Anchieta.

Fonte: elaborado por Begrow, 2024.

Seção: Participantes da pesquisa - Investiga os dados sociodemográficos dos participantes, visando analisar a diversidade de visitantes do PJBF e relacionar seu perfil aos demais aspectos da pesquisa. As perguntas são idênticas para os dois questionários.

Quadro 05 - Seção: Quem são os participantes da pesquisa.

QUESTIONÁRIOS 01 e 02	
Seção - Quem São os Participantes da Pesquisa	Resumo das Respostas
21. Qual sua faixa etária?	<p>(Múltipla escolha) - 8 opções de resposta: 'menos de 20 anos'; '21 a 30 anos'; '31 e 40 anos'; '41 a 50 anos'; '51 a 60 anos'; '61 a 70 anos'; '71 a 80 anos' e 'mais de 81 anos'.</p> <p><u>Q01, quest 21</u> (participação: 207 pessoas) as três faixas mais presentes foram: '21 a 30 anos' (18,4%, n=38); '31 e 40 anos' (30,4%, n=63) e '41 a 50 anos' (27,5% - n=57). Não houve participantes com 'mais de 81 anos' (n=0).</p> <p><u>Q02, quest 09</u> (participação: 25 pessoas), as faixas etárias mais presentes foram '21 a 30 anos' (n=8); '31 e 40 anos' (n=8) e '41 a 50 anos' (n=6). Não houve participantes com 'menos de 20 anos', '51 e 60 anos', '71 a 80 anos' ou 'mais de 81 anos'.</p> <p><u>Geral:</u> Ambos os questionários indicam presença mais expressiva de pessoas nas faixas entre de entre 21 e 50 anos. Para ambos os grupos, as faixas menos votadas foram de 51 anos em diante ou menos de 20 anos.</p>
22. Qual o seu gênero?	<p>(Múltipla escolha) 3 opções de respostas: 'feminino', 'masculino' e 'não binário'.</p> <p><u>Q01, quest 22</u> (participação: 208 pessoas) a maioria apontou ser do gênero feminino (68,8%, n=143).</p> <p><u>Q02, quest 11</u> (participação: 25 pessoas), onde a maioria também indicou ser do gênero 'feminino' (n=17).</p> <p><u>Geral:</u> Respostas similares para Q01 e Q02.</p>
23. Como você se declara quanto à cor/etnia?	<p>(múltipla escolha) 6 opções de resposta: 'branca', 'preta', 'parda', 'amarela', 'indígena', 'não declarada'.</p> <p><u>Q01, quest 23</u> (participação: 208 pessoas). A cor/etnia branca foi apontada como maioria (84,1%, n=175).</p> <p><u>Q02, quest 12</u> (participação: 25 pessoas). A cor/etnia branca foi a mais citada (n=22).</p> <p><u>Geral:</u> Respostas similares para Q01 e Q02.</p>
24. Qual a sua escolaridade?	<p>(Múltipla escolha). 8 opções de respostas: 'nenhuma'; 'fundamental incompleto'; 'fund. completo'; 'ensino médio incompleto'; 'ens médio completo'; 'ensino superior incompleto'; 'ens superior completo' e 'pós graduação (incompleto ou completo)'.</p> <p><u>Q01, quest 24</u> (participação: 208 pessoas) indicou participação de indivíduos com elevado nível educacional, em sua maioria com 'pós-graduação (incompleto ou completo)' (65,9%, n=137) ou ensino 'superior completo' (18,8%, n=39).</p> <p><u>Q02, quest 13</u> (participação: 25 pessoas) a maioria também apontou 'pós-graduação (incompleto ou completo)' (n=21).</p> <p><u>Geral:</u> Respostas similares para Q01 e Q02.</p>
25. Qual é a cidade onde mora?	<p>(Múltipla escolha)</p> <p><u>Q01, quest 25</u> (participação: 207 pessoas). A maioria absoluta disse ser de Florianópolis (96,1%, n=199), embora algumas poucas afirmam morar em cidades vizinhas.</p> <p><u>Q02, quest 14</u> (participação: 25 pessoas). Todos os participantes moram em Florianópolis (n=25).</p> <p><u>Geral:</u> Predominam moradores de Florianópolis para Q01 e Q02.</p>
26. Se você mora em Florianópolis, qual bairro?	<p>(Múltipla escolha - somente para pessoas que dizem morar em Florianópolis)</p> <p><u>Q01, quest 26</u> (participação: 200 pessoas). Indicou o bairro Itacorubi (68,5%, n=137) como o mais votado. Somando-se aos demais bairros da Bacia do Itacorubi (Trindade, Pantanal, Córrego Grande, Carvoeira e Santa Mônica), as respostas totalizam 83,5% (n=167)⁶.</p> <p><u>Q02, quest 15</u> (participação: 25 pessoas). Também preponderam moradores do Itacorubi (n=9 de 25 pessoas). Os votos restantes (n=16 de 25 pessoas) apontaram para os demais bairros localizados na Bacia do Itacorubi.</p> <p><u>Geral:</u> Portanto, os questionários demonstram que a maior parte das pessoas mora nas proximidades do PJBF.</p>
27. Qual seu principal vínculo empregatício?	<p>(Caixas de seleção, então permitia que as pessoas pudessem dar mais de uma resposta). 6 opções de resposta: 'trabalho em órgãos públicos'; 'trabalho para uma empresa privada'; 'sou autônomo'; 'sou aposentado'; 'não estou empregado'; 'trabalho em uma ONG'.</p>

	<p>Q01, quest 27 (participação: 206 pessoas/214 respostas). A grande maioria apontou estar empregada, em meio as 214 respostas, foram as opções mais votadas 'trabalho em órgãos públicos' (30,8%, n=66) ou 'trabalho para uma empresa privada' (29%, n=62).</p> <p>Q02, quest 16 (participação: 25 pessoas/25 respostas). O principal vínculo é com empresas privadas (n=10).</p> <p>Geral: Em ambos os grupos as pessoas afirmam estar empregadas, entretanto pessoas que já estiveram no PJB (Q01) trabalham principalmente em órgãos públicos e pessoas que nunca visitaram PJB, mas moram ou trabalham nas proximidades, encontram-se trabalhando principalmente no setor privado.</p>
28. Qual a cidade do seu principal local de trabalho?	<p>(Múltipla escolha)</p> <p>Q01, quest 28 (participação: 197 pessoas) indicaram maioria de pessoas trabalhando em Florianópolis (86,8%, n=171).</p> <p>No Q02, quest 17 (participação: 23 pessoas) também predominaram trabalhadores de Florianópolis (n=19).</p> <p>Geral: Predominam trabalhadores de Florianópolis para Q01 e Q02.</p>
29. Se você trabalha em Florianópolis, qual bairro?	<p>(Múltipla escolha)</p> <p>Q01, quest 29 (participação: 175 pessoas).</p> <p>O bairro Itacorubi foi o mais votado (39,4%, n=69).</p> <p>Q02, quest 18 (participação: 18 pessoas) Itacorubi foi o bairro mais votado (n=11).</p> <p>Geral: O bairro mais votado foi o Itacorubi para ambos os grupos.</p>
30. Qual sua renda familiar mensal?	<p>(Múltipla escolha). 5 opções de respostas: 'até 3 salários mínimos', 'de 3 a 5 salários mínimos', 'de 5 a 10 salários mínimos', 'de 10 a 20 salários mínimos' e 'mais de 20 salários mínimos'.</p> <p>Q01, quest 30 (participação: 203 pessoas). A faixa mais representativa foi 'entre 5 a 10 salários mínimos' (39,9%, n=81).</p> <p>Q02, quest 19 (participação: 23 pessoas). A faixa 'entre 5 a 10 salários mínimos' foi indicada como maioria.</p> <p>Geral: Então, em relação à renda familiar mensal, ambos questionários apresentaram uma posição intermediária entre as opções apresentadas.</p>
31. Quanto tempo trabalha e estuda por semana?	<p>(Múltipla escolha) 4 opções de resposta: 'não trabalho nem estudo', 'até 20 horas', 'entre 20h e 40h' e 'mais de 40 horas'.</p> <p>Q01, quest 31 (participação: 204 pessoas). As duas opções mais votadas foram 'entre 20h e 40h' (47,1% - n=96) e 'mais de 40 horas' (38,7% - n=79).</p> <p>Q02, quest 20 (participação: 24 pessoas). A maior proporção de respostas, foi 'mais que 40h' equivalente a treze (n=13).</p> <p>Geral: O resultado indica que os participantes têm pouco tempo livre, especialmente o grupo de pessoas que não frequentam o PJB, mas mora ou trabalha nas proximidades (Q02).</p>
32. Há quanto tempo você mora ou trabalha nas proximidades* do PJB?	<p>(Múltipla escolha) Opções de resposta: 'não moro nem trabalho nas proximidades do PJB' (opção existente somente para Q01 - pois era critério excludente para participação em Q02), 'menos de 1 ano', 'entre 1 e 5 anos' e 'mais de 5 anos'.</p> <p>Q01, quest 32 (participação: 205 pessoas). Mais da metade dos participantes mora ou trabalha nas proximidades do PJB há 'mais de cinco anos' (53,7%, n=110), dentre as opções, a opção indicando maior tempo.</p> <p>Q02, quest 21 (participação: 24 pessoas). A maioria (n=13 de 24 pessoas) relatou que mora ou trabalha nas proximidades do PJB "entre 1 e 5 anos". Portanto, estão na área por menos tempo (comparado com as pessoas que responderam ao Q01).</p> <p>Geral: Portanto, em relação ao tempo que moram ou trabalham nas proximidades do PJB, usuários (Questionário 01) indicam estarem na área há mais tempo do que as pessoas que não frequentam o PJB (Q02).</p>

(Notação: Q01, quest 01 = Questionário 01, questão 01).

*Q01 - para pessoas que estiveram presencialmente no PJB

**Q02 - para pessoas que nunca visitaram PJB, mas moram ou trabalham nas proximidades

Proximidades: Itacorubi, Morro do Quilombo, Trindade, Córrego Grande, Parque São Jorge, Santa Mônica ou Jardim Anchieta.

Fonte: elaborado por Begrow, 2024.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A discussão dos resultados foca nas informações extraídas dos questionários que têm maior relevância para a apropriação de espaços verdes urbanos, estabelecendo conexões diretas com as metas 11.2, 11.3 e 11.7 dos ODS, os quais ressaltam a importância da acessibilidade a áreas públicas e da urbanização inclusiva e sustentável, além de enfatizar o papel fundamental do planejamento e da gestão participativa de assentamentos humanos. Nos questionários, a apropriação do espaço foi avaliada, dentre outros aspectos, pela verificação do envolvimento em atividades de planejamento e manutenção do parque, pela percepção de controle sobre a utilização do PJB e pela possibilidade de modificá-lo.

Embora não tenham sido elaborados especificamente para analisar os ODS, algumas seções ou perguntas dos questionários estão alinhadas a eles, algumas das quais se aplicando a mais de um ODS, devido à sua interconexão. O quadro 06 faz o cruzamento os dados dos questionários com os ODS, facilitando sua análise e discussão posterior.

Quanto ao envolvimento em planejamento ou manutenção do parque, 81,2% (n=173 - Q01, quest. 15) dos participantes afirmaram não estar envolvidos, indicando uma falta de engajamento com a defesa do espaço público. Esse percentual é ainda mais significativo ao considerar que o número se refere especificamente a pessoas que já frequentaram o PJB e responderam ao questionário, ou seja, um grupo teoricamente mais propenso a se envolver.

Em relação ao controle sobre a utilização do parque, quase metade dos participantes (49,5%, n=102) se sentiram com controle neutro ou baixo (6,8% "não sinto controle", 13,1% "pouco controle" e 29,6% "neutro" -

Q01, quest. 10) o que pode refletir dificuldades na apropriação do espaço e na construção de sentimentos de territorialidade/espaço defensável.

Quanto à possibilidade de modificar o PJBf para atender às suas necessidades, 81,3% (n=169 - Q01, quest. 13) se mostraram neutros ou indicaram baixa capacidade de modificação (“neutra” 30,8%, “não posso modificar” 26,9%, “posso modificar pouco” 23,6%). Então, em relação a personalização e identidade de lugar também observam-se desafios no âmbito da Psicologia Ambiental.

Quadro 06 – Objetivos dos ODS x dados dos questionários.

11	ODS 11	Dados dos questionários
	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	
11.2	Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.	Seção – Potencialidades As duas primeiras questões dos diferentes questionários revelam prioridades da população em relação a acessos e circulações.
11.3	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.	Seção - Apropriação do Espaço do PJBf As questões 6 a 15 do questionário 01 abordam a apropriação do espaço, focando na urbanização inclusiva e sustentável, e fornecem dados sobre o processo participativo e a gestão do PJBf.
		Seção – Potencialidades Informa ponto de vista da população para o planejamento e uso do PJBf.
11.7	Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência	A Seção Uso Atual do Parque/ Se eu visitasse o PJBf Dados sobre o uso da área e o que tornaria o local mais atrativo às pessoas.
		Seção - Quem São os Participantes da Pesquisa Possibilita entender quem frequenta e quem não frequenta o PJBf.

Fonte: elaborado pelas autoras, 2025.

Esses resultados contrastam fortemente com o item 11.3 do ODS, que propõe aumentar “as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis”. No que diz respeito à integração da cidade, há ainda outros pontos a se considerar:

A análise também revelou que os frequentadores do PJBf (Q01) são majoritariamente adultos entre 31 e 50 anos, mulheres, autodeclarados brancos, com pós-graduação (concluída ou em andamento). Residindo na área há mais de cinco anos, eles/elas trabalham nas proximidades entre 20h e 40h semanais, ocupam cargos no setor público ou privado, têm renda familiar mensal entre 5 e 10 salários-mínimos. Por sua vez, os não frequentadores (Q02), que também moram e/ou trabalham nas proximidades, apresentaram menor tempo de residência ou trabalho na região, vínculo empregatício predominante no setor privado e maior carga de trabalho ou estudo, ocasionando menos tempo livre.

Assim, a pesquisa aponta que fatores como vínculo empregatício, disponibilidade de tempo livre e duração da permanência na área são determinantes para a frequência ao PJBf, corroborando a literatura que destaca a influência desses aspectos na apropriação de espaços (Zhu; Fu, 2017). Os dados também evidenciam limitações no papel do PJBf como vetor de integração urbana, dado o perfil relativamente homogêneo dos frequentadores e as barreiras demográficas e sociais identificadas.

Algumas considerações sobre os recortes demográficos específicos pesquisados são bastante relevantes.

A faixa etária é um recorte mencionado duas vezes no ODS 11.7, ao se referir especificamente a idosos e crianças: “particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência” (grifo nosso). É também mencionado duas vezes no ODS 11.2: “com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos”. Os questionários do PJBf, restritos a maiores de 18 anos, não permitem medir isoladamente a presença de crianças. No entanto, em conjunto com o mapeamento comportamental (n=3731) da pesquisa original (BEGROW, 2024) aponta-se que 77,22% dos frequentadores são adultos, com predominância de pessoas acima de 31 anos (78,7%, n=163).

Para atrair um público mais diverso, recomenda-se melhorar a infraestrutura existente e criar atividades voltadas a faixas etárias mais jovens. No caso dos idosos, pode ter havido defasagem nas respostas, já que, apesar da distribuição de 1.500 panfletos físicos, os questionários foram realizados online. Entretanto, há também a possibilidade de faltarem atrativos para esta faixa etária ou impeditivos que dificultem o acesso dessas pessoas. Autores como Makita et al. (2020) e Rioux et al. (2016), apontam que, para atender aos idosos, o planejamento urbano deve proporcionar rotas seguras, caminhos livres de obstáculos e facilidades para atravessar ruas. Observações realizadas no PJBF reforçam esses pontos: na pergunta sobre acessos as calçadas em más condições e travessias inseguras na Rodovia Admar Gonzaga foram citadas nos levantamentos de acessibilidade e priorizadas nos questionários como melhorias urgentes. Essas inadequações contrastam com a meta do ODS 11.7 de “proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos e acessíveis” (grifo nosso). Requalificar calçadas, tornar os acessos mais seguros e divulgar as melhorias de forma direcionada são passos essenciais para atrair idosos e outros usuários com necessidades específicas (o tema acessibilidade será retomado mais adiante). Por fim, salienta-se que, a apropriação de espaços públicos por idosos ocorre também pela idealização (Benages-Albert et al., 2015), destacando a importância de divulgar melhorias voltadas a esse público. Isso se reflete nas respostas que os dois questionários obtiveram: há em ambos coincidência a respeito da maior prioridade quanto a ‘melhorar travessia de pedestres na rodovia’ e as ‘calçadas de acesso ao PJBF’. Já no tema Circulações, muitos itens foram considerados como de máxima prioridade, mas ‘acessibilidade para pessoas com deficiência’ e ‘trilha ecológica’ apareceram como os dois mais votados para ambos os questionários.

É ainda relevante mencionar que atualmente o PJBF não atende integralmente às normas de acessibilidade, item especialmente importante pela proximidade do local de estudos do CEPON - Centro de Pesquisas Oncológicas. Então, são sugestões criar rotas acessíveis com piso tátil e demais exigências da NBR 9050. Podem ser incluídos nessas rotas acessíveis algumas vagas de estacionamento, trilhas ecológicas e até mesmo algum caminho sensorial, uma vez que já existe um jardim sensorial na área. Também é importante existir áreas de descanso e recreação adaptadas, ampliação da quantidade de banheiros adaptados e a comunicação acessível, com sites de navegação facilitada e indicações em braile ou áudio com descrições.

Os ODS 11.2 e 11.7 ressaltam a importância de garantir o acesso das mulheres a espaços públicos e transportes. O PJBF, onde as mulheres são o principal público visitante, ocupa posição estratégica nesse contexto. Solicitações como “iluminação noturna”, “mais vigilância” e “melhorias em banheiros e vestiários”, destacadas nos questionários, estão diretamente ligadas à segurança e alinhadas aos ODS. Além disso, é crucial implementar iniciativas que promovam maior diversidade de gênero, atraindo também homens e pessoas não binárias.

O local de moradia e o vínculo empregatício estão relacionados aos ODS 11.2 e 11.7. Os questionários indicam que o PJBF não atrai muitos visitantes de áreas distantes ou turistas. Assim, sugere-se que o Comitê Gestor e os órgãos públicos, com a comunidade local, avaliem se devem ampliar o público ou manter as características atuais do parque.

Ao abordar o recorte de cor/etnia, retomam-se a “urbanização inclusiva” do ODS 11.3 e “espaços públicos inclusivos” do ODS 11.7. A cor/etnia branca foi indicada por 84,1% das pessoas no Questionário 1, e 88% no Questionário 2, evidenciando a necessidade de promover maior diversidade no PJBF. Algumas sugestões iniciais incluem: incentivar a participação de diferentes grupos étnicos em processos decisórios relacionados ao parque; estabelecer parcerias com líderes comunitários, sobretudo do Morro do Quilombo (localidade vizinha ao PJBF), incentivar a presença de indivíduos com etnias diversas em posições de destaque dentro da estrutura funcional do PJBF; desenvolver materiais promocionais e de marketing mostrando pessoas de diferentes cores/etnias de forma inclusiva; realizar eventos que celebrem e promovam a diversidade étnica; entre outras iniciativas.

O recorte de renda familiar também está diretamente relacionado com a urbanização e os espaços públicos inclusivos mencionados, mas não pode ser dissociada das questões de transporte previstas no ODS 11.2. A pesquisa aponta que a maioria dos frequentadores do PJBF possui renda familiar mensal entre 5 e 10 salários mínimos, acima da média da cidade. Entretanto, a população do entorno é heterogênea, incluindo o Morro do Quilombo, cuja maioria dos habitantes possui renda baixa ou média-baixa (Cravo; Rossetto; Storch, 2016; Cravo, 2017). Assim, é essencial aprofundar estudos para evitar a exclusão dessa população vulnerável. Em alinhamento com o princípio constitucional da equidade, recomenda-se implementar políticas de inclusão direcionadas especialmente a pessoas com renda inferior à média apresentada. No caso específico do Morro do Quilombo, localizado a uma distância que permite visita a pé, é importante realizar pesquisas adicionais para identificar estratégias eficazes de inclusão.

Nota-se também uma correlação entre a renda familiar e o acesso das comunidades ao PJBf: para tanto, retorna-se a discussão ao ODS 11.2, que enfatiza o acesso ao transporte público. Dentre os bairros de Florianópolis, o bairro Saco Grande é o que possuía segundo o censo do IBGE de 2000 a maior porcentagem da população com rendimento nominal de até 1 salário-mínimo. Segundo o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social realizado em Florianópolis, o bairro possuía três zonas de interesse social identificadas: Vila Cachoeira, Sol Nascente (com 560 domicílios) e Morro do Balão (com 107 domicílios) (Florianópolis, 2012). Por sua vez, o bairro Monte Verde possui comunidades como o Conjunto Habitacional Parque da Figueira com população de baixa renda, sendo o bairro no entorno do Itacorubi com menor rendimento médio e mediano (Cravo, 2017).

Através de um levantamento simples realizado com Google Maps, é possível perceber que no uso de ônibus como transporte, os bairros que exigem mais tempo para vencer uma mesma distância são Monte Verde (6,5min/km) e Saco Grande (5,5 min/km). Já as maiores diferenças entre o tempo para deslocar-se através de uma mesma distância de carro ou de ônibus também foram registradas para os bairros Monte Verde (diferença de 4,6 min/km) e Saco Grande (diferença de 3,8 min/km). Observa-se assim a dificuldade de acessibilidade ao parque a partir destes bairros. Haja vista que o transporte público coletivo é um dos meios de possibilitar maior acesso aos serviços da cidade, imprescindível especialmente para classes sociais menos favorecidas, apontam-se os bairros Saco Grande e Monte Verde como prioritários para que sejam pensadas melhorias de acesso ao PJBf. Para os demais bairros, sugere-se aprimorar o acesso por transporte público, oferecer ônibus gratuitos nos finais de semana e manter a gratuidade da entrada no parque.

Embora escolaridade, vínculo empregatício, tempo de residência e carga horária semanal não sejam diretamente citados no ODS 11, alguns aspectos destes dados são relevantes para este artigo, uma vez que tem ligação com tornar os assentamentos humanos mais inclusivos. A alta escolaridade da maioria sugere que, conforme Yushu Zhu e Qiang Fu (2017), pessoas mais escolarizadas tendem a ter menos conexões com a comunidade. Para esse público, seria útil estimular interações comunitárias por meio de grupos de interesse, programas educativos e culturais. Além disso, é importante criar iniciativas que atraiam pessoas com baixa escolaridade, como atividades práticas ou formativas, educação ambiental acessível e utilização do desenho universal, especialmente na comunicação visual.

O tipo de vínculo empregatício dos usuários do parque revela um número significativo de servidores públicos, o que é relevante devido à proximidade do PJBf com instituições como UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina, EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina SA, UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. Conforme Yushu Zhu e Qiang Fu (2017), pessoas que trabalham no setor público tendem a se envolver mais na comunidade e a ter maior apego ao bairro, o que aponta para um grande potencial de envolvimento da comunidade local com o PJBf.

Os itens relacionados ao tempo também são relevantes para o processo de apropriação do espaço e por conseguinte com a sustentabilidade das cidades. Benages-Albert et al. (2015) destacam que, quanto mais tempo um indivíduo interage com um local, mais intenso se torna seu vínculo afetivo, aumentando o engajamento na transformação e melhoria do espaço. No entanto, estamos inseridos em um sistema neoliberal que, frequentemente, trata o tempo de forma predatória, restringindo oportunidades das pessoas desfrutarem de locais de lazer e descanso. Assim, no campo de ações imediatas, uma possibilidade envolve explorar estratégias para ampliar os horários de visitação, proporcionando aos cidadãos uma maior chance de desfrutar do ambiente, sem esquecer, contudo, as possíveis alterações nos ciclos biológicos da fauna e flora locais.

Um indicador proposto para se mensurar a implementação do ODS 11 é: “proporção de cidades com uma estrutura de participação direta da sociedade civil no planejamento e gestão urbana que opera de forma regular e democrática” (grifo nosso). No caso do PJBf, embora a participação popular tenha sido um elemento fundamental no seu histórico de construção e implementação (Santa Catarina, 2007; Florianópolis 2016a, 2016d), as respostas dos questionários 1 e 2 apontam que não há atualmente um espaço amplo para participação popular na gestão e planejamento. Há os preocupantes índices mencionados no trecho de planejamento ou manutenção do parque, em que quase metade dos usuários sente que não tem controle sobre o espaço, e mais de 80% relataram não participar de seu planejamento ou manutenção, ou mesmo ver possibilidade de modificar o parque para atender a suas necessidades.

O plano diretor do PJBf, elaborado em 2022, evidencia com clareza esse descompasso. O documento possui como característica principal o acréscimo de 18 novos espaços ao PJBf, sendo a maioria absoluta voltada para novas coleções de plantas. Nos objetivos do local, elencados no item 2 do documento, a população nem mesmo é citada, sendo pouco informado sobre como o local deve atender à comunidade. Percebe-se

também que o plano limita bastante os usos de recreação característicos de um parque. Há vários exemplos notáveis, como o caso dos esportes: são permitidas apenas atividades esportivas de baixo impacto não coletivas, sendo admitidas atividades como ginástica, yoga e outras que não provoquem impacto sonoro ou de outra natureza sobre a flora e fauna do local. Jogos com bolas ou outros objetos similares são permitidos apenas no gramado frontal ou em locais definidos pela SMMA ou Comitê Gestor. Novamente, não há indicação no documento de como foi feita a participação popular para a criação desse documento ou a existência de uma audiência pública para sua aprovação. (Florianópolis, 2022)

No Questionário 1, questão 2: “o que motiva a ir no PJBF” - 26,6% dos respondentes disseram que vão fazer atividades físicas. Na questão 4, “Quais atividades você costuma realizar no PJBF?”, 30,7% das respostas envolvem atividades físicas e de bem-estar. Isso sugere que políticas para reduzir ou retirar as atividades físicas do PJBF alienam uma parte grande dos usuários atuais.

Outro exemplo é a possibilidade de passear com animais de estimação: logo após a inauguração do PJBF, ainda em 2016, houve um abaixo-assinado, com mais de seiscentas assinaturas, e mobilização junto a televisão local para que fosse admitida a entrada de animais de estimação na área, bem como a criação de um local específico para a convivência dos mesmos (Gonçalves, Michael, 2016). A presença de animais de estimação realmente não é compatível com o uso restrito de jardim botânico, pela necessidade prioritária de preservação de espécies. Do contrário, faria sentido em um parque, onde o pedido legitimaria-se pela ênfase estar no lazer, recreação e interação social. O pedido por “espaços PET” foi significativo em ambos questionários, demonstrando ser uma preocupação comum da população que frequenta o parque e da comunidade local. Entretanto, as solicitações neste sentido não foram atendidas.

Um terceiro exemplo notável é a questão das passarelas e mirantes para o mangue. Na questão 17 do questionário 1, “o que você considera prioritário existir no PJBF em relação às circulações?”, dentre todos os itens apresentados, esse foi o menos votado como prioridade, ficando significativamente aquém de todos os demais: teve apenas 65 votos, contra 110 do segundo pior colocado, “ciclovias”. Na questão 6 do questionário 2, “o que você considera prioritário existir no PJBF em relação às circulações?”, o item também ficou na última colocação, com apenas 9 votos. Apesar de apontar com clareza a baixíssima prioridade dada às passarelas pela comunidade e pelas pessoas que frequentam o PJBF, o Comitê Gestor as construiu, ao contrário das demais opções apresentadas (ND+Notícias, 2024).

Assim, verifica-se que as demandas da população frequentadora do PJBF estão desalinhadas com as ações implementadas, o que compromete o potencial do parque como um espaço urbano alinhado aos objetivos do ODS 11. Portanto, como outras áreas verdes urbanas, embora o PJBF possua um papel relevante no desenvolvimento sustentável das cidades, atualmente não realiza plenamente esse potencial.

6 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o projeto que deu origem a esta pesquisa foi concebido, já se compreendia que a análise do PJBF estaria inevitavelmente ligada a questões políticas. A dimensão política permeia a análise crítica do desenvolvimento de espaços públicos, seus impactos e potencialidades, especialmente quando ancorada nos referenciais da psicologia ambiental. No entanto, o decorrer da pesquisa revelou que essa associação é ainda mais central do que se previa, evidenciando sua relevância para o entendimento das dinâmicas entre espaço, comunidade e apropriação.

Os resultados desta investigação reforçaram a importância de incorporar as vozes da comunidade local nos processos decisórios. Tal abordagem não apenas enriquece e qualifica a tomada de decisões, mas também fortalece os laços afetivos e sociais da comunidade com o espaço. Esse vínculo é essencial para promover uma apropriação efetiva, que beneficie tanto as pessoas quanto o meio ambiente. Contudo, destaca-se que esse é um processo dinâmico e contínuo, influenciado por mudanças nas pessoas, no lugar e no contexto ao longo do tempo. Essa característica temporal é amplamente reconhecida por estudiosos da apropriação de espaços como um fator essencial a ser considerado.

No que diz respeito ao objetivo geral deste estudo - identificar as potencialidades de apropriação do espaço do PJBF, relacionando-as ao ODS 11, com especial atenção às metas 11.2 (acesso ao transporte seguro, acessível e sustentável), 11.3 (planejamento urbano participativo e inclusivo) e 11.7 (provisão de espaços públicos seguros, inclusivos e acessíveis) - acredita-se que ele foi cumprido. Foram identificadas algumas das potencialidades presentes no contexto atual, relacionadas a metas do ODS 11, e propostas sugestões fundamentadas na subjetividade e nas demandas da comunidade local. As propostas foram formalizadas em uma carta de recomendações ao prefeito de Florianópolis, visando contribuir para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas. O documento busca fortalecer o diálogo entre a comunidade e as

autoridades responsáveis pelo PJB, subsidiar com dados científicos o planejamento da área, orientar investimentos conforme as aspirações da comunidade, adequar projetos às necessidades da população, promover a democratização do espaço, apoiar a gestão do parque e incentivar comportamentos pró-ambientais e o sentimento de pertencimento.

Como desdobramentos, sugerimos que futuras pesquisas investiguem se a população local prefere que o espaço funcione como um parque, um jardim botânico ou uma combinação de ambos. Outra linha de investigação relevante seria compreender como a população do Morro do Quilombo, em particular, vivencia o PJB. Ademais, sugere-se complementar estudos futuros com questionários presenciais, além do formato online utilizado neste trabalho, de modo a ampliar a representatividade e a profundidade dos dados coletados.

Concluimos este capítulo reconhecendo que esta pesquisa representa uma contribuição modesta, porém significativa, ao debate sobre o papel dos espaços públicos em nossa sociedade. Nosso percurso destacou potencialidades e desafios, reforçando a importância de uma abordagem colaborativa na gestão e no planejamento do PJB. Esperamos que este trabalho fomente discussões sobre a apropriação de espaços urbanos, especialmente de áreas verdes públicas, e inspire novos estudos a aprofundar as complexidades desse fenômeno e seus impactos na vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

- BEGROW, Ana Paula. **Potencialidades de apropriação do espaço do Parque Jardim Botânico de Florianópolis**: uma investigação com usuários e comunidade local. 2024. 300 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2024. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/257654>> Acesso em: 06 abr 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARBEY, G. The Appropriation of Home Space - a Tentative Conceptual Definition. In: KOROSEC-SERFATY, P. (Ed.). **Apropriation de l'espace**: actes de la conférence de Strasbourg. 3rd IAPS. Strasbourg: Louis Pasteur University, 1976.
- BENAGES-ALBERT, M. et al. Revisiting the appropriation of space in metropolitan river corridors. **Journal of Environmental Psychology**, v. 42, p. 1–15, 2015.
- CAMPOS FILHO, C. M. **Reinvente seu bairro**: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade. São Paulo: Editora 34, 2003. p.224.
- CAVALCANTE, S.; ELIAS, T. F. **Apropriação**. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Org.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 63–69.
- CRAVO, L. J. A.; ROSSETTO, A. M.; STORCH, A. C. S. Perspectivas de uma comunidade: O Morro do Quilombo em Florianópolis. **II UrbFavelas** – Seminário Nacional Urbanização de Favelas. Rio de Janeiro: 2016.
- CRAVO, L. J. A. **Políticas Públicas de Uso e Ocupação do Solo Urbano**: Os Planos Diretores e a estruturação do Bairro do Itacorubi, em Florianópolis/SC. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial, Florianópolis, 2017.
- FLORIANÓPOLIS. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis – PMHIS**. Florianópolis, 2012. Acesado em 20 ago. 2023. Online. Disponível em: <https://strapi.redeplanejamento.pmf.sc.gov.br/uploads/PLANO_MUNICIPAL_DE_HABITACAO_DE_INTERESSE_SOCIAL_2012_e95da4189c.pdf>.
- FLORIANÓPOLIS. **Audiência Pública 12/05/2016**. Florianópolis, 2016a. Acessado em 19 nov. 2023. Online. Disponível em: <<https://www.cmf.sc.gov.br/imprensa/noticias/0/127/0/921>>.
- FLORIANÓPOLIS. **Parque Jardim Botânico de Florianópolis abre sábado**: Linha do Tempo. Florianópolis, 2016b. Acessado em 20 ago. 2023. Online. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i=17681>>.
- FLORIANÓPOLIS. **Parque Jardim Botânico é aberto à população**. Florianópolis, 2016c. Acessado em 19 nov. 2023. Online. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i=17704>>.
- FLORIANÓPOLIS. **Decreto nº 17.708, de 07 de junho de 2017**. Dispõe sobre a criação do Jardim Botânico de Florianópolis e dá outras providências. Florianópolis, 2017.
- FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 10.382, de 22 de maio de 2018**. Denomina Jardim Botânico. Florianópolis, 2018. Acessado em 19 nov. 2023.
- FLORIANÓPOLIS. **Plano Diretor do Jardim Botânico**. Florianópolis, 2022. Acessado em 20 ago. 2023.

GONÇALVES, MICHAEL. **Abaixo-assinado virtual pede liberação de animais no Jardim Botânico de Florianópolis.** ND+Notícias, Florianópolis, 26 ago. 2016. Acessado em 17 ago. 2023. Online. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/abaixo-assinado-virtual-pede-liberacao-de-animais-no-jardim-botanico-de-florianopolis/>>.

ITTELSON, W. H. et al. Homem ambiental. Série: Textos de Psicologia Ambiental, v. 0, n. 14, p. 1–9, 2005.

MAKITA, M. et al. Place (in)securities: older adults' perceptions across urban environments in the United Kingdom. (In)seguridades de lugar: Percepciones de las personas mayores en distintos entornos urbanos del Reino Unido. **PsyEcology**, v. 11, n. 2, p. 214–231, 3 maio 2020.

MOSER, G. Psicologia Ambiental. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 3, n. 1, p. 121–130, jun. 1998.

ND+NOTÍCIAS. **Jardim Botânico de Florianópolis ganha novos decks para contemplação do manguezal:** Estruturas fazem parte da obra de ampliação do local e possibilitam que os visitantes observem de perto a fauna e flora da região. Florianópolis, 02 jan. 2024. Acessado em: 17 out. 2024. Online. Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/jardim-botanico-de-florianopolis-ganha-novos-decks-para-contemplacao-do-manguezal/>.

ONU-BRASIL (Nações Unidas no Brasil). **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.** ONU-Brasil, 2022. Acessado em 10 set. 2024. Online. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

POL, E. **La psicología ambiental en Europa:** análisis sociohistórico. Barcelona: Anthropos, 1988.

POL, E. **La Apropiación del espacio.** Em: ÍÑIGUEZ, L.; POL, E. (Eds.). Cognición, representación y apropiación del espacio. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1996.

POL, E. **El Modelo Dual de La Apropiación del Espacio.** In: R. García-Mira, J.M. Sabucedo y J. Romay (Eds.) Psicología y medio ambiente. Aspectos psicosociales, educativos y metodológicos. A Coruña: Asociación Galega de Estudios e Investigación Psicosocial-Publiedisa. 2002 p. 123 -132.

RIOUX, L.; SCRIMA, F.; WERNER, C. M. Space appropriation and place attachment: University students create places. **Journal of Environmental Psychology**, v. 50, p. 60–68, 2017.

RIVLIN, L. G. Olhando o passado e o futuro: revendo pressupostos sobre as inter-relações pessoa-ambiente. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 8, n. 2, p. 215–220, ago. 2003.

SANTA CATARINA. **Pronunciamento Deputado Marcos Vieira** - 35a Sessão Ordinária 08/05/2007. Assembléia Legislativa de Santa Catarina - ALESC. Florianópolis, 2007. Acessado em 18 nov. 2023. Online. Disponível em: <<https://www.alesc.sc.gov.br/deputados/marcos-vieira/pronunciamento/df261e18be08debe7b0ed3e37c5292e4942a37c>>.

VIDAL, T.; POL, E. Un modelo de apropiación del espacio mediante ecuaciones estructurales. **Medio Ambiente y Comportamiento Humano**, v. 5 1–2, p. 27–52, 2004.

ZHU, Y.; FU, Q. Deciphering the Civic Virtue of Communal Space: Neighborhood Attachment, Social Capital, and Neighborhood Participation in Urban China. **Environment and Behavior**, v. 49, n. 2, p. 161–191, 1 fev. 2017.

NOTAS

¹ Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência. (ONU-Brasil, 2022)

² Distância confortável para se andar a pé até um equipamento urbano comunitário (Campos Filho, 2003).

³ As questões não obrigavam resposta dos participantes, então é possível perceber que o número de pessoas para cada questão pode variar em relação ao número total de participantes.

⁴ Os 567 votos representam o total de votos atribuídos à opção 'nenhuma prioridade' em todos os itens. A porcentagem foi calculada em relação ao total de votos em todos os itens (nº participantes x nº itens = total de votos. Então: 208 participantes x 10 itens = 2080 votos) (567/2080=27,26%).

⁵ Houve um problema no questionário 02 na questão 07. Foi feita utilizando formulário do tipo múltipla escolha ao invés de grade de múltipla escolha.

⁶ Itacorubi (68,5%) + Trindade (5,5%) + Córrego Grande (4,5%) + Pantanal (2,5%) + Carvoeira (2%) + Sta Mônica (0,5%) = 83,5%.

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade das autoras.

ROTAS PERCEBIDAS: atributos ambientais e a atividade de corrida

RUTAS PERCEBIDAS: ATRIBUTOS AMBIENTALES Y LA ACTIVIDAD DE CORRER

PERCEIVED ROUTES: ENVIRONMENTAL ATTRIBUTES AND RUNNING ACTIVITY

GUARIENTE, VIVIANE

Mestre pelo Programa Associado UEM / UEL em Arquitetura e Urbanismo - vivi.guariente@gmail.com

KANASHIRO, MILENA

Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná, Docente Permanente do Programa Associado UEM / UEL em Arquitetura e Urbanismo – milena@uel.br

RESUMO

Nas últimas décadas, a relação entre o comportamento ativo e o ambiente construído tornou-se temática de investigação. No entanto, as características ambientais que influenciam a escolha dos locais para correr têm sido pouco estudadas. A prática da corrida proporciona diversos benefícios para a saúde e o bem-estar da população, sendo acessível e de grande relevância como forma de exercício físico. Assim, considerando que a avaliação do ambiente construído, a partir da percepção individual, permite identificar as preferências dos indivíduos e fornece informações essenciais para intervenções urbanas na escala do pedestre, o objetivo geral desta pesquisa foi avaliar os atributos ambientais percebidos relacionados à prática da corrida. A investigação utilizou um questionário on-line no Survey 123 para identificar as principais rotas de corrida no município de Londrina, Paraná, Brasil. Posteriormente, foram realizadas entrevistas denominadas *go-along* para a coleta de dados de percepções sobre os atributos físicos e subjetivos do ambiente construído, os quais foram analisados no software Atlas.ti. Constatou-se que a prática da corrida tem relação direta com os atributos físicos como a pavimentação, trânsito de pessoas, iluminação e declividade, além da influência positiva no rendimento em percursos contínuos. Os corredores também identificaram preferências por rotas que proporcionam segurança, conforto e atratividade. Estes resultados fornecem subsídios para a criação de um ambiente urbano favorável à prática da corrida, baseada em políticas integradas de Planejamento Urbano e Saúde Pública.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento ativo, *Runnability*, Percepção ambiental, *Go-along*.

RESUMEN

En las últimas décadas, la relación entre el comportamiento activo y el ambiente construido se ha convertido en un tema de investigación. Entretanto, las características ambientales que influyen en la elección de los lugares para correr han sido poco estudiadas. La práctica de la carrera proporciona diversos beneficios para la salud y el bienestar de la población, siendo accesible y de gran relevancia como forma de ejercicio físico. Así, considerando que la evaluación del ambiente construido, a partir de la percepción individual, permite identificar las preferencias de los individuos y proporciona información esencial para intervenciones urbanas a escala peatonal, el objetivo general de esta investigación fue evaluar los atributos ambientales percibidos relacionados con la práctica de la carrera. En la investigación se utilizó un cuestionario en línea en Survey 123 para identificar las principales rutas de carrera en el municipio de Londrina, Paraná, Brasil. Posteriormente, se realizaron entrevistas denominadas *go-along* para la recolección de datos sobre las percepciones de los atributos físicos y subjetivos del ambiente construido, los cuales fueron analizados en el software Atlas.ti. Se constató que la práctica de la carrera tiene una relación directa con atributos físicos como el pavimento, el tránsito de personas, la iluminación y la pendiente, además de la influencia positiva en el rendimiento en trayectos continuos. Los corredores también identificaron preferencias por rutas que proporcionen seguridad, comodidad y atractivo. Estos resultados proporcionan insumos para la creación de un ambiente urbano favorable a la práctica de la carrera, basado en políticas integradas de Planificación Urbana y Salud Pública.

PALABRAS-CLAVES: Comportamiento activo, *Runnability*, Percepción ambiental, *Go-along*.

ABSTRACT

In recent decades, the relationship between active behavior and the built environment has become a topic of research. However, the environmental characteristics that influence the choice of places for running have been little studied. Running provides several benefits to the health and well-being of the population, and is an accessible and highly relevant form of physical exercise. Thus, considering that the evaluation of the built environment based on individual perception allows identifying individuals' preferences and provides essential information for urban interventions at the pedestrian scale, the general objective of this research was to evaluate the perceived environmental attributes related to the practice of running. An online questionnaire in Survey 123 was used to identify the main running routes in the city of Londrina, Paraná, Brazil. Subsequently, *go-along* interviews were conducted to collect data on perceptions of the physical and subjective attributes of the built environment, which were analyzed using the Atlas.ti software. It was found that the practice of running is directly related to physical attributes such as pavement conditions, pedestrian traffic, street lights and slope, in addition to the positive influence on performance on continuous routes. Runners also identified preferences for routes that provide safety, comfort and attractiveness. These results provide support for the creation of an urban environment favorable to the practice of running, based on integrated Urban Planning and Public Health policies.

KEYWORDS: Active behavior, *Runnability*, Environmental perception, *Go-along*.

Recebido em: 06/04/2025

Aceito em: 22/12/2025

1 INTRODUÇÃO

O estilo de vida sedentário, maus hábitos alimentares, tempo de lazer e de trabalho despendido em frente a dispositivos eletrônicos são fatores que têm contribuído para o aumento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis ou provenientes da inatividade física - DCNT (WHO, 2022). A Organização Mundial da Saúde (OMS) defende que ser fisicamente ativo é fundamental para o bem-estar e pode adicionar anos de vida (WHO, 2020). No Brasil, 37% da população adulta das capitais não alcançam um nível suficiente de prática de atividade física; fator que associado ao tabagismo, consumo de álcool e má alimentação, traz graves implicações para a saúde e para a qualidade de vida (Brasil, 2023).

No campo disciplinar da Saúde, o ambiente construído é reconhecido como determinante para a prática de atividade física (Bauman et al., 2012). Sabe-se, também, que ações do Planejamento e do *Design* Urbano podem causar impactos ambientais que contribuem para a melhoria da saúde dos indivíduos (WHO, 2017). Apesar da crescente preocupação em adotar diretrizes de ordenamento que promovam cidades mais saudáveis, as políticas implementadas mundialmente não apresentam metas específicas e mensuráveis para alcançar aspirações gerais de saúde e de sustentabilidade (Lowe et al., 2022).

A partir do pressuposto do espaço físico como fator que influencia o comportamento individual ativo, surgem pesquisas sobre o ambiente construído como suporte à prática da atividade física. Dentre estas pesquisas, destaca-se a existência de uma lacuna na agenda de estudos voltados à compreensão da experiência da corrida associada ao ambiente construído e seus elementos (Dong et al., 2023). Atualmente emerge o conceito de "*runnability*", que mensura as características do ambiente construído capazes de facilitar ou dificultar a prática de exercícios de corrida (Shashank et al., 2022).

A corrida é um dos exercícios físicos mais democráticos. Esta atividade pode ser praticada com regularidade e em diversos locais da cidade, sendo uma importante aliada na redução de peso e na manutenção da saúde e do bem-estar social (Sankari, 2024). Na área da saúde, pesquisas indicam resultados positivos da corrida em relação à prevenção das DCNTs, como doenças cardiovasculares e câncer, além de promover longevidade por reduzir a morte prematura (Lee et al., 2017).

A literatura aponta ainda que avaliar a percepção individual sobre as características do ambiente pode ser um método eficaz para identificar as qualidades urbanas associadas ao comportamento ativo (Hino; Reis; Florindo, 2010). Análises advindas da percepção permitem reconhecer preferências individuais e podem garantir a efetividade de intervenções na cidade, visto o envolvimento direto das partes interessadas (Carpiano, 2009). Este tipo de método é um potencial gerador de dados que melhor representa a realidade experienciada pelas pessoas (Fonseca et al., 2022b).

Esta pesquisa, portanto, tem como objetivo avaliar os atributos ambientais percebidos relacionados à prática da corrida. Considerando a falta de pesquisas em países com economias em desenvolvimento, o estudo visa contribuir para o entendimento do comportamento de corrida em áreas urbanas no contexto específico do Brasil, país do Sul Global com cidades que vivenciam desigualdades socioeconômicas.

Realizou-se um estudo de caso na cidade de Londrina-PR, com a coleta de dados em duas fases distintas e complementares. Na primeira fase, a fim de identificar as rotas preferidas para a prática de corrida, foi aplicado um questionário virtual, amplamente divulgado em grupos de corrida da cidade. Na segunda fase, foi realizada a entrevista conhecida como *go-along*, para obter dados subjetivos de percepção dos atributos ambientais em uma rota específica. Os resultados da pesquisa evidenciaram os atributos ambientais objetivos e subjetivos percebidos pelos praticantes de corrida e contribuem na melhoria dos espaços públicos como suporte a uma vida mais ativa.

2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Os estudos existentes sobre caminhada e corrida, indicaram diversos atributos ambientais (físicos e subjetivos) que podem promover ou inibir o comportamento ativo. A partir de pesquisas de *runnability*, publicadas nos últimos anos, foi realizada uma síntese de atributos ambientais capturados em avaliações via percepção, investigados por meio de métodos objetivos e subjetivos (Os atributos estão relacionados às particularidades, qualidades e características próprias de um ambiente. Adotou-se o conceito de atributos ambientais físicos (também denominados atributos objetivos), como instalações e infraestrutura, malha urbana e elementos construídos e naturais que compõem a cidade; e atributos ambientais subjetivos, como as sensações relacionadas ao ambiente e ao seu contexto sociocultural, como segurança, vivacidade ou monotonia.).

Os atributos estão relacionados às particularidades, qualidades e características próprias de um ambiente. Adotou-se o conceito de atributos ambientais físicos (também denominados atributos objetivos), como instalações e infraestrutura, malha urbana e elementos construídos e naturais que compõem a cidade; e atributos ambientais subjetivos, como as sensações relacionadas ao ambiente e ao seu contexto sociocultural, como segurança, vivacidade ou monotonia.

Quadro 1 — Síntese dos atributos ambientais.

ATRIBUTOS AMBIENTAIS FÍSICOS PERCEBIDOS	Arborização (<i>Street trees</i>)	Deelen et al. (2019), Dong et al. (2023), Huang et al. (2023), Jiang et al. (2022), Schuurman et al. (2021), Shashank et al. (2022)
	Parques (<i>Parks</i>) / Presença de espaços verdes (<i>Green space</i>)	Dong et al. (2023), Harden et al. (2022), Huang et al. (2023), Schuurman et al. (2021), Shashank et al. (2022), Yang et al. (2022)
	Infraestrutura de pedestres (<i>Traffic calming infrastructure</i>)	Deelen et al. (2019), Dong et al. (2023), Jiang et al. (2022), Schuurman et al. (2021), Shashank et al. (2022)
	Iluminação (<i>Street lights</i>)	Deelen et al. (2019), Dong et al. (2023), Jiang et al. (2022), Shashank et al. (2022), Yang et al. (2022)
	Presença de água (<i>Blue space</i>)	Harden et al. (2022), Huang et al. (2023), Schuurman et al. (2021), Yang et al. (2022)
	Variáveis relacionadas ao tráfego de veículos (<i>Traffic-relates</i>)	Deelen et al. (2019), Dong et al. (2023), Huang et al. (2022), Yang et al. (2022)
	Uso do solo (<i>Land use</i>)	Dong et al. (2023), Huang et al. (2023), Yang et al. (2022)
	Declividade (<i>Slope</i>)	Huang et al. (2022), Shashank et al. (2022)
	Intersecções (<i>Intersections</i>) / Conexões (<i>Street connectivity</i>)	Huang et al. (2023), Shashank et al. (2022)
	Construções (<i>Wall / Buildings</i>)	Dong et al. (2023), Jiang et al. (2022)
	Acesso a transporte público (<i>Access to public transit</i>)	Schuurman et al. (2021), Yang et al. (2022)
	Estradas (<i>Major roads and trucking routes</i>)	Shashank et al. (2022)
	Obstáculos/impedimentos - pessoas, ciclistas, animais (<i>Hinderance</i>)	Deelen et al. (2019)
ATRIBUTOS AMBIENTAIS SUBJETIVOS PERCEBIDOS	Segurança - roubo ou tráfego (<i>Safe</i>)	Dong et al. (2023), Schuurman et al. (2021)
	Vivacidade (<i>Lively</i>)	Deelen et al. (2019), Dong et al. (2023)
	Beleza (<i>Beautiful</i>) / Atratividade (<i>Attractiveness</i>)	Deelen et al. (2019), Dong et al. (2023)
	Monotonia (<i>Boring</i>)	Dong et al. (2023)
	Depressivo (<i>Depressing</i>)	Dong et al. (2023)
	Prosperidade (<i>Wealthy</i>)	Dong et al. (2023)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Destacaram-se como atributos mais identificados aqueles relacionados com a natureza: arborização nas vias, presença de áreas de espaços verdes (parques, áreas livres gramadas, florestas/ bosques urbanos etc.) e áreas de água (rios, lagos, espelhos d'água etc.). Elementos relativos à infraestrutura urbana também foram encontrados, sendo as calçadas, a pavimentação para pedestres e a iluminação pública os de maior relevância.

Observou-se, ainda, um aspecto específico que merece maior aprofundamento: a percepção individual ambiental como condicionante na escolha e preferência de rotas para caminhar e correr (Fonseca et al., 2022a; Hsieh; Chuang, 2021). Compreender o comportamento de corrida pela perspectiva e preferências dos próprios corredores torna-se, então, uma estratégia para identificar quais atributos ambientais percebidos influenciam a prática da corrida.

3 MÉTODO DE PESQUISA

O delineamento metodológico desta pesquisa visou à compreensão do fenômeno da percepção ambiental individual na corrida por meio de uma abordagem mista (descritiva e qualitativa). Pelo caráter contemporâneo e contextual do tema, esta pesquisa adotou como estratégia metodológica o estudo de caso (Yin, 2015), com a investigação de uma rota de corrida na cidade de Londrina-PR. O Município de Londrina, localizado no Estado do Paraná, na região Sul do Brasil, possui uma população de 555.965 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2024) e apresenta um relevo acidentado com diversas áreas de fundo de vale que compõem a sua malha urbana. Assim, caracteriza-se pela existência de extensas áreas verdes com calçadas ou ciclovias/ ciclofaixas que diariamente são utilizadas para prática de atividade física, dentre elas a corrida.

Com base no método adotado, determinou-se que a tática mais adequada para analisar o comportamento de corrida pela percepção foi a coleta de dados por meio de entrevistas *go-along*. Esta ferramenta propõe que o indivíduo seja entrevistado enquanto percorre um caminho (neste caso correndo), e compartilha suas visões do ambiente à sua volta.

Na pesquisa considerou-se a perspectiva da rota ser escolhida pelos entrevistados, visto o pressuposto de que as rotas preferidas são aquelas que apresentam uma estrutura capaz de suportar a prática da corrida. Para a definição de rotas preferenciais dos praticantes de corrida na cidade de Londrina, realizou-se um questionário on-line (fase 1). O trecho mais reportado foi selecionado como o recorte espacial principal para dar prosseguimento às entrevistas *go-along* (fase 2).

A investigação foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, da Universidade Estadual de Londrina, sob CAAE nº 74790923.2.0000.5231, com decisão favorável à sua aplicação em 27 de novembro de 2023, por meio do Parecer Consubstanciado do CEP nº 6.535.186.

Fase 1: Rota de corrida – Aplicação de Questionário

A ferramenta foi concebida de modo a obter dados sobre o perfil dos corredores, seguida da identificação da rota preferida e de informações sobre a prática da corrida. Optou-se por implementá-lo em um ambiente virtual via plataforma Survey123, integrada ao ArcGIS on-line. O Survey123 viabilizou a fusão das funcionalidades de um formulário on-line com a capacidade de incorporar rotas georreferenciadas, simplificando o processamento dos dados após a coleta.

Os corredores foram convidados a participar por meio de canais de comunicação on-line (grupos de whatsapp e Instagram) e tiveram a oportunidade de responder o questionário entre 29 de janeiro a 11 de fevereiro de 2024. Foram computadas 167 respostas, com um total de 135 rotas de corrida validadas.

A avaliação dos dados obtidos pelo questionário foi realizada, inicialmente, por uma análise descritiva do perfil dos corredores mediante a comparação dos recortes selecionados. Já o diagnóstico das rotas preferidas pelos participantes foi alcançado por meio de um *Heatmap* (mapa de calor) elaborado a partir da sobreposição dos trajetos autorreportados. A plataforma Survey123 possibilita a exportação de camadas para análise em programas SIG (Sistema de Informação Geográfica), assim as rotas passaram por um refinamento no software QGIS.

Fase 2: Atributos percebidos – Entrevista Go-along

Carpiano (2009, p. 264) define o *go-along* (também conhecida como *walk-along interview* ou *walking interview*) como: "(...) uma forma de método de entrevista qualitativa em profundidade que, como o nome indica, é conduzida por pesquisadores que acompanham informantes individuais em passeios por seus ambientes familiares, como um bairro."

Esse instrumento produz um discurso categoricamente espacial e estruturado geograficamente, em detrimento das entrevistas sedentárias que tendem a focar na história e nas pessoas (Evans; Jones, 2011). Assim, por meio da entrevista *go-along*, buscou-se obter uma compreensão dos atributos percebidos pelos corredores, tanto em relação aos elementos do ambiente construído quanto às subjetividades inerentes.

A rota selecionada para a realização das entrevistas pertence ao Parque Linear do Lago Igapó de Londrina e totaliza uma distância de 2,7km (Figura 1). Dos e-mails inseridos no questionário (n=56), 33 foram convidados a participar da pesquisa. A seleção dos possíveis corredores para esta etapa foi feita com base na rota indicada como preferida no questionário. Dos oito retornos recebidos, sete entrevistas foram marcadas e realizadas entre os dias 9 e 17 de maio de 2024.

Figura 1 — Rota da entrevista *go-along*.



Fonte: Google Satellite. Elaborado pela autora no QGIS (2018), 2024.

No dia combinado, antes de iniciar o percurso, o participante recebeu instruções sobre o caminho exato a ser percorrido e sobre a dinâmica da entrevista. Tanto o pesquisador quanto o corredor estavam equipados com um aparelho de gravação de áudio. E, ao longo de todo o percurso, o participante foi guiado por perguntas norteadoras predeterminadas para obter resultados potencialmente direcionados aos atributos ambientais (Quadro 2). Reforça-se que, por se tratar de um método que visa captar as percepções dos entrevistados, os relatos se aproximam de uma história oral e assim, o diálogo torna-se não linear e dinâmico.

Quadro 2 — Questões norteadoras da entrevista *go-along*.

QUESTÕES NORTEADORAS	Na sua opinião, quais atributos/elementos desta rota são adequados ou inadequados para prática da corrida? Por quê?
	Quais aspectos subjetivos (sensações e sentimentos) você experienciou nesta rota? E quais elementos físicos se relacionam com essa percepção?
	Quais atributos físicos (características do espaço) você considera ao escolher uma rota para correr?
	Quais características do ambiente urbano te incentivam ou inibem a correr?
	Como o ambiente pode influenciar a sua motivação e o seu prazer durante a corrida?
	Você costuma variar suas rotas de corrida regularmente ou prefere manter uma mesma rota? Por quê?
	Você prefere correr em locais como parques, estradas ou avenidas/ruas? Por quê?
	Qual tipo de via você prefere correr? Calçadas, ruas, ciclovias ou trilhas?
	Quais são seus locais preferidos, além do Lago Igapó 2, para prática de corrida em Londrina? Por quê?

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Foram realizadas sete entrevistas, com duração média de 20 minutos para percorrer os dois quilômetros e 700 metros da rota. Mesmo com a possibilidade de pausa para o descanso, conforme o método preconiza e em caso de o participante solicitar, todas as entrevistas foram feitas no ritmo de corrida leve (média de 7 minutos

por quilômetro) durante o percurso inteiro. Considerando-se, ainda, que, na corrida, a percepção ambiental entre gêneros tende a ser diferente (Schuurman; Rosenkrantz; Lear, 2021), a fim de possibilitar uma análise comparativa, foram entrevistadas quatro pessoas que se declararam do gênero masculino e três do feminino.

As gravações de áudio da entrevista foram transcritas na íntegra, pseudonimizadas e inseridas no programa Atlas.ti. Esse software auxiliou na estruturação do estudo ao possibilitar o processo analítico pela organização e resumo dos dados coletados. Para a obtenção de resultados voltados à questão principal da pesquisa, os relatos passaram por uma análise temática reflexiva, que identifica padrões semânticos de um conjunto de dados feita pela codificação sistemática de temas (Braun; Clarke, 2006, 2019).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados proporcionaram informações para a investigação do fenômeno da percepção ambiental individual na temática de estudos sobre *runnability*. Serão apresentadas análises descritivas e qualitativas sobre a prática da corrida e sua relação com o ambiente construído.

Resultados Fase 1 – Análise descritiva

Os respondentes do questionário declararam ser do gênero feminino 82 (51%) e do masculino 79 (49%). Tal resultado demonstra um equilíbrio na possibilidade da prática dessa atividade física entre os gêneros. Quanto à faixa etária, foram contabilizados mais jovens adultos, sendo 10,6% dos participantes com idade de 18 a 24 anos (n=17); 48,5% de 25 a 34 anos (n=78), 27,3% de 35 a 44 anos (n=44); 11,8% de 45 a 54 anos (n=19); 0,6% de 55 a 64 anos (n=1); e 1,2% acima de 65 anos (n=2). A distribuição da idade dos participantes pode ser reflexo da aplicação do questionário em meio virtual, que exigiu algum nível de conhecimento no manuseio de smartphones ou computadores, além de fácil acesso à internet.

Os dados referentes à renda individual mensal demonstraram uma concentração de renda acima de R\$ 5.000,00 por mês (39,1%), seguida de R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00 por mês (26%). Esta concentração pode ser atribuída à ausência de uma amostra mais expressiva nas faixas de renda mais baixas. Embora a divulgação tenha ocorrido em grupos de corrida por toda a cidade, com o intuito de atingir um maior número de respondentes, o formato digital pode ter influenciado na participação da pesquisa.

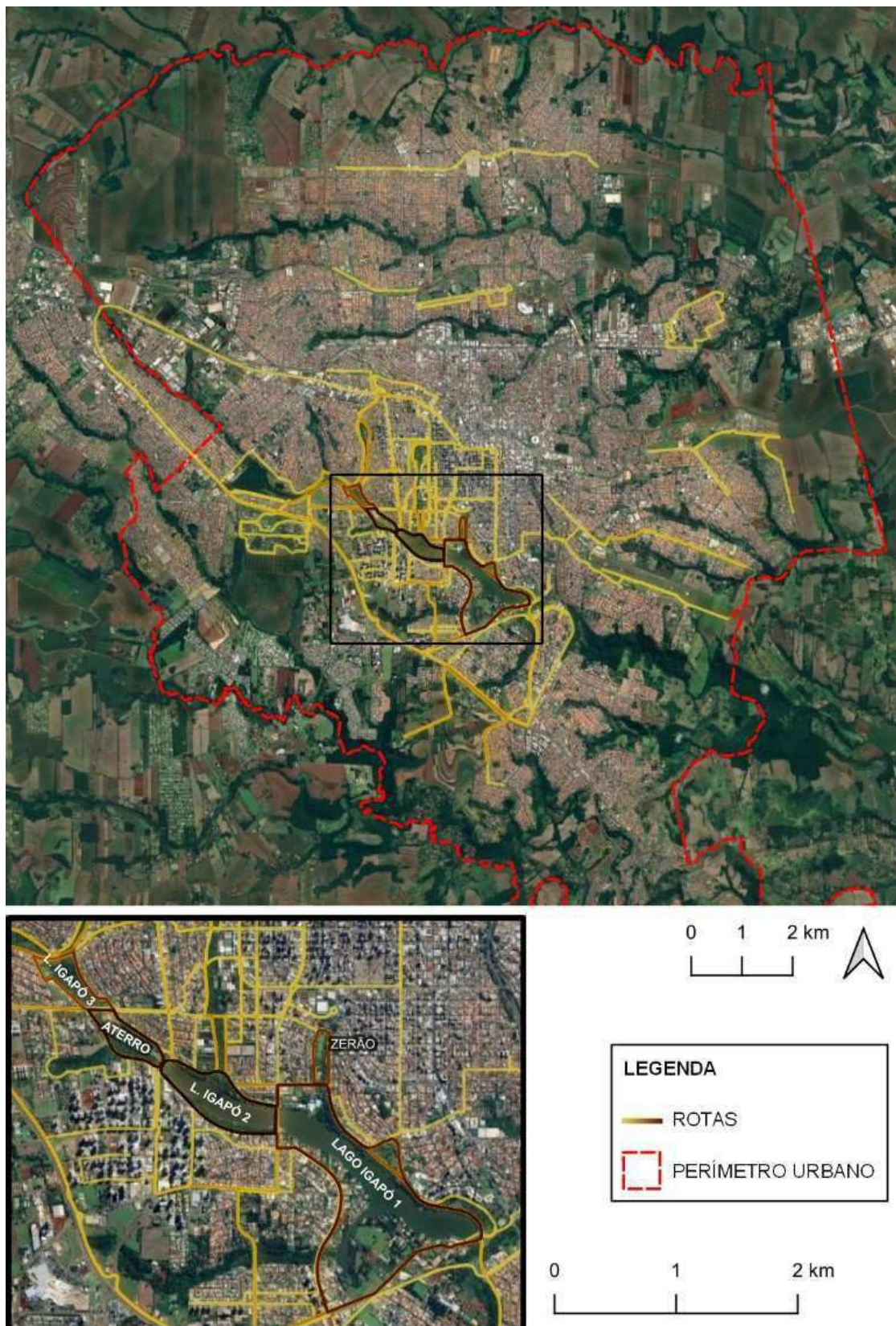
Considerando o contexto e os resultados obtidos, conjectura-se que a aplicação on-line do questionário, os meios virtuais de divulgação da pesquisa e a estrutura da ferramenta podem ter provocado certa seletividade no público alcançado. Outro aspecto que pode estar relacionado à classe social da maioria dos corredores é a localização dos espaços que proporcionam a corrida. Na cidade de Londrina, os parques urbanos, ciclovias etc., que recebem maior atenção dos órgãos públicos, em sua grande maioria, estão em regiões em que residem e frequentam a população das classes sociais de renda mais alta.

Para a segunda parte da análise do questionário, foi elaborado o Heatmap (Figura 2) a partir de 135 rotas que possuíam um desenho claro, relatadas pelos corredores londrinenses. Este mapa mostra o “calor” gerado pelas linhas agregadas, áreas representadas por cores mais intensas, que indicaram as margens do Lago Igapó como o percurso mais utilizado.

De fato, a área do Lago Igapó possui uma extensão propícia para atividade de corrida e atrai pessoas de vários bairros da cidade. É considerada um ponto de referência como área de lazer e para a prática esportiva, inclusive para a população dos municípios vizinhos. O parque urbano oferece equipamentos de lazer e esportes, mobiliário urbano e pistas de caminhada (desde a barragem do Lago Igapó I, estendendo-se até a área do Zerão; no perímetro do Lago Igapó II, III e IV; e no perímetro do Aterro do Lago Igapó). Além da infraestrutura, o trajeto é caracterizado pela presença de grandes áreas verdes.

Os fatores de presença da natureza, como água e áreas verdes, e infraestrutura para pedestres ou ciclistas já foram descritos como atributos urbanos que incentivam a corrida por algumas pesquisas (Dong et al., 2023; Harden et al., 2022; Huang; Tian; Yuan, 2023; Schuurman; Rosenkrantz; Lear, 2021; Shashank et al., 2022; Yang et al., 2022).

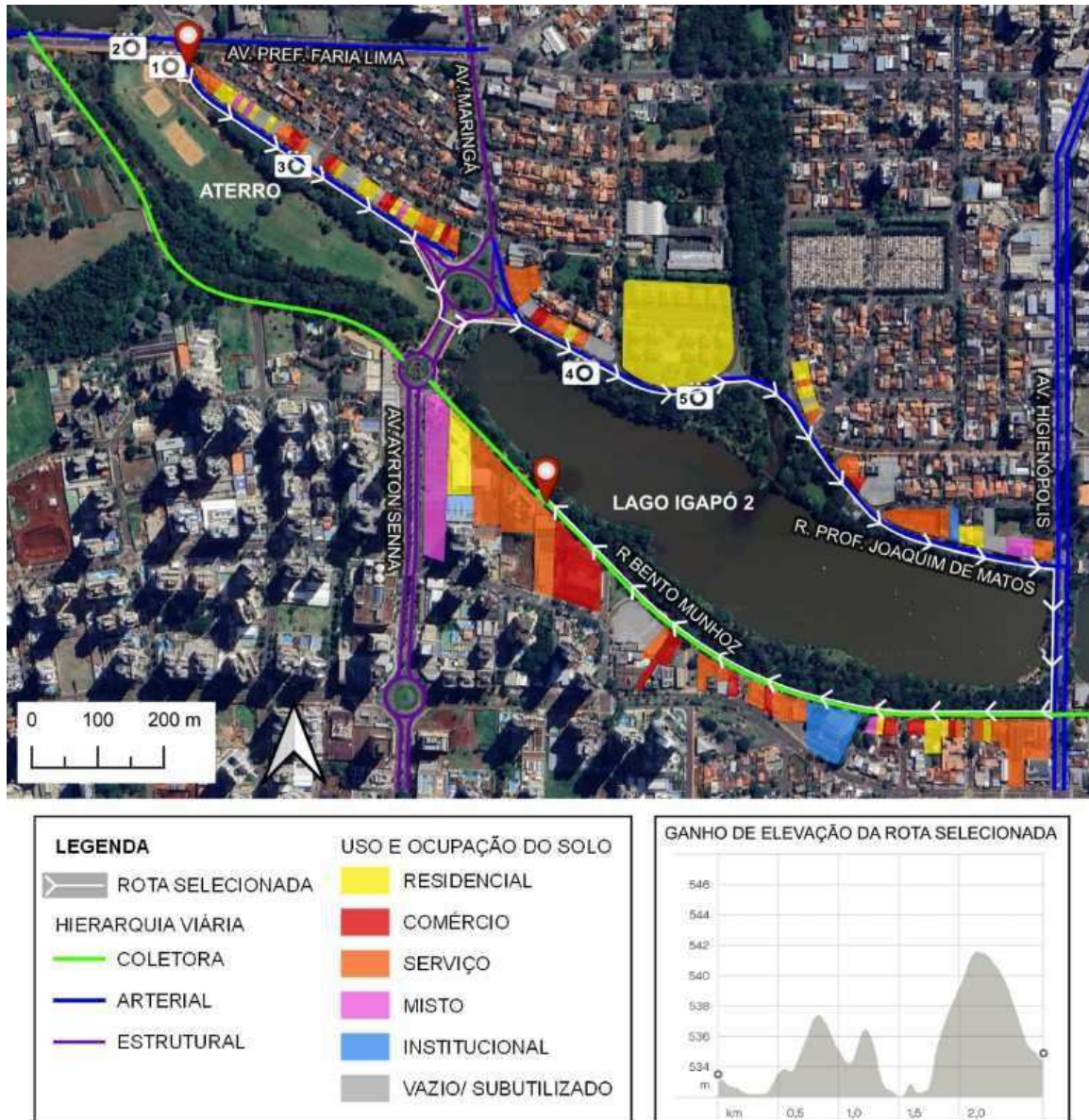
Figura 2 — Heatmap das rotas autorreportadas de corrida em Londrina-PR



Fonte: Google Satellite. Elaborado pela autora no QGIS (2018), 2024.

A partir destes dados, foi selecionada a rota para análise dos atributos ambientais percebidos pela entrevista *go-along*: o percurso formado por um dos lados do Aterro do Lago Igapó e a volta completa no Lago Igapó 2 (Figura 3). Este intervalo do Lago Igapó está na divisa entre as zonas Central, Oeste e Sul, considerada uma região valorizada da cidade. As edificações em seu entorno são de usos variados com predominância de serviços, o que garante um fluxo considerável de pedestres e veículos, inclusive aos fins de semana. Outro aspecto que motiva a movimentação de pessoas no local é a proximidade ao bairro mais denso e verticalizado de Londrina, o Palhano. Além disso, as vias circundantes facilitam o acesso a esse parque linear.

Figura 3 — Mapa da rota selecionada.



Fonte: Mapa da rota (Google Satellite) e Ganho de elevação (Strava). Elaborado pela autora no QGIS (2018), 2024.

A infraestrutura para pedestres, as instalações recreativas e a própria natureza do local são atrativos para população, visto que poucos dos parques e praças da cidade apresentam tais características. O Aterro do Lago Igapó é uma extensa área gramada que possui campos e quadras para prática de diferentes esportes, pistas de caminhada, ciclovia e espaços livres que são utilizados para diversos eventos (). Já o Lago Igapó 2 é equipado com pista de caminhada nas margens do lago, pista externa próxima à rua (Figura 5), academias ao

ar livre e mobiliário para descanso. Essa parte do percurso também é caracterizada pela presença de restaurantes e bares, que compõem essa região muito frequentada para momentos de lazer.

Figura 4 — Infraestrutura e equipamentos recreativos do Aterro do Lago Igapó



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 5 — Infraestrutura do Lago Igapó 2.

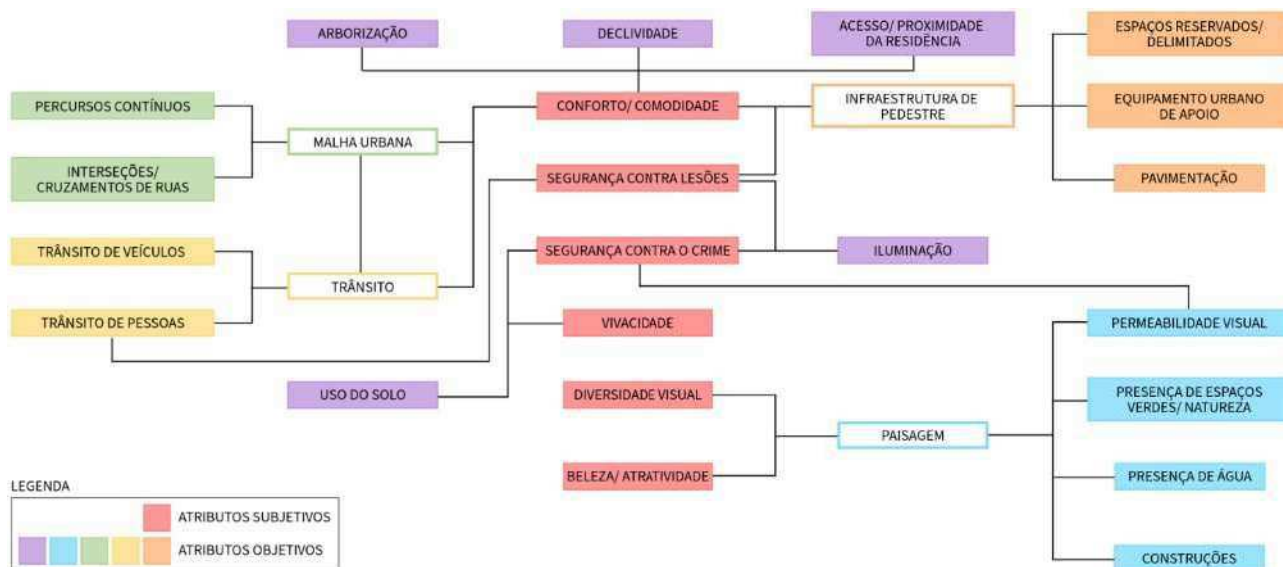


Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Resultados Fase 2 – Análise qualitativa

A partir da análise temática reflexiva, realizou-se a codificação dos enunciados coletados nas entrevistas e definiram-se os atributos ambientais relatados pelos participantes. Após o refinamento dos códigos, elaborou-se uma rede de conexões entre esses atributos ambientais percebidos (Figura 6). Foram revelados 22 atributos ambientais percebidos que possuem relação com a prática e escolha de rotas para corrida. Estes são definidos em grupos de constructos: infraestrutura para pedestres, paisagem, trânsito, malha urbana e atributos isolados; que se dividem em atributos objetivos (físicos) ou subjetivos.

Figura 6 — Mapa temático dos atributos ambientais percebidos.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Pelo mapa temático foi possível constatar que os atributos ambientais subjetivos (em vermelho) tem relação direta com um ou mais atributos ambientais físicos (demais cores). Pode-se observar a relação intrínseca entre os aspectos físicos do ambiente construído e a percepção subjetiva do ambiente, que seja positiva ou negativa, ou mesmo influenciada pelas vivências experienciadas do lugar.

Após essa primeira análise, hierarquizou-se os atributos percebidos em três níveis de reincidência. Os atributos ambientais físicos relatados por todos os participantes foram: pavimentação, trânsito de pessoas, percursos contínuos, iluminação, declividade; e os subjetivos foram: segurança contra o crime, segurança contra lesões, conforto/ comodidade e beleza/atratividade. Os atributos físicos relatados pela maioria (de 4 a 6 participantes) foram: espaços reservados/ delimitados, equipamento urbano de apoio, presença de espaços verdes, presença e água, trânsito de veículos, interseção/ cruzamento de ruas, arborização, proximidade da residência, uso do solo; e os subjetivos foram: vivacidade e diversidade visual. Por fim as construções e permeabilidade visual foram os atributos ambientais físicos citados por 3 participantes.

Atributos ambientais físicos

Para compreensão direta da relação entre os atributos físicos percebidos e a prática da corrida foi desenvolvida uma tabela com definições exemplificando o tema (Tabela 1).

Dentre os atributos referentes à infraestrutura do pedestre, a pavimentação foi mencionada como essencial para prática da corrida por todos os participantes. Seja o asfalto, o concreto ou algum tipo de piso especial, estes devem estar conservados e alinhados para melhor desempenho no esporte. Também surgiram alertas quanto ao tipo de pintura empregado nas pistas e calçadas.

Agora o que é ruim, não tem uma... infraestrutura adequada. A pista é ruim, a tinta que é utilizada quando chove, quando tá molhada a gente escorrega. Isso é péssimo. Pintaram só para ficar bonitinho, mas não usa a tinta correta. Para gente é bem ruim, é perigoso (Feminino, 35-44 anos).

Embora a corrida de rua possa ser praticada ocasionalmente nas vias de tráfego de veículos, houve preferência por espaços reservados para pedestres ou ciclistas. Segundo os participantes, é mais seguro e

confortável estar em um local destinado a modais de deslocamento leve, sem preocupação com a velocidade dos automóveis.

Assim, de preferência um local que tenha um certo espaço pra conseguir correr confortável. Não precisar correr muito na rua (Masculino, 18-24 anos).

Tabela 1 — Atributos ambientais físicos.

TEMAS / CONSTRUCTOS	CÓDIGOS / ATRIBUTOS	DEFINIÇÃO
Infraestrutura de pedestre	Pavimentação	Tipo e estado de conservação das superfícies utilizadas para prática da corrida
	Espaços reservados/ delimitados	Vias próprias ou compartilhadas para circulação dos corredores, como: calçadas e ciclovias.
	Equipamento urbano de apoio	Instalações/ mobiliários urbanos que dão suporte a prática de atividades físicas ao ar livre
Paisagem	Presença de espaços verdes/ Natureza	Espaços caracterizados pela presença de vegetação, árvores e áreas livres gramadas.
	Presença de água	Espaços caracterizados pela presença natural de água, como lagos.
	Construções	Edifícios que compõe a paisagem da cidade.
	Permeabilidade visual	Conceito que permite a interação entre espaços distintos, garantindo amplitude visual.
Trânsito	Trânsito de veículos	Fluxo e volume de veículos em vias da cidade.
	Trânsito de pessoas	Fluxo e volume de pessoas nas calçadas e espaços abertos.
Malha urbana	Interseções/ cruzamento de ruas	Cruzamento ou unificação de duas ou mais vias.
	Percursos contínuos	Percursos sem cruzamento de ruas, garantindo maior quilometragem sem interferências.
Iluminação	Iluminação	Sistema de iluminação pública noturna das cidades.
Declividade	Declividade	Inclinação da superfície do terreno em relação à horizontal, gerando subidas e descidas.
Arborização	Arborização	Presença de árvores nas calçadas ao longo de vias, garantindo conforto visual e térmico.
Acesso	Acesso/ Proximidade da residência	Facilidade de se chegar a um local específico.
Uso do solo	Uso do solo	Uso e ocupação de um local segundo sua função principal, podendo ser residencial, comercial, serviço, etc.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

O último ponto abordado sobre infraestrutura para pedestre referiu-se à carência de equipamentos urbanos de apoio, como banheiros públicos e bebedouros. Devido a intensidade da corrida, é frequente ocorrer aumento da atividade intestinal e desidratação (Fairbank, 2022), sendo esses tipos de instalações essenciais para comodidade dos atletas. Observa-se que em pesquisas realizadas em países do Norte Global, tais atributos não são mencionados, possivelmente por serem comuns nesses locais e não serem considerados relevantes.

A gente sente falta, muita falta, de banheiro. Porque, mano, correr dá vontade de ir ao banheiro. Assim, de verdade, a atividade do intestino acontece muito mais rápido quando você está correndo. Então a gente sente falta de ter um lugar, pelo menos um banheiro, para a gente poder ir de vez em quando (Feminino, 25-34 anos).

Ah, ponto de hidratação faz muita diferença. Aqui, em volta desse Lago, tinha só um ponto de bebedouro. E a gente desidrata muito fácil né. Então, se tivesse mais pontos, não só aqui, mas na cidade inteira, ajudava (Masculino, 35-44 anos).

Sobre a paisagem, a presença de espaços verdes é foi dita como importante para uma experiência prazerosa durante a corrida, coincidindo com os resultados encontrados na literatura (Dong et al., 2023; Harden et al., 2022; Huang; Tian; Yuan, 2023; Schuurman; Rosenkrantz; Lear, 2021; Shashank et al., 2022; Yang et al.,

2022). Os corredores sinalizaram o ambiente físico natural como influente na saúde física e mental, indicando preferência por rotas que permeiam vales, praças e parques urbanos.

Pra mim o que me incentiva mais, primeiro é a questão da paisagem. Eu acho que a arborização, a parte do lago mesmo, me conectar com a natureza, eu gosto muito. [...] Eu trabalho em tempo integral dentro um escritor mesmo fechado, no ar-condicionado, sabe. Então esse contato com a natureza é bem importante pra mim (Masculino, 25-34 anos).

Um resultado significativo foi o relato unânime das participantes do gênero feminino sobre a necessidade de permeabilidade visual. Gehl (2013), ao falar sobre fachadas ativas, afirma que a interação visual entre o interior e o exterior dos edifícios assegura segurança ao caminhar na cidade. Esse conceito se aplica ao atributo de permeabilidade nos espaços de corrida, e as corredoras concordam sobre ter a visão completa em seus percursos.

E depois dá pra vê se tem um espacinho mais coberto ou fachada mais ativa. Esse negócio de muro muito fechado assim também... Me deixa insegura. Parece que ninguém te vê (Feminino, 25-34 anos).

A relação dos corredores com o trânsito, tanto de veículos quanto de pessoas, por muitas vezes se demonstrou ambígua. Identificou-se a importância de manter um fluxo moderado de pedestres e de automóveis para garantir que se sintam seguros e motivados. No entanto, a intensa movimentação de carros também representa um risco de lesões, e um grande volume de pessoas pode prejudicar o ritmo da atividade. Encontrar um meio termo seria ideal para uma corrida bem-sucedida.

Eu odeio que ficar do lado do carro. Mas é aquela coisa, aquela insegurança mesmo. Medo de te atropelar (Feminino, 25-34 anos).

Geralmente final de tarde, já é muita gente, você não consegue andar direito. Tem que ficar desviando (Masculino, 25-34 anos).

Os atributos como intersecção de ruas e percursos contínuos foram contrastantes. Os corredores de Londrina buscam rotas com poucos cruzamentos para evitar interrupções que quebram o ritmo da corrida, o que explica a predileção por locais como os parques urbanos, onde podem manter um desempenho mais constante. Outro ponto positivo apontado sobre percursos contínuos longos foi a possibilidade de percorrer mais quilômetros sem passar por um mesmo local.

Caso você tenha que parar muito por causa do trânsito, isso atrapalha um pouco. Porque ter que parar pro carro passar ou o sinal abrir, acaba sendo... Afetando um pouco o desempenho do treino. (Masculino, 18-24 anos).

A iluminação foi um atributo físico considerado essencial por todos, especialmente porque a maioria das corridas ocorre em horários sem luz natural. Segundo os participantes, e corroborado pela literatura (Deelen et al., 2019; Dong et al., 2023; Jiang; Dong; Qiu, 2022; Shashank et al., 2022; Yang et al., 2022), um ambiente iluminado garante a segurança contra o crime e lesões.

Iluminação uma coisa muito importante. Seja de manhãzinha ou seja agora no final do dia, começo da noite, isso pega muito (Feminino, 25-34 anos).

Pela entrevista identificou-se que a declividade influencia diretamente no desempenho dos atletas, sendo o tipo de treinamento determinante na incorporação ou não desse atributo no percurso. No entanto, existiu uma preferência por percursos planos para uma experiência mais prazerosa.

A maioria dos meus treinos eu acabo fazendo aqui no Lago e no Aterro, pra poder ficar num percurso mais plano. Para treino de tiro e velocidade. Mas quando tem treino de rodagem, aí acaba dando volta e aí não tem jeito né. Londrina é uma cidade com altimetria, né (Feminino, 35-44 anos).

A presença de árvores durante o percurso mostrou-se relevante para o prazer durante a corrida uma vez que a arborização garante o sombreamento e conforto térmico. Já a existência de comércio no entorno da rota traz segurança e possibilita interações sociais no final da corrida.

Por último, os participantes mencionaram que, devido à rotina, é preferível que a rota seja próxima de suas residências. Portanto, ter espaços com os demais atributos em diversas partes da cidade pode incentivar as pessoas a saírem de suas casas a pé para praticar uma atividade física.

Acho que a rota mais interessante é uma perto da casa da pessoa, não muito longe (Masculino, 18-24 anos).

Atributos ambientais subjetivos

Os atributos ambientais subjetivos foram sintetizados na com definições elaboradas com base na revisão de literatura e na entrevista dos corredores.

Discute-se inicialmente que em cidades com características culturais e sociais como a de Londrina, os corredores dão grande importância aos atributos subjetivos para a escolha de uma rota para praticar sua atividade. Embora uma minoria das pesquisas sobre a relação entre o ambiente construído e a prática de corrida tenha abordado tais aspectos (Deelen et al., 2019; Dong et al., 2023; Schuurman; Rosenkrantz; Lear, 2021), este estudo encontrou resultados significativos principalmente no que se diz respeito à segurança e ao conforto durante a corrida.

Tabela 2 — Atributos ambientais subjetivos.

CÓDIGOS/ ATRIBUTOS	DEFINIÇÃO
Segurança contra o crime	Afastamento do perigo de crimes gerado pelo contexto social e elementos do ambiente construído durante a prática da corrida.
Segurança contra lesões	Afastamento do perigo de lesões decorrentes de elementos do ambiente construído durante a prática da corrida.
Conforto/ Comodidade	Qualidade de atributos que proporcionam bem-estar, comodidade corporal e conforto termoacústico durante a prática de corrida. Também se relaciona com o rendimento e desempenho do treino.
Beleza/ Atratividade	Capacidade de incentivo que uma paisagem agradável gera no corredor. Também se relaciona com a motivação e o prazer durante a prática da corrida.
Vivacidade	Característica do ambiente construído que tem vida ou contém vitalidade, refere-se a presença de pessoas e veículos no espaço.
Diversidade visual	Característica plural e variada da paisagem, criando visuais dinâmicos e atrativos. Também se relaciona com a motivação do corredor.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

As seguranças, tanto contra o crime quanto contra lesões, destacaram-se como os atributos subjetivos mais citados pelos corredores. No entanto, o resultado revela uma diferença na percepção desses aspectos entre os gêneros. O público feminino enfatizou a necessidade de escolher rotas seguras para prática da corrida.

Na maioria dos meus treinos eu faço por aqui, por uma questão de segurança. [...]. Ainda mais mulher correndo sozinha bem cedinho. Então aqui eu tenho a sensação um pouco maior de segurança, né (Feminino, 35-44 anos).

Os participantes do gênero masculino também apontam a segurança como um atributo essencial, porém diversas vezes o discurso foi direcionado para as mulheres. Esse fator reforça as evidências científicas de que existem variações nas preferências ambientais entre os gêneros, especialmente no que se refere à segurança (Schuurman; Rosenkrantz; Lear, 2021).

[...] Quem mais sente falta disso é principalmente as mulheres, né? É bom que está bem iluminado. E se tiver, talvez, alguns guardas pra fazer... pra ajudar a vigiar, é uma coisa que elas iriam tá sentindo mais seguras também (Masculino, 35-44 anos).

Para os participantes, a rota escolhida deve preferencialmente proporcionar conforto durante a prática da corrida. Esse atributo engloba todas as características físicas que ajudam o atleta a alcançar seu máximo desempenho. Já a beleza e atratividade do espaço estão ligadas à motivação e ao prazer, uma vez que a paisagem visual pode tanto estimular quanto desmotivar o corredor conforme ele observa diferentes elementos ao seu redor.

Pra mim é isso. Algo tem que te motivar. Seja um pôr do sol, um nascer do sol com o lago de fundo. Uma paisagem bonita. Eu acho que isso influencia muito (Feminino, 25-34 anos).

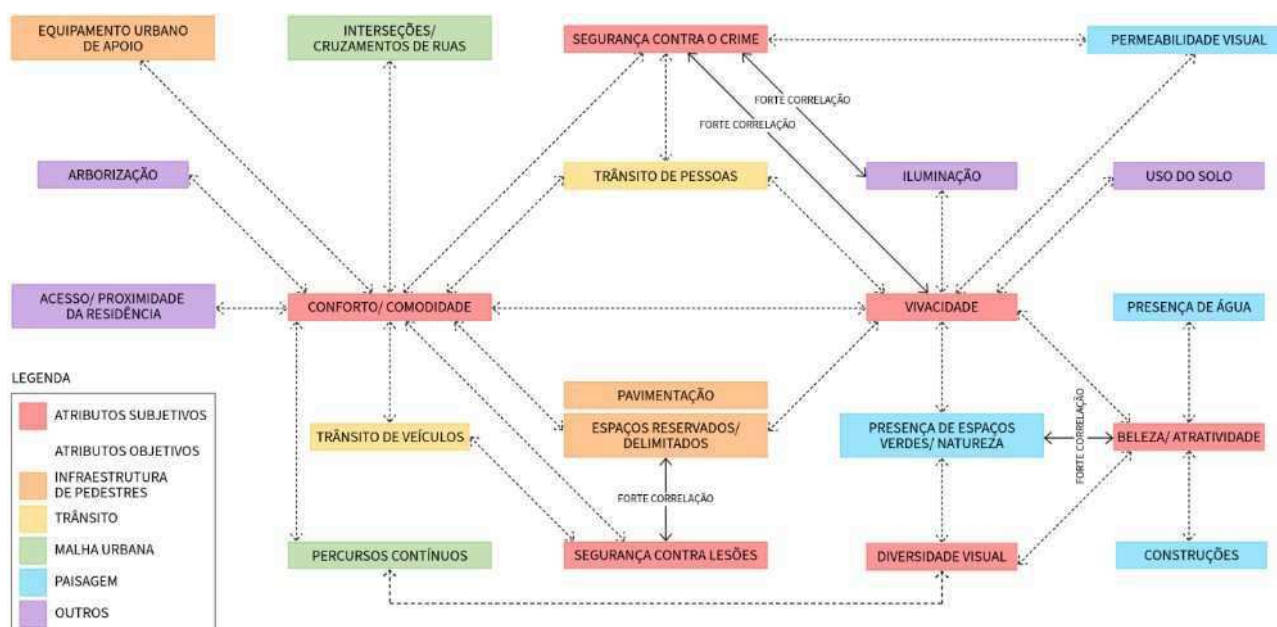
Outro atributo relacionado à paisagem foi a diversidade visual. Para os entrevistados, correr em locais onde a paisagem varia e é dinâmica é essencial para evitar a monotonia e, conseqüentemente, o desânimo. E, por fim, a vivacidade, entendida como a presença de pessoas ou veículos nos espaços, mostrou-se como um pré-requisito para praticar a corrida em qualquer local.

Ter interferência visual diferente, uma hora vira pra direita ou hora vira pra esquerda. É legal, isso me distrai, sabe (Masculino, 25-34 anos).

Então eu sempre vou escolher o lugar que tem gente. Tem que ter gente (Feminino, 25-34 anos).

Pode-se aferir pelos resultados obtidos dos atributos ambientais subjetivos que a vitalidade é uma característica significativa para rotas de corrida. Segundo Jacobs (2011), as ruas e calçadas são os principais espaços públicos de uma cidade e a vitalidade delas define quão interessante é o ambiente. Considera-se que uma rua movimentada garante segurança, assim a heterogeneidade de público, veículos e paisagem tornam o espaço público vivo e atrai mais pessoas.

Figura 7 — Rede de correspondência entre os atributos ambientais percebidos.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Em síntese, a análise qualitativa das entrevistas resultou na criação de uma rede de relações entre os atributos subjetivos e os atributos objetivos (Figura 7). Baseada na coocorrência dos temas encontrados nas falas dos corredores, essa rede permitiu visualizar a interdependência existente entre as percepções subjetivas e os aspectos físicos do espaço.

Esta pesquisa sugere como resultado central a relação positiva da prática da corrida com os atributos ambientais percebidos: espaços reservados como calçadas e ciclovias, presença de pessoas e carros (vivacidade), presença de árvores e áreas verdes, boa iluminação e paisagem diversa. O estudo de Dong et al. (2023) tem resultado semelhante: ruas mais largas, com iluminação pública e comodidades transmitem segurança e podem aumentar a frequência de corrida.

Segundo os participantes, as rotas contínuas sem cruzamento de ruas, como em parques, também favorecem a prática de corrida; por sua vez, foram considerados negativos: tráfego intenso de caminhantes e veículos (obstáculos), interseções de ruas, extensas declividades, monotonia da paisagem e principalmente insegurança. Por fim, os resultados apontaram preferência por rotas acessíveis, bem cuidadas e seguras.

5 CONCLUSÕES

A partir da análise das escolhas dos corredores e de suas percepções sobre as rotas de corrida em Londrina-PR, o estudo revelou que ambos os atributos ambientais percebidos (objetivos e subjetivos) têm forte impacto sobre este esporte.

A análise descritiva permitiu concluir que, embora a corrida seja uma atividade física considerada democrática e de baixo custo, a maioria dos corredores, participantes da pesquisa, moram em bairros de classe média alta. Tal resultado pode ser reflexo da localização dos espaços urbanos que apresentam infraestrutura favorável à prática de corrida – áreas centrais e de moradias de classes mais altas com espaços de lazer adequados e as regiões periféricas com menor ou sem infraestrutura. Ou mesmo o processo de elitização recente da prática de corrida.

Em relação às análises qualitativas, dentre todos os atributos ambientais percebidos, destacou-se a infraestrutura para pedestre das ruas e parques urbanos, principalmente a pavimentação, por apresentar uma correspondência significativa com a prática da corrida. Rotas contínuas, com pistas exclusivas para caminhada e corrida, materiais adequados e bem conservados, são o básico para proporcionar uma boa prática.

Também foi evidenciada pelos entrevistados a busca por locais que garantam segurança e conforto durante a prática da atividade. Atributos como iluminação, declividade, equipamentos de apoio (bebedouros e banheiros) e presença da natureza mostraram-se relevantes durante o percurso. A presença e trânsito de pessoas são outros fatores que motivam e trazem segurança, por isso características urbanas como uma diversidade de uso do solo parecem influenciar nos locais de corrida.

Portanto, para prover uma cidade com suporte à atividade física e ampliar a qualidade de vida, deve-se garantir o acesso a locais com infraestrutura voltada à prática de corrida. É possível adotar, como melhoria dos espaços públicos, a implementação de: pistas e calçadas largas, vistas naturais, iluminação pública, comodidades e mobiliário apropriados, além de minimizar distrações ou interrupções excessivas. Tais resultados sugerem que a maioria das intervenções pode ser realizada na microescala, sendo mais econômicas, viáveis e de curto prazo, em comparação às intervenções na macroescala da cidade.

A continuidade desta pesquisa é recomendada pelo aprofundamento dos dados obtidos no sentido de ampliar o conhecimento sobre *runnability*. Um desdobramento seria a ampliação de pesquisas qualitativas sobre o comportamento de corrida e o ambiente construído em outras cidades de médio porte do Sul Global, permitindo estudos comparativos que ampliam a compreensão do tema.

Por fim, espera-se que os resultados deste estudo contribuam para aprofundar a compreensão das preferências e percepções ambientais dos corredores, fornecendo evidências que subsidiem políticas públicas de intervenções urbanas, bem como de saúde pública. Para ser acessível e ativa, uma cidade deve oferecer rotas seguras e agradáveis para corredores de todas as idades e níveis de habilidade. Este conhecimento deve ser considerado para incentivar a atividade física, na possibilidade de adoção da corrida como comportamento ativo, almejando efeitos na saúde e, por consequência, na qualidade de vida da população.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq pelo financiamento do projeto: Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 - Faixa A - Grupos Emergentes: Mobilidade Ativa, Saúde e Bem-estar: avaliação multiescalar da caminhabilidade em cidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, A. E.; REIS, R. S.; SALLIS, J. F.; WELLS, J. C.; LOOS, R. J.; MARTIN, B. W. Correlates of physical activity: why are some people physically active and others not? **The Lancet**, v. 380, n. 9838, p. 258–271, jul. 2012. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(12\)60735-1/abstract](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(12)60735-1/abstract). Acesso em: 13 dez. 2025.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2023**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2023. Brasília, DF: MS: Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Depto. de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não-Transmissíveis., 2023.

- BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77–101, jan. 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp0630a>. Acesso em: 13 dez. 2025.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. Reflecting on reflexive thematic analysis. **Qualitative Research in Sport, Exercise and Health**, v. 11, n. 4, p. 589–597, 8 ago. 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/2159676X.2019.1628806>. Acesso em: 13 dez. 2025.
- CARPIANO, R. M. Come take a walk with me: The “Go-Along” interview as a novel method for studying the implications of place for health and well-being. **Health & Place**, v. 15, n. 1, p. 263–272, 1 mar. 2009. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1353829208000622?via%3Dihub>. Acesso em: 13 dez. 2025.
- DEELEN, I.; JANSSEN, M.; VOS, S.; KAMPHUIS, C. B. M.; ETTEMA, D. Attractive running environments for all? A cross-sectional study on physical environmental characteristics and runners’ motives and attitudes, in relation to the experience of the running environment. **BMC Public Health**, v. 19, n. 1, p. 366, dez. 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s12889-019-6676-6>. Acesso em: 13 dez. 2025.
- DONG, L.; JIANG, H.; LI, W.; QIU, B.; WANG, H.; QIU, W. Assessing impacts of objective features and subjective perceptions of street environment on running amount: A case study of Boston. **Landscape and Urban Planning**, v. 235, p. 104756, jul. 2023. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0169204623000750?via%3Dihub>. Acesso em: 13 dez. 2025.
- EVANS, J.; JONES, P. The walking interview: Methodology, mobility and place. **Applied Geography**, v. 31, n. 2, p. 849–858, 1 abr. 2011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0143622810001141?via%3Dihub>. Acesso em: 13 dez. 2025.
- FAIRBANK, R. Por que sentimos desconforto intestinal durante exercícios? Entenda. **Folha de São Paulo (on line)**. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equlibrio/2022/10/por-que-sentimos-desconforto-intestinal-ao-fazer-exercicios-entenda.shtml>. Acesso em: 17 mar. 2024.
- FONSECA, F.; PAPAGEORGIOU, G.; TONDELLI, S.; RIBEIRO, P.; CONTICELLI, E.; JABBARI, M.; RAMOS, R. Perceived Walkability and Respective Urban Determinants: Insights from Bologna and Porto. **Sustainability**, v. 14, n. 15, p. 9089, jan. 2022a. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/14/15/9089>. Acesso em: 13 dez. 2025.
- FONSECA, F.; RIBEIRO, P. J. G.; CONTICELLI, E.; JABBARI, M.; PAPAGEORGIOU, G.; TONDELLI, S.; RAMOS, R. A. R. Built environment attributes and their influence on walkability. **International Journal of Sustainable Transportation**, v. 16, n. 7, p. 660–679, 1 jul. 2022b. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15568318.2021.1914793>. Acesso em: 13 dez. 2025.
- GEHL, J. **Cidades para as pessoas**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.
- HARDEN, S. R.; SCHUURMAN, N.; KELLER, P.; LEAR, S. A. Neighborhood Characteristics Associated with Running in Metro Vancouver: A Preliminary Analysis. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 21, p. 14328, 2 nov. 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/19/21/14328>. Acesso em: 13 dez. 2025.
- HINO, A. A. F.; REIS, R. S.; FLORINDO, A. A. Ambiente construído e atividade física: uma breve revisão dos métodos de avaliação. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**, v. 12, p. 387–394, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/rbcdh/article/view/1980-0037.2010v12n5p387>. Acesso em: 13 dez. 2025.
- HSIEH, H.-S.; CHUANG, M.-T. Association of perceived environment walkability with purposive and discursive walking for urban design strategies. **Journal of Transport and Land Use**, v. 14, n. 1, p. 1099–1127, 19 out. 2021. Disponível em: <https://www.jtlu.org/index.php/jtlu/article/view/1869>. Acesso em: 13 dez. 2025.
- HUANG, D.; TIAN, M.; YUAN, L. Sustainable design of running friendly streets: Environmental exposures predict runnability by Volunteered Geographic Information and multilevel model approaches. **Sustainable Cities and Society**, v. 89, p. 104336, fev. 2023. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2210670722006400?via%3Dihub>. Acesso em: 13 dez. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades: Londrina Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina/panorama>. Acesso em: 25 fev. 2024.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins, 2011.
- JIANG, H.; DONG, L.; QIU, B. How Are Macro-Scale and Micro-Scale Built Environments Associated with Running Activity? The Application of Strava Data and Deep Learning in Inner London. **ISPRS International Journal of Geo-Information**, v. 11, n. 10, p. 504, 27 set. 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2220-9964/11/10/504>. Acesso em: 13 dez. 2025.
- LEE, D.-C.; BRELLENTIN, A. G.; THOMPSON, P. D.; SUI, X.; LEE, I.-M.; LAVIE, C. J. Running as a Key Lifestyle Medicine for Longevity. **Progress in Cardiovascular Diseases**, v. 60, n. 1, p. 45–55, jul. 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0033062017300488?via%3Dihub>. Acesso em: 13 dez. 2025.
- LOWE, M.; ADLAKHA, D.; SALLIS, J. F.; SALVO, D.; CERIN, E.; MOUDON, A. V.; HIGGS, C.; ARUNDEL, J.; BOEING, G.; LIU, S.; MANSOUR, P.; GEBEL, K.; PUIG-RIBERA, A.; MISHRA, P. B.; BOZOVIC, T.; CARSON, J.; DYGRYN, J.; FLORINDO, A. A.; HO, T. P.; GILES-CORTI, B. City planning policies to support health and sustainability: an international

comparison of policy indicators for 25 cities. **The Lancet Global Health**, v. 10, n. 6, p. e882–e894, 1 jun. 2022. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X\(22\)00069-9/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X(22)00069-9/fulltext). Acesso em: 13 dez. 2025.

QGIS Development Team. **QGIS Geographic Information System**. Versão 3.28: Firenze. [s.l.]: Open Source Geospatial Foundation Project, 2018. Disponível em: <https://qgis.org/>

SANKARI, P. **Correndo juntos: grupos de corrida ampliam benefícios da prática**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/pino/correndo-juntos-grupos-de-corrida-ampliam-beneficios-da-pratica/>. Acesso em: 17 mar. 2024.

SCHUURMAN, N.; ROSENKRANTZ, L.; LEAR, S. A. Environmental Preferences and Concerns of Recreational Road Runners. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 12, p. 6268, jan. 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/18/12/6268>. Acesso em: 13 dez. 2025.

SHASHANK, A.; SCHUURMAN, N.; COPLEY, R.; LEAR, S. Creation of a rough runnability index using an affordance-based framework. **Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science**, v. 49, n. 1, p. 321–334, jan. 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/23998083211003886>. Acesso em: 13 dez. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Fact sheet 2 - Cities: Urban planning and health. **Sixth Ministerial Conference on Environment and Health**. Ostrava, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Who Guidelines on Physical Activity and Sedentary Behaviour**. Geneva: WHO, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Noncommunicable diseases: progress monitor 2022**. Geneva: WHO, 2022.

YANG, L.; YU, B.; LIANG, P.; TANG, X.; LI, J. Crowdsourced Data for Physical Activity-Built Environment Research: Applying Strava Data in Chengdu, China. **Frontiers in Public Health**, v. 10, p. 883177, 29 abr. 2022. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/public-health/articles/10.3389/fpubh.2022.883177/full>. Acesso em: 13 dez. 2025.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. São Paulo: Bookman, 2015.

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade dos autores.

HISTÓRIA E MEMÓRIA: uma questão de identidade no centro histórico de Cuiabá - Mato Grosso, Brasil

HISTORIA Y MEMORIA: una cuestión de identidad en el centro histórico de cuiabá – mato grosso, brasil

HISTORY AND MEMORY: a question of identity in the historic center of cuiabá – mato grosso, brazil

DALTRO, GLENDA DINIZ

Mestra em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: glendadaltro@gmail.com

RESUMO

Este artigo parte de uma pesquisa bibliográfica de natureza teórico-conceitual que delinea as noções de História, Patrimônio, Memória e Identidade. Seu principal intuito é enfatizar como esses processos se interligam entre si, e como eles afetam, direta e indiretamente, o indivíduo, como ser/sujeito. Para além da conceituação dos termos, o estudo elegeu como seu objeto empírico o Centro Histórico do município de Cuiabá, cuja análise permitiu compreender-se como essa área de grande valor cultural se relaciona com sua população.

PALAVRAS-CHAVE: identidade; história; memória; patrimônio; Cuiabá.

RESUMEN

Este artículo se basa en una investigación bibliográfica de naturaleza teórico-conceptual, que recopila las nociones de Historia, Patrimonio, Memoria e Identidad. Su objetivo principal es enfatizar cómo estos procesos se interconectan entre sí y cómo afectan, directa e indirectamente, al individuo como ser/sujeto. Más allá de las conceptualizaciones de estos términos, el estudio seleccionó como su objeto empírico el Centro Histórico del municipio de Cuiabá. El análisis permitió comprender como esta zona de gran valor cultural relacionase con su población.

PALABRAS-CLAVES: identidad; historia; memoria; patrimonio; Cuiabá.

ABSTRACT

This article is based on bibliographic research of a theoretical-conceptual nature, that delineates the notions of History, Heritage, Memory, and Identity. The primary goal is to emphasize how these processes are interconnected, and how they affect, directly and indirectly, the individual as being/subject. Moving beyond the conceptualization of terms, the study selected the Historic Center of the municipality as its empirical object. The analysis reveals the relationship between this area of great cultural value and its population.

KEYWORDS: identity; history; memory; heritage; Cuiabá.

Recebido em: 23/07/2025

Aceito em: 04/01/2026

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos é notória a existência de muitas políticas e normativas que foram feitas para a preservação e conservação das questões relativas ao patrimônio histórico, arquitetônico e cultural. Sabe-se que os atos de preservação e conservação buscam a salvaguarda de um edifício, um conjunto de edificações, de uma obra de arte, de um núcleo urbano, etc. Eles possuem um grande valor histórico e cultural para uma determinada região e sua população, o que carrega consigo também a preservação de sua memória, tanto para as presentes como para as futuras gerações.

São vários os indicativos a partir dos quais pode-se observar essa evolução ao longo dos anos, tanto nas normativas como nas conceituações dos termos. Um exemplo é o art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que ampliou o seu conceito de patrimônio cultural, definindo-o como sendo todos os bens de natureza material e imaterial, individual ou conjunto de portadores de referência à identidade, ação e memória de grupos formadores da sociedade brasileira, na qual estão incluídas: as formas de expressão; modo de criar, fazer e viver; criação científica, artística e tecnológica; obras, objetos, documentos, edificações e espaços destinados às manifestações artísticas-culturais; conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arquitetônico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Pode-se dizer, portanto, que o patrimônio cultural é tudo aquilo que representa a cultura própria de um determinado conjunto social, sendo assim ela representa a sua identidade, o que a faz se diferenciar dos demais conjuntos sociais.

Entretanto, nos dias de hoje, é possível observar que a expressão que o ato em si representa para parte de uma grande maioria da população, ainda está distante de transpassar o seu real objetivo, pois muitas são as pessoas que ainda enxergam o ato de preservação e conservação como uma forma de retrocesso, congelamento e empecilho. É mais nítido observar esses casos em áreas com as quais a população não desenvolveu vínculos de afeto e de identidade. Muito disso se deve a um período em que os instrumentos normativos referentes à preservação e conservação eram vistos exclusivamente como tombamento ou, além disso, eram relacionados a uma política conservadora e elitista.

Por isso, o presente artigo não pretende entrar em detalhes quanto às questões de como ocorre a preservação e conservação de determinadas áreas ou edificações ou seus usos; pretende-se, sim, fazer uma revisão teórica de bibliografia referente às questões de história e memória ao longo dos anos, a fim de respaldar as questões de identidade e identificar como os processos de história e memória estão interligados a essa identidade.

Para melhor compreensão do assunto, ao longo do texto é apresentada a pesquisa teórica, com destaque para conceituações de alguns autores a respeito de História, Patrimônio, Memória e Identidade, estratégia que tem o objetivo de esclarecer o leitor sobre como a proteção e a conservação de áreas de grandes expressões culturais se relacionam com a história, a memória e a identidade da população. Complementando e ilustrando esse estudo, toma-se o Centro Histórico da cidade de Cuiabá-MT, sendo realizados apontamentos referentes à relação entre esses processos e enfatizando o papel da população naquele contexto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Embasando o artigo, esse item apresenta as noções de História, Patrimônio, Memória e Identidade trabalhadas no texto.

Uma noção de História

Vários são os setores da história, para Le Goff (1990) como uma ciência ela se define a partir da relação de uma realidade que não é nem construída nem observada, mas sim indagada e testemunhada. A história assim surge a partir de relatos, diante do ver e sentir. É por isso que os aspectos de história-relato e história-testemunho estão presentes no desenvolvimento da ciência histórica. Para a história a distinção entre passado e presente, passa a ser um elemento essencial para a concepção do tempo, diante disso, surge também a concepção de que na ausência de um passado conhecido e reconhecido pode-se refletir posteriormente em grandes problemas quando nas questões da mentalidade e de identidade coletiva.

Quanto à percepção e divisão de tempo, levando em consideração à oposição entre presente e passado, deve-se acrescentar uma terceira dimensão, que é a de futuro. Sobre esse sistema das três visões temporais, Santo Agostinho (apud Le Goff, 1990) diz que só vivemos no presente, entretanto, esse presente possui várias dimensões. Tem-se o presente das coisas passadas, o presente das coisas presentes e o presente das coisas futuras. Diante disso, constata-se que a história como uma ciência histórica, ao longo dos anos com o desenvolvimento da historiografia, é colocada numa própria perspectiva histórica, sendo assim ela passa a ser também considerada uma prática social que vem se tornando, há muito tempo, um elemento essencial tanto das necessidades quanto das questões de identidade individual e coletiva.

Para Certeau (1982), o termo história refere-se à ciência e ao seu objeto, que diz respeito à realidade daquilo que se passou ou se passa. Diante disso, o autor considera que existe uma historicidade da história que implica no movimento que liga uma prática interpretativa a uma prática social, onde a história oscila entre dois polos. Um que remete a uma prática (uma realidade) e outro, a um discurso fechado, sendo um texto que organiza e encerra um modo de inteligibilidade. O autor ainda classifica a história como sendo o nosso mito, que surge através da combinação do pensável e da origem, de acordo com o modo pelo qual uma sociedade se compreende.

Uma noção de Patrimônio

A palavra patrimônio possui uma multiplicidade de sentidos atribuídas para si. Segundo Ferreira (2006) para além da origem jurídica do termo, o sentido evocado de patrimônio é o de permanência do passado, diante da necessidade de resguardar algo significativo no campo das identidades e do desaparecimento. De acordo com a autora, o patrimônio na condição de categoria de pensamento, pode ser compreendido como o esforço constante de resguardar o passado no futuro. E para que ele exista é preciso que seja reconhecido e a si lhe conferido um valor, o que é dado pelas relações sociais e simbólicas que são instituídas a partir do objeto ou do evento em si. O patrimônio como sendo portador de tempo e de vivências, em sua construção cultural, acaba por ser um jogo de escolhas e espaço de conflitos, diante ao fato de possuir um caráter eletivo daquilo que se pretende representar para um determinado grupo, sociedade.

Quando dito em respeito ao patrimônio, Choay (2001) diz que o termo patrimônio tende a substituir e eliminar o uso das formas lexicais “monumento” e “monumento histórico”. Os termos diferem e possuem sentidos opostos. O monumento se refere a um artefato ou conjunto de artefatos concebido e realizado por uma comunidade humana, com o intuito de lembrar, para a memória viva e afetiva de seus membros, acontecimentos, crenças, ritos ou regras sociais constitutivas de sua identidade. Sendo assim, o monumento tem como característica uma função identificatória, que tem por vocação ancorar sociedades humanas em um espaço natural e cultural, e na dupla temporalidade dos humanos e da natureza, tratando-se de um artefato memorial intencional. No que diz respeito aos monumentos históricos, ele ao contrário do monumento, não é considerado um artefato intencional, pois não se volta para a memória viva, seu surgimento é dado a partir da escolha de um conjunto de edifícios preexistentes a partir de seu valor para a história, como também pelo seu valor estético.

Dentre as múltiplas vertentes e conceituações do patrimônio, referente à dimensão social, tem-se a conceituação de patrimônio cultural e patrimônio histórico. O art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 define o patrimônio cultural como sendo todos os bens de natureza material e imaterial, individual ou conjunto, de portadores de referência à identidade, ação e memória de grupos formadores da sociedade brasileira, na qual estão incluídas: as formas de expressão; modos de criar, fazer e viver; criação científica, artística e tecnológica; obras, objetos, documentos, edificações e espaços destinados às manifestações artísticas-culturais; conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arquitetônico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Diante do exposto, pode-se dizer que o patrimônio cultural é tudo aquilo que representa a cultura própria de um determinado conjunto social, sendo assim, ele representa a sua identidade, o que a faz se diferenciar dos demais conjuntos sociais.

Por sua vez, como diz Choay (1999), o patrimônio histórico é uma expressão que designa determinada comunidade ou grupo social, sendo constituído pela acumulação contínua de diversidades de objetos que reúnem pertences comuns ao passado: obras, obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos dos saberes e conhecimentos humanos. Sendo assim, pode-se dizer que o

patrimônio histórico está atrelado diretamente ao patrimônio cultural, por ambos possuírem uma relação que envolve o sujeito e o lugar, que correlacionam no processo de memória tanto coletiva quanto individual, por isso, abordar-se-á a seguir sobre a questão da noção de memória.

Uma noção de Memória

Dentre as várias conceituações de memória, Santos (2013) afirma que ela é um processo de revelação e desvelamento, em que seus conteúdos passam por simbolização (individuais e coletivas), pelo imaginário, pela cultura e seus traços, pela sensibilidade e seus rastros. Além de ser um processo de representação, a memória é também uma narrativa, que pode ser vista como reconhecimento de uma imagem do passado, onde se diferencia da história, pelo fato de se ocupar pelos processos de rememoração e lembranças que (re) integram subjetivamente ao passado, que não se volta de forma objetiva, mas que se representa nas imagens da memória quase que sem rupturas.

Para Nora (1993), memória é a vida que, carregada por grupos vivos, está permanentemente em evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações e vulnerável a todos os usos e manipulações. Trata-se de um fenômeno sempre atual, que possui um elo vivo no presente, que instala a lembrança no sagrado e se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto.

Como fenômenos de projeção e transferências, que podem acontecer a partir de uma memória individual ou coletiva, Pollak (1992) descreve várias caracterizações da memória, dentre as quais tem-se a memória seletiva (onde nem tudo fica gravado, registrado) que é em parte herdada e sofre flutuações diante da função do momento em que é articulada. Quanto às preocupações do momento, diz-se que constituem um elemento de estruturação da memória, o que também é equivalente para as relações de memórias coletivas. O autor também comenta que, como um fenômeno construído, a memória possui modos de construção que podem ser conscientes ou inconscientes. Assim, quando se trata de uma memória herdada, é possível inferir um processo de ligação fenomenológica entre ela e o sentimento de identidade. Recorrendo à literatura da psicologia social e da psicanálise, Pollak enfatiza a relação entre a memória e a construção da identidade, ressaltando que se trata de um elemento constituinte do sentimento de identidade individual e coletivo, sendo um fator de extrema importância para o sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa (ou de um grupo) para sua própria reconstrução. No texto “Memória, Esquecimento, Silêncio” (1989), ele ainda comenta que a memória é a operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, o que se integra nas tentativas de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais. Para isso, a referência ao passado acontece para se manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, por isso, a memória possui também o sentido da identidade individual e do grupo.

Por sua vez, Pomian (2000), ressalta que a memória é a faculdade de conservar os vestígios daquilo que, em si, já pertence a uma época passada. Sendo assim, trata-se de um estado do sistema nervoso, provocado pelas relações entre o ser humano e os diversos seres, objetos ou acontecimentos com os quais tem contato, e que subsiste ainda quando o elemento que o originou já desapareceu há algum tempo (quer este período seja longo ou não). Assim, ela permite que o ser humano volte no tempo (momentaneamente), mantendo-se no presente enquanto se relaciona com o passado, condição que possibilita recuperar/compreender aquele tempo vivido, por meio de recordações, imagens e relíquias.

Uma noção de Identidade

Sobre as questões de identidade, Pollak (1992) comenta que o processo de memória possui uma ligação fenomenológica estreita com o sentimento de identidade. A partir dela, ao longo da vida a pessoa passa a formar a imagem sobre si mesma, uma imagem que constrói, se apresenta e é percebida pelos outros.

Nessa construção da identidade – e aí recorro à literatura da psicologia social, e, em parte, da psicanálise – há três elementos essenciais. Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam

um indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollak, 1992, p.5).

Por isso, pelo fato de assimilar identidade social à imagem de si, ele fala que nenhuma pessoa pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. Diante da qual, a construção da identidade trata-se de um fenômeno que se produz em referência aos outros, a partir dos processos de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade que se fazem através de negociação direta com os outros.

Dentre diversas conceituações embasadas no pensamento psicanalítico, Hall (1992) aborda que a identidade é formada ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes, de modo que sempre existe algo imaginário ou fantasiado sobre a sua unidade. Sendo assim, segundo o autor, a identidade surge diante de uma falta de inteireza que é preenchida de acordo com o nosso exterior, tendo em vista a forma como nós imaginamos sermos vistos pelos outros.

Ainda sobre a ótica da teoria psicanalítica, Leitão (2014) destaca que o conceito de identificação possui como ideia fundamental a noção de imprescindibilidade do outro na constituição psíquica do sujeito humano. De acordo com a autora, é pela experiência de existir que o ser humano tem a oportunidade de se tornar sujeito, assim, diante ao processo de identificação, os eventos psíquicos que acabam transformando um indivíduo em sujeito se mostram fundamentais, sendo a presença do outro um fator imprescindível. De fato, sem o outro, o ser humano não é capaz de vivenciar a experiência de se tornar sujeito, e o que interessa ao sujeito é ser e não parecer, sendo assim, o outro não desempenha apenas o papel de modelo e de espelho, ele acaba por mostrar ao sujeito quem ele é, o que possibilita que o sujeito reconheça a si mesmo como tal. Diante dessa condição, é dito que quem se identifica, acaba se apropriando, de um modo inconsciente, do traço do outro a partir do desejo de se tornar sujeito tanto quando o outro é e não sujeito como é o outro.

3 HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE NO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ

O município de Cuiabá foi fundado em 8 de abril de 1719. Seu território foi descoberto por meio das expedições dos bandeirantes advindos de São Paulo nos anos de 1673 e 1682, que vieram em busca de metais preciosos e mão de obra indígena. A região foi elevada à categoria de vila no início de 1727 com a vinda de um representante do Reino de Portugal, passando-se a ser chamada de Vila Real Bom Jesus de Cuiabá, sendo posteriormente, no ano de 1748, criada a Capitania de Cuiabá, período no qual se concederam isenções e privilégios a Coroa Portuguesa que por ali quisessem se instalar. Foi elevada à categoria de cidade no dia 17 de setembro de 1818, tornando-se capital da província de Mato Grosso em 1835. O local possui as características das edificações bem como o traçado urbano dessas épocas, que estão presentes no centro histórico da cidade, sendo ele um local que guarda grande parte do patrimônio construído que ainda existem dos séculos XVIII, XIX e XX, onde se mantém o traçado urbano colonial e localiza-se a história do surgimento da cidade, sendo uma região de grande expressão cultural do município.

A cidade teve seu traçado urbano, em um processo de espacialização iniciado no período na qual a Coroa Portuguesa chegou ao local, e ao longo dos anos, passou por mudanças significativas, como ampliação do traçado urbano, instalação de postes de iluminação, instalação da rede de energia elétrica, abastecimento de água encanada, mudanças arquitetônicas nas edificações, etc. Esses processos são naturais e decorrentes das mudanças que vão acontecendo no decorrer evolutivo das cidades, sendo assim é comum detectar configurações distintas do nosso passado, que se fazem presentes no patrimônio arquitetônico da cidade atual.

Antes de ser tombado, o centro histórico de Cuiabá bem como de seu entorno sofreu algumas mudanças invasivas, que mexeram muito com a concepção da imagem e do imaginário da sua população e a sua relação com a cidade, pois essas mudanças causaram uma descaracterização dessa área, que interferiu na identidade de seus moradores. Em relação aos processos de imagem e imaginário, Silva (2005) esclarece que

Imagem e imaginário urbanos são manifestações de dupla mão, ambos se referem à cidade como espaço físico e construído e como lugar que se individualiza naquele espaço. Nas duas situações, a cidade é cenário e atriz de uma relação social que contracenam com o homem, usuário ou cidadão urbano; assim sendo, imagem e imaginário correspondem à capacidade cognitiva do homem de produzir informação em todas as suas relações sociais (Silva, 2005, p. 118).

Diante dessa conceituação, pode-se dizer que a imagem é um dado que corresponde a uma concreta intervenção construída na cidade e o imaginário trata-se de um processo que acumula imagens estimuladas por um elemento sendo ele construído ou não, que se identifica com o meio e o cotidiano urbano, sendo assim, as ações realizadas nos núcleos urbanos do passado interferem nas percepções da imagem e do imaginário de uma sociedade no seu presente como também no seu futuro, pois dependendo das ações pode-se perder valores e referências, bem como também pode alterar a identidade urbana de uma cidade. Por isso, constata-se aqui que, embora seja natural o percurso de mudanças das cidades, é importante que no processo de evolução se considere os princípios que vão ao encontro da política da preservação e conservação patrimoniais, independentemente dos estilos urbanos e culturais que foram aparecendo ao longo dos anos, pois é importante para a psiquê da população se ter e se reconhecer no meio onde habita, sendo este local uma referência e uma fonte de diálogo entre o seu passado e presente, bem como um meio de ter um equilíbrio com o seu futuro.

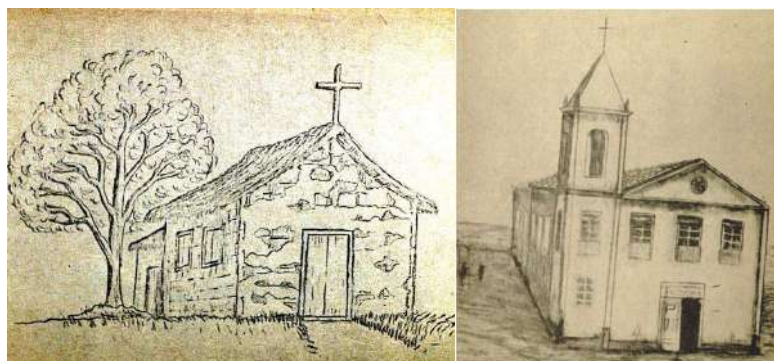
De uma forma geral e em nível nacional, no período modernista aconteceram muitas transformações no patrimônio edificado das cidades brasileiras, pois muitas edificações antigas foram demolidas e substituídas por outras mais modernas, consideradas símbolo de progresso, em oposição a um passado entendido como a representação de retrocesso. Em Cuiabá isso não foi diferente, pois muitas edificações foram demolidas para dar lugar a edifícios símbolos da modernidade. Entre as principais transformações pelas quais o centro histórico da cidade passou, destaca-se a demolição da antiga Igreja Matriz para a implantação da nova Catedral Metropolitana, de características modernas, que simbolizou o progresso do município.

A Igreja Senhor Bom Jesus de Cuiabá, também conhecida como Igreja da Matriz e como Catedral, foi erguida no ano de 1722 em pau-a-pique e cobertura de palha, já em meados de 1739 o Padre João Caetano ressaltando a necessidade de uma igreja mais condizente com a prosperidade do lugar, construiu outra que ficava no mesmo lugar da antiga, só que feita de taipa socada. Já no ano de 1771, o frei José da Conceição Passos d'Arcos ergueu a primeira torre da igreja em forma de pirâmide, que foi conservada até 1868 quando sofreu outra alteração na sua fachada e na torre pelas mãos do arquiteto italiano Tortorolli.

Novas mudanças ocorreram em 1920, quando foi acrescentada outra torre e fizeram significativas mudanças na sua fachada. No entanto, a maior intervenção aconteceu em 1968, quando a igreja foi totalmente demolida e substituída por uma nova edificação, de arquitetura totalmente diferente das anteriores. Essa foi, e é, considerada uma das maiores perdas para o patrimônio cultural tanto para a cidade, quanto para o estado de Mato Grosso. A nova igreja foi inaugurada em 1973 e mantém-se a mesma até os dias de hoje - um pouco destas transformações são sintetizadas pelas imagens a seguir (Figuras 1 a 8).

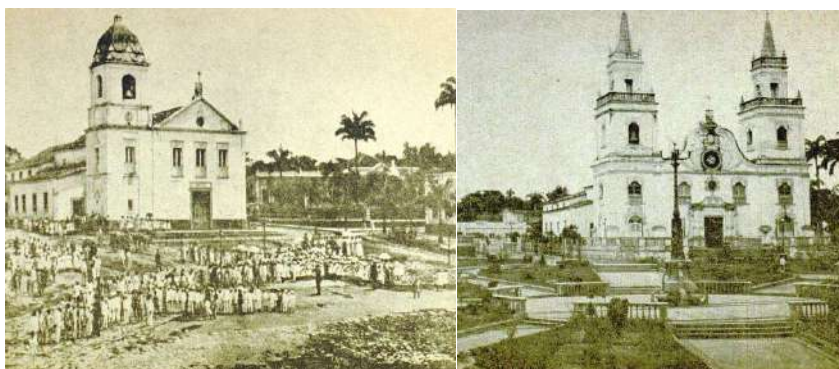
A demolição da igreja gerou grande comoção na cidade, pois a relação da edificação ia muito além da religiosa. Era uma relação de afeto, pois a igreja fazia parte das memórias locais dos seus habitantes, era parte da representação da identidade dos seus habitantes, sendo assim sua demolição tornou-se um ato de violência contra a identidade cultural da sua população.

Figuras 1 e 2: Desenhos representando a Igreja Senhor Bom Jesus de Cuiabá no período colonial e imperial, respectivamente.



Fonte: Publicada no livro Igrejas e Sobrados de Cuiabá (Mendonça, 1978).

Figuras 3 e 4: Igreja Senhor Bom Jesus de Cuiabá em 1914 e 1940, respectivamente.



Fonte: Publicada no livro Igrejas e Sobrados de Cuiabá (Mendonça, 1978).

Figura 5 e 6: Igreja Senhor Bom Jesus de Cuiabá, nos anos de 1960 e quando foi demolida, respectivamente.



Fonte: Instagram @cuiabaantiga, 2025
(Disponível em <https://www.instagram.com/cuiabaantiga/> . Acesso em: janeiro, 2025).

Figuras 7 e 8: Vista da atual Igreja Senhor Bom Jesus de Cuiabá.



Fonte: Da autora, 2025.

Na época havia um grupo de pessoas que entendiam não ser preciso demolir as construções antigas para se atingir o progresso e a evolução da cidade, e que era importante a preservação dessas edificações para a construção da identidade cultural local, sendo assim, o passado poderia conviver em perfeita harmonia com o presente e o futuro. Em meados de 1987 o centro histórico do município foi tombado, por meio de um documento provisório, sendo o seu processo aprovado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no ano de 1988 e sua homologação feita em 1992, passando a atuação no sentido de preservação do centro histórico para o Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional (IPHAN). O tombamento da área garante, por lei, a preservação dos valores históricos e culturais do centro. A região em questão possui uma área de 13,1 hectares e circunda aproximadamente 400 edificações, o que preserva o patrimônio construído estabelecidos nos séculos XVIII, XIX e XX, mantendo a integridade do traçado urbano da época de origem da cidade. Como medidas regulamentar, se estabeleceram normas para o conjunto arquitetônico e urbanístico e paisagístico da cidade de Cuiabá, foi elaborada a Instrução Normativa do Centro Histórico de Cuiabá, que, em seu art. 2º indica que:

A preservação do CONJUNTO ARQUITETÔNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DA CIDADE DE CUIABÁ e do seu Entorno, será assegurada pela proteção, conservação, manutenção e revitalização das características culturais da cidade, presentes nos elementos constitutivos – implantação do terreno, arruamento, correr de edifícios alinhados à rua, sistemas e materiais construtivos – próprios da região durante os séculos dezoito e dezenove, aos quais se associaram elementos formais arquitetônicos do século vinte, sem, contudo, destruir a substância anterior. A constituição deste conjunto contém elementos incidentais geomorfológicos, da natureza pré-existente, com elementos intencionais da edificação urbana pela mão do homem, formando assim o conjunto da preservação física (Cuiabá, 2010, p.10).

No presente documento estão dispostas várias diretrizes e normas sobre a área, bem como a de que qualquer alteração realizada neste núcleo deva ser aprovada pela prefeitura do município e pelo IPHAN, sendo elas analisadas a partir dessa legislação, que visa à preservação do centro histórico da cidade, como meio de garantir valores históricos e culturais da região, como sendo um instrumento que prioriza a preservação da memória do município.

Embora se tenha uma legislação que vise à preservação e conservação dessa área, como forma de garantir os valores históricos e culturais da região, bem como a preservação da memória, o que se vê nos dias de hoje é uma área que caminha pelo lado contrário da qual se asseguram as normativas. Muito do que se vê hoje vem desde o início do processo de tombamento da área, embora visem assegurar a preservação e conservação do local como um todo, o que se observa é que desde o primórdio até hoje grande parte da população ainda não entendeu o real significado do tombamento como sendo ele meio de preservação patrimonial. Além disso, são vários os fatores que foram se somando ao longo dos anos que contribuíram para a realidade atual da região. De início, sabe-se que

embora o núcleo urbano seja tombado, algumas edificações da área foram tombadas, sendo elas escolhidas a dedo, onde a grande maioria era pertencente a classes sociais mais altas, pode-se dizer que houve nesse processo um caráter elitista. Outro fator é de que se implantou um conceito equivocado para grande parte da população, de que o tombamento é um ato totalmente restritivo e conservadorista, o que se sabe que vai totalmente contra os princípios e os objetivos do ato em si, sendo assim, o que se observa é que diante essa região há uma convergência na questão quando em respeito a aplicabilidade do ato.

Dentre outros motivos, esse fato acaba por ser uma das causas para que algumas partes centro histórico de Cuiabá atualmente se encontrem descaracterizadas. Grande parte da área apresenta estado de abandono: poucas são as edificações que estão conservadas e preservadas, sendo observado um aumento significativo de imóveis fechados que vão se deteriorando com o passar dos anos - não ocasionalmente constata-se desabamentos dessas edificações. Ao longo dos anos, tal situação acaba por contribuir para que parte da população não se identifique com o local, cada vez mais enxergando a área como uma região obsoleta.

4 CONCLUSÃO

Partindo da pesquisa bibliográfica, o presente artigo buscou possibilitar aos leitores a compreensão de conceitos referentes à História, Patrimônio, Memória e Identidade. Como se tratam de termos muito complexos e que possuem uma vasta interpretação no universo teórico, teve-se como propósito realizar uma coleta pontual, no que diz respeito à conceituação e compreensão dos termos por parte de alguns teóricos expostos ao longo do texto.

Diante da revisão teórica sobre os termos, ficou evidente ao longo do texto que tais temáticas possuem uma relação intrínseca entre si, tendo uma ligação que afeta diretamente nas questões da sociedade, tanto para o lado coletivo quanto para o lado do individual do ser. Isso pois, se observou que a história, como uma ciência, possui uma relação com a distinção entre o passado, presente e o futuro, que é considerada como prática social um elemento essencial para as questões de identidade individual e coletiva. O patrimônio, pode-se dizer, trata-se de um portador de tempo e de vivências, que identifica e faz representar a identidade de um determinado grupo, que envolve a relação entre o sujeito e o lugar, relacionando-se assim com o processo de memória dos indivíduos. A memória como um processo de representação e de uma narrativa, trata-se de um elemento que constitui a partir do sentimento de identidade individual e do coletivo, como forma de definir e se reforçar o sentimento de pertencimento sobre algo. Já a identidade, possui uma ligação estreita com o processo de memória, trata-se da imagem que a pessoa tem sobre si mesma e se apresenta diante dos outros, algo que se forma ao longo dos anos.

Como meio de relacionar a conceituação dos termos, sobre o olhar de um objeto empírico, em seu final o texto fala sobre o centro histórico do município de Cuiabá, a fim de identificar a relação de história, memória e identidade que a sua população possui com relação a essa área. A escolha desse objeto se deu, pois a autora é uma cuiabana “de pé rachado”, como são intitulados as pessoas nascidas e criadas em Cuiabá.

Sobre a área em questão, de uma forma resumida foram apresentados apontamentos sobre sua origem e evolução. A região possui grande parte do patrimônio construído originário dos séculos XVIII, XIX e XX, onde se mantém o seu traçado urbano colonial e que reflete a expressão cultural do município. Entretanto, ao longo dos anos, o processo evolutivo da cidade fez com que modificações acontecessem na região; em um certo período as mudanças aconteceram de forma invasiva, de forma a descaracterizar parte da área. Dentre as várias transformações acontecidas, este texto abordou, especificamente, a transformação de maior expressão na cidade: a demolição da antiga igreja Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

Como meio a garantir a proteção da área, que possui um grande valor histórico, cultural e arquitetônico para o município e seus habitantes, o local foi tombado em 1992, sendo assim surgem diretrizes e normativas que asseguram a sua preservação. No entanto, embora a área seja tombada e existem leis que garantam a sua preservação e conservação, o que se vê atualmente é um completo descaso e abandono no local, muitas edificações da região se encontram subutilizadas ou em desuso, o que diz muito sobre o seu estado precário de conservação, que acaba contribuindo também para a falta de

identificação por parte da população para com essa região. Por isso, conclui-se que mesmo a área sendo uma região tombada e que possua um grande valor cultural para a cidade e sua população, valores esses que podemos dizer que possuem uma extrema importância para a história, para o patrimônio, memória e identidade de seus habitantes tanto em seu passado, quanto no seu presente e para sua visão também de futuro, há um conflito existente nessa região, pelo fato de parte dessa população não se identificar com a área, em um sentido de pertencer, o que se entende aqui como sendo algo prejudicial tanto para o indivíduo, em um dizer coletivo quanto individual, pelo fato de afetar nas questões das terminologias acima expostas ao longo do texto.

Reconhece-se também, que grande parte da falta de identificação por parte da população, se deve muito pelo estado atual pela qual a área se encontra, devido ao descaso do poder público. Possivelmente essa situação só será resolvida quando o poder público entender que o descaso para com a região, afeta não somente os meios de representações físicas quanto subjetivas, em sentido do ser e do pertencer de sua população para com o local.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 de jun. 2023.
- CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Lisboa: Editora Forense Universitária, 1982.
- CHOAY, F. **Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 1999.
- CHOAY, F. **O Patrimônio em Questão**: Antologia para um combate. Porto, Portugal: Fino Traço, 2011.
- CONTE, C.; FREIRE, M. **Centro Histórico de Cuiabá Patrimônio do Brasil**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- CUIABÁ. **Patrimônio Histórico de Cuiabá**. Cuiabá: Prefeitura Municipal de Cuiabá, 2010.
- FERREIRA, M. L. M. Patrimônio: Discutindo alguns conceitos. **Diálogos**, V.10, n.3, p. 79-88, 5 ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Diálogos/article/view/38967>. Acesso em: 20 de jun. 2023.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- LEITÃO, L. **Onde coisas e homens se encontram**: Cidade, Arquitetura e Subjetividade. São Paulo: Annablume, 2014.
- MENDONÇA, R. **Igrejas e sobrados de Cuiabá**. (Programa: Cadernos Cuiabanos). Cuiabá: Prefeitura Municipal de Cuiabá, 1978.
- NORA, P. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. (Tradução autorizada pelo Editor). In: NORA, P. **Les lieux de mémoire**: Paris: Editions Gallimard, 1984.
- PEDROLLO, J. **Patrimônio Histórico de Cuiabá**. Cuiabá: Prefeitura Municipal de Cuiabá / Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, p.29, 2010.
- POLLACK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, vol.3, n.3, p. 3-15. Rio de Janeiro, 1989.
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, vol. 5, n.10, p. 200-2012. Rio de Janeiro, 1992.
- POMIAN, K. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**, V.42 (Sistemática). Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2000, p.507-516.
- SANTOS, N.M.W. Memória como narrativas do sensível: entre subjetividade e sensibilidade. In: GRAEBIN, C.M.G.; SANTOS, N.M.W. (Orgs.). **Memória Social**: questão teóricas e metodológicas. Canoas: UniLaSalle, 2013.
- SILVA, A. **Imagínarios urbanos**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade da autora.

GÊNERO, ESPAÇO E SUBJETIVIDADE NA IGREJA DO BOM SAMARITANO EM RECIFE-PE

GÉNERO, ESPACIO Y SUBJETIVIDAD EN LA IGLESIA DEL BUEN SAMARITANO

GENDER, SPACE AND SUBJECTIVITY IN THE CHURCH OF THE GOOD SAMARITAN

NASLAVSKY, GUILAH

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela USP, professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) e do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: guilah.naslavsky@ufpe.br.

LINS, RAFAELA SILVA

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe). E-mail: rafaelaslins@hotmail.com

RESUMO

Esse artigo discorre sobre a concepção de uma emblemática obra da cidade do Recife recentemente destruída, que foi projetada por uma equipe composta unicamente por integrantes mulheres, o escritório Arquitetura 4. Tem-se por finalidade registrar a excelência dessa arquitetura contemporânea. Para tal, foi realizada uma pesquisa documental, com base em registros fotográficos e entrevistas, análises arquitetônicas de seu espaço e das obras de arte integradas como os painéis de azulejos e os elementos vazados, bem como a paradigmática cobertura, por fim, discute-se sobre a questão de gênero e a arquitetura religiosa. Como resultado apresentam-se as análises arquitetônicas e os registros historiográficos desse excepcional monumento precocemente destruído e levantam-se questões sobre a subjetividade da arquitetura religiosa elaborada por mulheres. Por fim, é feito um apelo para uma maior conscientização do valor de nosso patrimônio recente e da urgência em sua preservação.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura contemporânea; Arquitetura 4; arquitetura religiosa; cerâmica armada.

RESUMEN

Este artículo aborda el diseño de una obra emblemática de la ciudad de Recife, recientemente destruida, que fue proyectada por un equipo formado únicamente por mujeres, el estudio Arquitectura 4. El objetivo es dejar constancia de la excelencia de esta arquitectura contemporánea. Para ello, se llevó a cabo una investigación documental, basada en registros fotográficos y entrevistas, análisis arquitectónicos de su espacio y de las obras de arte integradas, como los paneles de azulejos y los elementos huecos, así como la paradigmática cubierta, discutiendo finalmente la cuestión del género y la arquitectura religiosa. Los resultados presentan los análisis arquitectónicos y los registros historiográficos de este monumento excepcional, que fue destruido prematuramente, y plantean cuestiones sobre la subjetividad de la arquitectura religiosa diseñada por mujeres. Por último, se hace un llamamiento a una mayor concienciación sobre el valor de nuestro patrimonio reciente y la urgencia de su conservación.

PALABRAS-CLAVES: arquitectura contemporánea; Arquitectura 4; arquitectura religiosa; cerámica reforzada.

ABSTRACT

This article discusses the design of an emblematic work recently destroyed in the city of Recife, which was designed by a team made up solely of women, the Arquitetura 4 office. The aim is to record the excellence of this contemporary architecture. To this end, documentary research was carried out, based on photographic records and interviews, architectural analysis of its space and the integrated works of art such as the tile panels, and the hollowed-out elements as well as the paradigmatic roof. Finally, the issue of gender and religious architecture is discussed. The results present the architectural analysis and historiographical records of this exceptional monument, which was prematurely destroyed, and raise questions about the subjectivity of religious architecture designed by women. Finally, an appeal is made for greater awareness of the value of our recent heritage and the urgency of its preservation.

KEYWORDS: contemporary architecture; Arquitetura 4; religious architecture; reinforced ceramics.

Recebido em: 28/06/2025

Aceito em: 01/12/2025

1 INTRODUÇÃO

O escritório Arquitetura 4, formado por Carmen Mayrinck, Clara Calábria, Liza Stacishin e Vera Pires, foi um dos primeiros escritórios de arquitetura formados apenas por mulheres a surgir no Recife, gestado durante o estágio das arquitetas no Borsoi Arquitetura Ltda. Quando questionada se escolheram intencionalmente formar um grupo somente de mulheres, Vera Pires respondeu (informação verbal) ¹.

Não... Ele nasceu naturalmente (...) dentro do escritório de Janete (Costa)². Porque a gente trabalhava juntas já. Inclusive quando Janete viajava deixava já os projetos todos com a gente e a gente resolvia, se comunicava com os clientes. A gente teve a prática realmente do fazer arquitetônico e de escritório dentro do escritório dela e que era conectado com Borsoi. Mas a vivência mesmo de estudante foi mais com Janete. Então a gente vivenciou o fazer arquitetônico com ela, com o pormenor, a gente estudava a escala, a proporção, a proporção do móvel. Então aí, o trabalho da gente quando nasceu, nasceu exatamente com o domínio desse espaço.

Juntas essas profissionais despontaram no cenário da arquitetura regional atuando em diversos estados do Nordeste e acumulando dezenas de projetos dos mais variados usos e funções, passando por trabalhos de ambientação e reforma, concepção de residências unifamiliares e multifamiliares, centros comerciais e de serviços, arquitetura industrial, institucional, religiosa, hoteleira, além de uma série de projetos para agências bancárias, também tangenciando outros campos com desenho de móveis e trabalhos de programação visual.

Vera Pires, nascida em 1947, na cidade de Sousa, interior da Paraíba, desde muito jovem amava desenhar, mas, de acordo com ela mesma, "não sabia que existia arquitetura" e tinha como objetivo ingressar na área de artes plásticas, fazendo o curso na escola de Belas Artes. Foi por intermédio de colegas que estudavam arquitetura em Recife que a ideia de também cursar arquitetura começou a tomar forma. A arquiteta menciona com alegria o apoio irrestrito dos pais na decisão, destacando que o papel de sua mãe "sempre me deu muita liberdade de escolha" (informação verbal)³. Formou-se arquiteta na Faculdade de Arquitetura do Recife em 1971 - área na qual atua até os presentes dias - e, assim como as outras integrantes do Arquitetura 4, desde o segundo ano de curso trabalhou no escritório de Janete Costa⁴ e Acácio Gil Borsoi. Durante o estágio, teve muito mais contato com Janete, assim, é importante ressaltar a influência de Costa que foi, assumidamente, um exemplo profissional para as arquitetas, por sua independência e competência. (Veloso; Pires, 2021).

Sobre a formação do escritório, Carmen Mayrinck (1947 -) (informação verbal)⁵ afirma que se formou "como um coletivo de colegas de faculdade que queriam fazer algo diferente do que era praticado na construção civil da época". Assim como Vera, Carmen formou-se arquiteta em 1971 na Faculdade de Arquitetura do Recife e teve o apoio familiar necessário para ingressar no curso. Ressalta (informação verbal)⁶, inclusive, o incentivo que recebeu para, recém formada, montar o escritório com as colegas. Recifense, ela afirma que foi criada na rua da Aurora, às margens do Capibaribe, e, desde criança, brincava de desenhar as ruas e casarões. Seu interesse por tudo que envolvia arquitetura levou-a a, paralelamente ao trabalho com o Arquitetura 4, explorar novas áreas como a cenografia e figurino, atraída pelo caráter transgressor do teatro na década de 1980. Mayrinck também é especializada em habitação e planejamento urbano pela Universidade de Roterdã, Holanda (1985), curso que, segundo ela, foi recomendado pelo seu professor Armando de Holanda, ainda em 1969, quando ministrava a disciplina de Composição Arquitetônica I.

Além de Carmen e Vera, também foram sócias fundadoras do escritório Clara Calábria (1944 -) e Liza Stacishin (1946 -). Clara formou-se arquiteta no mesmo ano e instituição que as duas integrantes supracitadas e veio de Catende, interior pernambucano. Ela também é especializada em planejamento urbano, com pós-graduação na Universidade Técnica de Berlim (TUB) em 1980 e mestrado em Desenvolvimento Urbano na UFPE (1994), instituição da qual posteriormente foi docente da graduação, ministrando aulas de Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo e Intervenção em Sítios Históricos. Liza, por sua vez, formou-se arquiteta na mesma instituição, mas em 1970. Além de arquiteta e urbanista também trabalhou como designer e artista plástica, Stacishin deixou o escritório cerca de 15 anos após a fundação - seguida por Clara - por causa da mudança de país em busca de especializações nos Estados Unidos, onde fez mestrado em Arquitetura da Paisagem na *Utah State University*. Nos últimos 10 anos de atuação, o escritório foi conduzido apenas por Carmen e Vera, "virou o Arquitetura 2", brincou Vera em entrevista (informação verbal)⁷.

Apesar do sucesso e reconhecimento alcançado pelo escritório ao longo dos anos, o começo da carreira foi desafiador, a entrada no mercado de trabalho foi marcada por problemas relacionados à remuneração e pelo preconceito de gênero. Embora as arquitetas afirmem não ter passado por episódios diretos de discriminação, sua prática se insere em um contexto profissional de desigualdade. O levantamento do Conselho de

Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR), o “Diagnóstico de Equidade de Gênero” (2019 - 2020) demonstra que até os dias atuais as arquitetas recebem salários inferiores e, além disso, apenas 6% das entrevistadas atuavam em projetos de grande porte, sendo a maioria delas envolvidas em projetos de interiores (21%). Outra pesquisa do mesmo órgão (2019) sobre a presença feminina no setor, indica que, apesar de maioria nos cursos de arquitetura e na profissão, as mulheres são minoria entre os vencedores de concursos e premiações e entre os dirigentes de entidades profissionais (como SICCAU, SGM e ACI).

Nesse contexto, o presente artigo apresenta a Igreja Episcopal Anglicana do Bom Samaritano, localizada em Recife-PE, construída entre 1982 e 1989, e concebida pelo Arquitetura 4 como um exemplo de integração entre as artes. Desse modo, tem-se como objetivo principal analisar como essa obra sintetiza as preocupações do grupo no que diz respeito à busca pela modernidade apropriada e os desafios enfrentados enquanto mulheres arquitetas exercendo sua prática na produção desse espaço sagrado em um contexto de desigualdade de gênero. Para tanto, o processo metodológico adotado partiu de um levantamento bibliográfico e também documental, com a consulta ao Acervo Arquitetura 4, disponível no Laboratório da Imagem em Arquitetura e Urbanismo (LIAU/DAU/UFPE), além de entrevistas com parte das arquitetas do escritório. Por fim, o texto está estruturado em três seções principais: iniciando por uma breve contextualização da produção do escritório e do papel da mulher na arquitetura religiosa, seguida de uma análise arquitetônica da Igreja do Bom Samaritano e, ao fim uma reflexão sobre o legado da obra e as implicações de sua demolição para o patrimônio arquitetônico e para a visibilidade feminina na profissão.

Essa igreja, embora ocupasse um lote de esquina e tivesse uma inserção bastante discreta na tumultuada paisagem da Avenida Domingos Ferreira, em Recife-PE, marcava uma linha vertical na paisagem com sua torre sineira. Sua cobertura com formas livres e planos inclinados, chamava a atenção dos que passavam em velocidade nesta via. Paradigmática e obra de arte total, artesanal, com materiais representativos da identidade local e apresentando um rigoroso desenho arquitetônico com artes integradas, reunia painéis de arte azulejar (Petrônio Cunha) e um espaço interno singular, onde os elementos vazados permitiam a penetração da luz, criando um ambiente misterioso de introspecção para os fiéis da igreja anglicana. A estrutura, contudo, foi demolida em setembro de 2024 por questões econômicas relacionadas a manutenção do local e, assim, perdeu-se um marco importante para a arquitetura contemporânea brasileira, o que levanta discussões não só sobre o reconhecimento e proteção dos valores artísticos e arquitetônicos da produção recente, mas também sobre a marginalização da produção das mulheres arquitetas.

2. GÊNERO E SUBJETIVIDADE NA ARQUITETURA RELIGIOSA

Para compreender melhor as relações subjetivas com os espaços religiosos, Mircea Eliade (1957; p.57) evidencia que, “por um lado, a igreja é concebida como imitação de Jerusalém celeste, e isto desde a antiguidade cristã; por outro lado, reproduz igualmente o Paraíso, ou o mundo celeste. Mas a estrutura cosmológica do edifício sagrado persiste ainda na consciência da cristandade”.

Para Eliade (1957) a arquitetura se relaciona com a consagração do território e absorveu simbolicamente os rituais de consagração e ‘cosmização’ do espaço amorfo que, de certa forma, obedeciam aos esquemas dados pela simbologia da criação do cosmos. Da mesma forma que um monte ou uma árvore sagrada, as habitações também são representantes do “centro do mundo”, tornando-se um ‘microcosmos’. Sendo elas santificadas, repetindo os processos originais de fundação do cosmos feitos pelos Deuses, nelas a quebra que permite a comunicação entre o homem e o sagrado é frequentemente representada pela chaminé ou por uma abertura no telhado: “As quatro partes do interior da igreja (bizantina) simbolizam as quatro direções do mundo. O interior da igreja é o Universo. O altar é o paraíso, que foi transferido para o oriente. A porta imperial do altar denomina-se também a porta do paraíso. (...) As quatro partes do interior da igreja simbolizam as quatro direções do mundo” (Mircea Eliade, 1957, p. 58).

Portanto, a ideia de centro no espaço sagrado é reiterada em diversas escalas, alcançando também a esfera das cidades santas (espaço urbano), dos templos e das igrejas, nesse âmbito a arquitetura religiosa retoma a mesma lógica de simbolismo usada nas casas primitivas, santificando o mundo repetidamente em categorias e proporções diferentes, sempre buscando reatualizar o ato primordial da criação. Dessa forma, existe uma correspondência entre o próprio cosmos e a arquitetura construída (Eliade, 1957).

(...) O meio do edifício da igreja representa a Terra. Segundo a representação de Kosmas indikopleustes, a Terra é quadrada e limitada por quatro paredes, rematadas por uma cúpula. **As quatro partes do interior da igreja simbolizam as quatro direções do mundo.** Como Imagem do Mundo, a igreja bizantina encarna e santifica ao mesmo tempo o Mundo. (Eliade, 1957, pp. 58, grifo nosso).

Contudo, esse espaço sagrado também é apontado por historiadores da religião como predominantemente masculino: “arquitetura religiosa para além de reproduzir os tradicionais esquemas de sacralização do mundo, também refletiu as estruturas de poder e dos valores dominantes em cada época” (Morin; Guelke, 2007, p.19). Essa construção patriarcal do espaço religioso e diferenciação de gênero nas experiências e identidades religiosas têm expressão geográfica dentro das comunidades religiosas e fora delas. Tradicionalmente, o domínio dos espaços sagrados foi predominantemente de viés masculino nas religiões Cristã, Islâmica e Judaica, essas colocam as mulheres em caráter de inferioridade. Essa hierarquia baseada em gênero se manifesta no espaço construído, bem como na

leitura de textos fundacionais patriarcais para obter informações sobre gênero e geografia revela quadros ideológicos e práticas conexas que (re)produzem um corolário dos espaços de inclusão, exclusão e contenção das mulheres, regulando-as de formas particulares, tanto discursiva como materialmente.⁸ (...) Para compensar essas práticas excludentes, algumas religiões segregam as mulheres religiosas em oportunidades de carreira e estilos de vida específicos. (...) [Em resposta a essas estruturas] os historiadores das mulheres religiosas identificam estratégias utilizadas por pregadoras, sociedades de beneficência feminina, denominações não conformistas, conventos católicos romanos e seminários femininos protestantes para subverter as restrições espaciais da domesticidade convencional⁹ (Morin; Guelke, 2007, p. 19-20).

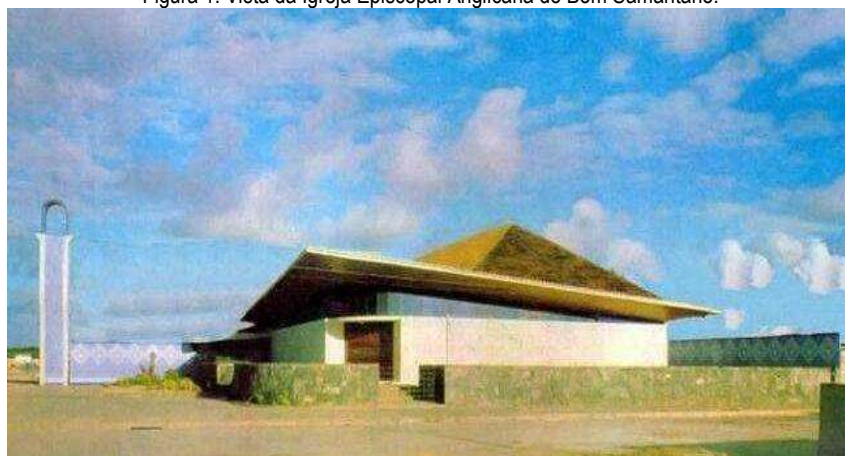
Apesar da influência patriarcal ser capaz de moldar espaços religiosos e, muitas vezes, marginalizar a experiência feminina, esse jogo entre poder e gênero acontece em segundo plano em relação ao objetivo principal da arquitetura religiosa de atribuição de significados e consagração do espaço.

No caso da Igreja do Bom Samaritano, embora as arquitetas autoras do projeto não fossem religiosas ou ligadas a instituições religiosas tradicionais, a concepção da igreja demandou a subjetividade religiosa inerente à concepção desse espaço, como será visto a seguir.

2 IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BOM SAMARITANO - ARQUITETURA 4

Construída nos anos de 1982–1989 e localizada à R. José Maria de Miranda, 560, Boa Viagem, Recife, PE, a Igreja do Bom Samaritano (Figura 1) foi projetada pelo escritório Arquitetura 4 - Carmen Mayrinck, Clara Calábria, Liza Stacishin e Vera Pires, com colaboração de James Severson, Petrônio Cunha (azulejos e cobogós) e Ariel Valmaggia (cobertura de cerâmica armada). Trata-se de um projeto que sintetiza os conceitos arquitetônicos trabalhados pelas arquitetas em suas obras, possuindo obras de arte integradas e representa uma nova fase da produção do grupo que, em meados da década de 1980, passa a fazer uma arquitetura baseada em vivências cotidianas. O anseio de “trabalhar o coroamento, resgatar o telhado” (Wolf, AU n.22) frequente na obra do grupo também é recuperado nesse projeto que aplica uma casca cerâmica cuja geometria aparenta a flexão similar à de uma fina folha de papel sustentada por duas de suas pontas. O programa trabalhado representava por si só um desafio, uma vez que tradicionalmente a arquitetura sacra não é objeto de concepção das arquitetas, sendo este talvez um dos primeiros templos da cidade projetado por um grupo de mulheres.

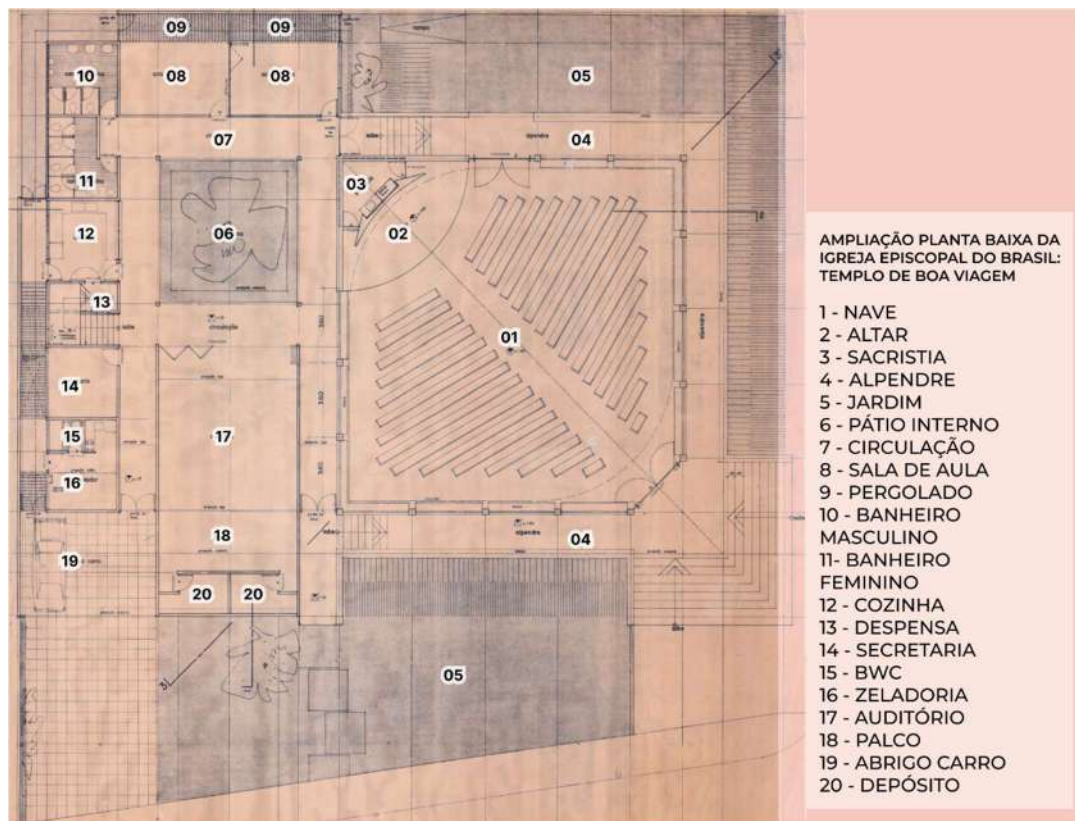
Figura 1: Vista da Igreja Episcopal Anglicana do Bom Samaritano.



Fonte: Acervo Pessoal Liza Stacishin, s.d¹⁰.

O projeto foi fruto de um concurso interno da própria organização da igreja, do qual as arquitetas participaram, sendo escolhidas ainda em 1980. Em entrevista, foi evidenciado que, na época, o escritório estava desenvolvendo muitos trabalhos relacionados à arquitetura residencial e elas estavam em busca de uma oportunidade que lhes permitisse expressar o seu talento em programas maiores e mais ambiciosos (Mayrinck, 2021). O primeiro passo foi a concepção do espaço, uma vez que a intenção era criar um ambiente com forte simbolismo que fosse capaz de captar a luz natural (Figuras 2 e 3).

Figura 2: Desenho técnico - planta-baixa da Igreja do Bom Samaritano.



Fonte: Acervo Arquitetura 4, LIAU/DAU/UFPE. Adaptado pelo autor.

Figura 3: Vista do jardim da Igreja do Bom Samaritano.



Fonte: Acervo pessoal Vera Pires, s.d.

Tratava-se de uma edificação marcante pela sua horizontalidade e, exteriormente, revelava para o transeunte apenas o espaço que compunha sua nave - sendo os demais espaços administrativos localizados em um volume separado. Esse ambiente principal é formado por um bloco compacto de base quadrangular que se encontra centralizado em um terreno de esquina e possibilitando trabalhar as duas laterais contíguas às ruas, as quais são cercadas por jardins, em um dos lados delimitados por um banco curvo contínuo de concreto.

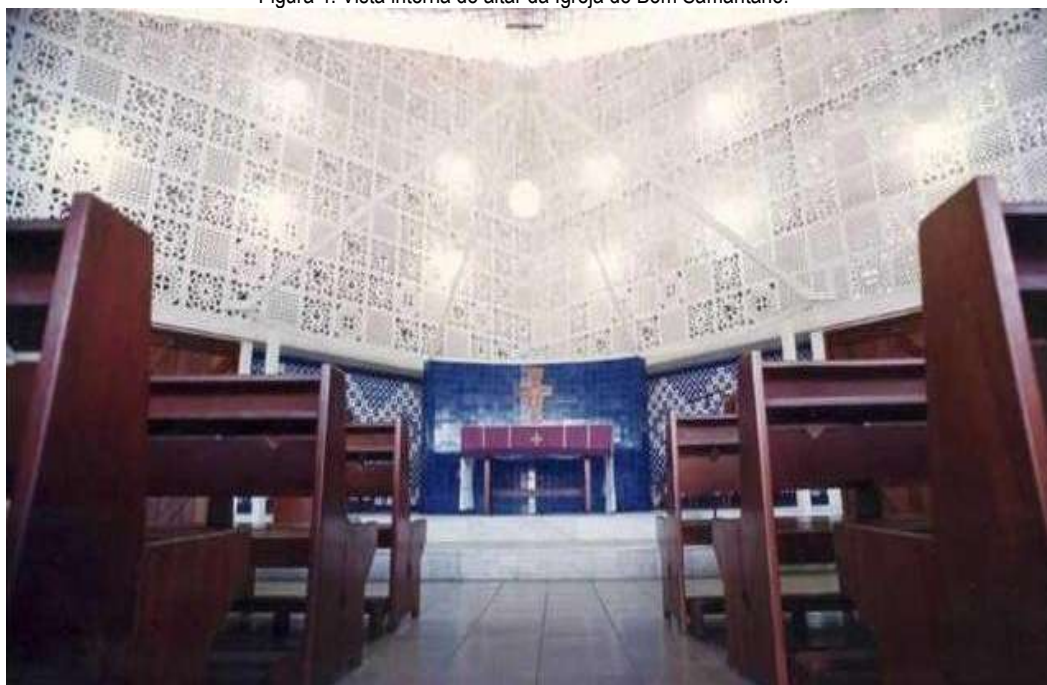
As arquitetas firmaram a relação com o plano superior (físico e subjetivo) através do formato da cobertura parabolóide hiperbólica, subvertendo aspectos formais pragmáticos utilizados em arquiteturas religiosas corriqueiras, culminando na monumentalidade sagrada da contemporaneidade.

A importância da forma quadrangular para a experiência religiosa é ressaltada por Eliade (1957) ao tratar das catedrais, especificamente da tradição da igreja bizantina, em que o espaço quadrado do edifício sagrado simboliza as quatro direções da Terra e, portanto, encarna e santifica o próprio Mundo.

Na entrada principal, uma porta de madeira é posicionada na ponta de uma das diagonais e as aberturas secundárias que levam para a área administrativa estão desenhadas nas laterais do altar. Na fachada sudoeste, é colocada a torre da igreja com a representação moderna em linhas simples da cruz anglicana. Nos fundos, projeta-se um pátio (6) – solução recorrente nos projetos residenciais do grupo – e ao redor dele são dispostas as áreas que dão apoio ao espaço principal, como banheiros (10 e 11), copa (13), secretaria (14) e um espaço reservado para o zelador (16). Além disso, em comunicação com o pátio interno há também um auditório (17) voltado para a rua José Maria de Miranda, de frente para a torre da igreja. A área anexa não foi executada tal qual o projeto previa, apesar de ter mantido elementos importantes como o pátio ordenando os anexos contíguos a ele.

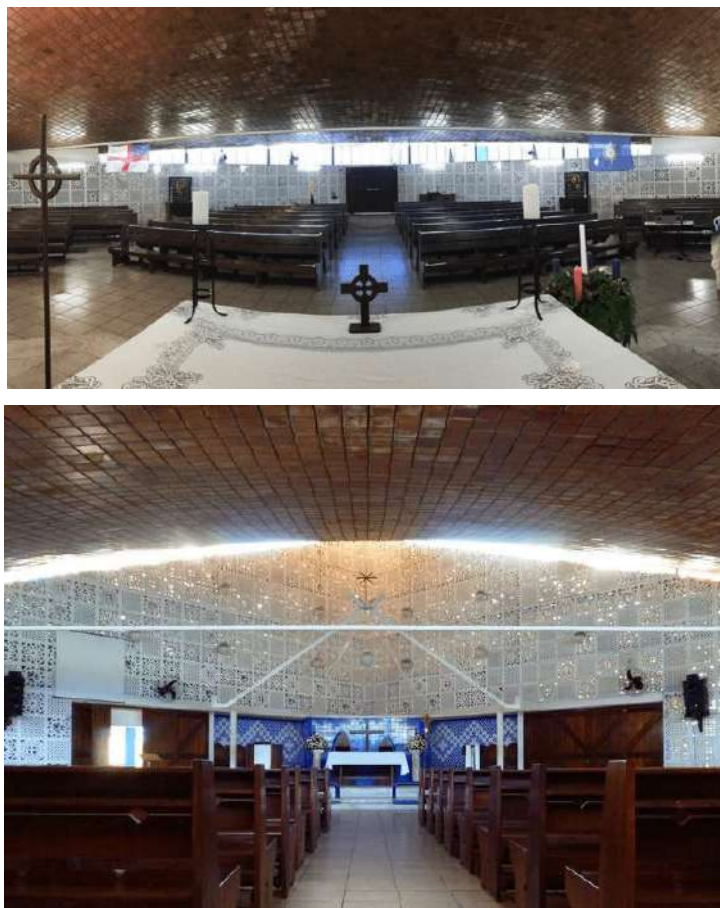
Uma análise atenta a parte interna da área de congregação (Figuras 4, 5 e 6), revela que seu interior é orientado diagonalmente, conformando a distância máxima no caminho até o altar – o ponto focal – e configurando uma nave através do encontro das laterais do quadrado, da diagonal e do ponto mais alto da cobertura. Desta maneira, produz-se um efeito de profundidade e longitudinalidade que é marcante desde o princípio da arquitetura sacra cristã, cuja origem remonta às basílicas romanas. Entre a cobertura e as paredes autoportantes de elementos vazados, há pequenos pontaletes metálicos possibilitando aberturas que, juntamente com esses elementos vazados, permitem que uma luminosidade filtrada invada o ambiente e gerem um efeito de suspensão sob a luz dos símbolos religiosos no baldaquino moderno em linhas simples de ferro acima do altar. Esse “descolamento” entre cobertura e paredes gera uma sensação de teto flutuante.

Figura 4: Vista interna do altar da Igreja do Bom Samaritano.



Fonte: Acervo pessoal Vera Pires, s.d.

Figura 5 e 6: Vista interna do espaço da congregação da Igreja do Bom Samaritano.



Fonte: Rael Zavilah (2017)¹¹ e Roberto Wagner de Araújo (2010)¹².

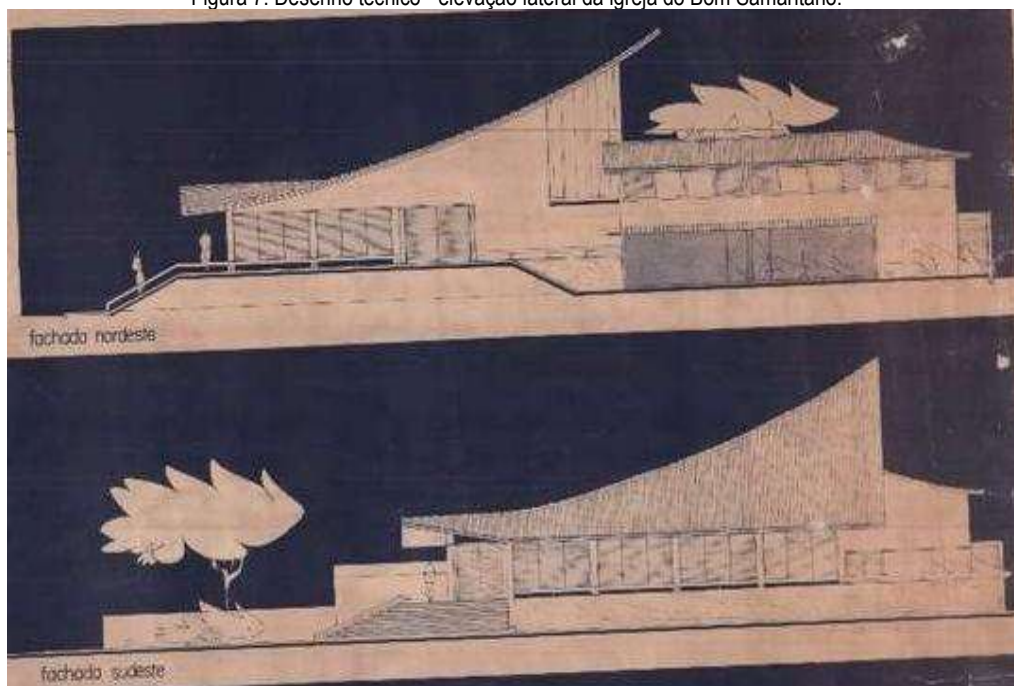
A atenção à experiência e aos sentidos se destaca no processo de concepção projetual do grupo. Para Vera Pires, "no ato de projetar, não vejo os elementos da arquitetura apenas como objetos (...), mas como sensações e vivências (entrar, sair, atravessar/olhar uma paisagem, perceber uma integração de espaços, sentir uma brisa/circular, apreender uma espacialidade/ curtir uma sombra, desfrutar uma paisagem)". (Veloso; Pires, 2021).

Essa abordagem está presente tanto na funcionalidade dos aspectos de conforto ambiental - proporcionada pelos elementos vazados e pela sombra produzida pelo prolongamento da cobertura - quanto na evocação da religiosidade do Nordeste. A integração visual com o entorno ajardinado, a simplicidade dos materiais, o simbolismo das peças de cerâmica, dos elementos vazados e da ambientação, além da valorização da luz e da sombra são componentes que criam uma experiência de imersão no espaço e dialogam com a fé e com as manifestações culturais da região.

Segundo Vera Pires, a plasticidade da cobertura "permanece fator dominante, porém mais simplificada, racional e geométrica, sem fragmentação" (Wolf, AU n.22), idealizada como elemento de destaque (Figuras 7 e 8). Inicialmente a cobertura fora concebida como uma casca em concreto armado que seria mais pesada e teria um alto custo¹³, teve seu material alterado quando as arquitetas identificaram a oportunidade de trabalhar com Ariel Valmaggia – engenheiro difusor da técnica de cerâmica armada de Eladio Dieste – que esteve em Recife durante um período a partir da década de 1980 (Santana; Silva; Cantalice, 2019).

Seu formato é chamado de parabolóide hiperbólico, no qual o ponto mais alto se localiza imediatamente sobre o altar, espaço em que a luz se concentra após atravessar as várias aberturas das paredes e refletir-se na própria cerâmica polida do teto. Todo o processo de concepção da forma foi feito de maneira integrada entre arquitetas e engenheiro, marcando a esquina e o altar, garantindo, a leveza e elegância ao conjunto. A verticalidade visual é concentrada no ponto mais alto da cobertura, originalmente o projeto teria 2 metros de altura a mais, ideia descartada devido à restrição da legislação urbanística local.

Figura 7: Desenho técnico - elevação lateral da igreja do Bom Samaritano.



Fonte: Acervo Arquitetura 4, LIAU/DAU/UFPE.

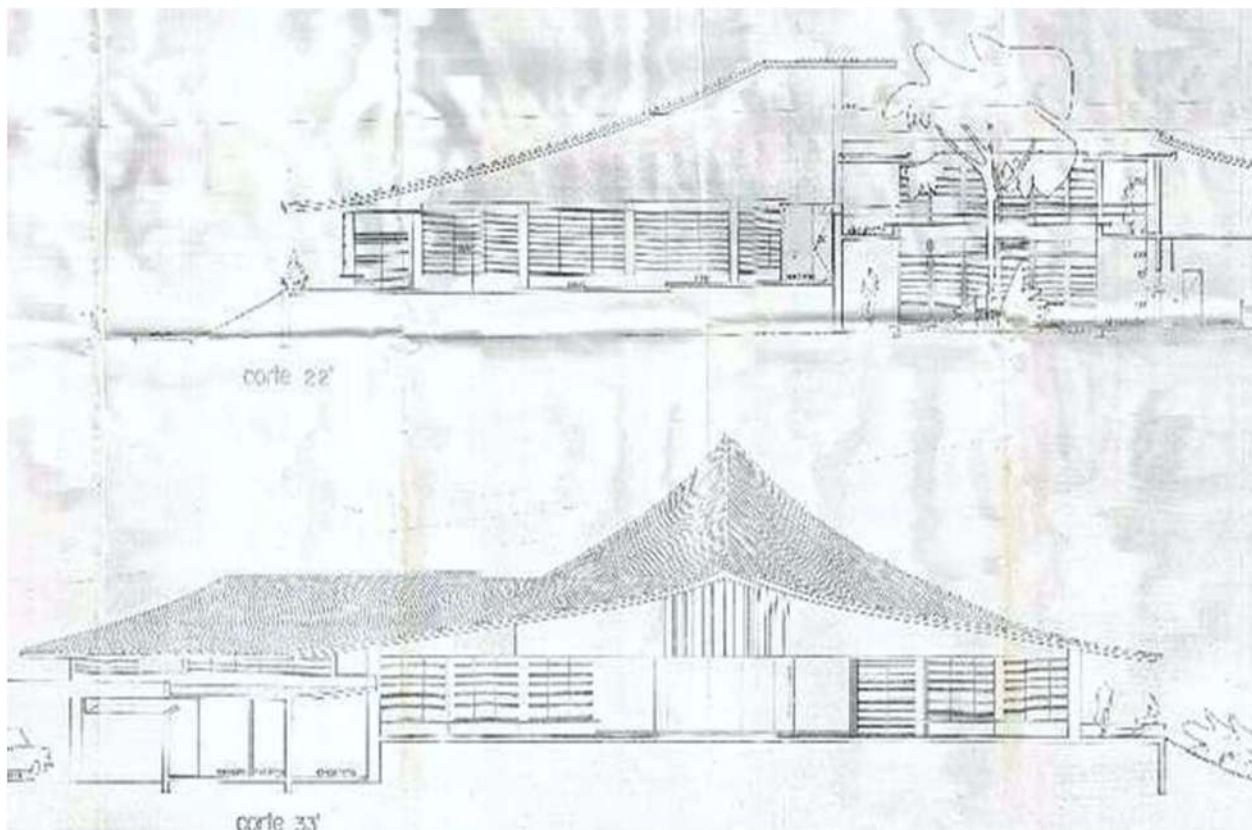
Figura 8: Igrejinha Nossa Senhora de Fátima de Oscar Niemeyer.



Fonte: Eduardo Rossetti, s.d.¹⁴

Traçando um paralelo com a composição da Igrejinha Nossa Senhora de Fátima de Oscar Niemeyer, construída em 1958 em Brasília em concreto armado, conforme foi inicialmente concebido o objeto de estudo deste texto: a laje triangular em curva que funciona como sua cobertura é sustentada por 5 vigas em leque que partem do mesmo ponto no pilar principal que fica na frente da igreja, dessa forma sendo responsável por sua leveza. Na Igreja do Bom Samaritano (Figura 9), essa leveza foi encontrada através do material e técnica de cerâmica armada referenciando as coberturas de telhas cerâmicas da região ao mesmo tempo que reforçam sua modernidade.

Figura 9: Desenho técnico - corte da Igreja do Bom Samaritano.



Fonte: Acervo da 6 Regional da Prefeitura da Cidade do Recife (Santana; Silva; Cantalice, 2019)¹⁵.

Além das diferenças estruturais, da capela de Oscar Niemeyer em Brasília, a presença de azulejo de Athos Bulcão e da cobertura em concreto parabolóide hiperbólica, o exemplar em estudo, expressa elementos arquitetônicos inspirados no artesanato do Nordeste – rendas, tramas, manualidades, o barro da cerâmica, o azulejo do passado colonial, – tais subjetividades estão refletidas no espaço arquitetônico, fazendo desse exemplar uma obra de referência da arquitetura contemporânea elaborada por arquitetas.

O uso da cerâmica armada na coberta expressa a valorização das tecnologias regionais latino-americanas e foi executada pelo engenheiro uruguaio Ariel Valmaglia, discípulo de Eladio Dieste. Segundo as arquitetas (informação verbal)¹⁶ essa técnica “tinha uma força expressiva muito grande” e “mostrava que é possível responder satisfatoriamente, com tecnologias apropriadas, demandas específicas do contexto social e econômico, usando materiais regionais” (Mayrinck, 2021). Elas apontam que a preferência pela técnica se deu pela característica local do tijolo natural e também pelo rico sentimento do próprio material, uma vez que a cerâmica está visualmente aparente, gerando um efeito fluante, além do aspecto econômico supracitado, por tratar-se de um material leve e de fabricação na região.

Essa técnica, aliada a produção de raízes locais que o Arquitetura 4 vinha desenvolvendo ao longo dos anos 1980, insere o grupo no panorama do debate latino-americano. Ademais, o projeto da Igreja do Bom Samaritano é considerado por suas próprias autoras uma síntese do conceito de *Modernidade Apropriada*¹⁷ debatido nos Seminários de América Latina (SAL), conforme destacado por Vera Pires (2021), que a descreve como “uma modernidade da nossa circunstância latino-americana, explorando as possibilidades técnicas do nosso tempo e lugar, e expressando-as com a sensibilidade derivada das nossas limitações” enfatizando que a “integração entre projeto de arquitetura, estrutura e artes plásticas é um atributo das melhores obras da modernidade latino-americana, realizada no Recife com os precários meios disponíveis e uma enorme vontade de fazer” (Veloso; Pires, 2021).

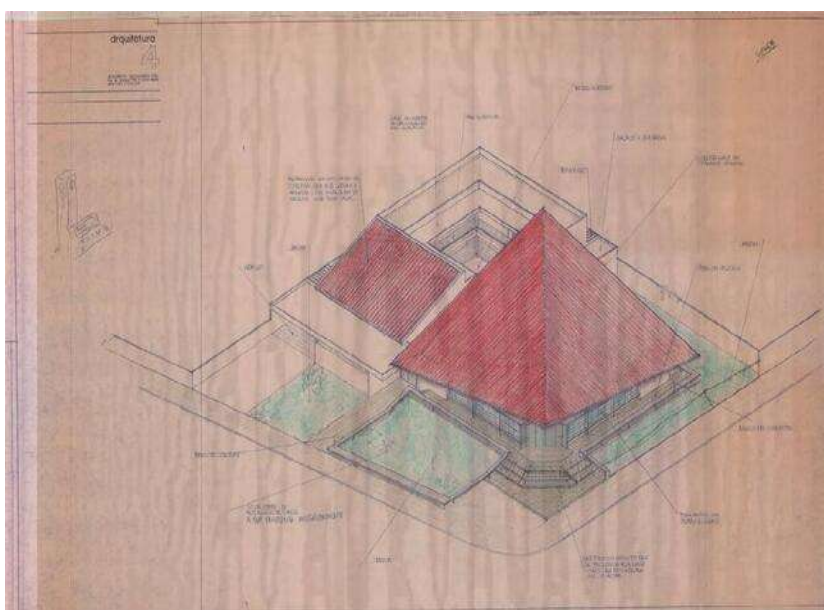
Apesar da participação do escritório Arquitetura 4 nos Seminários de América Latina (SAL) ter ocorrido apenas no início do período de desgaste dos próprios SALs (Zein, 1995, p.90, apud Souza, 2011) não podemos deixar de mencionar a confluência do debate arquitetônico latino-americano com a obra do escritório em questão. Antes da década de 1990 o grupo recebeu as ideias dos seminários apenas de forma difusa e sem a presença de uma continuidade nem um ambiente acadêmico de discussão, mas é possível verificar similaridades das

pautas desses eventos com a sua produção, principalmente a partir da década de 1980, mas também desde o início do escritório, cerca de 20 anos antes, sendo assim o indicativo de uma confluência de ideias.

Essa abordagem, tanto conceitual como técnica, alinhada com o debate sul-americano e enraizada na cultura regional também se expressa no desenho do espaço interno da Igreja do Bom Samaritano (Figuras 10 e 11), ambiente no qual a materialidade e o uso da luz criam uma atmosfera que reflete a sensibilidade das arquitetas e evoca o sagrado.

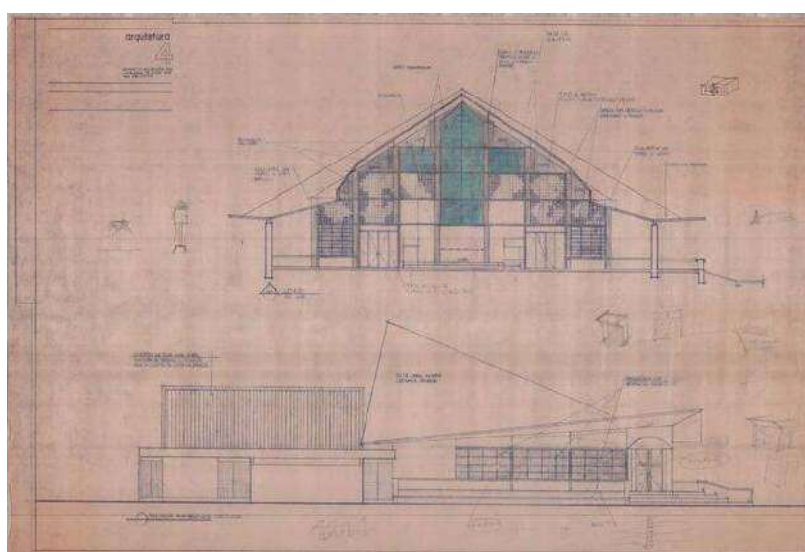
O comprometimento com a arquitetura regional, baseada nas referências locais, a busca por uma modernidade apropriada são todos temas que sempre permearam seus projetos, pois o escritório “sempre teve a intenção de fazer arquitetura como um produto cultural (...) com inspiração no local, nas referências locais, no nosso clima (...), na forma de viver, na cultura das pessoas” (Pires, 2021). Dando seguimento a este raciocínio, as arquitetas também afirmam que a sua produção é direcionada “pelas condições do lugar ou pelo repertório de fatores existentes na localidade: natureza, paisagem, clima, história, cultura, técnicas e materiais disponíveis” (Calabria; Mayrinck; Pires, 1995).

Figura 10: Desenho técnico - perspectiva isométrica da Igreja do Bom Samaritano.



Fonte: Acervo Arquitetura 4, LIAU/DAU/UFPE.

Figura 11: Desenho técnico - cortes da Igreja do Bom Samaritano



Fonte: Acervo Arquitetura 4, LIAU/DAU/UFPE.

Tendo isto em mente, ao observar a Igreja do Bom Samaritano externamente, é possível perceber as referências à paisagem do Nordeste brasileiro e a necessidade de 'construir no frondoso'¹⁸ através de gestos como a cobertura que se projeta em grandes balanços, criando uma generosa sombra – como tradicionalmente fazem os beirais – e protegendo a edificação das recorrentes chuvas de Recife, e no recobrimento da mesma pela telha canal cerâmica, outra referência aos tipos locais, que trabalha para ajudar a amenizar as temperaturas demonstrando também a preocupação sempre presente de Vera, Carmen, Liza e Clara com a adequação climática. A predileção por materiais típicos e disponíveis na região, por outro lado, evidencia o cuidado em manter a economia no projeto, o qual, ainda assim, demorou vários anos para ser concluído justamente por dificuldades na obtenção de recursos por parte da administração da igreja.

3 OBRAS DE ARTE INTEGRADAS: O PAINEL DE AZULEJOS DE PETRÔNIO CUNHA E OS ELEMENTOS VAZADOS

As arquitetas demonstraram a intenção de integração da arquitetura às demais artes - prática que foi progressivamente deixada de lado a partir dos anos 1980 – ao encomendar ao artista plástico e arquiteto paraibano Petrônio da Cunha a produção de elementos vazados (a semelhança de cobogós¹⁹) e painéis de azulejos exclusivos em motivos religiosos.

Os elementos vazados (Figura 12), com detalhes arredondados, representam Deus Pai, Filho (cruz grega ladeada por traços de luz), o espírito santo (a pomba) e o ato católico de comungar (a taça de vinho e a hóstia), eles são dispostos em paredes duplas e “tiveram o traço e espessura alterados para se tornarem elementos autoportantes” (Coutinho, 2016), possuindo cerca de 60 cm de espessura total. A decisão de usar os elementos vazados numa estrutura de quadrícula (malha concreto internamente) foi tomada pelas arquitetas, pois, a porosidade que eles conferem à igreja garante o conforto térmico necessário para um espaço que aglomera uma grande quantidade de fiéis, sem a necessidade de meios de refrigeração artificiais.

Por sua vez, os painéis de azulejos (Figura 13) estão dispostos nos muros laterais e de fundo da construção – com exceção para os muros de pedra rústica contíguos às ruas – e também servem como plano de fundo que, entre a parede branca de cobogós, torna o altar um elemento de destaque. Os desenhos também são originais de Petrônio, apresentando motivos religiosos diversos. A junção de quatro peças forma uma cruz grega, ladeada por “um cacho de uva, uma jangada, uma ave e o espírito santo; (...) os azulejos quando vistos de longe traçam a forma de uma toalha de renda, elemento típico da cultura nordestina (...)”. (Costa, 2021).

Figura 12: Elementos vazados.

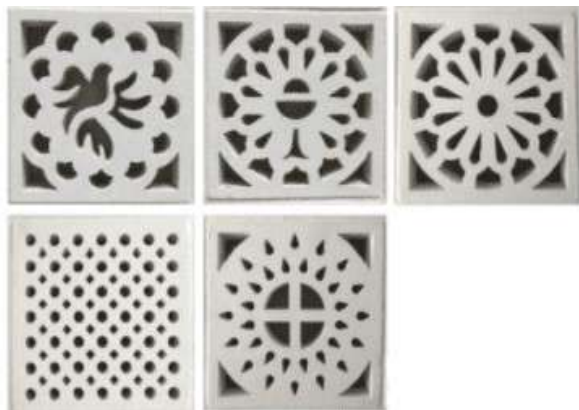


Figura 13: Azulejos personalizados



Fonte: Carolina Mapurunga Bezerra Coutinho, 2016.²⁰

A presença desse nível de simbolismo desempenha o papel de persuadir o transeunte. Assim, a parede rendada de elementos vazados e os vibrantes azulejos convidam quem passa a aproximar-se e experimentar o ambiente através dos demais sentidos, seja pelos jogos de luz, seja pela condução dos olhos do fiel da entrada direto para o altar pela orientação diagonal, pelo movimento vertical dinâmico da cobertura garantida por sua flexão em direção ao ponto mais alto no altar e, por fim, pela desmaterialização das paredes duplas através do uso elemento vazado (cobogó) que confere às vedações uma aparência de leveza e transparência. No interior, "os móveis do templo foram todos executados em madeira e a Pia Batismal moldada em barro, no formato de uma jarra com peixes, veio da cidade de Tracunhaém" (Costa, 2021).

Figura 14: Vista externa da Igreja do Bom Samaritano.



Fonte: Acervo Pessoal Vera Pires, s.d.

Essa vastidão de referências demonstra o sólido conhecimento do grupo em história da arquitetura e também a existência de um amplo repertório formal que orientava as decisões projetuais, além da capacidade das arquitetas de compreender as ideias presentes na produção de obras sacras, e traduzi-las para a realidade e as necessidades atuais, ressaltando o teor local.

3 CONCLUSÃO

No âmbito da produção arquitetônica, ainda que posteriormente, as mulheres também desafiaram as normas estabelecidas em um contexto histórico marcado pelo preconceito de gênero na profissão e se firmaram como arquitetas, buscando trabalhar programas complexos como a concepção dos espaços religiosos. A Catedral do Bom Samaritano é um exemplo dessa atuação e da conquista de espaços na profissão pelas mulheres, se inscrevendo em uma tradição arquitetônica que remonta aos primórdios da religião e traduzindo-se em um espaço de notável qualidade arquitetônica.

Tal como o espaço interior da catedral reproduz a estratégia exposta por Eliade (1957) –, que ressalta a importância da arquitetura religiosa em replicar os rituais de "cosmização" do espaço – para permitir a transcendência do mundo profano comunicando-se com o sagrado. Em 2021, em entrevista à Veloso (2021) a arquiteta Vera Pires afirmou:

No ato de projetar, não vejo os elementos da arquitetura apenas como objetos (porta, janela, ponte, varanda) mas como sensações e vivências (entrar, sair, atravessar, olhar, uma paisagem, perceber uma integração de espaços, sentir uma brisa/circular; apreender uma espacialidade/curtir uma sombra, desfrutar uma paisagem). (Veloso; Pires, 2021).

Embora os relatos da arquiteta não se refiram, especificamente, a Igreja do Bom Samaritano, argumenta-se que suas vivências foram expressas de forma contundente nesse espaço religioso e que os elementos arquitetônicos desse espaço religioso foram imbuídos de uma religiosidade da cultura local e de suas vivências no sertão paraibano que estão presentes no espaço da grande sombra, nos detalhes e elementos arquitetônicos, tal como ela mesmo expressa.

A escolha do grupo por elementos arquitetônicos tão próprios do Nordeste evidencia ainda mais seu esforço de assimilação da cultura local, os elementos cuidadosamente colocados para compor o ambiente sagrado de certa maneira recuperam tipologias já consolidadas no Nordeste, como “as casas grandes de engenho, os casarios do período colonial português” (Muniz, 2009) ao mesmo tempo que anunciam a sua diferença pela forma como são dispostos e associados.

A demolição da catedral, em setembro de 2024, evidencia a fragilidade da memória arquitetônica contemporânea e é sintoma da desvalorização do patrimônio arquitetônico local, bem como, da ausência de mecanismos eficazes para a preservação da arquitetura contemporânea. O processo de inclusão como patrimônio municipal não chegou a ser iniciado, visto que o edifício foi destruído antes de quaisquer tentativas de preservação, evidenciando a precariedade, carência de estudos e de valorização da arquitetura recente, bem como, de um debate mais aprofundado sobre atributos de valor cultural materiais e imateriais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às arquitetas do grupo Arquitetura 4: Carmen Mayrinck, Clara Calábria, Liza Stacishin e Vera Pires. Sua participação compartilhando depoimentos e memórias sobre sua trajetória, bem como ao disponibilizar o acervo de fotografias e desenhos técnicos do escritório, foram fundamentais para a construção da análise e registro da obra estudada. Agradecemos ao Programa de Iniciação Científica da Propeq/UFPE e ao Programa de Estímulo à Cultura (PEC) Edital 2024 da UFPE.

REFERÊNCIAS

- CALABRIA, C.; MAYRINCK, C.; PIRES, V. Casas no Brasil: Dimensões de uma Práxis em Arquitetura, 1995. In: **SEMINÁRIO DE ARQUITETURA LATINO-AMERICANA**, 7, São Paulo, 1995.
- COSTA, R. A unidade na diversidade e a unidade na adversidade. **A igreja episcopal anglicana no Brasil e as múltiplas identidades do anglicanismo no século XXI**. Tese de doutorado, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://porto.unicap.br/pergamumweb/vinculos/0000c4/0000c434.pdf&sa=D&source=docs&ust=1747835683766856&usq=AOvVaw2OJKXbQMnBRL9w2UAYjSQU>>.
- COUTINHO, C. M. B. **Artes plásticas integradas à arquitetura na obra de Petrônio Cunha**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- ELIADE, M. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p.57
- FACULTAD DE INGENIERÍA / UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA URUGUAY (site). **Obras de Dieste en Brasil**. Universidad de la República Uruguay, Uruguay, Agosto/2018. Disponível em: <https://www.fing.edu.uy/es/noticias/area-de-comunicacion/obras-de-dieste-en-brasil>. Acesso em: 06, janeiro de 2021.
- MAYRINCK, C. Recife, 12 de mar. 2021. **Entrevista sobre o Arquitetura 4** [transcrição] concedida a Rafaela Lins. Documento pessoal.
- MORIN, K.; GUELKE, J. (eds). **Women, Religion and Space: Global Perspectives on Gender and Faith**. Syracuse, NY: Syracuse University Press. 2007.
- MUNIZ, M. B. 2009. **O Escritório Arquitetura 4: Continuidade e Mudança na Arquitetura Residencial no NE (1973-1997)**. Trabalho Final de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- PIRES, V. **Entrevista sobre o Arquitetura 4** [transcrição] concedida a Rafaela Lins. Documento pessoal. Recife, 9 de fev. 2021.
- SANTANA, D. R. S.; SILVA, P. M.; CANTALICE, A. S. C. Ariel Valmaggia e a Tecno Estática das Cascas de Cerâmica Armada em Pernambuco. In: 13º SEMINÁRIO DO DCOMOMO BRASIL. **Anais do.....** Salvador: DCOMOMO-BR, 2019.
- CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **1º diagnóstico de gênero na arquitetura e urbanismo: comissão temporária para a equidade de gênero**. Brasília: 2020. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/DIAGN%C3%93STICO-%C3%ADntegra.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- SOUZA, G. B. de. Compassar e urdir: a construção de um intercâmbio através dos dois primeiros SAL. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, [S. l.], v. 18, n. 30, p. 26-43, 2011. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v18i30p26-43. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43743>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- VELOSO, M.; PIRES, V. Entrevista à Arquiteta Vera Pires. **Revista Projetar** - Projeto e Percepção do Ambiente, v. 6, n. 2, p. 180–195, 2021. DOI: 10.21680/2448-296X.2021v6n2ID25199. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/25199>. Acesso em: 5 jun. 2025.
- WOLF, J. Arquitetura 4. Sob inspiração da paisagem regional. **REVISTA AU**. São Paulo, n. 22, fev. /mar. 1989.

NOTAS

- ¹ Entrevista concedida ao autor por Vera Pires, arquiteta, em 9 de fev. 2021.
- ² Do original "Reading patriarchal foundational texts for information on gender and geography reveals ideological frameworks and related practices that (re)produce a corollary of women's spaces of inclusion, exclusion and containment, regulating women in particular ways both discursively and materially." (Morin; Guelke, 2007). (tradução livre do autor). É importante ressaltar a influência de Janete Costa, que foi, assumidamente, um exemplo profissional para as arquitetas, por sua independência e competência.
- ³ Entrevista concedida ao autor por Vera Pires, arquiteta, em 9 de fev. 2021.
- ⁴ Janete Costa (Garanhuns 1932- Recife, 2008) arquiteta de interiores, formada na FNA, Rio de Janeiro e esposa de Acácio Gil Borsoi.
- ⁵ Entrevista concedida ao autor por Carmen Mayrinck, arquiteta, em 12 de mar. 2021.
- ⁶ Entrevista concedida ao autor por Carmen Mayrinck, arquiteta, em 12 de mar. 2021.
- ⁷ Entrevista concedida ao autor por Vera Pires, arquiteta, em 9 de fev. 2021.
- ⁸ Do original "Reading patriarchal foundational texts for information on gender and geography reveals ideological frameworks and related practices that (re)produce a corollary of women's spaces of inclusion, exclusion and containment, regulating women in particular ways both discursively and materially." (Morin; Guelke, 2007). (tradução livre do autor).
- ⁹ Do original "They define religious women's experiences in diaspora communities and shape women's access to experiences of so-called public spaces (...) Historians of religious women identify strategies used by female preachers, women's benevolent societies, nonconformist denominations, Roman Catholic convents, and protestant female seminaries to subvert the spatial restrictions of conventional domesticity" (Morin; Guelke, 2007). (tradução livre do autor).
- ¹⁰ Disponível em <http://www.lstacishinstudio.com/>. Acesso em: ago. 2020.
- ¹¹ Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Catedral_do_Bom_Samaritano_2.jpg. Acesso em: jun. 2025.
- ¹² Disponível em <https://pranchetadearquitecto.blogspot.com/2010/02/elemento-vazado-catedral-anglicana-do.html?m=1>. Acesso em: jun. 2025.
- ¹³ Entrevista concedida ao autor por Vera Pires, arquiteta, em 9 de fev. 2021 e entrevista concedida ao autor por Carmen Mayrinck, arquiteta, em 12 de mar. 2021.
- ¹⁴ Disponível em <https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/11.125/3888>. Acesso em: jun. 2025.
- ¹⁵ Disponível em <https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2020/04/110965.pdf>. Acesso em: jun. 2025.
- ¹⁶ Entrevista concedida ao autor por Carmen Mayrinck, arquiteta, em 12 de mar. 2021.
- ¹⁷ Afastando-se da ideia reacionária de "resistência" proposta por Frampton, Cristián Fernández Cox propõe modernidade apropriada. Não pretende negar a modernidade, mas apenas ajustá-las à nossa situação própria, conveniente e peculiar, - a modernidade apropriada seria também uma diversidade apropriada, afinada com cada identidade regional ou nacional. Cf. El orden complejo de la Arquitectura: Teoría Básica del Proceso Proyectual. (Cox in: Bastos e Zein (2011)).
- ¹⁸ Parafraseando Armando Holanda em um dos pontos de seu 'Roteiro para construir no Nordeste' (Holanda, 1976).
- ¹⁹ Elemento vazado, "espécie de tijolo" originalmente preenchido com massa, idealizado pelos engenheiros Amadeu Coimbra, Ernest August Boeckmann e Antônio de Góis e intitulado pelas iniciais dos sobrenomes desses criadores. Foi inventado e patenteado entre 1929 e 1930. Confundido com combogó, o seu primeiro tipo servia para paredes dobradas, sendo concebido, um ano após, outro bloco liso e mais largo para paredes singelas. (COMBOGÓ..., 1982, p. 34). COMBOGÓ - uma invenção pernambucana. Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, Recife, ano 3, n. 12, jul./ago./set. 1982. Fisco & Finanças, p. 34. Esses blocos se inspiram no cobogó, e são popularmente conhecidos como tal, mas não tem o mesmo formato nem desenho do bloco original, portanto nos referimos a eles como elementos vazados inspirados no original cobogó.
- ²⁰ Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25080>. Acesso em: jun. 2025.

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade das autoras.

Revista PROJETAR — Projeto e Percepção do Ambiente

Site

<http://periodicos.ufrn.br/revprojetar>

Contato

revistaprojetar.ufrn@gmail.com

Periodicidade: Quadrimestral

Idioma: Português

Capa e contracapa: Colagem artística de Juliana Valverde, trabalhada por Maria Safira Sinézio.

ISSN: 2448-296X

